

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**Júlio César Bernardes Santos**

**Estado e Tradução: Uma Análise Sociológica do Programa de Tradução da  
Fundação Biblioteca Nacional**

Versão Corrigida

São Paulo

2022

**Júlio César Bernardes Santos**

**Estado e Tradução: Uma Análise Sociológica do Programa de Tradução da  
Fundação Biblioteca Nacional**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Pinheiro

Versão Corrigida

São Paulo

2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

SS237e Santos, Júlio César  
e Estado e Tradução: Uma Análise Sociológica do  
Programa de Tradução da Fundação Biblioteca Nacional  
/ Júlio César Santos; orientador Fernando Filho - São  
Paulo, 2022.  
212 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,  
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São  
Paulo. Departamento de Sociologia. Área de  
concentração: Sociologia.

1. Programas de Tradução. 2. Sociologia da  
Cultura. 3. Sociologia da Literatura. 4. Campo  
Literário. 5. Literatura Brasileira. I. Filho,  
Fernando, orient. II. Título.

## ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

### Termo de Anuência do (a) orientador (a)

**Nome do (a) aluno (a):** Júlio César Bernardes Santos

**Data da defesa:** 05/05/2022

**Nome do Prof. (a) orientador (a):** Fernando Antonio Pinheiro Filho

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 04/07/2022



*Fernando Antonio Pinheiro Filho*

## Agradecimentos

Agradeço em primeiro lugar à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, por possibilitar a realização desta pesquisa, bem como pelo oferecimento de instalações, cursos e eventos que auxiliaram em seu desenvolvimento. Agradeço especialmente ao Departamento de Sociologia, à Biblioteca Florestan Fernandes e a seus respectivos funcionários, sempre muito receptivos e solícitos. Agradeço também à compreensão que a instituição demonstrou frente aos desafios impostos pela pandemia de coronavírus, postura ética, sóbria e sem a qual a minha permanência, assim como a de muitos colegas, poderia ter sido prejudicada.

Agradeço também à Fundação Biblioteca Nacional, que durante dois anos compartilhou dados acerca do programa de incentivo à tradução de autores brasileiros, de forma ágil e transparente, e cujos funcionários sempre se dispuseram, quando preciso foi, a tirar dúvidas que as informações e planilhas compartilhadas suscitavam.

Não poderia ser mais grato a meu orientador, Fernando Antonio Pinheiro Filho, que abraçou gentilmente o interesse de um estudante proveniente de outro campo do conhecimento, ajudando com calma, disposição e didática ímpares na transposição dos obstáculos que o contato com uma nova disciplina eventualmente ocasionaram. Suas indicações e conselhos foram fundamentais para que eu travasse o devido contato com o universo explorado nesta pesquisa, e sua análise aguda e crítica foi essencial para que eu compreendesse a profundidade, e às vezes os problemas, do arcabouço teórico mobilizado, ora tornando tangível o que parecia inalcançável, ora me distanciando do que eu julgava óbvio, constituindo um verdadeiro exemplo de postura intelectual.

Agradeço a todos os integrantes do Núcleo de Sociologia da Cultura da Universidade de São Paulo, com destaque para os professores Sérgio Miceli, Maria Arminda Nascimento Arruda e Luiz Carlos Jackson, cujas participações nos encontros quinzenais do grupo sempre enriqueceram meu repertório teórico e minha capacidade analítica. O Núcleo como um todo, por meio das leituras e discussões promovidas, expandiu sobremaneira minha relação com a Sociologia, compondo parte decisiva da minha experiência acadêmica nos últimos anos. Sou grato especialmente a Marcello Giovanni Pocai Stella, que, quando ainda não nos conhecíamos, foi, ainda assim, 5 muito solícito ao compartilhar comigo bibliografias e materiais que me auxiliaram na elaboração do pré-projeto de pesquisa.

Agradeço à banca do meu exame de qualificação, composta pelos professores Felipe Loureiro e Sérgio Miceli, cujas observações e provocações em muito auxiliaram para que a pesquisa tomasse rumos mais desafiadores e explorasse melhor os dados e as questões com que lidava, promovendo um salto de qualidade expressivo no resultado final do trabalho. Agradeço também ao professor Álvaro Comim pelas sugestões e apontamentos levantados durante a disciplina de Análise de Projeto I, no primeiro semestre, quando pouco era o rigor que eu aplicava sobre a empolgação com as possibilidades da pesquisa.

Gostaria, por fim, de agradecer às pessoas que apoiaram incondicionalmente minha trajetória ao longo da pesquisa. Agradeço a Lígia Rojo Zapparoli, que me ajudou com leituras e correções, e que esteve ao meu lado nos momentos de maior empolgação e de maior preocupação, sempre pronta não apenas para me incentivar, como para ouvir os mínimos detalhes dos rumos que a pesquisa tomou e dos que deixou de tomar, às vezes, talvez, inclusive contra sua vontade, o que me torna, claro, ainda mais grato. A Matheus Bernardes dos Santos, Danilo Bernardes dos Santos e Marcelo Bernardes Santos, que formam o porto seguro para o qual eu volto a fim de reunir forças. E agradeço muito a Neuseli Bernardes dos Santos, que alimentou em mim, desde cedo, o respeito pela dedicação e a admiração pelo conhecimento, bem como o compromisso com a aplicação responsável e consciente desse conhecimento, coisa que os tempos atuais, ao que tudo indica, exigirão bastante. Espero fazer jus a ela e a todos que me trouxeram até aqui.

## Resumo

Nas últimas décadas, diversos países instituíram programas governamentais de apoio à tradução de obras literárias com o objetivo de estimular a difusão internacional de suas respectivas literaturas nacionais. Embora tenha crescido, desde a virada do século, a preocupação com o entendimento das condições de circulação global de bens simbólicos, o papel desses programas de fomento no âmbito literário ainda é pouco estudado. Esta pesquisa buscou compreender como o incentivo do governo brasileiro, gerido pelo Programa de Apoio à Tradução e Publicação de Autores Brasileiros no Exterior, conduzido pela Fundação Biblioteca Nacional, influenciou a internacionalização da literatura brasileira na segunda década do século XXI. A primeira parte da pesquisa focalizou a relação entre interesses políticos, econômicos e culturais envolvidos no programa, discutindo objetivos que o Estado brasileiro perseguiu por meio da promoção da literatura nacional e buscando mapear reflexos desses interesses no desenho institucional da iniciativa ou nos resultados por ela alcançados. A segunda parte do trabalho se concentrou nas consequências do programa no campo literário doméstico, analisando a influência que exerceu sobre a distribuição de prestígio entre obras, autores, editoras e agentes literários, bem como sua participação na emergência de uma tendência literária de cunho cosmopolita, incentivada, de outro lado, pelo mercado editorial.

Palavras-chave: Programas de Tradução; Sociologia da Cultura; Sociologia da Literatura; Campo Literário; Literatura Brasileira.

## **Abstract**

During the last few decades, several countries have implemented government Programs to finance the translation of literary works and stimulate the international dissemination of their national literature. Although concerns regarding the conditions to the global circulation of symbolic goods have grown since the turn of the Century, the role of these support programs in the literary field is still poorly studied. This research seeks to understand how the Brazilian government's translation grants, through the Support Program for the Translation and Publication of Brazilian Authors Abroad, conducted by the Brazilian National Library, have influenced the internationalization of Brazilian literature during the second decade of the 21st Century. The first chapter of this research focuses on the political, economic and cultural interests involved in the Program, discussing the objectives pursued by the Brazilian State through the promotion of its National literature. The chapter also seeks to map the reflections of those interests on the Program's institutional design and results. The second chapter of this work focuses on the Program's effects on the Brazilian domestic literary field, analyzing the influence it exerted on the distribution of prestige among works, authors, publishers, and literary agents, as well as on the emergence of a cosmopolitan literary trend, encouraged, also, by the publishing market.

**Key Words:** Translation Grants; Socioloy of Culture; Sociology of Literature; Literary Field; Brazilian Literature



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Constituição das Comissões Avaliadoras por Órgão do Governo, ao longo do tempo:.....	49
Gráfico 2: Resultado das Bolsas por Período de Publicação das Obras .....	62
Gráfico 3: Taxas de Reprovação por País, Considerando Número de Pedidos e Centralidade do Idioma.....	65
Gráfico 4: Origem do Conhecimento sobre o Programa por parte de Editoras Estrangeiras.....	121
Gráfico 5: Origem do Conhecimento sobre o Programa por Editoras Estrangeiras, por Ano: .....	121
Gráfico 6: Centralidade dos Idiomas de Destino das Traduções Influenciadas por Agências Literárias e por Tradutores.....	127
Gráfico 7: Centralidade dos Idiomas de Destino das Traduções Influenciadas por Agências Literárias, Brasileiras e Estrangeiras.....	128
Gráfico 8: Pedidos e Bolsas que Abarcaram Autores Agenciados, por Agência....	129
Gráfico 9: Origem do Conhecimento sobre o Programa por parte de Editoras Estrangeiras, por Período de Publicação no Brasil.....	131
Gráfico 10: Exposição do Programa de Bolsas da FBN na Mídia ao Longo da Década .....	158

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Constituição das Comissões do Primeiro Edital, por Reunião.....	43
Tabela 2: Constituição das Comissões do Segundo Edital, por Reunião.....	44
Tabela 3: Constituição das Comissões do Terceiro Edital, por Reunião .....	45
Tabela 4: Constituição das Comissões do Quarto Edital, por Reunião.....	49
Tabela 5: Resultados dos Pedidos de Bolsas, por Edital.....	51
Tabela 6: Número de Propostas por País das Editoras Proponentes.....	53
Tabela 7: Número de Bolsas Concedidas, por País.....	55
Tabela 8: Inscrições Reprovadas e Taxa de Reprovação, por País.....	56
Tabela 9: Resultado das Propostas por Centralidade dos Idiomas.....	58
Tabela 10: Distribuição de Pedidos de Bolsas por Centralidade dos Idiomas e Período de Publicação das Obras no Brasil.....	59
Tabela 11: Distribuição de Pedidos de Bolsas por Centralidade dos Idiomas e Período de Publicação das Obras no Brasil, destacando Espanha e Itália.....	61
Tabela 12: Taxa de Rejeição do Terceiro Edital, por Centralidade do Idioma das Editoras Solicitantes e por Período de Publicação das Obras no Brasil.....	64
Tabela 13: Cronologia da Tradução das Obras Contemporâneas mais Almejadas em Pedidos de Bolsas para a FBN.....	71
Tabela 14: Autores Cujas Obras mais Receberam Propostas.....	99
Tabela 15: Autores Cujas Propostas Receberam mais Reprovações.....	100
Tabela 16: Autores Traduzidos mais de Cinco Vezes com apoio da FBN.....	100
Tabela 17: Autores Contemporâneos Mais Traduzidos com Apoio da FBN.....	102
Tabela 18: Bolsas Aprovadas por Catálogo das Editoras Nacionais.....	111
Tabela 19: Reprovação, pela FBN. de Bolsas para as Maiores e Menores Editoras.....	112
Tabela 20: Distribuição de Bolsas entre Livros Premiados, por Editora.....	115
Tabela 21: Bolsas Acumuladas para Tradução de Livros Premiados, por Editora.....	115
Tabela 22: Autores Premiados Cujos Livros receberam Bolsas, por Editora.....	115
Tabela 23: Percentual de Bolsas Concedidas aos Vencedores de cada Prêmio Literário de Língua Portuguesa, por Editora.....	116
Tabela 24: Bolsas Acumuladas para Tradução de Livros Premiados, por Editora, Antes e Depois da Reformulação do Programa da FBN.....	117

Tabela 25: Autores Brasileiros Contemporâneos cujos Livros mais receberam Bolsas da FBN, por Agência Literária.....	130
Tabela 26: Pedidos e Bolsas direcionados a obras de autores que integraram a Comitativa Brasileira em Frankfurt, em 2013.....	133
Tabela 27: Resultados do Programa Amores Expressos e Bolsas da FBN posteriormente concedidas às obras participantes.....	138

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Ancine: Agência Nacional do Cinema;

Apex-Brasil: Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos;

CBL: Câmara Brasileira do Livro;

CPLP: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa;

DODC: Divisão de Operações de Difusão Cultural;

Funarte: Fundação Nacional de Artes;

Libre: Liga Brasileira de Editoras;

MinC: Ministério da Cultura;

MRE: Ministério das Relações Exteriores;

ONU: Organização das Nações Unidas;

Palop: Países Africanos de Língua Portuguesa;

SNEL: Sindicato Nacional dos Editores de Livros;

UE: União Europeia;

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

## SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>8</b>
<b>Capítulo I: Intersecções entre Estado e Campo</b>	
<b>Literário na Exportação de Literatura.....</b>	<b>16</b>
1.1 Literatura Mundial como Sistema.....	16
1.2 Diplomacia Brasileira e Literatura no Século XX.....	24
1.3 O Programa de Tradução da FBN .....	29
1.4 Disputas dentro de Programas de Difusão.....	36
1.4.1 Critérios de Seleção das Bolsas da FBN.....	40
1.4.2 Composição das Comissões Julgadoras.....	42
1.5 Resultados do Programa: o Peso do Capital Literário.....	50
1.5.1 Resultados do Programa: Atualidade e Diversidade.....	62
1.5.2 Resultados do Programa: Observações Paralelas.....	70
1.6 O “tal do Soft Power”.....	72
1.6.1 Estudo de Caso: a CPLP no Programa de Bolsas da FBN.....	79
1.7 Primeiras Conclusões.....	91
<b>Capítulo II: Consequências das Bolsas no Campo Literário Nacional..</b>	<b>93</b>
2.1 A Disputa pelos Canais Governamentais de Difusão.....	93
2.2 Os Autores mais Traduzidos pelo Programa.....	98
2.3 Percursos Consagratórios: Trajetórias, Editoras, Prêmios e Agentes...	103
2.3.1 Trajetórias.....	103
2.3.2 Editoras.....	107
2.3.3 Prêmios Literários.....	113
2.3.4. Agentes Literários.....	119
2.3.4.1. A Comitativa Brasileira em Frankfurt.....	132
2.4 Escritores Cosmopolitas.....	134
2.5 Cosmopolitismo com Apoio Estatal .....	151
2.6 Outro lado da Balança.....	163
2.7 Conclusões.....	173

## Introdução

A circulação internacional de obras literárias a nível mundial é um processo multifacetado e que depende de diversos fatores. Tamanha complexidade compele as investigações sobre o fluxo internacional de traduções a se deter, via de regra, sobre apenas um dos muitos aspectos que permitem a tradução de uma obra. Já se apontou, assim, para citar alguns exemplos, a importância da emergência de conglomerados editoriais multinacionais (ROUET, 2007; MOLLIER, 2008), o papel de agentes literários dos grandes centros literários (THOMPSON, 2010) e o prestígio e as consequentes oportunidades comerciais que a participação em renomadas feiras internacionais garante (SORÁ, 2013). Existe pouco estudo, porém, sobre um fenômeno que compõe, igualmente, pelo menos na atualidade, as condições que possibilitam a circulação de uma obra literária entre dois ou mais idiomas: bolsas governamentais de apoio à tradução.

Cabe enfatizar a relevância e a particularidade desse fenômeno. No conhecido seminário *As Condições Sociais para a Circulação Internacional das Ideias* (2002), Bourdieu comenta que o sentido e a função de obras traduzidas são mais comumente definidos pelo campo de recepção, pois textos não se deslocam junto das categorias de percepção de seu campo de produção. Relativamente livres da interpretação considerada legítima e vigente em seus respectivos países, as obras traduzidas carregam uma polissemia potencial que os agentes responsáveis por sua importação modulam para, conscientemente ou não, disputar posições em seus respectivos campos editoriais. Essa perspectiva do universo literário instiga, senão demanda, a compreensão sobre quais autores são escolhidos para se traduzir, sobre quem os escolhe, sobre quem os publica, e também sobre como são publicados, isto é, quem escreve prefácios, comenta capas, organiza coleções, divulga edições e assim por diante, perguntas fundamentais justamente porque desvelam interesses políticos, culturais e econômicos que editoras, autores e agências perseguem ao publicar uma tradução. Levando essa abordagem adiante, é preciso questionar: que interesses poderiam ser identificados quando o Estado participa do processo de seleção e publicação de traduções? E como atores e instâncias mais diretamente envolvidos na circulação internacional de obras literárias se relacionam com essa interferência estatal?

Gisèle Sapiro dedicou alguns estudos aos diferentes papéis que Estados podem desempenhar no comércio de bens simbólicos. Mas, como sua preocupação é, via de regra, entender os efeitos que a ingerência política pode produzir sobre a autonomia relativa de campos culturais, suas análises mais robustas nessa questão envolvem exemplos amiúde radicais, provenientes de experiências totalitárias. Sapiro comenta, por exemplo, como o Estado pode controlar o que se edita por meio do monopólio dos meios de publicação, de instâncias burocráticas responsáveis pela fiscalização e censura das obras a serem publicadas, pela proibição de vendas, pela repressão de autores ou pela centralização dos mecanismos de seleção e treinamento dos indivíduos autorizados a exercer atividades intelectuais (2003). No que tange o universo das traduções, Sapiro mais de uma vez ressalta como o Estado as pode mobilizar com fins ideológicos, impondo títulos de sua preferência em territórios dominados, estratégia muito utilizada pelo fascismo e pelo nazismo na década de 1930 (2016). Em exemplos menos drásticos, a autora também analisa movimentos de governos liberais em favor da isenção tarifária sobre a circulação internacional de bens simbólicos, favorecendo países com indústrias culturais mais potentes (2013).

A criação de bolsas para tradução difere desses casos por não constituir uma determinação vertical, uma imposição outorgada ao mercado editorial à qual este deve se adaptar, mas antes um novo instrumento dentro do campo literário, cujo funcionamento depende da participação de seus integrantes. Como se buscará demonstrar, as bolsas atualizam conflitos que são próprios do universo das artes, contudo são ao mesmo tempo uma nítida influência política, mais sutil dos que as anteriormente citadas, mas nem por isso necessariamente menor. Sua investigação, portanto, é antes de tudo a investigação de relações de disputas e de alianças entre Estado e campo literário, em que ambos cooperam perseguindo objetivos distintos e potencialmente conflitantes. A compreensão da dinâmica que fomentos dessa natureza ensejam pode apontar novas intersecções entre política e literatura, motivo pelo qual pesquisadores têm chamado a atenção para a necessidade de estudos sobre o tema (PARDO, 2014).

A presente pesquisa busca dar um passo nessa direção ao analisar a experiência brasileira na concessão de apoio financeiro estatal para a publicação de autores nacionais no exterior, mais especificamente entre 2011 e 2018, quando o programa de bolsas da FBN, então vinculada ao MinC, foi atualizado para atender aos padrões da feira internacional de Frankfurt. Para constituir o corpo de dados, foram

compiladas informações de 1.472 propostas de editoras proponentes de 66 países. Cada proposta de tradução foi catalogada a partir das seguintes variáveis: autor ou autora; editora solicitante; país de recepção; idioma da tradução; resultado; valor da bolsa; data da inscrição do projeto; ano de publicação da obra no Brasil; editora nacional responsável pela primeira edição no Brasil; editora nacional em posse dos direitos de publicação no momento da solicitação das bolsas; agência literária responsável por negociar esses direitos, no caso de autores agenciados; prêmios recebidos pelos autores das obras visadas; tradutores contratados; e canal por meio do qual as editoras proponentes tomaram conhecimento do programa. Esses dados foram levantados a partir da leitura dos quatro editais do programa, de publicações no Diário Oficial da União, quando noticiados, e de requisições de informações à FBN.

Compuseram fonte importante para a pesquisa pronunciamentos e declarações de funcionários da FBN e do Itamaraty, cujos trechos aqui reproduzidos constituem material público, difundido por veículos científicos e comerciais de comunicação. Também foram, quando relevantes, reproduzidos trechos de ofícios emitidos por embaixadas ou por organizações internacionais. Foram conduzidas entrevistas com Fábio Lima, coordenador do programa de apoio à tradução da FBN até 2020, e com a agente literária alemã Nicole Witt. Asserções de outros agentes interessados no programa, principalmente agentes literários e editores, foram identificadas em entrevistas concedidas por essas figuras a jornais e portais de grande circulação. Por fim, leituras dos autores mais traduzidos com apoio estatal foram mobilizadas na busca por intersecções entre o período pelo qual passava o país, doméstica e internacionalmente, e as obras que mais despertaram a atenção de editoras estrangeiras.

As informações coletadas por esses meios foram classificadas e analisadas a partir de marcos teóricos já bem estabelecidos sobre a circulação internacional de bens culturais, cujos conceitos devem ser de antemão anunciados a fim de se possibilitar uma leitura mais transparente do trabalho realizado. Antes de explicitá-los, porém, talvez seja fortuito ressaltar que os estudos resgatados com essa finalidade não constituem, absolutamente, um modelo predefinido ao qual se buscou conformar a observação, e que cumprem aqui o papel de explicitar contribuições que a Sociologia já elaborou sobre o tema e que se mostraram pontos profícuos de partida. Esse mapeamento é relevante por evidenciar que a investigação não inaugura um campo, mas também, e principalmente, porque as bolsas brasileiras podem se provar



objeto privilegiado de análise para testar e inclusive contestar hipóteses já erigidas sobre o fluxo internacional de obras literárias. Evidenciar o arcabouço teórico mobilizado importa também porque permite reconhecer previamente que alguns aspectos do programa brasileiro de tradução exigem, futuramente, novos paradigmas de avaliação.

Em primeiro lugar, a pesquisa compreende o mercado editorial enquanto campo, tal qual proposto por Bourdieu (2002, 2004), isto é, como um espaço social organizado por relações de oposição e de afinidades em que agentes disputam pela legitimidade da atividade e do julgamento literário e em cujas distintas posições são estabelecidas homologias entre artistas, obras, instituições e público, definindo conjuntos de estratégias, características e objetivos que podem ser compreendidos como subcampos. O trabalho empregará, com esse significado, as concepções de subcampo autônomo, ou de baixa produção, no qual os resultados imediatamente econômicos da produção e difusão de bens culturais são recusados ou dissimulados em nome da busca pela independência estética e da excelência artística; e de subcampo heterônimo, ou de grande produção, em que ganhos econômicos são abertamente perseguidos e no qual a única régua disponível para se mensurar a qualidade literária é o sucesso comercial, critério via de regra recusado pelas instâncias de consagração. Em consonância com a abordagem bourdieusiana, os recursos reconhecidos capazes de prover ou de se converter em prestígio dentro do campo literário serão denominados de capital simbólico.

Embora os estudos de Bourdieu tenham se concentrado na compreensão de campos nacionais, sobretudo o francês, o que suscita questionamentos justos sobre a aplicabilidade do conceito de campo em outras realidades nacionais e sobre sua limitação na compreensão de trocas internacionais, o próprio autor indicou a tradução como fenômeno social no qual assimetrias de forças e interesses entre agentes de diferentes países se tornam mais evidentes, constituindo um ponto de partida promissor para se pensar a relação entre campos quando seus integrantes cruzam fronteiras (2002). A pesquisa também explorou com frequência propostas e hipóteses formuladas por Gisèle Sapiro na busca por uma compreensão transnacional de campo, em especial seus apontamentos sobre homologias entre subcampos e determinados idiomas, como entre o inglês e o subcampo heterônimo, e sobre como Estado e economia competem pelo monopólio dos campos culturais em um contexto globalizado (2013, 2014, 2016).

A classificação de idiomas em um esquema centro-periférico, proposta por Johan Heilbron (2000), foi resgatada e explorada por ser a que elucida de forma mais objetiva a desigualdade de prestígio e de recursos econômicos existente entre diferentes mercados editoriais. O modelo hierarquiza línguas nacionais de acordo com o volume de traduções realizadas a partir de cada uma delas, tornando mais inteligíveis as oportunidades e limitações de internacionalização dos agentes de seus respectivos espaços linguísticos. Nessa perspectiva, serão chamados de idiomas centrais aqueles a partir dos quais mais ocorrem traduções, e de periféricos, os que são pouco traduzidos. Como se verá, essa divisão coincide com os vetos das comissões avaliadoras do programa brasileiro de tradução. Cabe destacar, porém, que foram identificados, ao longo da pesquisa, elementos que permitem contestar minimamente essa divisão, sobretudo no que diz respeito aos idiomas cunhados de semi-periféricos. No que tange à tradução de escritores e obras brasileiras, línguas que Heilbron considera semi-periféricas se aproximam mais de línguas que, sob sua própria ótica, são consideradas centrais, caso, por exemplo, do espanhol ou do italiano. A descoberta reforça a necessidade de não considerar essas classificações estanques e de, pelo contrário, sopesar as particularidades de cada idioma e campo literário.

Trabalhos de Pascale Casanova, Franco Moretti e Gustavo Sorá também se destacam entre os que ajudaram a compreender os dados inicialmente recolhidos, porém as contribuições que a leitura desses autores possibilitou foram pontualmente detalhadas ao longo do texto, de modo que adiar sua discussão não comprometerá a interpretação de leitores não familiarizados com as respectivas obras. O interesse de leitores de outras áreas é aventado porque o trabalho abriu possibilidades de diálogo com disciplinas além da Sociologia, algumas das quais exigiram aprofundamento mínimo. Em primeiro lugar, foram resgatados estudos de Relações Internacionais, sobretudo relacionados ao conceito de soft power, para se tentar entender melhor os interesses que Estados podem perseguir ao promover ações de difusão de bens simbólicos no exterior, e também sobre a política externa brasileira das últimas décadas, a fim de contextualizar o momento em que o programa da FBN foi implementado. Em segundo lugar, buscou-se travar diálogo com a crítica literária, principalmente com pesquisas voltadas para obras brasileiras contemporâneas e com estudiosos especializados em Literatura Mundial (*World Literature*), por se conceber que críticas nessa área elucidam, mesmo sem intenção, estratégias que integrantes

do campo literário performam para mobilizar instrumentos de internacionalização de obras literárias.

O primeiro capítulo resgata a discussão sobre o conceito de Literatura Mundial, com foco nas condições materiais e culturais que permitem ou não a circulação de bens simbólicos entre países, e parte da percepção de Literatura Mundial enquanto sistema para discutir a relação entre Estado Nacional e difusão cultural. Nesse sentido, a pesquisa persegue a compreensão dos interesses que levam Estados a promover produtos culturais nacionais no exterior. A partir desse ponto, apresenta-se um histórico dessa difusão no caso brasileiro, com atenção sobre esforços governamentais empreendidos ao longo do século XX para a promoção internacional da literatura brasileira e da língua portuguesa. Essas discussões são importantes para entender a fundo a decisão do Governo Federal de investir, em 2011, no programa da FBN, discursivamente inserido, pelo MRE e pelo MinC, dentro de uma estratégia maior de soft power. O programa é então devidamente esmiuçado: são comentados seu formato atual, sua origem, seu propósito, seu funcionamento, seus integrantes e seus principais resultados. Por fim, esforços do MRE para incluir no programa países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) são comparados com políticas destinadas ao continente africano no mesmo período, em uma tentativa de se analisar o quanto, para o Itamaraty, as bolsas teriam realmente caráter estratégico.

Buscou-se demonstrar, apesar da dificuldade de se encontrar dados agregados sobre a exportação da literatura brasileira, como as bolsas foram importantes, nos últimos anos, para a tradução de autoras e autores brasileiros contemporâneos, bem como inserir essa maior circulação dentro de uma política externa que, no começo do século XXI, intencionava garantir proeminência ao Brasil na comunidade internacional, por meio, entre outras frentes, do combate à distribuição desigual de prestígio que define o cenário artístico global. As conclusões alcançadas permitiram reforçar e questionar hipóteses e afirmações sobre a circulação internacional de obras literárias, em especial asserções baseadas na noção de centro e periferia, a partir, no primeiro caso, de momentos em que o critério de centralidade se mostrou muito forte sobre os agentes, bem como, no segundo caso, de vezes em que a periferia, segundo os dados levantados, não se comportou como previa a teoria mobilizada. Nessa mesma linha de observação, foi possível identificar momentos de conflito entre os objetivos de atores políticos e de integrantes do campo literário. Por

fim, o estudo de caso da CPLP apontou para as fragilidades desse tipo de política quando intermediadores não são devidamente inseridos no planejamento das ações.

O segundo capítulo detalha características e enfoques do campo literário doméstico a partir da experiência das traduções e discute também consequências das bolsas dentro dessa arena. São apontados os principais escritores beneficiados, assim como as editoras e agências literárias que, por meio do prestígio gerado pela tradução, também acumularam capital simbólico em decorrência das bolsas. A partir desses dados, tentou-se traçar um perfil do autor brasileiro contemporâneo que se internacionalizou com apoio da FBN e um modelo ideal do percurso de consagração desse perfil nas duas primeiras décadas do século XXI. Para tanto, desenhou-se uma morfologia social dos trinta autores mais beneficiados pelo fomento, costurada às editoras pelas quais passaram, aos prêmios que receberam e às agências literárias que os representaram. Essas trajetórias foram, por fim, lidas à luz do movimento de maior reconhecimento que o Brasil vivia no mundo e da hipótese de que, nessas circunstâncias, escritores atuaram sobre constrangimentos mais fortes no sentido de buscarem temas e estéticas que pudessem ser interpretados como universais.

Essa metodologia apontou para uma concentração bastante acentuada do capital simbólico alcançado por meio das bolsas da FBN em um grupo pequeno de autores e de um grupo ainda menor de editoras e agências. O estudo comparado das trajetórias dos escritores evidenciou que, embora seccionados por uma linha geracional, eles são aproximados por muitos paralelos, e o circuito por eles percorrido no campo literário até que fossem traduzidos se mostrou bastante homogêneo. Quanto à busca por temas universais, estratégias comparadas de editoras, agentes literários e escritores, bem como análises de obras literárias, permitiram concluir que houve, de fato, entre alguns autores, interesse pela insígnia do cosmopolitismo, de modo que se afastaram de problemas sociais locais e de questões como desenvolvimento e afinidade latinoamericana, mas que essa tendência não foi seguida por todos os nomes considerados, divergência que evidenciou uma tensão no campo literário brasileiro que começaria a ganhar mais corpo em 2018.

Como a descrição dos capítulos permite entrever, a pesquisa busca se inserir na relação histórica mais ampla e aqui considerada mesmo incontornável entre Estado, diplomacia e literatura no Brasil. É esperado que suas conclusões contribuam para a compreensão do papel do Estado na exportação de bens simbólicos, em especial no caso de países periféricos, e incentivem novos trabalhos na área, sempre

com o objetivo de desvelar forças e interesses que de outro modo passariam despercebidos na produção, na transmissão e na consagração de produtos culturais, tarefa fundamental, uma vez que essas operações elegem obras e figuras que exercem papel decisivo na constituição de identidades nacionais.

# Capítulo 1: Intersecções entre Estado e Campo Literário na Exportação de Literatura

## 1. Literatura Mundial como Sistema

Nas últimas décadas, o crescimento do mercado editorial em escala global suscitou na Academia e entre críticos literários o debate em torno do conceito de Literatura Mundial<sup>1</sup>, chave interpretativa que daria conta da circulação progressivamente maior de obras literárias entre fronteiras nacionais — outra forma de se reportar à ampliação do volume de traduções — e tentaria instituir, a partir desse ponto de vista, um novo paradigma de estudo da literatura<sup>2</sup>. Ainda hoje em disputa, o conceito foi inicialmente bem recebido por pesquisadores que o vincularam à proposta de *Weltliteratur* elaborada por Goethe no século XVIII, privilegiando a crescente migração de títulos e autores e o diálogo promovido entre diferentes obras e idiomas em detrimento dos antigos modelos de análise ancorados nas tradições nacionais (HEGELSSON, VERMEULEN, 2016). Alimentada no contexto mais amplo de expansão do capitalismo internacional após o fim da Guerra Fria, essa perspectiva foi acompanhada com entusiasmo pela possibilidade de se fortalecerem vínculos entre culturas até então pouco ou nada contempladas pela História Literária (do Ocidente) e de se aproximarem legados, movimentos e estéticas pouco conhecidos (no Norte do Ocidente), desempenhando, ou pretendendo desempenhar, uma nova etapa do processo de globalização. A emergência e a prevalência dessa expectativa, em um primeiro momento, são mais fáceis de se compreender se globalização for considerada, no plano cultural, uma dinâmica marcada pelo fim de monopólios estatais e pela deslocalização de bens e capitais (BOURDIEU, 2000).

Inicialmente abraçado por pesquisadores europeus, o conceito de Literatura Mundial foi rápida e contundentemente criticado por sustentar instrumentos analíticos considerados desatualizados e eurocêntricos para o estudo da literatura, acusação amiúde proveniente de pesquisas decoloniais, e por não atender para as condições materiais que regem o mercado editorial global (BROUILLETTE, 2016). Essas críticas argumentam principalmente que o conceito lançaria sobre diferentes regiões, tempos,

---

<sup>1</sup> World Literature, em inglês.

<sup>2</sup> A criação do Institute of World Literature de Harvard em 2011 costuma ser apontada como momento de consolidação desse campo de estudo.

autores e obras um olhar homogeneizador, que teria como um de seus efeitos o apagamento da assimetria de forças entre campos literários distintos. Em *Against World Literature*, Emily Apter (2013) argumenta que os estudiosos de Literatura Mundial se apegam aos meios pelos quais uma literatura nacional circula e ignoram os diversos fatores que fazem com que ela não possa circular. De modo mais assertivo, considerando que a existência prévia ou antecipável de público e o potencial de vendas são elementos prioritários na escolha da tradução de uma obra, a autora observa que, na contramão da diversidade celebrada pelo conceito, representantes de literaturas minorizadas ou periféricas mais traduzidos seriam, via de regra, justamente aqueles que mais se adequam às normas de recepção dos maiores mercados. Em um trabalho anterior, chega a afirmar que a recusa da pluralidade de diferentes literaturas nacionais incorreria “in a relatively intractable literary monoculture that travels through the world absorbing difference” (APTER, 2006, p. 374). Cabe ressaltar o quanto esse comentário se aproxima de uma crítica antes já tecida por Bourdieu ao dizer que “nas trocas internacionais, a lógica do *laissez-fairez* leva muitas vezes a fazer circular o pior e a impedir o melhor de circular” (2002, p.117).

Tendo por pressuposto que as traduções oferecem a melhor métrica para se avaliar o volume e a proporção com que livros viajam entre países, os dados hoje disponíveis indicam, com efeito, uma desigualdade gritante na balança internacional de obras literárias. Segundo pesquisa conduzida por Johan Heilbron (1999) com dados do *Index Translationum*, base de registros de traduções da Unesco alimentada pelo catálogo de distintas Bibliotecas Nacionais, na década de 80, cerca de 45% das traduções no mundo provinham do inglês, enquanto o russo, o alemão e o francês representavam, cada um, entre 10% e 12% da origem das traduções. Quatro idiomas representavam, portanto, a fonte de três quartos das traduções no mundo. Em alusão ao Sistema-Mundo proposto por Immanuel Wallerstein (2000) para compreender a economia capitalista global, Heilbron classificou o inglês de idioma hiper-central e os outros três, de centrais. Na mesma linha, italiano, espanhol, holandês, sueco, tcheco e polonês seriam idiomas semi-periféricos, cada um representando a origem de entre 1% e 3% das traduções no mundo. As demais línguas nacionais, enfim, com participação quantitativamente inexpressiva no quadro geral de traduções, seriam periféricas. Atualizando essa análise, Gisèle Sapiro (2016) destacou como, entre 1980 e 2000, período em que o volume mundial de traduções cresceu 50%, o número de

obras traduzidas a partir do inglês aumentou de 45% para 59%, tendência que pode ser observada no cenário brasileiro, onde, em 2007, 61,4% dos livros publicados foram originalmente escritos em inglês<sup>3</sup>. A desigualdade fica ainda mais evidente no dado levantado pela autora de que, em mercados de língua inglesa, no mesmo período, menos de 3% dos livros publicados corresponderam a traduções.

Do ponto de vista sociológico, dois trabalhos se tornaram emblemáticos ao organizar a assimetria das traduções no mercado global em modelos analíticos que contemplam a Literatura Mundial como resultado do embate desigual de forças nacionais, ao contrário do que deixaram transparecer seus primeiros formuladores: as pesquisas de Franco Moretti e Pascale Casanova.

Também replicando o modelo centro-periférico de Wallerstein, mas igualmente munido do repertório elaborado por Roberto Schwarz (2014) para compreender a difusão da morfologia literária europeia em outras regiões<sup>4</sup>, Moretti defende o estudo da circulação internacional de obras literárias enquanto fenômeno de um “sistema único e desigual” (2000, p. 56), composto por um centro e por uma periferia que crescem de maneira simultânea e desnivelada, conectados por uma rede de interferências irregulares a partir das quais a periferia recebe influências de um centro que a ignora. Como são poucos os países no centro e muitos os que compõem a periferia, essa força centrípeta seria resultado e consequência da exportação da exceção como regra: para ser aceito pelo centro seria preciso imitá-lo. Moretti explica que, nesse modelo, “os retardatários não seguem a mesma estrada de seus predecessores, embora atrasados; seguem uma estrada diferente e mais estreita. São limitados a ela pelo sucesso dos produtos vindos do centro” (2013, p. 201).

Para exemplificar essa perspectiva, pode-se resgatar Fernando Escalante Gonzalbo, para quem a baixa representatividade da literatura mexicana no mundo:

“No es un desmentido de la globalización, sino un indicador bastante obvio de su estructura. La posibilidad de que todo circule y se conozca no significa que efectivamente circule todo por igual, mucho menos cuando se trata de bienes de consumo cultural y muchísimo menos si son para el gran público” (GONZALBO, 2007, p. 279)

Pascale Casanova (2002), por sua vez, compreende o fluxo mundial de traduções literárias como campo de disputa não só entre nações, mas entre línguas

---

<sup>3</sup> FIPE. Produção e Vendas do Setor Editorial Brasileiro. Relatório da Fipe Para a CBL, disponível em: <http://cbl.org.br/downloads/fipe>

<sup>4</sup> Em seus trabalhos, Moretti comumente retira da literatura brasileira e russa exemplos considerados periféricos.



nacionais, sofisticalização que considera a autonomia relativa dos campos literários de cada espaço linguístico e permite identificar, entre os elementos que determinam a circulação de obras e autores, variáveis próprias do jogo literário, sem deixar de lado a relevância de conjunturas políticas e econômicas, mas priorizando o entendimento de como esses fatores são interpretados por indivíduos e instâncias diretamente envolvidos no comércio de literatura. Segundo o paradigma por ela proposto, as línguas nacionais dispõem, em menor ou maior grau, de um capital literário capaz de se converter em autoridade para definir legitimamente o que é, e o que não é, literatura. No caso de cada língua, esse acúmulo se verifica no número de textos literários nela escritos; no volume deles universalmente reconhecidos; em sua antiguidade; em sua pureza em relação a outras tradições; e, enfim, no número de traduções para ela realizadas. As traduções são importantes porque línguas que satisfazem esses critérios, de acordo com a autora, “são lidas não apenas por aqueles que as falam, mas também por aqueles que acham que os que escrevem nessas línguas ou são traduzidos para elas merecem ser lidos” (p. 36).

Uma analogia frequentemente mobilizada por Casanova e também por Bourdieu (2018) para esclarecer a relação entre traduções e capital simbólico é a do crítico ou do comerciante de arte. Do mesmo modo que um crítico ou um editor de prestígio, ao recomendar um texto, está, na verdade, emprestando seu próprio prestígio para a obra em questão, legitimando-a dentro do espaço literário, idiomas literariamente dominantes, ao aceitar novos títulos e autores, projetam-nos na disputa mundial. E de forma análoga ao crítico, que acumula seu próprio capital ao desempenhar bem o papel de descobridor, idiomas reforçam sua centralidade ao atuar como mediadores de novos clássicos.

Um bom exemplo histórico dessa dinâmica pode ser encontrado no estudo de Moretti (2013) sobre como os mercados editoriais da França e da Inglaterra se comportaram de maneira distinta entre os séculos XVIII e XIX. Enquanto a Inglaterra reduziu de 20% para 10% o número de obras estrangeiras em circulação entre 1750 e 1850, na França, no mesmo período, essa taxa saltou de 10% para 20%, tendo alcançado 27% em 1816. Em um momento em que a centralização da produção de romances constituía arena importante na disputa cultural entre essas nações, os ingleses adotaram uma estratégia protecionista, a ponto de terem sido necessários 73 anos para que se publicasse na Grã-Bretanha a primeira tradução de *O Vermelho e o Negro* — *Os Buddenbrook*, para dar um exemplo não francês, levou 43 anos —

ao passo em que a literatura francesa, mais receptiva a autores estrangeiros, seria gradativamente mais lida no continente — Alexandre Dumas chegaria a ser o autor mais lido até mesmo na Dinamarca, então sob maior influência britânica. Moretti conclui que “foi como se a Guerra dos Cem Anos, vencida pela Grã-Bretanha em 1815, tivesse se repetido e se invertido no fronte cultural, fazendo de Paris, por assim dizer, a Hollywood do século XIX” (2013, p. 195), ou, como Casanova cunhou, a *República Mundial das Letras*.

A relação entre tradução e prestígio literário também pode ser identificada na recapitulação que Gisèle Sapiro faz das estratégias adotadas pela editora francesa Gallimard durante o século XX a fim de acumular capital simbólico (2016). Além de ativamente batalhar pelos direitos autorais de vencedores do Nobel, a editora lançou duas séries dedicadas à tradução de autores de fora do eixo Europa-EUA, a “*La Croix du Sud*”, destinada à publicação de autores latinoamericanos, e a “*Connaissance de l’Orient*”, dedicada a obras do mundo árabe e do leste asiático. Ambas as séries explicitam o reconhecimento da tradução como meio de se posicionar no pólo dominante do campo literário. E talvez valha a pena ressaltar um caso brasileiro: vinte obras de Jorge Amado foram traduzidas para o francês antes de serem conhecidas em outros países, sendo que duas foram publicadas na França antes mesmo de serem publicadas no Brasil (LAMBERT & SOUZA, 2017).

Lado a lado, as perspectivas até aqui elencadas parecem oferecer um problema incontornável: a importação de títulos de outros idiomas se apresenta como ferramenta importante para acúmulo de capital na disputa entre línguas nacionais, mas o inglês, que traduz proporcionalmente menos autores estrangeiros, ocupa posição de idioma hiper-central. Além de reconhecer o fato de que essas posições estão mudando, isto é, que a França, nos últimos anos, tem perdido espaço para os Estados Unidos como espaço literário soberano na consagração de escritores em âmbito global, Gisèle Sapiro atribui essa aparente incompatibilidade à existência de uma homologia entre o campo literário transnacional e os campos literários nacionais, de acordo com a qual o inglês domina o subcampo de grande produção, marcado por best-sellers, ficção científica e romances policiais, ao passo em que a relativa diversidade linguística se encontraria no polo de produção restrita (2013). Ou seja, em todos os países, a maior parte das traduções seria proveniente do inglês porque este é o idioma que domina economicamente o mercado editorial, enquanto que, conseqüentemente, nos países de língua inglesa, o subcampo de grande produção,

maior parte do mercado, não dependeria de importações. Dando um segundo passo, Sapiro identifica, a partir desse cenário, estratégias distintas de internacionalização: no subcampo heterônimo, a lógica comercial privilegiaria a estandardização dos produtos, favorecendo o fluxo de bens desnacionalizados; no subcampo autônomo, em oposição à homogeneidade do subcampo de grande produção, prevaleceria uma concepção nacionalista de internacionalização, de acordo com a qual bens simbólicos circulariam como representantes de seus países, visão sobretudo forte em campos autônomos de países dominados no espaço literário internacional.

Não à toa, os maiores críticos do conceito de Literatura Mundial o consideram uma estratégia mercadológica emplacada por grandes conglomerados editoriais, sobretudo de países de língua inglesa, para dissimular a orientação econômica de suas atividades. O conceito, então, seria uma espécie de marca ou etiqueta que produziria a ilusão da particularidade em obras na realidade muito semelhantes, justamente porque produzidas em condições materiais sobre as quais agem forças orientadas para a estandardização dos produtos. Seguindo a linha de Emily Apter, que critica a tendência de agentes e editores de moldar nacionalidades e etnias para enquadrá-las em identidades comercializáveis (2013), Sarah Brouillette chama a atenção para títulos que seriam escritos para ser traduzidos, deliberadamente despojados de características locais a fim de assegurar sua recepção em outros países. Esse “tipo” de autor, em suas palavras:

“wants to be read across borders, it wants to be included in lucrative international translation rights deals, it wants to be understood by people all around the world — people with the requisite cultural capital, that is — and it wants to be adapted for film. Complexities of style and language are deemphasized; the writing is flat; plot dominates” (BROUILLETTE, 2016).

A coesão dessas críticas reforça a sugestão de Sapiro de que o embate entre pólos de produção restrita e de grande produção, tal qual Bourdieu os identificou no campo literário francês (2004), são reconhecíveis, e em termos análogos, em escala transnacional. Em um estudo mais recente, Sapiro conclui que, no caso de trocas de bens simbólicos entre campos nacionais assimétricos, existe uma divisão segundo a qual quanto mais um campo nacional ocupa posição dominante no âmbito global, mais seus agentes dominantes buscarão acumular capital simbólico na disputa doméstica — geralmente conversível e propagável na esfera internacional —, ao passo em que,

no caso de campos nacionais dominados no espaço internacional, os dominantes, via de regra, buscam acumular prestígio internacional, o que geralmente se traduz em importação de modelos por parte das elites locais (2013). Essa perspectiva fortalece as críticas de Apter e Brouillette ao propor que, ao buscar representantes de outras culturas que possam atender às expectativas de leitores de grandes centros, intermediários tendem a encontrar, na periferia, integrantes da elite conscientes das categorias que mais provavelmente garantirão reconhecimento nesses mercados.

Por fim, quando o Estado é adicionado a essa equação, é preciso considerar que, embora políticas que interfiram na importação e na exportação de bens simbólicos sejam mais comumente interpretadas como medidas econômicas que visam proteger determinados segmentos, desde artistas locais a grandes representantes da indústria cultural, produzindo potencialmente mudanças na organização dos campos nacionais envolvidos, essas medidas também constituem importantes estratégias de política externa, na medida em que a exportação se torna também a promoção de uma determinada imagem de nação. Concebendo, como já dito, que bens culturais de países periféricos se deslocam como insígnias da cultura que os produziu, mas que, ao mesmo tempo, a distribuição das possibilidades de exportação entre os artistas desses campos nacionais é desigual, além de estreita, a intervenção estatal pode propagar nos grandes centros, sob a aparência de uma circulação natural e artisticamente justificada, obras e artistas que representam interesses políticos. No caso da literatura, por meio da seleção e difusão internacional de determinados livros e autores, Estados podem buscar “renovar y modernizar las imágenes que existen de una sociedad” (KÜPPER, 2016). Corroborar essa perspectiva a declaração do presidente do Institute for the Translation of the Hebrew Literature de acordo com a qual uma das justificativas para o subsídio israelense para traduções literárias do hebraico seja melhorar a imagem do país perante a opinião pública internacional (In SAPIRO, 2016).

Diante desses estudos, novas defesas da concepção de Literatura Mundial ofereceram leituras que escapassem da ficção de um espaço mundial onde livros e escritores deslizariam sem atrito. Apter encerra suas já mencionadas críticas ao conceito propondo uma resignificação que anteponha a leitura do que chamou de “untranslatable” (2013), ou seja, de obras que por suas características particulares não seriam aceitas pelo mercado e nas quais realmente se poderia encontrar inovações de formas, estilos e temas. Não parece, porém, se tratar de uma proposição

capaz de superar o “sistema uno e desigual” até aqui descrito. Pieter Vermeulen argumenta que Apter “undervalues the power of contemporary capital to convert singularities into marketable differences, and to design niche markets for experiences that may initially seem too insignificant to count”<sup>5</sup> (2016). Na mesma direção, Sarah Brouillette defende que elaborar e deitar um novo olhar sobre a literatura não altera as condições materiais que permitem sua produção e circulação (2016).

Outros autores, como David Damrosch, preferem defender uma abordagem fenomenológica de Literatura Mundial, que prescinde dos fatores sistêmicos elencados nos parágrafos anteriores, considerando o conceito não mais do que uma chave analítica para a observação pontual e posterior de trajetórias isoladas de autores que conseguiram ser traduzidos (2003, 2006). Mas, como Gustavo Sorá observa, “no hay nada en un texto que anticipe su traducción”, e “la descripción y comprensión completa de los fenómenos de traducción idealmente debe reconstruir, en primer lugar, la própria ‘historia de viaje’ de las traducciones” (2003, p.24).

Dentro no universo propriamente literário, a discussão pode parecer menor para quem, em consonância com os trabalhos de Derrida, descarte a reprodução de modelos como categoria de avaliação de obras, pressupondo inovações de ordem intrínseca em toda releitura realizada fora do centro. Em oposição a essa postura, e na linha das perspectivas até aqui elencadas, é possível citar Roberto Schwartz:

“É um bom resultado da *désconstruction*, além de uma alegria, saber que os latino-americanos não estamos metafisicamente fadados à inferioridade da imitação, já que também os europeus imitam (aí a relativização da originalidade). Mas seria mais cegueira não enxergar que a inovação não se distribuiu por igual sobre o planeta, e que se as causas dessa desigualdade não são metafísicas, talvez sejam outras.” (SCHWARTZ, 1999, p. )

É com esse olhar crítico e mais atento às condições que permitem a tradução de obras literárias, e aos efeitos que essas traduções produzem, tanto no campo de produção quanto de recepção, que esta pesquisa pretende analisar a experiência recente brasileira de fomento à exportação de autores nacionais. Tal iniciativa, partindo de um país politicamente periférico, apesar de sua riqueza, e cuja língua é literariamente dominada, embora muito falada no mundo, certamente se enquadra como estratégia de ampliação da presença nacional na agenda política e cultural

---

<sup>5</sup> Tradução do autor: “subestima o poder do capital contemporâneo de converter singularidades em diferenças comercializáveis, e de projetar nichos de mercado para experiências que podem inicialmente parecer insignificantes demais para ter importância”

global, cabendo investigar de que modo esses interesses foram mobilizados dentro do campo literário. Como se buscará demonstrar, os propósitos políticos do fomento estiveram atrelados à concepção de soft power do governo federal durante o período analisado, enquanto artistas e comerciantes de arte enxergaram o fomento como meio de alcançar, além do capital simbólico inerente à tradução, o traço cosmopolita que a crítica literária contemporânea permite converter em prestígio, objetivos que não foram perfeitamente complementares.

## **1.2 Diplomacia Brasileira e Literatura no Século XX**

Antes de entrar efetivamente na análise do programa de bolsas de tradução da FBN, pode ser vantajoso situá-lo dentro de um processo mais antigo de afinidade entre o corpo diplomático brasileiro e o campo literário doméstico no que tange à exportação de obras nacionais, aproveitando alguns casos para mostrar como a teoria sintetizada na seção anterior pode ajudar na compreensão de movimentos realizados na intersecção dessas instâncias, bem como de suas consequências.

A relação entre diplomacia e literatura no Brasil não é recente e vai muito além do grande número de diplomatas que conquistaram espaço no panteão literário nacional, como Guimarães Rosa, João Cabral de Melo Neto e Vinícius de Moraes, para citar alguns nomes. Trata-se de uma relação que remonta à criação do Itamaraty, quando Barão de Rio Branco, preocupado com a promoção de uma imagem nacional equiparável à de países europeus, em um momento em que a falta de especialização da atividade científica era suprida por meio do exercício literário, nomeou diversos escritores aos postos de representação diplomática então abertos (SKIDMORE, 1974).

Segundo Juliette Dumont e Anaïs Fléchet, o Brasil foi o primeiro país da América Latina a criar um aparato institucional dentro de seu corpo diplomático voltado para a difusão da cultura nacional no exterior como estratégia de consolidação de seus objetivos na agenda internacional, o Serviço de Expansão Intelectual, fundado em 1934, alterado para Serviço de Cooperação Intelectual por Gustavo Capanema em 1937 e, finalmente, em 1938, para Divisão de Cooperação Intelectual (2014). No ano da criação do Serviço, Ribeiro Couto, que na época ocupava o cargo de cônsul de terceira classe, enviou ao ministro Félix de Barros Cavalcanti de Lacerda

propostas voltadas para estimular o intercâmbio da cultura brasileira, entre as quais se destacam as seguintes: "estabelecer ligação entre escritores estrangeiros e os do Brasil, levando-se em conta afinidades comuns, assim como as respectivas especialidades"; "fornecer livros"; "organizar um fichário com o endereço de todos os escritores, de todos os países, capazes de se interessar pela literatura e pela vida cultural no Brasil"; e "fazer, discretamente, a propaganda dos valores literários do Brasil no estrangeiro, tirando-se, o mais que possível, o caráter ostensivo de 'propaganda oficial' aos trabalhos" (FCRB, 1934)<sup>6</sup>

Em *Traducir el Brasil* (2003), Gustavo Sorá demonstrou como a tradução de autores brasileiros na Argentina durante o século XX não só dependeu, entre outros fatores, da atuação de diplomatas de ambos os países, como suas duas primeiras ondas refletiram os períodos de maior aproximação entre esses Estados: o começo do século e a década de 30. Cabe destacar, respectivamente, nesses momentos, a visita de Campos Salles à Argentina em 1900 — a primeira de um chefe de Estado brasileiro ao país vizinho após a proclamação da República — e a visita de Getúlio Vargas a Buenos Aires em 1935. O primeiro ciclo de traduções, inaugurado pelo estudo *Brasil Intelectual* — editado na ocasião da visita de Salles e escrito pelo diplomata Garcia Mérou — abriu portas, principalmente por meio da Biblioteca La Nación, para a publicação de autores como Machado de Assis, Aluísio Azevedo e Graça Aranha, traduzidos por Arturo Costa Álvarez — que não era diplomata, mas atuou como vice-cônsul do Brasil em La Plata. Nos anos seguintes, com o acirramento das tensões entre os países, principalmente devido ao episódio do Telegrama Número Nove<sup>7</sup> e, mais tarde, às posições divergentes em relação à Primeira Guerra Mundial, Brasil e Argentina se afastaram, reduzindo drasticamente o fluxo de traduções literárias. Na década de 30, em concomitância com a maior interdependência econômica regional, resultado do choque produzido pela depressão de 1929 nos mercados europeus, e em seguida sob a proximidade produzida pela emergência de governos autoritários nos dois países, o interesse pela literatura brasileira voltou a crescer na Argentina. Nesse contexto, a segunda geração modernista foi muito

---

<sup>6</sup> Documento enviado em 1º de março de 1934, p. 2. Arquivo Ribeira Couto. FCRB

<sup>7</sup> Chefe da chancelaria argentina, Estanislao Zeballos interceptou e decodificou uma mensagem do Itamaraty à missão brasileira no Chile e tornou pública uma versão do documento que supostamente revelaria intenções bélicas contra a Argentina. Rio Branco publicou a mensagem original, a recebida no Chile e a versão de Zeballos para desmentir a acusação, inutilizando o código então empregado pelo serviço diplomático brasileiro.

traduzida, principalmente pelas editoras Claridad e Americalee, mas também pelo Ministério de Justicia e Instrucción Pública.

A dinâmica mais curiosa sobre a qual Sorá se debruça, porém, é o apagamento da exportação da literatura brasileira para a Argentina, compreendendo por apagamento o fato de que, embora Buenos Aires tenha, ao longo do Século XX, traduzido uma quantidade de obras brasileiras comparáveis à que importou Paris — em seus cálculos, 412 contra 463 —, instituições e agentes brasileiros se portaram de modo a perpetuar, por meio do silêncio, o desconhecimento sobre a história da literatura brasileira na Argentina. Esse processo é sintetizado pelo autor no caso anedótico de que Raquel de Queirós desconhecia — ou esqueceu, ou fingiu ter esquecido — a tradução de *O Quinze* pela editora Claridad em 1941 (2003, p. 22). Resgatando Casanova, Sorá argumenta que essa negação do intercâmbio cultural entre os países derivou das estruturas de dominação que opõem os dois campos nacionais no sistema literário internacional. Uma vez que as identidades, inclusive as nacionais, são construídas por oposições e rivalidades, o Brasil, durante o esforço por conquistar maior espaço em países literariamente dominantes, não haveria de dar o mesmo valor ao espaço que lograva ocupar no campo editorial argentino, com o qual competia. “Si bien Buenos Aires no debe haber sido una plaza descuidada por Itamaraty, no gozaba de los privilegios de una capital europea” (IDEM, p. 92), explica Sorá, argumento que em outro trecho é sintetizado como prevalência da “dominación diplomática de los principios de selección literária” (IDEM, p.89).

O que Ribeiro Couto quis dizer com “propaganda dos valores literários do Brasil no estrangeiro”, por sua vez, pode ser mais facilmente identificado na influência exercida pela literatura brasileira sobre o modernismo de Cabo Verde. Na década de 30, Couto, que também era poeta, entre outros esforços empreendidos pela divulgação da literatura nacional no exterior, fez chegar, por meio de um notável cabedal de relações com intelectuais portugueses, a literatura modernista brasileira a jovens escritores de Cabo Verde (PINTO, 2018, p.39). O contato com a literatura modernista brasileira, provendo forma aos anseios dos artistas cabo-verdianos pela construção de uma identidade nacional, deu vazão a obras que romperam com os moldes provenientes de Portugal. O precursor dessa renovação foi o poeta Jorge Barbosa, com obra *Arquipélago*, em 1935 (FERREIRA, 1973, p. 89). Três meses depois, em 1936, Barbosa, Manuel Lopes e Baltasar Lopes lançariam o primeiro volume da revista Claridade, marco do modernismo cabo-verdiano, publicação de



cunho regionalista, ancorada nos problemas políticos e sociais de Cabo Verde e voltada para a exaltação de manifestações culturais locais, como a música crioula, inaugurando o elogio da cabo-verdianidade na literatura (ROCHA, 2012, p.3).

Em reconhecimento ao papel de mediador exercido por Couto e em sinal de admiração pelos modernistas brasileiros, os autores claridosos dedicaram diversas obras aos colegas do outro lado do Atlântico. Jorge Barbosa endereçou a Couto o poema “Você, Brasil”, chamaria Bandeira de “meu irmão atlântico” e se prontificaria a procurar “a estrela da manhã/ por todos os cabarés”, sinalizando a proximidade inclusive simbólica e referencial com o brasileiro. Mas o poeta cabo-verdiano que mais viria a dialogar com Bandeira seria Baltazar Lopes, sob o pseudônimo de Oswaldo Alcântara, o que se verifica na publicação de *Itinerário de Pasárgada*, conjunto de cinco poemas em que o escritor africano relê a ansiedade com que Bandeira projeta em uma terra onírica a satisfação dos desejos inalcançáveis na realidade imediata, e em *Rapsódia da Ponta-de-Praia*, publicado na quinta edição da Claridade, em 1947. Baltazar Lopes também escreveria, mais tarde, “Poema a Jorge Amado”, sinalizando admiração pelo cenário literário brasileiro também na segunda metade do século.

É relevante destacar como Ribeiro Couto, ao que recebeu de Manuel Lopes os dois primeiros volumes da Claridade, afirmaria acompanhar “com o máximo de interesse” o “fenômeno de fraternidade” entre as literaturas do Brasil e de Cabo Verde, e apresentou a revista ao poeta e crítico português José Osório de Oliveira, que chegou a recomendar a Lopes que procurasse um editor brasileiro, por meio de José Lins do Rego ou Gilberto Freyre, alegando que os autores cabo-verdianos seriam melhor recebidos em solo brasileiro do que português (GOMES, 2008, p.66), outro sinal de que a linguagem desenvolvida pelos claridosos desafiava o padrão estético de Portugal, então metrópole, e entrava em consonância com a literatura modernista brasileira.

Também esse episódio pode ser lido à luz de *A República Mundial das Letras*. Pascale Casanova afirma que o modernismo brasileiro, ao reivindicar formas, temas e proposições genuinamente nacionais na produção artística doméstica, deslocou, com o passar dos anos, de Lisboa para São Paulo o centro do campo literário lusófono (2002). Na prática, essa dinâmica teria significado, nas colônias africanas de língua portuguesa, a substituição das categorias consideradas legítimas de criação e representação artísticas, de modo que os modelos lusitanos, institucional e violentamente impostos durante o processo de colonização, perderam lugar para

referências de um país que dava importantes passos emancipatórios na língua e na literatura. Simone Caputo Gomes sintetiza esse movimento ao afirmar que os escritores africanos lusófonos escolheram mirar “em outro paradigma cultural, forte, irmão, independente: o Brasil dos mulatos, malandros e heróis ignorados” (2008, p.63), e que, perseguindo esse modelo, a revista Claridade venceu, “com decisão e arte, o cerco salazarista que não permitia o acesso a textos brasileiros com posturas políticas definidas” (IDEM, p.62).

Esses exemplos foram resgatados com o intuito não apenas de dar concretude às críticas antes direcionadas à ideia de que autores ou obras poderiam circular livremente, guiados somente pelos interesses de escritores e editores, ou às afirmações de que Estados, perseguindo objetivos políticos, podem interferir na troca internacional de bens simbólicos, potencialmente abrindo ou vedando canais de circulação literária, mas para enfatizar que casos com essas características não são estranhos ao histórico da internacionalização da literatura brasileira. Em outras palavras, o programa de traduções da FBN, introduzido na próxima seção, pode ser interpretado como atualização de uma estratégia com a qual o Estado brasileiro já teve proximidade em outras circunstâncias, nas quais, como exposto, a política externa caminhou junto da política de difusão cultural, de modo que tal relação não pode escapar da observação do fomento que constitui foco desta pesquisa.

### **1.3 O Programa de Tradução da FBN**

Durante a FLIP de 2011, para cumprir um requisito da Feira do Livro de Frankfurt, para a qual o Brasil fora convidado a participar como país homenageado em 2013, o governo brasileiro anunciou que o programa de bolsas de tradução de obras nacionais, coordenado pela Fundação Biblioteca Nacional e existente desde 1991, ganharia um novo modelo<sup>8</sup>. O objetivo da atualização do programa foi torná-lo um mecanismo mais eficaz e perene de promoção da literatura brasileira no exterior, já que, até então, ele dispunha de critérios menos rigorosos de inscrição e seleção,

---

<sup>8</sup> MIRANDA, André, In O Globo, 2011. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/encontro-de-editores-de-varios-paises-na-flip-quer-fortalecer-presenca-de-livros-brasileiros-no-exterior-2872370>

além de contar com um orçamento menor e descontínuo, fatores que limitavam seus resultados<sup>9</sup>.

Fábio Lima, coordenador do programa de traduções, definiu assim o primeiro modelo de bolsas:

“de 1991, quando foi criado, até 2011, houve uma inconstância: às vezes havia recurso para dez bolsas de tradução, às vezes para duas, trinta ou mesmo para nenhuma. O resultado direto era que as editoras estrangeiras não se sentiam suficientemente confiantes no programa para investir em seus respectivos projetos de tradução.” (RISSARDO; MAGRI, 2015, p. 2)

Do ponto de vista de Frankfurt, a exigência de que os países convidados adotem políticas semelhantes se justifica pelo entendimento preliminar de que a capacidade do evento de promover autores e literaturas periféricas é pontual, se não acompanhada de ações continuadas por parte dos próprios homenageados. Esse entendimento suscitou, na última década, diversas críticas a feiras literárias internacionais cujos modelos não incentivavam a abertura, após os eventos, de novos canais de tradução (PARDO, 2010; RODRIGUES, 2015). Em concordância com essas críticas, e em defesa óbvia do programa, Moema Salgado, que ocupou a posição de diretora de Relações Institucionais da FBN, resumiu que “não adianta ter uma feira, levar o autor, se depois ele não é traduzido” (RISSARDO; MAGRI, 2015, p. 5).

Surgiu, assim, o atual Programa de Apoio à Tradução e Publicação de Autores Brasileiros no Exterior, sequência de editais abertos nos quais editoras estrangeiras podem se inscrever para solicitar bolsas que cubram parcialmente os custos da publicação de obras brasileiras em seus respectivos mercados. Existe, portanto, subjacente à lógica do programa, a percepção de que o custo de tradução é uma variável importante para explicar a dificuldade da literatura brasileira em adentrar os mercados literários centrais, de modo que a redução desse custo, por meio de subsídios, tornaria o livro brasileiro mais rentável e conseqüentemente mais atraente para editoras estrangeiras — senão em detrimento de obras em línguas centrais, pelo menos em detrimento de outras línguas periféricas. O resultado da atualização do programa, em números, é evidente: enquanto o modelo antigo, vigente entre 1991 e

---

<sup>9</sup> O programa anterior não exigia apresentação de planos de distribuição, currículos dos tradutores ou pesquisa sobre a situação legal das editoras estrangeiras aplicantes. Além disso, não havia edital em inglês, ele era pouco divulgado em eventos internacionais e tinha prazos mais curtos de inscrição

2010, concedeu 194 bolsas, a nova versão do programa contemplou, entre 2011 e 2019, 932 projetos — de um total de 1.472 inscrições<sup>10</sup>.

Em um cenário ideal, uma pesquisa como esta seria capaz de medir a parcela de participação das bolsas concedidas pela FBN no quadro geral de traduções brasileiras, a fim de compreender com precisão o impacto da iniciativa sobre a exportação de obras nacionais. No entanto, não há, em nenhuma instituição doméstica, registro que seja ou que se queira completo das traduções literárias do português brasileiro para outros idiomas. Apesar dessa dificuldade, comparações isoladas do volume de publicações brasileiras nos principais mercados estrangeiros nos últimos anos indicam que o programa desempenhou papel importante para ampliar a inserção de autores nacionais em outros mercados.

Em *Mapping Brazilian Literature Translated into English* (2017), por exemplo, Cimara Valim de Melo identificou tradução de 56 obras brasileiras para o inglês entre 2000 e 2014. As bolsas da FBN, em comparação, contemplaram, entre 2011 e 2019, 91 traduções. Em *Le Marche du Livre en France: Emergence de la Litterature Bresilienne*, Marie-Hélène Catherine Torres registrou tradução de 190 livros brasileiros para o francês entre 1970 e 1999, média de 6,3 por ano (2000). Em nove anos, a FBN concedeu 100 bolsas para editoras francesas, média de 11,1 por ano. No caso da Alemanha, Petra Boes mostrou que, na segunda metade do século XX, traduções de obras brasileiras completas para o alemão oscilavam em torno de 40 títulos por década (2013)<sup>11</sup>. A esse cenário cabe adicionar que o crítico literário Michael Kegler, responsável por traduzir diversos livros do português para o alemão, observou, nas vésperas da Feira de Frankfurt que homenageou o Brasil, que havia, em 2011, menos de 60 títulos de literatura brasileira no mercado alemão, sendo que 39 deles — destaque para a carga depreciativa do argumento — eram de autoria de Paulo Coelho (2013). Com o fomento da FBN, 92 títulos foram traduzidos, alguns, inclusive, pelo próprio Kegler<sup>12</sup>.

Poder-se-ia argumentar, e provavelmente com razão, que atualmente a literatura brasileira é mais traduzida do que nos períodos cobertos por essas

---

<sup>10</sup> Dados recolhidos junto à FBN.

<sup>11</sup> Contos, crônicas e poemas publicados isoladamente em coletâneas e antologias compõem volume maior de traduções

<sup>12</sup> Com bolsas da FBN, Kegler traduziu para o alemão 5 livros de Luiz Ruffato, 2 de João Paulo Cuenca, um de Moacyr Scliar e um de Michel Laub, entre outros. Kegler também traduziu os angolanos Ondjaki e José Eduardo Aqualusa.

pesquisas, de forma que a comparação proposta não forneceria uma visão precisa da importância que as bolsas governamentais representam. Mas, na ausência de uma base sólida de dados na qual se apoiar, o que se pretende demonstrar aqui, com essas comparações, é simplesmente a relevância da iniciativa. A publicação de autores brasileiros no exterior precisaria ter aumentado muito, nos últimos anos, para que o fomento não tenha cumprido papel minimamente considerável.

De acordo com Fábio Lima, o sucesso da nova versão das bolsas, em relação à anterior, deveu-se à maior proximidade da FBN com agentes do mercado. Essa relação se refletiu na adoção de medidas que proveram maior segurança tanto às editoras estrangeiras quanto ao MinC. Para as editoras de fora, a segurança foi sustentada por um orçamento pré-definido, pela divulgação mais intensa e pelo caráter continuamente aberto dos editais. Para a FBN, as garantias vieram na forma de maior controle da qualidade e do planejamento dos projetos de tradução inscritos. Outra mudança que Lima atribui a conselhos provenientes do mercado editorial foi uma atuação mais assídua e próxima de representantes da FBN em feiras, festivais e outros eventos internacionais reconhecidos como polos de negociação de direitos autorais, a fim de divulgar a iniciativa.

Por outro lado, Moema Salgado também já conferiu, em diferentes circunstâncias, o sucesso do programa ao momento que a imagem brasileira vivia no contexto internacional:

“Certamente os grandes eventos esportivos que acontecerão aqui contribuem, mas o que mais conta é a situação econômica do país e seu protagonismo na política e na economia internacional, além da exposição na mídia que tudo isso provoca. Aproveitando esse cenário, o governo decidiu fazer um esforço maior para a produção literária brasileira se tornar mais conhecida internacionalmente” (MESQUITA, 2012)

Em outros momentos, Salgado chegou a atribuir não só o desempenho do programa, mas sua própria concepção, à projeção internacional do Brasil.

“Desde 2010 essa foi uma compreensão muito clara do MinC, que dedicou recursos importantes para o programa em 2011, 2012, 2013 e até 2014. Trata-se de um programa estratégico para a projeção internacional do Brasil, que começou a ser construída com o início do governo Lula, com o Gilberto Gil no MinC [...] Em 2010, com a assinatura do termo de compromisso entre o Ministério da Cultura e a Feira do Livro de Frankfurt, houve essa nova compreensão de que a literatura é uma forma importante de penetração internacional da cultura brasileira, o tal do soft power, que foi muito falado naquele período do ministério, e o programa seria uma forma de dar

perenidade à presença da literatura brasileira no exterior” (RISSARDO; MAGRI, 2015, p. 3)

Com efeito, é essencial ressaltar que o Brasil, além de convidado de honra em Frankfurt em 2013, foi o país homenageado nas feiras literárias de Bogotá (2012), Bolonha (2014), Gutemburgo (2014), Guadalajara (2016) e no Salão do Livro de Paris (2015). Além disso, o convite recebido para ser tema da feira alemã constituiu feito inédito, visto que o Brasil foi o primeiro país a ser homenageado duas vezes. Essa proeminência destaca que a imagem internacional do Brasil no período realmente influenciou a dispersão da literatura brasileira, ou pelo menos o interesse por ela, e que a responsabilidade pelo resultado das bolsas, sem diminuir as adequações sugeridas pelo mercado e aplicadas pela equipe que conduziu o programa, foi em grande medida governamental. Afinal, a participação em cada um desses eventos exigiu envolvimento do Itamaraty, do MinC, da Funarte e da Apex-Brasil, além de entidades como CBL, SNEL, ABL e Libre, constituindo um verdadeiro esforço coletivo para posicionar o Brasil sob os holofotes do mercado editorial global, o que Villarino Pardo enquadrou como diplomacia cultural (2014). A participação custou R\$ 12.971.635,06 aos cofres públicos (STELLA, 2020).

Na mesma direção, cabe recordar que, em 2008, o Governo Federal criou a Diretoria de Relações Internacionais do MinC, que conferiu ao ministério, amparado pelo Departamento Cultural do Itamaraty, atribuições que o tornaram o principal condutor da diplomacia cultural brasileira (BARÃO, 2012). Em 2011, em conformidade com orientações da ONU e da UNESCO sobre o papel da cultura para o desenvolvimento nacional<sup>13</sup>, foi criada, dentro da pasta, a Secretaria de Economia Criativa, que, entre outras atividades, realizou pesquisas para compreender a internacionalização de bens culturais como recurso de soft power. Voltando alguns anos no tempo, esse desenho institucional não seria possível sem que, em 2003, uma reforma do MinC tivesse lhe garantido um orçamento mais robusto e uma operacionalidade mais eficiente, provendo autonomia aos órgãos a ele vinculados e posicionando a cultura em um patamar mais elevado na administração pública (MEIRA, 2006). Foi também dessa reforma que se originou o Plano Nacional de Cultura, que proveu diretrizes ao ministério. Ao mesmo tempo, do lado do MRE, o período entre 2003 a 2010 foi marcado por um cronograma relativamente intenso de

---

<sup>13</sup> O tema pode ser aprofundado em *The Power of Culture for Development* (BOKOVA, 2013)

atividades voltadas para a promoção do idioma nacional através da Divisão de Operações de Difusão Cultural (DODC), com destaque para os investimentos alocados em ações nas áreas de Língua, Livro, Leitura e Literatura e Editoração (NOVAIS, 2013). Com base nessas observações, pode-se argumentar que a atenção que a literatura brasileira recebeu do mundo na segunda década do século não apenas dependeu de grande apoio do Estado brasileiro, como dependeu de um apoio institucionalmente gerido desde a década anterior. Foi, em resumo, resultado de planejamento a longo prazo.

Não à toa, Moema Salgado localiza a gênese do interesse governamental na difusão internacional da cultura na passagem de Gilberto Gil pelo MinC. Nesse sentido, um discurso do ex-ministro proferido na abertura da primeira Conferência Nacional de Cultura se mostra particularmente emblemático:

“A mestiçagem e a antropofagia cultural, alimentados por constantes fluxos migratórios de pessoas e de ideias, produziram aqui uma cultura potente e plural, com um grau de diversidade e renovação comparável ao de alguns poucos países do planeta. [...] Esta cultura diversa ocupa um papel central na vida social do país e constitui, ao lado de nossa biodiversidade, o grande patrimônio brasileiro, a nossa principal riqueza, uma extensa semiodiversidade que tem inestimável valor econômico e social. Na globalização e na era do conhecimento, em que o saber, o simbólico e a inovação tornam-se os ativos fundamentais de um país, e de qualquer organização ou comunidade, a vitalidade e a diversidade cultural surgem como fatores decisivos de desenvolvimento. Neste contexto, as expressões culturais do povo brasileiro afirmam-se como diferenciais competitivos e vetores potencialmente estratégicos no enfrentamento de dois desafios históricos: o desenvolvimento pleno do país e sua inserção soberana na globalização” (GIL, 2005, p. 386)

Declarações como essa, bem como as de Moema Salgado, ajudam a compreender a dupla-face do programa de bolsas para tradução, uma voltada para o mercado editorial, outra para a política externa. Mas não são as únicas manifestações a fazê-lo. O Relatório de Gestão de Exercícios de 2015 da FBN afirma que o programa contribui “fortemente para a projeção da imagem do Brasil no exterior e ao maior interesse dos editores e agentes literários estrangeiros pela literatura nacional”, uma tentativa clara de conciliar os dois objetivos (MinC, 2016, p. 38). Com mais profundidade, e não sem apelo lírico, o discurso do então presidente da FBN, Renato Lessa, durante a abertura da Feira do Livro de Gutemburgo, retrata a mesma duplicidade:

“Trata-se de uma ação que, sem dúvida, contribui para maior abertura do mercado internacional para autores brasileiros. Estou convencido, no entanto, de que se trata de muito mais do que isso. [...]”

A agenda imaterial que mencionei conecta-se a este entendimento da literatura: a literatura não reflete a realidade; ela afeta a realidade. Ela o faz – quase sempre sem propósito (e por isso deve ser absolutamente livre) – ao atuar sobre a sensibilidade dos leitores, sobre seus mapas cognitivos e valorativos, afetando, por essa via, seus modos de existência. Trata-se, pois, de coisa séria. [...] Essa é a experiência de um país no qual clássicos tais como Dom Casmurro, Os Sertões, Vidas Secas, Grande Sertão: Veredas, entre outros, agiram no sentido de formar nossos aparelhos de percepção a respeito do que é – e pode ser – o Brasil. [...]

Esperamos que a tão desejada “internacionalização” da literatura brasileira possa ser entendida de forma dupla. Como apresentação e divulgação de uma literatura embebida em uma história particular e, ao mesmo tempo, como algo a ser acrescentado a um fundo comum de objetos imateriais, compartilhável por toda a humanidade. Para citar alguns exemplos deste magnífico país, a Suécia: o escritor August Strindberg, o cineasta Ingmar Bergman, o pintor Ragnar Sandberg e a mezzo-soprano Anne Sofie von Otter, além de inequivocamente suecos, são partes constitutivas do fundo comum ao qual aludi.” (LESSA, 2014)

Como já comentado, o fomento da exportação de bens simbólicos caminha junto com a projeção de uma determinada imagem nacional, visto que produtos culturais circulam como representantes de sua cultura, percepção sobremaneira forte no campo de produção restrita e especialmente atraente no caso de países periféricos, desejosos por aumentar sua inserção no centro do sistema cultural internacional. Segundo Küpper:

“Obviamente nos interesa que nos descubran y nos preocupa que la imagen que otras sociedades crean de nosotras no sea una imagen distorsionada. Este aspecto adquiere especial importancia en caso de culturas minorizadas, pues las extratraducciones no sólo inciden en la cultura de recepción, sino que al mismo tiempo también tienen efecto en la comunidad de origen, en la medida que legitiman y la presentan, construyendo una determinada imagen de ella”. (KÜPPER, 2016, p. 59)

Sendo assim, o Programa de Apoio À Tradução e à Publicação de Autores Brasileiros no Exterior, embora tenha surgido como resposta a um empreendimento de natureza econômica — a Feira de Frankfurt é, pois, o maior centro de negociação de direitos autorais do mundo —, por constituir um mecanismo de difusão e controle da imagem nacional no mundo, acabou sendo compreendido e concebido também em termos de política externa. Por isso seus resultados eram e são apresentados como evidência da viabilização de acordos comerciais em importantes centros editoriais, mas são, ao mesmo tempo, celebrados como prova da “inserção soberana”



brasileira no sistema internacional por meio de nossos “diferenciais competitivos” culturais. Ou, para citar o discurso de Lessa, como prova da participação brasileira no “fundo de bens imateriais” compartilhado pela humanidade. Não surpreende, portanto, que os encarregados da comunicação institucional da FBN se esforcem para manter, em suas manifestações públicas, o programa atrelado aos dois lados que disputam sua autoria e seus louros: o mercado e o Estado. Na prática, porém, há mais tensões nessa relação, embora muitas vezes veladas.

#### **1.4 Disputas dentro de Programas de Difusão**

A dupla face de programas de apoio à tradução, uma voltada para o mercado editorial, outra para a agenda de política externa, ainda que coerente no plano discursivo, produz atritos na realidade. A participação da Argentina como país homenageado da Feira de Frankfurt em 2010 pode ser recuperada como exemplo eloquente. Ao que assinou o acordo para participação do país, a presidenta Cristina Kirchner anunciou, por meio do Decreto 1.316/08, que as figuras que representariam o Estado argentino no evento seriam Eva Perón, Che Guevara, Diego Maradona e Carlos Gardel. Como apontaram Muniz Jr. e Spielbargz (2016), uma forte onda de críticas à ausência de escritores resultou na decisão de somar ao grupo Jorge Luis Borges e Julio Cortázar. Ainda descontentes com a baixa representatividade, agentes da cena cultural argentina exigiram a inclusão de mais autores, movimento que culminou, progressivamente, na incorporação dos nomes de Rodolfo Walsh, Alfonsina Storni, Manuel Puig e Alejandra Pizarnik. O diretor do evento alemão, Juergen Boos, repreendeu a postura argentina, salientando que o governo deveria incentivar a projeção de novos autores e apresentar um “panorama atual da literatura nacional”, o que o governo argentino garantiu que seria priorizado por meio do programa Sur de fomento à tradução (IDEM, 2016).

Anteriormente se destacou que as línguas nacionais dispõem, em menor ou maior grau, de um capital literário, cujo processo de acumulação envolve, entre outras estratégias e variáveis, a antiguidade e o reconhecimento internacional de cânones literários considerados puros em relação a outras tradições. Dentro dessa perspectiva, não é surpreendente que os primeiros escritores escolhidos pela Argentina tenham sido Borges e Cortázar. Sua seleção se apresenta como óbvia aos decisores, uma

vez que apresentar ao mundo seus maiores clássicos é, do ponto de vista da tradição literária argentina, uma forma de atestar sua antiguidade e sua singularidade estética — o mesmo se poderia dizer do fato de Renato Lessa ter citado, em seu discurso na Suíça, Machado de Assis e Guimarães Rosa como representantes da literatura brasileira.

Poder-se-ia argumentar que o interesse do governo argentino em privilegiar figuras de longa tradição na construção da identidade nacional remete ao objetivo de difundir uma determinada imagem do país, não à posição do espanhol na disputa por capital literário. Essa ótica se adequa bem, inclusive, ao fato de Eva Perón, Che Guevara, Maradona e Carlos Gardel terem sido os primeiros escolhidos. É preciso considerar, porém, que escritores e suas obras compõem igualmente o inventário de símbolos que sustentam as diferentes identidades nacionais, ao lado de hinos, mitos e heróis (THIESSE, 1998), e que as próprias línguas desempenharam e ainda desempenham papel importante na formação dos Estados-Nação, constituindo uma relação inapelável entre literaturas nacionais, línguas nacionais e nações. Ao priorizar a projeção de Borges e Cortázar, os mais célebres escritores de seu panteão literário, mesmo que o objetivo dos agentes envolvidos tenha sido o de favorecer uma determinada imagem de país, a Argentina promoveu, de maneira concomitante, um movimento em favor de seu prestígio literário. Da mesma forma, quando Borges e Cortázar são traduzidos por lógicas próprias do mercado editorial, a Argentina, enquanto nação desses autores, beneficia-se desse prestígio. Em resumo, agentes estatais não precisam raciocinar em termos de capital literário para priorizar a difusão de autores e obras cuja circulação mais beneficia o prestígio de uma determinada literatura, pois os escritores que constituem com mais robustez o capital literário de um país são justamente os mais atrelados historicamente a sua identidade nacional.

Esse episódio sustenta a proposição de Gisèle Sapiro de que países que ocupam posição dominada na esfera internacional tendem a investir em estratégias nacionalistas de internacionalização, favorecendo a circulação de bens simbólicos que representem suas respectivas culturas e particularidades, em oposição a uma estratégia de internacionalização que beneficie o fluxo de produtos promovidos como universais, geralmente empregada pelo subcampo heterônimo de países dominantes — a autora utiliza o exemplo das tentativas conduzidas pelos EUA, na 8ª rodada de negociação da OMC, iniciada em 1986, para que produtos audiovisuais fossem integrados ao regime de livre comércio, o que prejudicaria pequenas indústrias

nacionais de cinema. Sob essa perspectiva, o incentivo estatal para difusão da literatura precisa ser analisado à luz de uma disputa entre Estado e mercado que não está mais restrita ao campo nacional, uma vez que, no caso de países periféricos, escritores precisam de um ou de outro como fiador para circular no centro, movimento que, em cada um dos casos, exige estratégias distintas. Essa competição, por sua vez, instiga narrativas conflitantes que visam reconhecer ou desvalidar os diferentes objetivos que Estados podem perseguir ao difundir bens culturais — como favorecer um ou outro segmento ou subcampo —, bem como os efeitos alcançados:

“La logique de marché se confronte de plus en plus à celle des États, qui deviennent, à travers les politiques d’aide, les garants de l’autonomie relative des champs de production culturelle face aux critères marchands. Dans le domaine des industries culturelles, la mondialisation s’est en effet traduite en premier lieu par une accentuation des contraintes proprement commerciales, à travers l’accélération des processus de concentration et de fusion-acquisition et l’internationalisation des grands groupes. Elle a soulevé des protestations du côté des représentants du pôle de diffusion restreinte, qui ont dénoncé le risque de standardisation des produits culturels contre la qualité, l’originalité, la novation. De leur côté, les représentants du pôle de grande diffusion font valoir, contre ce qu’ils tiennent pour de l’élitisme, les préférences du public, dont la sanction, mesurée par les ventes, doit l’emporter sur tout autre critère, et ils dénoncent les politiques d’aide étatiques comme des formes de monopole qui faussent la concurrence entre les produits” (SAPIRO, 2013, p.28)

Casanova chama atenção para o fato de que mesmo uma língua com elevado capital literário é politicamente dependente, mas que, “quanto mais antiga for, mais dispõe de recursos que lhe permitem, caso necessário, negar a dependência” (2002, p. 113). Isso significa que as línguas centrais se distinguem pela maior capacidade de se apresentar como universais, recusando vínculos nacionais, ainda que seu capital literário seja composto de bens necessariamente nacionais e maior seja quanto mais longa for sua tradição literária nacional, concretizada em seus clássicos. As línguas periféricas, em contrapartida, possuem menos recursos para se autonomizar em relação ao Estado e precisam dele para competir, sem qualquer chance de acobertar essa dependência, como a escolha dos representantes argentinos em Frankfurt elucidada.

Essas reflexões cabem aqui porque o fomento governamental para publicação de autores no exterior pode ser lido precisamente como um exemplo dessa sujeição. O anseio pela projeção de artistas canonizados por meio do apoio estatal

evidencia não apenas desigualdade econômica entre mercados editoriais nacionais, mas também desigualdade de capital simbólico entre diferentes tradições. Só que tentativas de atuar nessas duas frentes simultaneamente não têm como deixar de retesar um cabo de guerra entre Estado e campo literário, pois são poucas as obras historicamente alçadas ao patamar de representantes de uma cultura, o que inclui atritos com integrantes do mercado editorial, devido aos evidentes ganhos econômicos dos agentes selecionados.

Quanto maior for o interesse de um país em converter a exportação de bens simbólicos em melhoria das condições sob as quais disputa com outras nações no plano cultural, ou, dito de outra forma, para aumentar sua representatividade no “fundo imaterial compartilhado pela humanidade”, pode-se prever que mais tentativas empreenderá para monopolizar os mecanismos que definem essa exportação, tarefa mais fácil quanto mais as iniciativas em questão dependerem do envolvimento de instâncias governamentais. As bolsas oferecidas pela FBN não estão inscritas em um controle tão rígido por parte do governo federal quanto o decreto argentino que definiu representantes para a feira de Frankfurt, e foram desenhadas de forma a dialogar mais com o mercado editorial, mas isso não significa que estejam isentas de ingerência política. São sintomáticos de tal interesse os critérios de seleção das obras aprovadas e as mudanças na morfologia do programa ao longo dos anos, com destaque para a participação crescente do Itamaraty, pontos explorados a seguir.

#### **1.4.1 Critérios de Seleção das Bolsas da FBN**

Em relação ao processo seletivo, o programa da FBN aceita solicitações de editoras interessadas em obras brasileiras que já tenham sido publicadas no Brasil, mas que sejam inéditas no país da tradução, ou para reedições de obras esgotadas há no mínimo três anos. Os editais são abertos, o que significa que não existe prazo definido para realização de inscrições ou entrega de documentos, podendo as solicitações ser entregues à FBN a qualquer momento. O valor das bolsas concedidas visa cobrir entre 50% e 80% do custo de tradução do projeto, calculado com base em informações recolhidas na inscrição, tais quais número de laudas, taxa de câmbio e valor médio da tradução para o idioma em questão. Uma vez qualificadas, as propostas são julgadas por comissões que se reúnem em datas definidas na publicação do edital, variando entre três e cinco vezes por ano, entre 2011 e 2015,

média que caiu para duas vezes por ano, depois disso. Os pareceres são alcançados com base em um cálculo que tem por objetivo mensurar, a grosso modo, quais projetos apresentam maior potencial de representação da literatura brasileira no exterior. Pode-se dizer, assim, que as bolsas concedidas são o resultado da soma de dois filtros. O primeiro deles ocorre quando as editoras estrangeiras escolhem quais obras lhes interessam. O segundo filtro é o da comissão que defere ou indefere as inscrições, pautando-se no quanto estas lhe parecem *relevantes*.

Relevância é, com efeito, o termo utilizado nos editais do programa, mais objetivamente da seguinte maneira:

“Seção VII, art 18: A Comissão Avaliadora adotará os seguintes critérios de seleção: a) Relevância da publicação da obra para a promoção e divulgação da cultura e da literatura brasileira no exterior; b) Consistência da proposta; [...] Art. 18.4: Em caso de empate prevalecerá o projeto que receber maior nota no critério “a”, persistindo o empate, o critério será o sorteio.” (DOU, 2011, p.3)

No que concerne à consistência da proposta, o artigo 18.7 da sessão VII estipula que serão considerados o planejamento de distribuição dos livros, o contrato firmado com o futuro tradutor, cujos currículo e portfólio também são avaliados, o catálogo recente da editora, a indicação dos principais canais de venda e a tiragem prevista de impressões. Tratam-se, portanto, de critérios mensuráveis. Por relevância, em contrapartida, os três primeiros editais não apresentam que elementos serão levados em conta pelos integrantes das comissões, o que fez do exame um reflexo necessariamente subjetivo do quanto eles, os integrantes, consideram cada obra, idioma de tradução e país de recepção importantes no que concernia à capacidade da tradução analisada de promover a cultura brasileira no exterior. Essa subjetividade ganha destaque se considerado que, em caso de empate entre propostas, a relevância, definida de forma abstrata, tinha mais peso do que a consistência, mensurada em dados concretos.

No quarto edital, publicado em 2018, o conceito de relevância foi finalmente mais detalhado, movimento que, no entanto, antes enfatizou a imprecisão e a subjetividade das categorias mobilizados do que proveu maior grau de mensuração, conforme os artigos a seguir indicam: “Art. 30, a) Relevância, relativa, da publicação da obra para a promoção e a divulgação da cultura e da literatura brasileira no exterior”, e “Art. 30, b) Relevância estratégica, relativa, do idioma e do país em que a

obra será publicada para a promoção e divulgação da cultura e da literatura brasileira no exterior” (MinC, 2018, p.8). O critério de relevância continuou superior ao da consistência da proposta. Merece atenção, contudo, que uma outra categoria é criada neste documento, a do “Aspecto de diversidade que a tradução/publicação da obra é capaz de agregar ao quadro geral das línguas e países em que a literatura e [a] produção intelectual brasileira já se encontram representadas” (IDEM). Essa adição, como se buscará argumentar, condiz com o momento de maior ingerência do Itamaraty sobre o programa e pode ser lida como parte de uma estratégia mais ampla de política externa.

Com base nessas observações, torna-se hipótese plausível, logo, que a composição das bancas constitui a principal fonte de veto das propostas, e que esses vetos podem corresponder a duas dinâmicas distintas, mas não excludentes. Por um lado, as decisões podem refletir a maneira como integrantes das comissões avaliadoras enxergam a distribuição de prestígio no campo literário nacional e no fluxo literário global — embora não necessariamente nesse termos —, priorizando a tradução de obras que consideram, por si só, relevantes: *traduções relevantes porque*. Por outro lado, a noção de relevância pode corresponder a uma avaliação estratégica de acordo com a qual a tradução de uma determinada obra para um determinado idioma ou país seria relevante por aquilo que poderia possibilitar, em termos políticos, econômicos ou culturais: *traduções relevantes para que*. Para testar essa hipótese, é preciso avaliar se mudanças na composição das comissões foram acompanhadas de mudanças em suas decisões. Por isso, antes de mapear a distribuição do fomento, cabe compreender o histórico de constituição das bancas.

#### **1.4.2 Composição das Comissões Julgadoras**

As comissões de apreciação são compostas, via de regra, por arranjos variados de integrantes, convidados pela presidência da FBN (MinC, 2015, p. 22). Também vale destacar que a decisão sobre as bolsas ocorre exclusivamente durante as reuniões previstas nos editais, de modo que os jurados não compõem um grupo fixo ao longo do tempo, dispondo apenas dos encontros para discutir e aferir as propostas. A julgar pela trajetória acadêmica e profissional de seus integrantes, no entanto, é plausível supor que a natureza pontual e variável das reuniões não tenha logrado garantir, pelo menos nos primeiros cinco anos do programa, grande variedade

de categorias de avaliação das obras e propostas submetidas à análise, visto tanto que os jurados convidados apresentavam formações semelhantes — principalmente em Jornalismo, Letras e Biblioteconomia, em cursos da UFRJ e da UERJ — como que mantinham, além disso, relações profissionais extrínsecas ao âmbito do programa, com destaque para suas atuações em veículos midiáticos como O Globo e o Jornal da Tarde, além de em órgãos vinculados ao MinC, como a Fundação Casa Rui Barbosa (FCRB) e a própria FBN. A formação dos avaliadores pode ser consultada no Anexo 1.

Em cada um dos quatro editais, a formação das comissões experimentou um equilíbrio diferente de representação das instituições envolvidas no projeto. A observação dessas variações permite compreender momentos de proeminência de distintos interesses, a depender das entidades e órgãos com maior peso nas comissões. No primeiro edital, isto é, entre 2011 e 2013, as reuniões contaram com a participação de dois representantes da FBN, um representante do MinC ou agência vinculada e dois consultores externos, especialistas em Literatura. Nesse período, funcionários da FBN corresponderam, em média, a 47% dos jurados — consultores externos equivaleram a 44% do quadro e representantes do MinC, a 9%. As reuniões foram compostas da seguinte forma:

**Tabela 1: Constituição das Comissões do Primeiro Edital, por Reunião**

Integrantes do primeiro Edital	Data das reuniões do primeiro edital											Total
	2011		2012					2013				
	28/out.	13/dez.	12/abr.	19/jul.	01/out.	22/out.	21/nov.	30/jan.	10/abr.	26/jun.	31/jul.	
Berilo Vilaça Vargas												4
Heloísa Buarque de Hollanda												4
Leonardo Fróes da Sila												8
Aníbal Bragança (FBN)												6
Mônica Rizzo (FBN)												1
Moema Salgado (FBN)												3
Ana Cristina Sá (FBN)												6
Rosane Santos (FBN)												4
Eliane Vasconcelos (FCRB)												5
Júlio César Valladão Diniz												6
Paula Glenadel Leal												3
José Almino (FCRB)												2
Rutonio Sant'Anna (FBN)												4
Anna Naldi (FBN)												1

Dados recolhidos no Diário Oficial da União e por meio de consulta à FBN

O segundo edital diminuiu a participação de consultores externos e aumentou a representatividade de funcionários ligados à FBN ou ao MinC, ou seja, fortaleceu a influência de instâncias governamentais em detrimento da opinião de agentes do campo literário. Esse movimento se torna ainda mais emblemático se observado também que não houve qualquer alternância na posição reservada a especialistas em Literatura. O crítico e tradutor Leonardo Fróes da Silva, presente nas últimas quatro reuniões do primeiro edital, foi o único consultor externo convidado para o segundo edital, o que denota despreocupação com a renovação de perspectivas e conforto, por parte da FBN, com a participação de Silva. Em números, a participação de colaboradores da FBN nas comissões do segundo edital foi de, em média, 60%.

**Tabela 2: Constituição das Comissões do Segundo Edital, por Reunião**

Integrantes do segundo Edital	Data das reuniões do segundo edital						Total
	2013		2014			2015	
	26-set	6-nov	19-mar	2-jun	27-out	17-abr	
Leonardo Fróes da Sila							6
Moema Salgado (FBN)							4
Mônica Rizzo (FBN)							1
Ana Cristina Sá (FBN)							2
Eliane Vasconcelos (FCRB)							3
José Almino (FRCB)							3
Rutonio Sant'Anna (FBN)							5
José Einsenberg (FBN)							3
Anna Naldi (FBN)							1
Marcus Vinícius Toledo (FBN)							2

Dados recolhidos no Diário Oficial da União<sup>14</sup> e por meio de consulta à FBN

Depois da segunda reunião do terceiro edital, quando Fróes da Silva deixaria de participar dos encontros, novamente apenas uma pessoa ocuparia a posição de consultor externo, o professor Marcelo Jacques de Moraes, reforçando que o programa deixara de lado a preocupação de escutar diferentes vozes do campo literário. Mas essa não foi a principal diferença do terceiro edital. Em 2015, o que mais

<sup>14</sup> Para o levantamento dos dados utilizados nesta pesquisa, foram compiladas decisões executivas publicadas nos seguintes Diários Oficiais da União, devidamente referenciados na bibliografia: Nº 215 de 2011, Nº 241 de 2011, Nº 91 de 2012, Nº 146 de 2012, Nº 194 de 2012, Nº 208 de 2012, Nº 229 de 2012, Nº 31 de 2013, Nº 98 de 2013, Nº 148 de 2013, Nº 164 de 2013, Nº 196 de 2013, Nº 224 de 2013, Nº 61 de 2014, Nº 145 de 2014, Nº 210 de 2014, Nº 75 de 2015, Nº 161 de 2015, Nº 213 de 2015, Nº 83 de 2016, Nº 192 de 2016, Nº 104 de 2017, Nº 198 de 2017, Nº 80 de 2018, Nº 202 de 2018, Nº 94 de 2019, Nº 212 de 2019



chama a atenção na nova etapa do programa é que, na contramão do movimento anterior, houve redução do número de colaboradores da FBN, e não em detrimento de consultores externos, como antecipado, mas para que representantes do Departamento Cultural do Itamaraty pudessem compor as bancas. Sobre o interesse do Itamaraty no programa, merece atenção, sobretudo, que, a despeito de o edital prever, nas comissões, espaço para um representante do MRE, dois diplomatas, Gustavo Pacheco e Adan Muniz, por estarem alocados em projetos de internacionalização de agências vinculadas ao MinC, como Funarte e Ancine, participaram na categoria de representantes da pasta de Cultura, não do MRE, de modo que, na prática, a influência do Itamaraty nas comissões foi maior do que previa o edital. Considerando Pacheco e Muniz como representantes do Itamaraty, a participação de quadros da FBN nas comissões do terceiro edital foi de 41%, a média mais baixa, até então, enquanto diplomatas constituíram 33% das comissões e consultores externos, 21%. A participação da única funcionária realmente alocada no MinC, Raihana Torres, foi baixa, equivalendo a 3% da composição das bancas.

**Tabela 3: Constituição das Comissões do Terceiro Edital, por Reunião**

Integrantes do Terceiro Edital	Data das reuniões do terceiro edital							Total
	2015		2016		2017		2018	
	12-ago	4-nov	20-abr	26-set	22-mai	26-set	12-abr	
Leonardo Fróes da Sila								2
Moema Salgado (FBN)								3
Marcus Vinícius Toledo (FBN)								7
Gustavo Pacheco (MinC)								3
André Maciel (MRE)								2
Lucas Leitão (MRE)								1
Marcelo Jacques de Moraes								5
Maria Eduarda Marques (FBN)								4
Adam Muniz (MinC)								1
Fábio Pinto Cunha Coelho (MRE)								1
Raihana Torres Falleiros (MinC)								1
Gustavo de Sá Duarte Barbosa (MRE)								3

Dados recolhidos no Diário Oficial da União e por meio de consulta à FBN

De acordo com Fábio Lima, diplomatas passaram a integrar as comissões avaliadoras a pedido da própria FBN. O convite, segundo o coordenador do programa, teria ocorrido de forma espontânea em consequência do interesse que o Itamaraty demonstrou na iniciativa desde sua concepção. Corrobora essa afirmação o apoio

que o MRE ofereceu para que a FBN e seus representantes participassem de feiras e eventos literários internacionais; na reunião de informações de editoras e mercados estrangeiros levantadas à pedido das comissões avaliadoras; ou mesmo na divulgação da iniciativa em outros países, para o que pesa consideravelmente a capilaridade que as embaixadas têm em instituições culturais estrangeiras, junto com as quais desenvolvem iniciativas elaboradas pelo próprio serviço diplomático, através da Divisão de Operações de Difusão Cultural.

Considerando este último ponto, no entanto, é possível identificar um outro motivo, senão exclusivo, pelo menos conveniente, pelo qual o Itamaraty pode ter sido convidado para integrar as comissões avaliadoras: o aproveitamento do MRE enquanto canal de difusão do programa. Lima apontou, em mais de uma oportunidade, que a promoção das bolsas é o ponto fraco da iniciativa, análise que remonta ao momento em que o programa foi repaginado. O relatório de gestão da FBN do exercício de 2011, por exemplo, descreve que “devido à dificuldade de promoção de livros em língua portuguesa e, especialmente, brasileiros, o trabalho de divulgação do programa de apoio à tradução deve ser aperfeiçoado e ampliado” (MinC, 2012, p. 29). Com efeito, o maior mecanismo institucional de divulgação do fomento, atualmente, é uma lista de endereços eletrônicos de possíveis interessados para os quais a FBN dispara o calendário dos editais, cabendo então aos destinatários — normalmente tradutores, agentes literários, editores e autores — se mobilizarem para inscrever um projeto, dinâmica sobre a qual a FBN não tem controle. Como o órgão não conta com a equipe que seria necessária para procurar e incentivar pessoalmente esses atores a fim de aumentar o engajamento no programa, obstáculo explicitado no relatório de gestão do exercício do ano de 2012, a principal estratégia de disseminação sobre a qual se concentrou o time que coordena as bolsas se dividiu em duas frentes: a participação em eventos internacionais e os meios de comunicação das embaixadas brasileiras.

Em relação à presença em eventos internacionais, além das declarações de Moema Salgado expostas em seções anteriores, pode-se compreender sua importância também no modo como são referidas nos relatórios anuais de gestão — documento que, entre outros fins, serve para justificar alterações orçamentárias dentro da máquina pública. É sintomático, assim, que o relatório de 2011 insista que “o objetivo da FBN com relação a feiras internacionais é estar presente nos eventos mais importantes do setor, para mostrar a pluralidade e a potência criativa dos autores

brasileiros” (MinC, p. 32) e que o relatório de 2012 defenda que “a presença da FBN é essencial para promover o programa de apoio à tradução e publicação de autores brasileiros no exterior, a fim de garantir a edição de novos títulos e a reedição de outros” (IDEM, 2013, p. 20). O Itamaraty aparece igualmente nesses documentos. Em 2012, o balanço da FBN ressaltou, sobre as bolsas de tradução, que “a divulgação dos editais foi realizada em um trabalho reforçado junto às mídias impressas e digitais, bem como com a parceria do Itamaraty e dos seus postos fora do Brasil” (IBIDEM, p. 17). O relatório de 2017 atribui bolsas à “parceria” entre FBN e MRE (2018, p. 39).

Em 2015, contudo, o circuito de participação da FBN em feiras internacionais sofreu um choque considerável. As atividades do órgão destinadas à difusão da cultura brasileira no exterior foram alvo de um corte drástico de orçamento. Enquanto em 2014 as ações para promoção cultural contaram com R\$ 8,5 milhões, em 2015 esse valor caiu para R\$ 1,9 milhão e chegou em 2018 ainda menor, correspondendo a R\$ 1,05 milhão<sup>15</sup>. Fábio Lima comenta que esse corte se deu exatamente sobre os recursos dirigidos à circulação de pessoal técnico em outros mercados e à presença de representantes em eventos internacionais. E 2015, como exposto, foi o ano em que diplomatas foram convidados para ingressar as comissões avaliadoras do programa. Sob essa ótica, o convite apresenta-se como provável resposta às restrições financeiras que aniquilaram o principal mecanismo de divulgação das bolsas. Impedida de ocupar o espaço privilegiado dos maiores festivais literários globais, a FBN fortaleceu os vínculos com seu outro canal de promoção do projeto, o MRE. A estratégia daria tão certo que, além de divulgar e integrar a iniciativa, o serviço diplomático, em 2018, passaria a complementar seu orçamento (MinC, 2018, p. 4). Entre 2017 e 2019, 34,35% dos recursos aprovados (o equivalente a \$106.590), saíram do orçamento do Itamaraty, não da Biblioteca Nacional (FBN, 2019).

Em 2019, novas disputas pelo programa comprometeram parcialmente o papel desempenhado pelo Itamaraty na iniciativa. Apesar de ter viabilizado somente três reuniões — os encontros foram suspensos com a eclosão da pandemia de coronavírus, no primeiro semestre de 2020 —, o quarto edital foi o que mais sofreu mudanças em relação à composição das bancas avaliadoras, resultado do período eleitoral e da mudança de governo em 2018. Inicialmente, o quarto edital previa, de forma semelhante ao terceiro, a participação de dois representantes da FBN, um

---

<sup>15</sup> Dados Consultados no Portal da Transparência: <http://www.portaldatransparencia.gov.br/>

representante do MRE, dois representantes do MinC, ainda que diplomatas ocupassem essa posição, e de um especialista em literatura ou tradução. Poucos meses depois, em Decreto Executivo publicado no Diário Oficial da União em 17 de setembro — 20 dias antes do primeiro turno das eleições presidenciais — a FBN instituiu nominalmente quem seriam os integrantes da comissão: Ana Cristina Sá e Marcus Vinícius Toledo, pela FBN; Adam Jayme de Oliveira Muniz e Tiago Rocha Gonçalves de Canha, pelo MinC; Gustavo de Sá Duarte Barboza pelo MRE; e Germana Henriques Pereira, professora da UnB<sup>16</sup>. Sobre esse quadro, destaca-se que Adam Muniz, como já exposto, era diplomata então alocado no Departamento de Promoção Internacional do MinC, de modo que a decisão reforçava a participação de dois diplomatas, embora o edital previsse espaço para um, e que, pela primeira vez desde 2011, a posição de especialista em literatura seria exercida por uma pesquisadora não vinculada à UERJ, à UFRJ ou à PUC-Rio, mas à UnB. Esse movimento pode ser entendido como defesa do papel atribuído ao Itamaraty na condução do programa no contexto da disputa eleitoral então em curso.

Em 2019, porém, com a FBN e outras autarquias antes ligadas ao MinC já inseridas na pasta de Cidadania, o órgão, por meio de nova decisão executiva, desfez a constituição das comissões antes definida, deixando de citar nominalmente os integrantes e estipulando apenas quantos representantes de cada instituição haveriam de participar<sup>17</sup>. Mas também os órgãos mudaram. De acordo com essa nova decisão, participariam dois representantes da FBN, dois do ministério da Cidadania, um do MRE e uma especialista da UnB. Um dos indicados da Cidadania foi especificado: o presidente do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), Paulo César Brasil do Amaral. Desse modo, a média de representação da FBN e do Itamaraty caíram, para 31% e 21%, respectivamente, enquanto a participação de quadros diretamente ligados ao governo, agora pelo ministério da Cidadania, saltou para 31%. É interessante observar que, embora a portaria tenha sido assinada em 31 de julho de 2019, a segunda reunião do quarto edital, realizada em 25 de abril, já tinha seguido essa disposição, ou seja, a decisão referendou uma mudança realizada no começo daquele ano.

---

<sup>16</sup> DOU Nº 179, segunda-feira, 17 de setembro de 2018, Seção 2, p. 5, ISSN 1677-7050

<sup>17</sup> DOU Nº147,

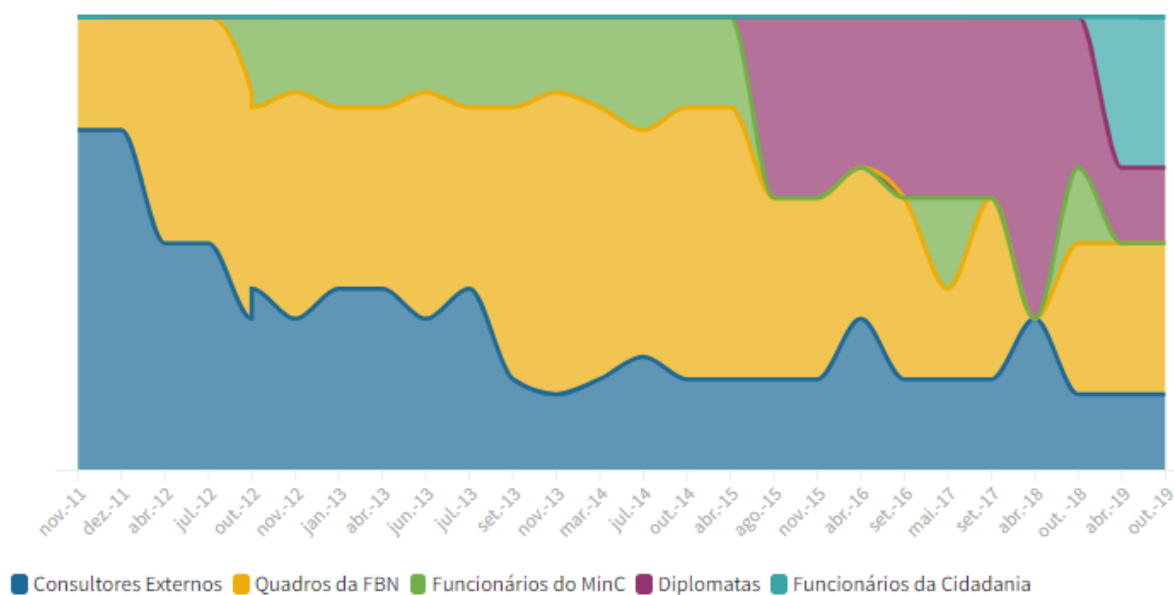
**Tabela 4: Constituição das Comissões do Quarto Edital, por Reunião**

Integrantes do quarto Edital	Data das reuniões do quarto edital			Total
	2018	2019		
	4-out	25-abr	3-out	
Ana Cristina Sá (FBN)				3
Marcus Vinícius Toledo (FBN)				2
Adam Muniz (MinC)				1
Tiago Rocha Gonçalves de Canha (SEC/MinC)				1
Gustavo de Sá Duarte Barbosa (MRE)				2
Germana Henriques Pereira				2
Carla Barroso Carneiro (Mcid)				2
Paulo César Brasil do Amaral (Ibram/Mcid)				1
Gustavo Pacheco (MRE)				1
Irineu Eduardo Jones Correa (FBN)				1

Dados recolhidos no Diário Oficial da União e por meio de consulta à FBN

O Gráfico 1 sintetiza essas modificações na estrutura das reuniões de avaliação, apontando a queda da influência de integrantes do campo literário em favor de quadros da FBN, a presença crescente de diplomatas a partir de 2015 e, por fim, a maior participação de funcionários públicos diretamente ligados ao Executivo Federal, em 2019.

**Gráfico 1: Constituição das Comissões Avaliadoras por Órgão do Governo, ao longo do tempo**



Fonte: Autoria própria com dados da pesquisa

## 1.5 Resultados do Programa: o Peso do Capital Literário

Finalmente, resta avaliar os efeitos produzidos pela combinação entre os critérios de seleção das bolsas — a noção de relevância —, a alternância entre grupos de maior ingerência nas comissões e o corte orçamentário já descrito. Entre 2011 e 2019, o Programa de Apoio à Tradução e Publicação de Autores Brasileiros no Exterior recebeu 1.472 inscrições, das quais 962 foram aprovadas e 932 foram efetivamente contempladas, uma vez que 30 foram canceladas após a decisão das comissões. Além disso, 42 foram desconsideradas, 95 classificadas, mas não contempladas por falta de orçamento (proposições nomeadas, nesta pesquisa, de postergadas), e, finalmente, 373 inscrições foram recusadas. Como as canceladas ou desconsideradas deixaram de ser contempladas por características técnicas, pelo não atendimento de especificações dos editais<sup>18</sup>, compõem objeto mais adequado à investigação dos critérios avaliativos as inscrições que foram recusadas ou que foram classificadas, mas preteridas por outras diante de limitações financeiras. São esses dados que permitem reconstituir o conceito de relevância aplicado pelas comissões.

Como demonstra a Tabela 5, o primeiro edital, aberto entre 2011 e 2013, recebeu 452 inscrições e aprovou 382 delas, sendo que apenas 15 foram reprovadas e uma cancelada. No edital seguinte, que abrangeu o período entre 2013 e 2015, o programa recebeu 289 inscrições, das quais apenas 7 foram reprovadas. É no terceiro edital, aberto em 2015, contando com menos financiamento e com a participação de diplomatas, que um volume considerável de solicitações passa a ser recusada. Foram 559 inscrições, das quais 254 foram deferidas, pouco mais da metade, e das quais 295 foram rejeitadas. No quarto edital, que rege o programa desde o fim de 2018, abarcando, em 2019, o período em que a FBN passou para a pasta da Cidadania e em que a influência do Itamaraty sofreu retração, foram registradas 172 propostas, das quais 92 foram deferidas. Em termos percentuais, enquanto os dois primeiros editais recusaram 3,3% e 2,4% das inscrições, respectivamente, o terceiro, sem ter recebido quantidade muito superior de propostas, recusou 52,7%, e o quarto, tendo sido o que menos recebeu propostas, recusou 32,5% delas.

---

<sup>18</sup> Como solicitar bolsas para obras que não haviam sido publicadas no Brasil, ou publicá-las antes da avaliação da comissão, por exemplo.

**Tabela 5: Resultados dos Pedidos de Bolsas, por Edital**

<b>Resultados</b>	<b>1º Edital</b>	<b>2ª Edital</b>	<b>3º Edital</b>	<b>4º Edital</b>	<b>Total</b>
<b>Aprovadas</b>	382	234	254	92	962
- Reavaliadas	0	27	58	0	85
- Canceladas	1	15	14	0	30
<b>Postergadas</b>	50	36	8	1	95
<b>Desconsideradas</b>	5	12	2	23	42
<b>Reprovadas</b>	15	7	295	56	373
<b>Total</b>	452	289	559	172	1472

Dados recolhidos junto à FBN

O número de obras reavaliadas ou postergadas precisa ser igualmente considerado não só porque evidencia critérios de seleção mas também porque freia possíveis ímpetus de se atribuir o aumento das reprovações exclusivamente ao corte de recursos. Menos subvenção obviamente resulta em limitação do volume de obras que podem ser traduzidas, porém existe, desde o primeiro edital, a possibilidade de a comissão postergar, até que haja orçamento, as inscrições consideradas relevantes, mas não tanto quanto as julgadas no mesmo dia. Assim, 95 obras foram classificadas e deixadas em lista de espera, sendo que 85 acabaram recebendo eventualmente o fomento. Essa dinâmica implica na distinção clara, aos olhos dos avaliadores, entre propostas consideradas minimamente relevantes, mas para as quais não há verba e que são por isso congeladas, e outras consideradas insuficientemente relevantes, que são prontamente rejeitadas. É possível dizer, portanto, que o número elevado de reprovações a partir de 2015 também está relacionado à adoção de critérios mais rigorosos de seleção, não só ao corte de gastos, e que as restrições financeiras acentuaram os efeitos desses critérios. Prova disso é a rejeição relativamente elevada no quarto edital, apesar do baixo volume de propostas. A adoção desse processo mais severo de avaliação evidenciou, como se buscará expor, preferências dos jurados por determinados idiomas e regiões.

Antes de avançar com a análise, talvez valha a pena reforçar a insuficiência de variáveis econômicas para explicar a circulação internacional de traduções — não à toa, todos os trabalhos citados até aqui prescindem dessa perspectiva e se apoiam em questões culturais, com exceção da explicação da prevalência do inglês no subcampo de grande produção, espaço em que, por definição, a economia domina. As 1.472 inscrições analisadas foram solicitadas a partir de 66 países, cuja participação no programa se deu de forma bastante assimétrica, seja na quantidade

de propostas que tenham submetido, seja na quantidade destas realmente convertidas em bolsas, comportamento que, a princípio, pode parecer melhor justificado pelas peculiaridades de cada mercado editorial. Porém, as tentativas de encontrar correspondência entre as taxas de aprovação das inscrições, por país, com variáveis tais quais o valor do mercado editorial nacional, receita agregada das publicações, número de livros impressos por ano e títulos novos publicados por habitante resultaram, todas elas, na ausência de correlação, o que pode ser observado no Anexo 2. O Reino Unido, por exemplo, quarto maior mercado editorial do mundo<sup>19</sup>, teve só 43,94% de propostas aprovadas. A Noruega, que apresenta o terceiro maior índice de livros novos publicados por habitante<sup>20</sup>, submeteu apenas oito propostas e teve cinco delas recusadas, desempenho igual ao do Equador. Não há motivo para crer, pois, que dados macroeconômicos do setor editorial tenham sustentado a decisão das comissões avaliadoras, de modo que a análise da distribuição das aprovações exige a adoção de outras categorias. Como prenunciado, características culturais, linguísticas e políticas parecem responder melhor ao problema. Poder-se-ia observar que alocar diferentes mercados dentro dessas chaves seria suprimir suas idiosincrasias, mas, resgatando Moretti, estudos quantitativos de literatura têm a virtude de colocar a série, e não a exceção, no centro da história cultural (2013, p. 160).

Como a Tabela 6, a seguir, indica, Espanha e Itália foram os países que mais buscaram o fomento da FBN para traduzir livros brasileiros, seguidas pela França e pela Alemanha, mercados que solicitaram, todos, mais de cem propostas. A seguir aparecem Argentina, Estados Unidos, Reino Unido, Portugal<sup>21</sup> e México, países para os quais foram apresentados mais de 50 pedidos. Essa lista de principais interessados já permite o levantamento de questões pertinentes, principalmente se resgatadas as classificações formuladas por Heilbron para compreender a posição que cada idioma ocuparia no fluxo internacional de traduções, confirmando parcialmente hipóteses que poderiam ser esperadas, mas possibilitando também novas indagações.

---

<sup>19</sup> International Publishers Association. The Global Publishing Industry in 2016. Disponível em: [https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/en/wipo\\_ipa\\_pilotsurvey\\_2016.pdf](https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/en/wipo_ipa_pilotsurvey_2016.pdf)

<sup>20</sup> IDEM

<sup>21</sup> O motivo pelo qual foram também concedidas bolsas para países que falam português será detalhado na sessão 1.6.1 deste capítulo. Nela, argumenta-se que essa decisão reflete sobretudo o interesse do MRE de aproveitar o programa da FBN para estender a influência cultural brasileira na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).



A primeira observação importante é a de que Espanha e Itália demonstraram mais interesse no aproveitamento das bolsas da FBN do que França e Alemanha, países que a bibliografia sobre o circuito mundial de traduções costuma elencar como principais pólos de descobertas de novos autores e ponto de partida para traduções em outros idiomas. De acordo com Casanova, o alemão e principalmente o francês seriam idiomas mais abertos ao contato com novas obras e línguas, tradutores destacados no mercado internacional porque disso dependeria, entre outros fatores, sua capacidade de definir tendências, capacidade a seguir convertida em prova de atenção ao cenário contemporâneo mundial e de autoridade para legitimar o que é ou não merecedor de ser traduzido. Em resumo, traduzir muito pode ser lido como insígnia de centralidade. A terceira e a quarta posições em uma lista de mais de sessenta países que buscaram as bolsas da FBN podem ser apontadas, em parte, como evidência desse comportamento. Ao mesmo tempo, contudo, e pelas mesmas razões, é extremamente pertinente frisar que o interesse desses idiomas em traduzir autores brasileiros foi superado pelo de idiomas que essa bibliografia julga menos centrais. Utilizando a classificação de Heilbron, a Tabela 6 permite questionar categorias até aqui mobilizadas ao demonstrar que alguns idiomas considerados semi-periféricos, a julgar pela maneira como cada mercado nacional reagiu ao programa da FBN, apresentam mais disposição à tradução da literatura brasileira do que os idiomas considerados centrais.

Como contra-argumento, poder-se-ia contestar que português, espanhol e italiano são línguas próximas, que traduções entre esses mercados se inserem em quadros históricos mais amplos de trocas literárias, que condicionam circunstâncias materiais específicas e privilegiadas de circulação — é comum, por exemplo, que agências literárias especializadas na venda internacional de direitos de autores de língua espanhola acabem se especializando também em autores de língua portuguesa, caso das agências de Carmem Barcells e Nicole Witt —, e a partir daí defender que, se Espanha e Itália traduzem muito literatura brasileira, França e Alemanha teriam, por outro lado, de dar atenção para todas as literaturas consideradas periféricas, não só à brasileira, de modo que a terceira e a quarta posições na Tabela 6 não contestariam os modelos centro-periféricos de análise. Esse exercício especulativo, justo e provavelmente verificável, caso houvesse nova pesquisa nesse sentido, não muda, porém, o fato de que, do ponto de vista brasileiro, espanhol e italiano não parecem ocupar posição semiperiférica, constituindo espaços

literários tão dispostos a traduzir obras brasileiras e a veicular a internacionalização da literatura brasileira quanto aqueles considerados centrais.

Entretanto, se os países de origem das editoras proponentes forem listados não com base no número de solicitações recebidas, mas com base no número de bolsas efetivamente concedidas, há diferença notável no quadro antes traçado:

**Tabela 6: Número de Propostas por País das Editoras Proponentes**

País	Pedidos	País	Pedidos
Espanha	145	Noruega	8
Itália	140	Uruguai	8
França	124	Rússia	6
Alemanha	120	Turquia	6
Argentina	93	Eslovênia	5
EUA	90	Países Baixos	5
Portugal	68	Armênia	4
Reino Unido	66	Estônia	4
México	54	Paquistão	4
Bulgária	43	República Tcheca	4
Romênia	41	Canadá	3
Egito	38	Geórgia	3
Croácia	29	Japão	3
Macedônia	28	Marrocos	3
Colômbia	27	Austrália	2
Polônia	24	Bangladesh	2
Peru	23	Coreia	2
Suécia	23	Índia	2
Holanda	21	Líbano	2
Sérvia	20	Lituânia	2
Chile	19	Suíça	2
China	19	Tailândia	2
Albânia	18	Vietnã	2
Grécia	16	Argentina	1
Dinamarca	12	Azerbaijão	1
Israel	12	Cabo Verde	1
Hungria	11	Costa Rica	1
Eslováquia	10	Cuba	1
Áustria	9	Inglaterra	1
Etiópia	9	Irlanda	1
Finlândia	9	Malásia	1
Ucrânia	9	Nova Zelândia	1
Equador	8	República do Congo	1

Dados recolhidos junto à FBN

**Tabela 7: Número de Bolsas Concedidas, por País**

País	Bolsas	País	Bolsas
França	100	Albânia	5
Alemanha	92	Eslováquia	5
Espanha	89	Países Baixos	5
Itália	83	Armênia	4
Argentina	64	Etiópia	4
EUA	60	Peru	4
México	36	República Tcheca	4
Portugal	35	Rússia	3
Romênia	33	Canadá	3
Reino Unido	29	Equador	3
Suécia	20	Eslovênia	3
Croácia	19	Estônia	3
Bulgária	18	Japão	3
Holanda	17	Noruega	3
Chile	15	Austrália	2
China	15	Coreia	2
Polônia	14	Paquistão	2
Grécia	13	Suíça	2
Egito	12	Tailândia	2
Israel	12	Argetina	1
Sérvia	11	Azerbaijão	1
Macedônia	11	Cabo Verde	1
Áustria	9	Costa Rica	1
Dinamarca	9	Geórgia	1
Finlândia	9	Inglaterra	1
Hungria	8	Irlanda	1
Uruguai	8	Líbano	1
Colômbia	7	Lituânia	1
Turquia	6	Malásia	1
Ucrânia	5	Vietnã	1

Dados recolhidos junto à FBN

As Tabelas 7 e 8 indicam que, apesar de Espanha e Itália terem sido os países em que editoras mais se interessaram pela tradução de autores brasileiros por meio das bolsas da FBN, não foram os mais contemplados, ficando atrás justamente da França e da Alemanha. Quando comparados os números de pedidos recusados pelas comissões avaliadoras, a distância entre esses países aumenta: enquanto Espanha e Itália lideram a lista, França ocupa a sétima posição e Alemanha, a décima primeira. A taxa de rejeição dos pedidos vindos desses países

**Tabela 8: Inscrições Reprovadas e Taxa de Reprovação, por País**

País	Reprovações	Taxa de Reprovação	País	Reprovações	Taxa de Reprovação
Itália	49	35,00%	Holanda	4	19,05%
Espanha	46	31,72%	Noruega	4	50,00%
Argentina	23	24,73%	China	3	15,79%
EUA	23	25,56%	Equador	3	37,50%
Portugal	22	32,35%	Chile	2	10,53%
Bulgária	21	48,84%	Eslovênia	2	40,00%
França	21	16,94%	Grécia	2	12,50%
Reino Unido	18	27,27%	Marrocos	2	66,67%
Colômbia	15	55,56%	Paquistão	2	50,00%
Macedônia	14	50,00%	Bangladesh	1	50,00%
Alemanha	13	10,83%	Geórgia	1	33,33%
Peru	10	43,48%	Hungria	1	9,09%
Albânia	9	50,00%	Índia	1	50,00%
Croácia	8	27,59%	Líbano	1	50,00%
Egito	8	21,05%	Lituânia	1	50,00%
México	8	14,81%	Nova Zelândia	1	100,00%
Romênia	8	19,51%	Suécia	1	4,35%
Sérvia	8	40,00%	Turquia	1	16,67%
Eslováquia	5	50,00%	Ucrânia	1	11,11%
Polônia	5	20,83%	Vietnã	1	50,00%
Etiópia	4	44,44%			

Dados recolhidos junto à FBN

sintetiza bem o tratamento diferenciado que receberam pelos jurados: propostas de editoras espanholas e italianas foram recusadas em 35% e 31,07% das vezes, respectivamente, ao passo em que inscrições de editoras francesas e alemãs foram rejeitadas 16,94% e 10,83%, nessa ordem. Pode-se afirmar, assim, que as propostas que mais exerceram atração sobre as comissões avaliadoras foram precisamente aquelas provenientes de campos nacionais que Casanova aponta como dotados de maior legitimidade para definir o que é literatura e para consagrar autores internacionalmente. Em resumo, o capital literário francês e alemão exerceu mais influência sobre os avaliadores do que os de outros idiomas.

Partindo do pressuposto de que o alto interesse de um campo literário pela tradução de outras literaturas indica centralidade desse mesmo campo no fluxo internacional de traduções, a disposição apresentada por editoras da Espanha e da Itália, como se observou, deveria ser uma variável favorável à centralidade desses

campos nacionais. Desse ponto de vista, a alta rejeição que esses países receberam nas comissões da FBN sugere certo descompasso entre o universo empírico da circulação internacional de literatura e as categorias de percepção que os jurados mobilizaram na avaliação desse universo. Reformulando, é razoável presumir que os critérios subjetivos de avaliação dos integrantes das comissões tenham se constituído em um momento em que espanhol e italiano não tinham a relevância atual no mercado internacional, estando mais distantes dos espaços francês e alemão do que talvez estejam hoje, conjectura fortalecida pelo fato de que, entre 2011 e 2019, cada vez menos atores do campo literário compuseram as comissões, cada vez mais dominadas por funcionários do MinC e, em seguida, do Itamaraty, figuras, pode-se supor, menos sensíveis às mudanças do mundo literário e do mercado editorial. Essas observações sustentam uma hipótese relevante: a de que o capital literário de línguas centrais de tradição mais longeva, como francês e alemão, se beneficiaria, na periferia, da relativa demora com que mudanças no mercado editorial global são, nesses espaços, convertidas em mudanças na distribuição de prestígio.

Outra evidência que se poderia mobilizar para defender essa assimetria entre critérios e universo empírico foi o tratamento dado pelas comissões ao inglês. Gisèle Sapiro demonstrou como, nos últimos anos, o mercado anglófono, em especial o estadunidense, tem substituído a centralidade antes protagonizada pelo mercado editorial francês (2015), e há, hoje em dia, certo consenso no campo literário brasileiro a respeito da importância ímpar, da perspectiva consagratória, de um autor ser traduzido para o inglês, seja na Academia, seja no mercado editorial<sup>22</sup>. No entanto, nas comissões da FBN que decidiram deferimento de bolsas, pedidos de tradução provenientes de editoras anglófonas foram tão rejeitados quanto os de países considerados semi-periféricos. A Tabela 9 ilustra essas informações e evidencia, sob outra perspectiva, como o francês e o alemão foram privilegiados.

**Tabela 9: Resultado das Propostas por Centralidade dos Idiomas**

Idiomas	Reprovações em relação às Inscrições (%)	Participação no Total de Reprovações (%)
Hiper-Central	26,19	11,80
Central	13,23	9,12
Semi-periférico	27,55	43,43
Periférico	28,98	35,66

Dados reunidos junto à FBN

<sup>22</sup> Declarações de críticos e agentes literários destacadas no próximo capítulo retomarão essa questão.

A diferença na abordagem despendida pelas comissões a editoras alemãs e francesas pode ser constatada também quando se observa qual período da literatura brasileira os pedidos provenientes de cada campo nacional priorizaram, em média, nas propostas enviadas à FBN. Mas, antes, é preciso detalhar a relação entre o recorte cronológico das obras e as reprovações em todos os idiomas para os quais foram apresentados projetos de tradução, a fim de compreender essa relação no conjunto da amostra, para depois focar nos casos de idiomas específicos.

Considerando como clássicas obras publicadas antes de 1922, como modernas obras publicadas entre 1922 e 1988, isto é, entre a Semana de Arte Moderna e a redemocratização brasileira, e como contemporâneas publicações que ocorreram após 88, verifica-se uma nítida correlação entre esses três períodos e os níveis de centralidade antes utilizados para hierarquizar idiomas dentro do fluxo internacional de traduções. Conforme a Tabela 10, a seguir, aponta, idiomas hipercentrais e centrais, ou seja, inglês, alemão e francês, apresentaram mais interesse em obras contemporâneas do que idiomas semi-periféricos e periféricos, formando uma escala gradativa na qual o inglês foi o que mais buscou autores brasileiros contemporâneos e os idiomas periféricos, os que mais buscaram autores clássicos e modernos — ainda que a literatura contemporânea tenha sido alvo predominante de propostas em todos os casos.

Ao analisar o catálogo das bibliotecas públicas inglesas no século XVIII, Franco Moretti identificou que, quanto menor fossem duas bibliotecas, mais elas se pareceriam, pois tenderiam a priorizar os mesmo livros, isto é, obras clássicas e de prestígio incontestável, a partir do que sentenciou que haveria, na circulação de livros, uma relação inversamente proporcional entre volume e o interpretou como segurança: quanto menor a quantidade de obras de uma instituição ou de um mercado, maior seria a preocupação na garantia da presença dos clássicos (2013). Dinâmica semelhante foi explorada por Casanova ao afirmar que os idiomas centrais buscariam com mais afinco concentrar o que houvesse de novo no universo literário mundial, em termos de forma e de idiomas, pois a maior diversidade chancelaria seus respectivos campos literários como espaços de descobertas de novas tendências, distinguindo-os de espaços menos centrais (2002). As duas perspectivas parecem contemplar o comportamento dos mercados que procuraram as bolsas da FBN. Em países com pouca presença da literatura brasileira, os pedidos de tradução se concentraram em autores como Machado de Assis e Clarice Lispector, o que é passível de se

compreender nos termos da segurança de Moretti, ao passo em que mercados centrais preferiram autores recentes, o que é plausível de se conceber nos termos de centralidade de Casanova. Poder-se-ia observar, questionando esses argumentos, que uma tal distribuição teria origens materiais, visto que mercados centrais, mais ricos, já teriam traduzido os clássicos e não precisariam das bolsas; ou estatísticas, já que, sob a classificação de idiomas periféricos, tem-se vários mercados menores que estariam pleiteando a tradução de um mesmo cânone. Mas essas perspectivas, no fim, não rejeitam, e sim reforçam, os argumentos de Moretti e de Casanova, uma vez que reconhecem, por outros percursos, que poucos tinham sido os países que já haviam traduzido os clássicos brasileiros e que para uma ampla gama de países o fomento seria uma primeira oportunidade de contato, constituindo um movimento circular centrífugo que Moretti chama de *onda*, de um centro para “bordas”. Além disso, de todo modo, países centrais pediram, sim, como se verá adiante, bolsas para obras já consagradas.

**Tabela 10: Distribuição de Pedidos de Bolsas por Centralidade dos Idiomas e Período de Publicação das Obras no Brasil<sup>23</sup>**

Centralidade dos Idiomas	Período de Publicação das Obras		
	Clássica	Moderna	Contemporânea
Hiper-Central	3,82%	15,92%	80,25%
Central	3,78%	19,74%	76,47%
Semi-periférico	9,81%	19,10%	71,08%
Periférico	17,04%	29,59%	53,36%

Dados reunidos junto à FBN

Voltando à disparidade entre o mundo empírico e o caráter subjetivo da avaliação das comissões, a primeira questão para a qual a Tabela 10 chama a atenção é a concentração de obras atuais pleiteadas por editoras anglófonas. Considerando que a preferência conferida a obras contemporâneas seria uma marca de centralidade e fonte de acúmulo de prestígio para um idioma, como atesta Casanova, a distribuição das bolsas da FBN confirma a análise de Gisele Sapiro de que o campo literário inglês superou o francês e o alemão na disputa por capital literário. E, no entanto, como já explorado, as comissões julgadoras aprovaram mais

<sup>23</sup> Não foram computados pedidos para coletâneas e antologias cujos autores abarcavam mais de um dos períodos descritos.

bolsas para o alemão e para o francês do que para o inglês, reforçando a hipótese de que os critérios de avaliação dos jurados contemplaram relativamente pouco as mudanças recentes do mercado editorial global.

No caso do espanhol e do italiano, a disparidade é ainda mais drástica. Se essas línguas forem separadas do grupo de idiomas centro-periféricos, observa-se que monopolizaram os pedidos de tradução de obras clássicas, isto é, editoras holandesas, suecas, tchecas e polonesas sequer apresentaram propostas para tradução de livros brasileiros publicados antes de 1922, o que, de acordo com as abordagens teóricas já mencionadas, seria sinal de centralidade desses espaços linguísticos. Esse dado, por sua vez, condiz com a baixa taxa de rejeição que editoras da Holanda, da Suécia, da Polônia e da República Tcheca receberam, conforme indicaram as Tabelas 6, 7 e 8. No entanto, a observação isolada dos pedidos provenientes do espaço linguístico espanhol mostra que houve maior procura por obras contemporâneas do que no caso dos outros idiomas citados. Em outras palavras, tendo por base o programa brasileiro, o espaço linguístico espanhol se mostrou mais atento ao cenário contemporâneo do que espaços dos outros idiomas considerados semi-periféricos. Com efeito, a proporção de proposições de tradução de obras contemporâneas para o espanhol foi muito próxima da dos pedidos de línguas centrais: 73,56% e 76,47%, respectivamente. Que só o espanhol, entre todos esses idiomas, tenha recebido taxa elevada de rejeição, a ponto de a Espanha ter sido o segundo país que mais teve pedidos de tradução recusados, é prova contundente, portanto, de que o prestígio de traduções para o espanhol, do ponto de vista das comissões, não condiz com o comportamento do mercado editorial de língua espanhola, e que a relevância de traduções para o espanhol, enfim, pode ter sido subestimada.

**Tabela 11: Distribuição de Pedidos de Bolsas por Centralidade dos Idiomas e Período de Publicação das Obras no Brasil, destacando Espanha e Itália**

Centralidade dos Idiomas	Período de Publicação das Obras		
	Clássica	Moderna	Contemporânea
Hiper-Central	3,82%	15,92%	80,25%
Central	3,78%	19,74%	76,47%
Espanhol	7,35%	19,07%	73,56%
Italiano	21,58%	15,10%	63,03%
Semi-periférico	0	26,66%	73,33%
Periférico	17,04%	29,59%	53,36%

Dados reunidos junto à FBN

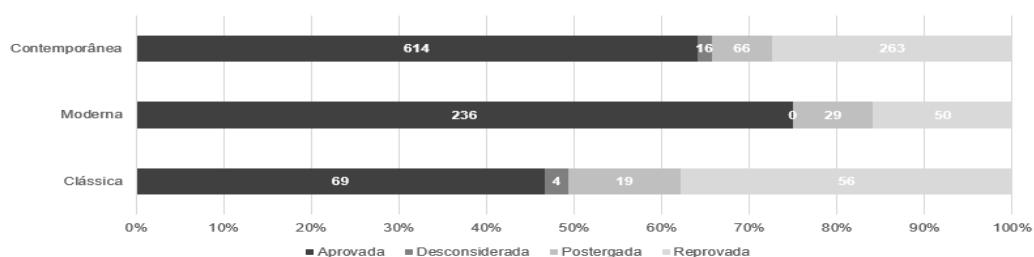


O italiano constitui caso bastante diferente, porém. A proporção de pedidos de tradução de obras clássicas e modernas enviados por editoras italianas aproxima o campo literário italiano do de espaços linguísticos considerados periféricos. Dessa perspectiva, é preciso assumir que os motivos que ocasionaram a elevada rejeição de traduções para editoras italianas não sejam exatamente os mesmos que provocaram a rejeição elevada de traduções para editoras espanholas. Os indeferimentos para a Itália, afinal, podem estar relacionados ao interesse acima da média que esse campo demonstrou pela tradução de obras clássicas. Para testar essa hipótese, é preciso avaliar como se distribuíram as rejeições não só por idiomas e pelo seu grau de centralidade, mas também pelo período de publicação das obras no Brasil.

### 1.5.1 Resultados do Programa: Atualidade e Diversidade

O caso italiano sugere que pedidos de tradução para obras brasileiras publicadas antes de 1922 possam ter recebido, em média, menor atenção das comissões julgadoras. A análise do resultado das inscrições com base no período de lançamento dos livros, nos termos já expostos, confirma essa percepção. Como o Gráfico 2 aponta, embora o número de obras contemporâneas traduzidas tenha sido maior, dado que houve, por parte das editoras estrangeiras, procura sensivelmente superior pela tradução de livros recentes, obras modernas foram as menos rejeitadas pelas comissões da FBN, proporcionalmente, seguidas pelas obras contemporâneas e somente depois pelas clássicas — pedidos de tradução de livros desses períodos foram recusados, respectivamente, em 15,87%, 27,42% e 37,83% das vezes. Considerando também obras que foram postergadas ou desconsideradas, tem-se que apenas 46,62% dos pedidos de tradução de obras clássicas foram contemplados.

**Gráfico 2: Resultado das Bolsas por Período de Publicação das Obras**



Fonte: autoria própria com dados da pesquisa

Esse dado isolado já permite questionamentos pertinentes: a bibliografia até aqui mobilizada, afinal, sustenta que há maior probabilidade de que, quando a literatura de um campo nacional dominado no espaço literário internacional encontra espaço para ser mais traduzida, são geralmente priorizados grandes representantes da tradição literária nacional, sobretudo se o Estado tiver parte na ampliação das condições materiais de tradução. Desse ponto de vista, o Brasil não deveria ter concentrado esforços na circulação de obras canônicas, como, por exemplo, a Argentina fez ao ser homenageada em Frankfurt, em 2010?<sup>24</sup> É possível supor, logo, que o resultado do programa de bolsas da FBN aponte para um cenário em que o campo literário brasileiro não apresente tantas características de um campo nacional periférico quanto se compreendeu a princípio, tomando por chave de análise as obras almejadas por outros campos nacionais e os livros priorizados nas comissões. Esse questionamento será momentaneamente deixado de lado para ser retomado depois, quando mais dados tiverem sido comentados.

Uma explicação para a rejeição elevada de pedidos de tradução de obras clássicas pode ser o campo de origem dessas propostas. Anteriormente, destacou-se a correlação clara entre a centralidade dos idiomas das editoras proponentes e os períodos da literatura brasileira que suas solicitações, em média, priorizaram, de modo que propostas provenientes do francês, do alemão e do inglês abarcaram muito mais o quadro atual da literatura brasileira do que inscrições de tradução para idiomas semi-periféricos e periféricos (Tabela 10, p. 58). Por essa ótica, pode-se defender que solicitações de tradução de obras clássicas não foram reprovadas *per se*, mas porque partiram, via de regra, de campos nacionais considerados menos centrais. O que também é um dado interessante, pois sugere que, para as comissões avaliadoras, o critério de relevância relacionado ao país e à língua de tradução teve mais peso do que o critério de relevância da obra.

Essa hipótese pode ser melhor avaliada ao se observar como as reprovações se distribuíram ao mesmo tempo por período de publicação e por centralidade dos idiomas das editoras solicitantes. Como já exposto, o terceiro edital, momento em que

---

<sup>24</sup> A comparação entre os dois países merece uma ressalva: o cânone argentino, priorizado na participação da Argentina em Frankfurt, é sobretudo moderno, sendo relativamente baixa a difusão de obras que coincidam com o período aqui chamado de clássico da literatura brasileira. O cânone brasileiro é mais facilmente divisível entre clássico e moderno, e, se fossem considerados apenas os modernismos, não haveria tanta diferença entre as duas experiências. Traduções do cânone clássico brasileiro é que foram especialmente rejeitadas pelas comissões.

o MRE integrou a condução do programa e no qual foram adotados, nas comissões, critérios mais rigorosos de aprovação, concentrou 79% dos indeferimentos, tornando-se ideal para essa comparação. A Tabela 12, abaixo, organiza taxas de rejeição dos pedidos com base nessas variáveis e reforça o prognóstico inicial: houve preferência pela exportação de obras modernas e contemporâneas para idiomas centrais, ao passo em que as maiores taxas de rejeição foram as de pedidos de editoras de línguas periféricas ou semi-periféricas que almejavam obras clássicas. Presume-se, logo, que a noção de relevância empregada pelas comissões, no período, resultou de um cálculo duplo que envolveu centralidade e atualidade das traduções, nessa ordem de importância. O elevado grau de rejeições para editoras italianas, portanto, ocorreu não só porque o idioma foi considerado menos central pelos jurados, mas porque, além disso, os pedidos das editoras italianas se concentrou em obras clássicas, preteridas no âmbito das comissões.

**Tabela 12: Taxa de Rejeição do Terceiro Edital, por Centralidade do Idioma das Editoras Solicitantes e por Período de Publicação das Obras no Brasil**

<b>Taxa de Rejeição por Centralidade de Idioma e por Período de Publicação</b>				
Período de Publicação	Centralidade dos Idiomas das Editoras Solicitantes			
	Hiper-Central	Central	Semi-periférico	Periférico
Clássica	50,00%	40,00%	77,42%	63,89%
Moderna	28,57%	18,18%	39,47%	45,28%
Contemporânea	56,00%	38,60%	57,32%	60,61%

Dados recolhidos junto à FBN

Existe, contudo, um dado na Tabela 12 que contradiz essa asserção: se a seleção das bolsas seguiu uma lógica de centralidade e atualidade, por que pedidos de obras clássicas para editoras de línguas semi-periféricas foram mais rejeitados do que pedidos semelhantes para editoras de línguas periféricas, numa diferença que ultrapassou dez pontos percentuais?

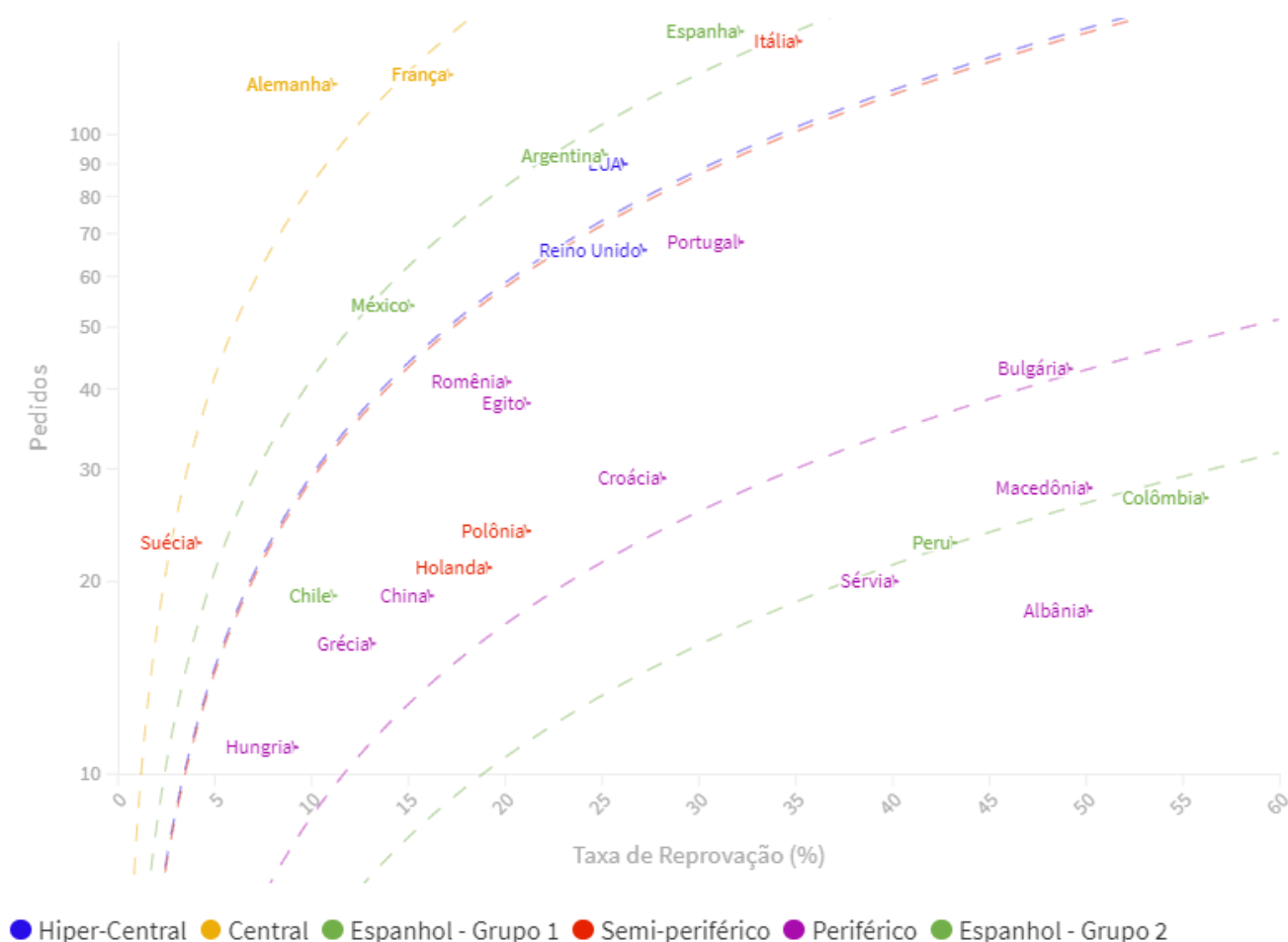
Relembrar que a versão mais recente do edital adicionou aos critérios de seleção um “aspecto de diversidade” no que tange “ao quadro geral das línguas e países em que a literatura e produção intelectual brasileira já se encontram representadas” (MinC, 2018, p. 8) parece ser capaz de solucionar esse problema, na medida em que oferece, além dos critérios analisados, uma terceira variável no cálculo das rejeições: a do volume de propostas enviadas por cada país. É plausível,

pois, que as comissões, nos últimos anos do programa, também tenham dado peso considerável a propostas de tradução para países e idiomas cujas editoras apresentaram poucas submissões. A fim de aferir essa possibilidade, o Gráfico 3 ilustra como as taxas de rejeição se distribuíram por país considerando a quantidade de pedidos que editoras de cada país apresentaram e também a centralidade dos idiomas para tradução. O espanhol foi propositalmente separado dos outros países considerados semiperiféricos, para evidenciar como o comportamento do campo literário espanhol foi distinto, e dividido em dois blocos, para mostrar diferenças relevantes dentro do espaço da hispanofonia. Foram considerados pedidos de todos os países que apresentaram mais de 10 propostas, com o objetivo de não comprometer a visualização da imagem, mas essa amostra, de todo modo, corresponde a 88,31% da amostra.

A disposição gráfica das variáveis torna perceptível como, em todos os grupos de idiomas, houve relação entre maior número de pedidos e maior taxa de reprovação. No grupo de países de língua espanhola de mercados maiores, Espanha foi o país cujas editoras mais apresentaram propostas e que receberam, proporcionalmente, maior número de rejeições, seguida pela Argentina e, depois, pelo México, de onde editoras enviaram menos propostas de tradução, mas que receberam, proporcionalmente, menos rejeições. Entre os menores mercados de língua espanhola, Colômbia foi o país de onde editoras mais enviaram propostas, mas que receberam, proporcionalmente, mais rejeições, seguido pelo Peru, nos dois quesitos, e, em seguida, pelo Chile, de onde menos casas editoriais enviaram propostas, mas que receberam, em termos proporcionais, menos recusas. Entre outros países de língua semiperiférica, tem-se, de uma lado, Itália com elevado número de pedidos e com alta taxa de rejeição, e, de outro, Holanda, Suécia e Polônia com menos pedidos e menores taxas de rejeição. No caso dos pedidos provenientes de países de língua periférica, grupo menos homogêneo, os desvios são maiores, mas as linhas de tendências apontam para o mesmo padrão: quanto mais pedidos, maior taxa de rejeição das inscrições. O Gráfico 3 também mostra que Alemanha e França, em consonância com outros exercícios já feitos nesta pesquisa, foram privilegiados, apresentando baixas taxas de reprovação apesar do número elevado de pedidos, e que a proporção dessas variáveis no caso do Reino Unido e dos EUA, de língua hiper-central, também foi superior à média. Em relação a este ponto, é extremamente interessante notar, no entanto, como as posições ocupadas pela Argentina e pelo

México se aproximam da ocupada pelo espaço anglofônico, sinal de que reprovações para a Espanha e para outros países da América do Sul foram o motivo do menor número de bolsas concedidas para traduções para o espanhol.

**Gráfico 3: Taxas de Reprovação por País, Considerando Número de Pedidos e Centralidade do Idioma**



Fonte: autoria própria com dados da pesquisa

Partindo dessas considerações, pode-se, finalmente, inferir que, desde 2015, a avaliação das comissões julgadoras da FBN obedeceu, via de regra, ao seguinte modelo: em primeiro lugar, foram priorizadas traduções para idiomas de maior centralidade no espaço literário internacional; em segundo lugar, foram priorizadas as traduções de obras modernas e contemporâneas, de modo que foram recusadas, principalmente, propostas de tradução de obras clássicas para idiomas não centrais; em terceiro lugar, foram priorizadas proposições de países e idiomas cujas editoras

inscreveram menos pedidos, de forma que foram rejeitadas, principalmente, inscrições de editoras de idiomas não centrais que apresentaram mais pedidos; depois disso é que vigoraram critérios estritamente literários. Observando essas dinâmicas de outro ângulo, tem-se que pedidos de editoras de idiomas que apresentaram volume significativo de propostas ou que se interessaram sobremaneira por obras clássicas foram mais recusados, mesmo que almejassem obras de relevância literária.

Essa proposta de leitura dos resultados do programa pode ser verificada no caso de avaliações de pedidos para tradução de autores muito visados pelas editoras estrangeiras. Antes que se prossiga com esse exercício, porém, cumpre ressaltar que a maneira como os pedidos e as aprovações se distribuíram entre autores brasileiros será mais detalhada no próximo capítulo, dedicado às consequências do fomento no campo literário nacional. Nas próximas páginas, informações sobre autores serão levantadas apenas na medida em que estiverem relacionadas aos destinos e às aprovações das bolsas. Por isso, questões sobre escritores e obras podem parecer, por hora, suspensas, mas serão resgatadas adiante, quando forem foco da análise.

Clarice Lispector e Machado de Assis foram os autores que mais receberam propostas de tradução, mas pedidos para tradução de suas obras foram também os mais recusados. Que inscrições para tradução de autores tão canônicos tenham sido rejeitadas é surpreendente, a princípio, mas o dado reforça a ponderação já explicitada de que as comissões priorizaram centralidade de países e idiomas sobre aspectos literários das propostas. Além disso, pedidos de tradução desses autores não foram recusados quando partiram de editoras de idiomas centrais. Ao contrário, em conformidade com aspectos detalhados nas páginas anteriores, submissões para traduções do cânone brasileiro foram rejeitadas quando provenientes de casas editoriais de países de língua semiperiférica ou periférica que apresentaram volume significativo de pedidos, em favor de países de características semelhantes que apresentaram menos pedidos, movimento em favor da diversidade do programa, segundo o edital.

Propostas para se traduzir Clarice Lispector, por exemplo, foram recusadas para Romênia, Croácia, Macedônia, Eslováquia, Turquia, Sérvia e Suécia. No caso de Machado, propostas recusadas partiram de editoras de um grupo similar: Croácia, Sérvia, Macedônia e Eslováquia, com acréscimo da Albânia, de Portugal e da Argentina, além de uma recusa para a Itália e outra para a Alemanha. Muitas

propostas de tradução de autores canônicos foram reapresentadas e, em boa parte, aprovadas na segunda ou na terceira submissão. A análise de como se distribuiu o parecer das comissões nesses casos de rejeição e de posterior reavaliação positiva é bastante elucidativa.

Em maio de 2017, por exemplo, durante a quinta reunião do terceiro edital, a comissão recebeu dez propostas de tradução de obras de Clarice Lispector. Cinco foram aprovadas. *A Hora da Estrela* recebeu bolsas para a Estônia e para a Turquia, *A Paixão Segundo GH* foi traduzida para a Holanda, *Contos Completos* foi traduzido para a Hungria e *Laços de Família*, para a Ucrânia. As propostas recusadas foram: *Um Sopro de Vida*, para a Romênia, *Contos Completos*, para a Eslováquia, *A Paixão Segundo GH*, para a Macedônia, e *Água Viva*, para a Croácia e para a Turquia. A editora turca que demonstrou interesse em *Água Viva*, tendo a proposta recusada, foi a mesma que demonstrou interesse em *A Hora da Estrela*, projeto aprovado na mesma reunião: a Monokl. Na reunião seguinte, em setembro de 2017, a Monokl voltou a pedir bolsa para traduzir *Um Sopro de Vida*, e a editora Antolog, da Macedônia, voltou a pedir bolsa para traduzir *A Paixão Segundo GH*. Os dois pedidos foram aceitos. Nessa segunda reunião, foram apresentados, em vez de dez, apenas quatro pedidos para se traduzir Clarice. Um deles foi recusado, *A Legião Estrangeira*, proposta submetida pela editora Ágora, da Sérvia. Na reunião de abril de 2018, a comissão julgadora avaliou 5 pedidos para tradução de Clarice. A editora Tranan, da Suécia, apresentou duas propostas, uma para *A Maçã no Escuro* e outra para um compêndio de correspondências. Apenas a primeira foi aceita, o que configurou o único episódio de reprovação para a Suécia.

No caso de Machado de Assis, a primeira reunião do terceiro edital, em agosto de 2015, recebeu dez propostas para traduções do autor. Cinco foram aprovadas e cinco não. Entre as aprovadas, estavam *Esaú e Jacó*, para a Alemanha, *Dom Casmurro*, para a Bulgária, e *Os Melhores Contos de Machado de Assis*, para o Egito, para os Estados Unidos e novamente para a Alemanha. Entre os pedidos não aprovados, estavam *Helena*, para o Egito, *Americanas*, para a Itália, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, para Macedônia, e *Dom Casmurro*, para a Argentina e para a Sérvia. Mais tarde, os pedidos da Macedônia para *Memórias Póstumas* e da Sérvia para *Dom Casmurro* foram reavaliados, aprovados e submetidos à espera de novo orçamento. No caso do Egito, a editora que recebeu bolsa para traduzir a coleção de contos foi a mesma cujo pedido para traduzir *Helena* foi reprovado, a Sefsafa. Mais

tarde, a Sefsafa apresentou pedidos para traduzir *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, em setembro de 2017, quando foram consideradas apenas dois pedidos de tradução para Machado, e *Dom Casmurro*, na reunião de outubro de 2018, quando, outra vez, foram avaliadas só duas propostas para Machado de Assis. Os dois pedidos foram aprovados. Na reunião de 2018, um segundo pedido para traduzir Machado, também almejando *Dom Casmurro*, vinha do Azerbaijão, configurando a primeira proposta do país, e foi igualmente aprovado. Propostas de editoras de outros países para os quais ainda não haviam sido dadas bolsas também tiveram êxito em traduzir Machado, como Eslovênia e Etiópia.

Esses exemplos apontam que pedidos de bolsas para tradução de autores canônicos foram recusados em contextos de *saturação* e em detrimento de campos literários periféricos anteriormente contemplados. Os casos ilustram como projetos idênticos, recusados em um primeiro momento, quando na presença de muitos pedidos para um autor, foram depois aprovados em reuniões com menos procura por esse mesmo autor. Tais situações de saturação constituem episódios privilegiados para testar as preferências das comissões. Do mesmo jeito que é possível identificar um recorte pelo renome das obras, isto é, verificar que *Um Sopro de Vida*, *Helena e Americanas* foram descartadas em favor da tradução de obras como *A Hora da Estrela* ou *Dom Casmurro*, certos países foram mais preteridos, como Sérvia, Macedônia e Turquia, em favor de países de idiomas centrais, como Alemanha e Estados Unidos, ou que ainda não haviam apresentado propostas, como Etiópia e Azerbaijão. Em resumo, a chance de um país periférico conseguir fomento da FBN para traduzir os cânones dependeu, de um lado, de haver menos busca, na mesma reunião, pelo mesmo escritor, por parte de países que a comissão avaliadora julgasse menos periféricos, senão centrais, e, de outro lado, de não haver, na mesma reunião, pedidos semelhantes de países até então pouco ou nada contemplados pelas bolsas. Pedidos para tradução de cânones vindos de campos literários não centrais muito interessados na bolsa, logo, configuraram, para as comissões, os de menor relevância. Nesse sentido, o fato de que pedidos de tradução de países como Itália, Espanha e Argentina tenham sido recusados em situações de saturação — mas não somente — reforça a conclusão anteriormente alcançada de que esses campos nacionais foram tratados pelas comissões como mais semelhantes à periferia do que ao centro, a despeito de o mapeamento dos pedidos contestar essa categorização.



### 1.5.2 Resultados do Programa: Observações Paralelas

Antes de prosseguir com a análise do que os resultados do programa da FBN sugerem em relação à percepção de relevância das propostas de tradução por parte das comissões julgadoras e, indiretamente, em relação aos objetivos perseguidos por meio da iniciativa, os dados levantados podem ser utilizados para que sejam testadas, brevemente, outras asserções e hipóteses frequentemente encontradas nas abordagens teóricas que concebem o espaço literário internacional sob uma ótica centro-periférica.

Nesse sentido, a primeira reflexão pertinente é a de que o inglês, idioma hiper-central, foi, enquanto categoria, o que menos solicitou bolsas, equivalendo a 11,41% dos pedidos. Essa informação vai ao encontro da força centrípeta do mercado editorial de língua inglesa enfatizada por Heilbron e por Sapiro no dado de que apenas 3% das publicações em países que falam inglês são traduções de outros idiomas. Contudo, considerando que solicitações de editoras do Canadá, da Irlanda, da Nova Zelândia e da Austrália foram raras — somaram, juntas, sete pedidos — essa informação significa, ao mesmo tempo, que EUA e Reino Unido, entre outros 64 países, constituíram ponto de partida de 10,39% dos pedidos. Diante dessa taxa, é necessário relativizar o alegado isolamento do mercado literário anglófono, pois a porcentagem de traduções no mercado editorial inglês é baixa não só porque o idioma domina o subcampo de grande produção, onde praticamente não encontra concorrência, mas também porque se trata de um mercado tão volumoso<sup>25</sup>, que a participação proporcional das traduções acaba esmagada, mesmo que significativa em números absolutos, como o é no caso brasileiro, a julgar pelo interesse no programa da FBN.

Outra noção que as solicitações de bolsas recebidas pela FBN permitem revisitar é a de que campos literários de idiomas centrais, notadamente a França e a Alemanha, seriam os principais descobridores de novos autores e obras em outras línguas, e que traduções para esses espaços representariam, na maioria das vezes, o gatilho para que editoras de outros campos nacionais também traduzissem obras de autores considerados periféricos. A Tabela 13 compila o circuito de tradução das

---

<sup>25</sup> Em 2014, EUA e Reino Unido concentram 29% da receita do mercado editorial global. Ver WISCHENBART, Rüdiger. Global E-book Report, 2014.

obras brasileiras contemporâneas mais traduzidas com apoio da FBN<sup>26</sup>, por ordem dos pedidos, a fim de identificar padrões na difusão do interesse de tradução entre países e idiomas, e os resultados não são categóricos como sugeria a teoria.

Essa pequena amostra não contradiz o modelo de análise centro-periférico, dado que um conjunto bem definido de países revezam a posição de origem dos primeiros pedidos de tradução de cada livro, sendo que apenas depois, após um intervalo de dois ou três anos, é que normalmente editoras de outros campos nacionais se mostraram interessadas na mesma tradução. Além disso, o fato de que a disputa pela descoberta de autores brasileiros contemporâneos tenha ocorrido sem grandes desproporções entre os principais concorrentes não significa que, no campo brasileiro, esses concorrentes gozem do mesmo prestígio — o que jurados da FBN deixaram bem claro —, de modo que a perspectiva centro-periférica ainda explica bem a distribuição assimétrica de capital literário. Mas é importante notar, ainda assim, como, na maioria da amostra recolhida, obras brasileiras recentes foram traduzidas primeiro para o espanhol, com destaque para a Espanha, sendo também relevantes as vezes em que editoras alemãs ou italianas estiveram entre as primeiras interessadas na tradução, enquanto pedidos de tradução para o francês e para o inglês aconteceram, via de regra, em um segundo momento. Não parece exagero considerar o espanhol a porta de entrada para o mercado editorial europeu. Assim, este exercício não coloca o francês, o alemão e o inglês em posições menos centrais — é preciso lembrar que esses idiomas demonstraram mais interesse pela tradução de obras recentes, que eles de fato influenciam espaços vizinhos, em especial o norte europeu, como algumas trajetórias da Tabela 13 indicam, e que é possível, ainda, que o espaço espanhol seja utilizado por integrantes do campo literário desses países como laboratório para entender que obras brasileiras são melhor recebidas — mas constitui outro argumento na defesa de que, no que tange à difusão da literatura brasileira, o espanhol está mais próximo do centro do que da periferia.

---

<sup>26</sup> Optou-se por observar apenas a ordem de tradução de livros publicados nas últimas décadas para que não escapassem da análise traduções mais antigas e difíceis de rastrear, comprometendo o mapeamento. Livros de Machado de Assis e Clarice Lispector, por exemplo, já foram traduzidos para a França e para a Alemanha antes do programa da FBN, e não apareceriam na tabela, dificultando a reação em cadeia que se buscou identificar.

**Tabela 13: Cronologia da Tradução das Obras Contemporâneas mais Almejadas em Pedidos de Bolsas para a FBN**

Livro	Autor	Cronologia das Traduções										
Barba Ensopada de Sangue	Daniel Galera	Alemanha abr-13	Espanha jun-13	Reino Unido set-13	Holanda nov-13	Espanha mar-14	França* 2014	Finlândia jul-14	Suécia jul-14	Noruega mar-14	Polónia out-14	Sérvia abr-19
Diário da queda	Michel Laub	Espanha jul-12	Alemanha out-12	Itália abr-13	Reino Unido abr-13	França jun-13	Israel jun-13	Noruega mar-14	Suécia mar-14			
K.	Bernardo Kucinski	Alemanha out-12	Espanha out-12	Espanha out-12	Reino Unido out-12	Israel out-14	Itália out-14	França* 2014	Japão abr-15	Polónia abr-18		
O Senhor do Lado Esquerdo	Alberto Mussa	Bulgária abr-12	Romênia abr-12	Armênia jul-12	EUA jun-13	Itália jun-13	França jun-13	Espanha mar-14				
Sinfonia em Branco	Adriana Lisboa	Itália* 2008	França* 2009	México* 2009	EUA* 2010	Romênia out-11	Alemanha out-12	Egito abr-13	Polónia out-14	Turquia out-14	Croácia abr-15	China abr-19
A queda	Diogo Mainardi	Israel jun-13	Reino Unido jul-13	Espanha mar-14	Espanha jul-14	Austria out-14	Polónia abr-15					
Azul-Corvo	Adriana Lisboa	Argentina* 2011	França out-11	Itália out-12	Sérvia out-12	Reino Unido jul-13	Itália* 2013	Macedónia ago-15	China abr-19			
O único final feliz para uma história de amor é um acidente	J. P Cuenca	Alemanha dez-11	Espanha abr-12	EUA jan-13	França jul-13	Finlândia jul-14	Romênia abr-15					
Os Malaquias	Andréa del Fuego	Argentina* 2012	Alemanha jan-13	Itália jan-13	Israel jun-13	Romênia mar-14	Suécia mar-14	França ago-15				
A Chave de Casa	Tatiana Salem	Espanha* 2011	França* 2011	Itália* 2011	Romênia abr-12	Austrália out-14	Croácia abr-15	Albânia set-16	Egito abr-18			
Ladrão de Cadáveres	Patrícia Melo	França* 2012	Alemanha out-12	Dinamarca jul-14	Reino Unido out-14	México out-14	Egito abr-15					
Os Leopardos de Kafka	Moacir Scliar	Itália* 2006	EUA* 2011	Espanha jul-12	Espanha jul-12	Alemanha out-12	França nov-15	Geórgia abr-18				

Vezes em que cada idioma foi o primeiro a traduzir

Espanhol	5
Alemão	3
Francês	2
Inges	0
Italiano	3
Outros	2

\* Países para os quais houve tradução sem bolsa, de acordo com informações dos catálogos das agências literárias Mertin Litag e RWC.

Elaboração própria com dados recolhidos junto à FBN

## 1.6 O “tal do Soft Power”

Por perseguirem outro enfoque, as seções anteriores deixaram de lado um problema cuja resposta não é simples nem evidente: por que, afinal, os condutores do programa da FBN decidiram priorizar pedidos de editoras de países para os quais haviam sido dadas poucas bolsas e nos quais a literatura brasileira tem menor inserção, mesmo que, para tanto, tenham sido rejeitados pedidos provenientes de mercados maiores, inclusive envolvendo tradução de autores canônicos? A menção ao “aspecto de diversidade” no edital se apresenta como solução, mas encerra, na realidade, uma questão mais complexa, uma vez que a noção de diversidade não explica qual o benefício, material ou simbólico, de se preterir traduções para mercados

relativamente maiores, muitas vezes dotados de maior prestígio literário, em favor de traduções para mercados relativamente menores.

Para citar alguns exemplos, desde 2015, ao mesmo tempo em que foram recusados pedidos de tradução de obras recentes e principalmente clássicas para países com campos literários considerados relevantes no espaço internacional, as comissões da FBN validaram propostas encaminhadas por casas editoriais de países economicamente pouco atrativos, em termos editoriais, e de tradições literárias menos influentes, como Líbano, Paquistão, Tailândia, Azerbaijão, Cabo Verde, Geórgia, Estônia e Eslovênia, entre outros. Diante desse quadro, uma primeira pergunta a ser feita é por que mais editoras de países até então pouco interessados nas bolsas da FBN enviaram propostas de tradução, nos últimos anos. Essa questão será melhor analisada no próximo capítulo, que contemplará devidamente o papel de intermediadores no aproveitamento do fomento. Mas outra questão, não menor e já posta, é: por que esses pedidos foram tão bem recebidos? Essa questão pode ser respondida agora.

O terceiro edital foi o momento de inflexão a partir do qual diplomatas ocuparam papel mais central nas comissões de avaliação, coincidindo com o período em que, como anteriormente abordado, taxas altas de rejeição de pedidos não necessariamente refletiram critérios literários. É pertinente supor, logo, que a importância conferida a propostas encaminhadas por editoras de países menos ricos e desenvolvidos tenha razões políticas, não literárias, ou, dito de outro modo, que possibilitar a inserção de obras literárias brasileiras nesses países foi, para formuladores da política externa brasileira na década passada, um movimento considerado mais estratégico do que viabilizar traduções para espaços onde novas traduções potencialmente exerceriam, em termos marginais, menor influência. Em síntese: a aposta pode ter sido de difundir, sempre que possível, produtos culturais nacionais em espaços onde obras brasileiras tinham pouca ou quase nenhuma inserção.

Movimentos nessa direção podem ser lidos, em primeiro lugar, como voltados à promoção da aproximação cultural. Gustavo Sorá, recorrendo a Norbert Elias, descreve a circulação de bens simbólicos como atos civilizatórios que “guardan relación con la pacificación y estabilización de los Estados Nacionales” (2003, p.89). A proposição encontra respaldo na maneira como traduções são amiúde resgatadas e referidas por instituições e organizações internacionais como instrumentos capazes

de garantir “entendimento”, “cooperação”, “parceria” ou “harmonia”. Entre 1957 e 1967, por exemplo, a União Europeia estimulou a tradução de obras de línguas dominadas — os regulamentos utilizam o termo “minority languages” — para países dominantes através do programa *Ariane*, que ganharia novas versões em 1994 e em 1997. A proposta avaliada pela Comissão Europeia para reativação do programa em 1994 ressaltava que o bloco tinha, como uma de suas finalidades, "to contribute to the flowering of the cultures of the Member States, while respecting their national and regional diversity and at the same time bringing the common cultural heritage to the fore" (UE, 1994, p. 3), e destacava, no terceiro artigo, que :

“In a multicultural, multilingual community, translation is an essential condition for direct access by the mass of Europe's citizens to the richness and diversity of our national and regional cultures In this context, Community action is intended to accompany and support efforts by the Member States at regional and national level to promote translation with a view to engendering greater familiarity and a better understanding among Europe's citizens and highlighting their common heritage” (UE, 1994, p.34)

Em 2007, a União Europeia lançou outro programa, chamado *Culture*, que teve por objetivo bancar 50% dos custos de tradução de obras europeias para os países que ingressaram no bloco após 2004. Publicado no *Official Journal of the European Union*, o edital da ação destacava que “the Programme encompasses the cultural sector as a whole and aspires to stimulate synergies leading to a sustainable cultural cooperation at European level” (UE, 2007, p.1). O próprio *Index Translationum*, base de dados da Unesco utilizada por Heilbron para catalogar idiomas sob uma ótica centro-periférica tem origem no *Institute for Intellectual Collaboration* criado em 1922 pela Liga das Nações, na esteira dos esforços empreendidos para evitar conflitos internacionais após a Primeira Guerra. Já nos anos 50, com preocupações semelhantes, a Unesco incentivou traduções de obras da Ásia, do norte da África e da América Latina para o mercado europeu (SAPIRO, 2016).

Mas essa aproximação cultural pode ser interpretada à luz de interesses mais tangíveis. Um relatório sobre a política cultural brasileira encomendado em 2014 pelo Serviço Europeu de Ação Externa, braço diplomático da União Europeia, indicava que:

“In November 2013 the Brazilian government began drafting a new strategy for culture in external relations, a step that reflects the importance the country now attaches to this domain. The Ministry of Culture is responsible for preparing this new strategy, in close cooperation with the Ministry of Foreign

Affairs [...]. The government was planning to release new guidelines in this domain in early 2014.

A number of factors have accelerated the government's decision to prepare a new strategy: 1) Brazil's attractiveness as one of the BRICS countries; 2) increased interest in the country around the world, particularly as regards cultural cooperation with it; 3) expanded cultural offer within Brazil and 4) the organisation of the 2014 World Cup and the 2016 Olympic Games, which oblige the authorities to decide on the country's international branding and image.

The new strategy will encompass a wide range of subjects including: **1) the branding and image building of Brazil; 2) the promotion of the country's cultural and regional diversity;** 3) the development and international projection of the Brazilian cultural and creative sector; 4) the improvement of the country's cultural diplomacy networks abroad; 5) the organisation of small and large scale cultural interventions abroad; 6) private and public cooperation; 7) the export of Brazil's social technology projects; and **8) cultural diplomacy and culture as 'soft power'.**"(UE, 2014, p. 3).

O conceito de soft power, elencado entre aspas no documento e citado também em outros momentos desta pesquisa, foi concebido por Joseph Nye (2012) em oposição ao de hard power, que abarca, grosso modo, a capacidade de uma nação de impor sua vontade a outras mediante meios materiais, isto é, bélicos ou econômicos, passíveis de infligir danos concretos, reconhecíveis e, na maioria das vezes, calculáveis, o que constitui, conseqüentemente, fonte de ameaça constante, mesmo que de forma latente, entre Estados, motivo pelo qual a insegurança é um dos traços que definem o sistema político internacional sob uma perspectiva realista (WALTZ, 2007; MEARSHEIMER, 1994). Em contrapartida, soft power seria uma "forma de poder que se manifesta por meio da atração e persuasão" (NYE, 2012, p. 118), a partir da qual nações garantiriam maiores chances de êxito na persecução de seus objetivos na agenda internacional ao se fazer admiradas em determinados campos — como na defesa de direitos humanos, de liberdades individuais ou de preservação do meio ambiente — ou ao estabelecer vínculos culturais e morais mutuamente reconhecíveis com outras nações ou blocos proeminentes. De acordo com Nye, quanto mais um Estado promove esse compartilhamento na esfera internacional, mais capacidade tem de atrair ou cooptar aliados e de se posicionar com legitimidade dentro de determinadas agendas. Ao lado da diplomacia, intercâmbios culturais e artísticos são frequentemente elencados como instrumentos importantes na construção desses vínculos, uma vez que podem expor afinidades de princípios e tradições.

Soft Power, com efeito, foi um termo muito empregado por funcionários da FBN ao se reportarem ao programa de traduções, como declarações destacadas no começo desta pesquisa indicaram. Cabe lembrar que para Moema Salgado, que foi diretora de Relações Institucionais da FBN, as bolsas se justificariam pela compreensão de que “a literatura é uma forma importante de penetração internacional da cultura brasileira, o tal do soft power, que foi muito falado naquele período do ministério [da Cultura]” (RISSARDO; MAGRI, 2015, p. 3). Mas o conceito não foi mobilizado apenas por quadros do MinC e de agências vinculadas. Em 2015, por exemplo, a revista anual dos alunos do Curso de Formação em Diplomacia do Instituto Rio Branco trazia o seguinte trecho sobre o conceito:

“O soft power, a capacidade de influenciar a conduta alheia por meio do convencimento e da atração, depende fundamentalmente de um conhecimento mútuo entre os atores envolvidos. Estas relações não se constroem na esfera estatal – cabe ao Estado apenas fornecer ou fomentar os canais de comunicação entre as culturas. E neste campo talvez o púlpito da Assembleia Geral seja menos importante do que livrarias, palcos e salas de cinema. A busca por uma maior presença cultural brasileira não é, portanto, um capricho na trajetória de uma potência emergente, mas um componente essencial deste percurso” (JUCA, 2015, p. 86)

O mesmo texto fez considerações sobre a difusão da literatura brasileira no mundo sob a ótica do soft power:

“Um aspecto interessante dessa face imaterial da divulgação literária é seu retorno de longo prazo: uma iniciativa desprezível e localizada pode gerar reação positiva de proporções muito maiores do que o investimento inicial” [...]. “Se o Brasil quiser, no entanto, atuar plenamente como protagonista na sociedade internacional, é ele quem deve mediar esse interesse” [...]. “A lição é clara: para se defender os interesses nacionais, não basta apresentar as posições e os ideais brasileiros nos foros de política internacional, deve-se também participar de forma intensa do grande fluxo de ideias e percepções que está na base das interações entre Estados e sociedades” (IDEM).

Cumprido destacar, ainda, que o conceito foi bastante utilizado por Celso Amorim, que esteve à frente do MRE durante o governo Lula, momento em que boa parte das iniciativas abarcadas nesta pesquisa começaram a ser planejadas, como o trecho abaixo explicita:

“Nenhum país se afirma só com *soft power*, mas ele é importantíssimo. Não é a toa que o presidente Roosevelt dava tanta importância ao cinema e dizia: 'onde for o cinema americano, lá irão nossos modos de vida'. O Brasil não pode desperdiçar o seu *soft power*, o seu poder brando, digamos assim.

Ainda que tenha que reforçar também seu poder militar”. (AMORIM, in: BBC, 2015).

Enquanto categoria legítima ou profícua de análise, o soft power não é, porém, consenso na Academia. Muitos pesquisadores o consideram contraditório ou argumentam que sua aplicabilidade é comprometida pela falta de rigor ou pela dificuldade para se identificar e estabelecer evidências mensuráveis que o testem, de modo que o conceito pode ser interpretado de diferentes modos por diferentes agentes (KEARN, 2011; HALL 2010). Por outro lado, e talvez devido justamente a sua polissemia, soft power é um dos poucos conceitos desenvolvidos no âmbito acadêmico que encontraram amplo espaço no debate político internacional depois da Guerra Fria, sendo frequentemente utilizado, no plano discursivo, por tomadores de decisão, eleitos ou não (GALLAROTTI, 2011, CHANGUE, 2013). Nesse sentido, é possível resgatar que Hillary Clinton ficou conhecida como soft power secretary of state (HIRSH, 2013), ou que, no Brasil, entre 2011 e 2020, o termo soft power foi empregado em 21.504 publicações da mídia digital<sup>27</sup>. Desse modo, ainda que o conceito possa apresentar desafios metodológicos, principalmente quantitativos, à Ciência Política e às Relações Internacionais, é curioso que ele tenha se tornado um recurso comum no discurso de atores políticos e de funcionários públicos. Isto é, a impossibilidade de mensuração de ações perseguidas sob a insígnia do soft power não parece impedir que agentes o considerem ou se comportem como se o considerassem variável legítima e importante na elaboração de ações de política externa, motivo pelo qual esta pesquisa julga relevante ponderar que o Itamaraty pode ter realmente concebido o programa de bolsas da FBN dentro de uma estratégia de soft power.

Outra discussão em voga questiona se países emergentes também exercem ou são capazes de exercer soft power. Alguns pesquisadores avaliam que BRICS e Tigres Asiáticos, denominações mais comuns para países emergentes no começo da século, apresentam baixo potencial de soft power (CONGJUN, 2014), enquanto outros, como o próprio Nye, são enfáticos ao defender que EUA e potências europeias não serão superados nesse quesito (SHAMBAUG, 2014). Oliver Stuenkel (2016) e Trefor Moss (2013) argumentam que soft power é uma influência relacional e que um mesmo país a pode desempenhar com sucesso em determinados territórios e não em

---

<sup>27</sup> Valor alcançado por meio do Software Knew-In, de monitoramento de mídia digital.



outros. Stuenkel propõem que países como Brasil, Rússia e China, por ainda enfrentarem desafios relacionados à desigualdade e ao desenvolvimento econômico, mas estarem, ao mesmo tempo, entre as maiores economias globais, podem servir de modelo para países não desenvolvidos com mais sucesso do que nações do Atlântico Norte. Um argumento semelhante é o de que o Brasil acumularia influência ao se posicionar como mediador entre grandes potências e países em desenvolvimento, geralmente em favor destes, buscando dirimir assimetrias em espaços multilaterais, principalmente quando posturas com essas características não foram condicionadas a políticas domésticas dos países defendidos (CHATIN, 2016).

Nesse sentido, torna-se sintomático que Celso Amorim, ao comentar a atuação do MRE durante sua gestão para além das ações concebidas sob o timbre do soft power, elenque acordos bilaterais de cooperação com países africanos, o Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul e a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, explicitando intersecções entre a concepção de soft power da diplomacia brasileira na primeira década do Século XXI e a implementação da política de cooperação Sul-Sul (2013). Uma hipótese para a questão levantada no início desta seção, portanto, é a de que, para o MRE, a exportação da literatura brasileira para países de menor peso econômico e político pode guardar o objetivo estratégico de aumentar a influência brasileira junto a nações em desenvolvimento, beneficiando, conseqüentemente, a posição relativa do Brasil em fóruns multilaterais e aumentando canais de cooperação alternativos ao Atlântico Norte, focos da política Sul-Sul. A próxima seção explora um caso em que esse objetivo pode ser apontado de forma menos vaga.

### **1.6.1 Estudo de Caso: a CPLP no Programa de Bolsas da FBN**

Em 2015, o terceiro edital do Programa de Traduções, autorizado por meio da Decisão Executiva Nº 44 da FBN, assinada em 11 de junho, explicitava, no artigo 2.2 — logo na primeira página —, que o programa também seria oferecido para editoras da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) interessadas em publicar obras de escritores brasileiros em seus respectivos mercados. O artigo 11, páginas depois, detalha que o valor concedido a essas casas editoriais teria por fim cobrir custos de edição, revisão e impressão, reconhecendo, implicitamente, que, nessas circunstâncias, não haveria custos de tradução, objetivo inicial do programa. O quarto edital, aberto em 2018, repete esses trechos. É possível que esse seja um ponto

especialmente privilegiado para se observar como o Itamaraty concebeu o programa de tradução dentro de uma estratégia maior de soft power. Para entender esse movimento, é pertinente resgatar, de forma breve, o histórico da CPLP, a participação do Brasil em seu processo de formação e, em linhas gerais, por se tratar de um tema indissociável, a política externa brasileira destinada à África, em especial a África Subsaariana, nas últimas décadas.

A CPLP foi criada formalmente em 1996, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, mas sua concepção remonta a 1989, quando José Sarney e o embaixador José Aparecido de Oliveira empreenderam esforços para reunir os integrantes do grupo, já aventado em Portugal, e viabilizar sua implementação, cujo primeiro passo foi uma reunião dos chefes de Estado dos países membros em São Luís (MA), no mesmo ano, na qual foi criado o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP). Na ocasião, participaram da reunião representantes de Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, além de Brasil e Portugal, porém mais tarde se juntaram ao bloco também Timor Leste e Guiné Equatorial.

O governo FHC deu menos atenção ao relacionamento com o continente africano do que seus antecessores, a exceção de Collor, tendo focalizado sua política externa no fortalecimento do Mercosul e no relacionamento com países industrializados do Norte (ABDENUR, 2015), acenando para países africanos apenas em casos específicos, com destaque, por exemplo, para a reaproximação com a África do Sul pós-apartheid, numa estratégia para com o continente que muitos autores chamam de seletiva (SARAIVA, 2007; LECHINI, 2018). Nesse contexto, a criação da CPLP foi defendida menos como um concerto culturalmente orientado, em que pesassem afinidades sociais e históricas entre os integrantes — discurso preponderante antes e depois do governo FHC —, e mais como adequação necessária à organização internacional pós-Guerra Fria, marcada pelo multilateralismo e pela emergência de diversos blocos econômicos<sup>28</sup>. Celso Lafer argumenta, por exemplo, que o processo de criação da Comunidade “está ligado a uma mudança no funcionamento da ‘máquina do mundo’ que trouxe a caducidade da ‘constituição material’ da vida internacional” (2013, p. 225). Essa mesma percepção

---

<sup>28</sup> Durante a década de 90, o Brasil reduziu recursos antes repassados ao Itamaraty com o propósito de difundir a língua portuguesa e privatizou Centros de Estudos Brasileiros no exterior, então incorporados por instituições estrangeiras de ensino universitário ou transformados em Institutos Culturais, sinalizando como, no período, a adequação ao multilateralismo foi uma variável mais influente do que a promoção da língua portuguesa (LIMA; MARQUES; PINTO; PAES, 2008)

pode ser identificada em declarações de FHC no período em ocupava o posto de chanceler, quando diria, sobre a CPLP, que:

“Sua criação corresponde a uma tendência da atual conjuntura internacional com o fim da bipolaridade, que abriu espaço para novas iniciativas de aproximação entre países com afinidades, ora derivadas de interesses econômicos, ora fundamentadas em valores políticos ou culturais [...] de mecanismo de concertação e consulta política, destinado a dar aos nossos países um instrumento adicional para a coordenação de suas posições em torno de temas da agenda internacional, para promover em conjunto seus interesses comuns e para avaliar, de seu próprio ponto de vista e com uma base permanente, a evolução da conjuntura política e econômica internacional (CARDOSO, 1993b, pág. 221).

Não era essa a discussão que envolvia a criação do bloco em 1989. Nesse período, destacava-se, no discurso das chancelarias portuguesa e brasileira, um apelo ao passado compartilhado pelos países lusófonos e pela identidade transfronteiriça que o idioma comum proporcionaria. Para além das manifestações públicas, porém, encontram-se, tanto em registros de diplomatas do Brasil quanto de Portugal, observações que apontam para aspectos mais estratégicos da CPLP. Segundo essas fontes, de um lado, ambos os Estados se preocupavam com a influência cultural que outras nações poderiam exercer sobre os países africanos de língua portuguesa (PALOP), agora independentes em um mundo globalizado, atentando-se, entre outras coisas, às ações empreendidas no continente africano sob o guarda-chuva da Commonwealth e da Organização Internacional da Francofonia (OIF). De outro lado, existia a competição entre Brasil e Portugal pela liderança no mundo lusófono. Um ofício enviado da embaixada brasileira em Praia, em 1990, alertava, por exemplo, para o fato de que o “crédito político e a confiabilidade conquistadas pelo governo brasileiro junto aos PALOP não se traduzem numa capacidade econômica crescente e sustentada”, ao mesmo tempo em que sublinhava como “atende ao interesse nacional português associar-se com o Brasil para, através de nossa influência política, voltar a ter uma presença em África” (BRASEMB PRAIA, OF C nº 00122, 1990, pág. 1).

O “crédito político” citado no ofício tinha então cerca de 15 anos. Depois de um período de alinhamento ao colonialismo português na esfera internacional entre os anos 60 e 70, que retrocedeu diálogos com o continente africano abertos durante a

Política Externa Independente de Jânio Quadros<sup>29</sup>, o Brasil empreendeu nova guinada na relação com os PALOP ao que estes se emanciparam politicamente, cujo marco é o reconhecimento da independência de Angola, em 1975 — o Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência angolana. A estratégia acompanhou a crise petrolífera do início dos anos 70, que impulsionou a busca por renovação das fontes energéticas, reposicionando a importância, no espaço internacional, de países ricos em reservas, como Angola e Moçambique (ABDENUR, 2015). A partir de então, o Brasil buscou estreitar laços com as outras ex-colônias portuguesas. Logo em 1976, o Brasil enviou a primeira missão comercial a Angola, em que estiveram presentes representantes da Petrobras e do Banco do Brasil. Em julho de 1977, os países firmaram o convênio MRE-Seplan, origem do Programa de Cooperação Técnica Brasil-África, e, em 1979, assinaram acordo entre a Petrobras e a petrolífera estatal angolana, Sonangol (IDEM).

No fim dos anos 80, contudo, antigas colônias portuguesas, em especial Cabo Verde e Guiné-Bissau, contavam com líderes que não mais haviam participado do movimento de libertação e que não se posicionavam como adversários de Portugal, cenário em que a ex-metrópole, agora uma democracia — e dirigida então pelo Partido Socialista de Lopes Soares, cabe lembrar —, podia retomar o diálogo com o mundo lusófono. Foi nesse contexto em que a ideia de um bloco lusófono começou a ser gestada pelo governo português e a chancelaria brasileira se preocupou com o risco de perder a influência que vinha engendrando no Atlântico Sul. A embaixadora Irene Vida Gala afirma que, para além do discurso culturalista, o Itamaraty desconfiava da reaproximação de Portugal com os PALOP e tinha interesse em ser o ponto focal da comunidade lusófona, em especial com Luanda (2003) A mesma leitura pode ser identificada nas palavras do embaixador brasileiro em Portugal em 1990, Nuno Álvaro Guilherme D'Oliveira, para quem a:

“instituição da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, tal como concebida, poderá vir a ser um instrumento de ação política valioso, mas devemos avançar com a percepção realista de que no seio da Comunidade poderá instalar-se a mesma rivalidade que hoje se observa na “Francophonie”, onde França e Canadá trocam farpas em disputa pela liderança do movimento, se bem que por razões distintas [...] A França (leia-se na questão em tela Portugal) por ser o berço da língua e da cultura

---

<sup>29</sup> Quadros buscava mercados para produtos da então crescente indústria brasileira e abriu canais de diálogo com países até então pouco próximos. São provas do estreitamento com países africanos, no período, são a criação do departamento de África no Itamaraty e a criação do Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos.

francesas, o Canadá (leia-se na questão em tela o Brasil), país rico e industrializado. Mutatis mutandis, o Brasil exerce atração nos PALOP, por se tratar de um país de origem comum a deles, mas sobretudo por ter conseguido desenvolver-se e ostentar um parque industrial que Portugal não pode sequer pensar em igualar (ALVARO, 1993, pág. 11).

Do ponto de vista português, a atuação brasileira era desejável para dissuadir o receio de países ainda melindrados no que dizia respeito a estabelecer um relacionamento próximo com Portugal, principalmente Angola e Moçambique (FEIJÓ SOBRINHO, 1997; SARAIVA, 2001). Alguns autores sustentam que o receio era justificado, uma vez que a concepção portuguesa do bloco não era homogênea, isto é, os papéis desempenhados por Brasil e Portugal não eram, para o último, os mesmos esperados dos PALOP (FREIXO, 2009). A atuação de José Aparecido de Oliveira em 1989 teria caminhado justamente no sentido de, ao colocar o Brasil no centro da negociação, dirimir a desconfiança de alguns líderes e, ao mesmo tempo, garantir estatuto mais igualitário aos membros do grupo (OLIVEIRA, 2014), o que, indireta e paradoxalmente, serviria para alimentar a influência brasileira no bloco. No regimento que dá origem à CPLP, é nítida a preocupação com autonomia e a soberania dos integrantes:

a) igualdade soberana dos Estados membros; b) não ingerência nos assuntos internos de cada Estado; c) respeito pela sua identidade nacional; d) reciprocidade de tratamento; e) primado da Paz, da Democracia, do Estado de Direito, dos Direitos Humanos e da Justiça Social; f) respeito pela sua integridade territorial; g) promoção do desenvolvimento e h) promoção da cooperação mutuamente vantajosa (CPLP, 1996)

Sob esse direcionamento, as primeiras ações implementadas pelo bloco perseguiram troca de conhecimento técnico e investimentos em projetos educacionais com o objetivo de promover a criação de quadros profissionais que pudessem contribuir para o desenvolvimento desses países, circunstância em que o Brasil ocupava posição privilegiada, primeiro porque, em termos econômicos, servia de modelo aos PALOP — o plano real acabara de ser implementado e o país ostentava uma situação econômica estável, embora sofresse com problemas sociais conhecidos pelos países africanos — e, em segundo lugar, porque detinha boa parte do know-how compartilhado pelos acordos técnicos.

Na década seguinte, o governo Lula conferiu ao bloco papel bem mais central na política externa brasileira, transformando-o, no âmbito da política Sul-Sul, em canal de comunicação com o continente africano. Essa mudança de postura é quantificável.

O governo Lula abriu 19 representações em países africanos, de modo que o Brasil contaria, ao final de seu governo, com embaixadas em 37 dos 54 países da África, e 17 embaixadas de países africanos foram inauguradas em Brasília — antes existiam 16 e, com as novas, a cidade se tornou a segunda capital do Ocidente com mais embaixadas africanas (ABDENUR, 2015). Além disso, o presidente brasileiro fez 12 viagens à África, mais do que qualquer antecessor, e visitou 21 países. Celso Amorim, quando à frente do MRE, visitaria o continente 67 vezes (IDEM). Nesse ínterim, boa parte dos projetos implementados no continente africano, muitos coordenados pela CPLP, envolveram ajudas humanitárias e ampliação da cooperação técnica. Em 2011, o Brasil era o 10º maior doador de alimentos do mundo, distribuindo mais de um milhão de toneladas de alimentos por meio do Programa Mundial de Alimentos da ONU (World Food Programme), e boa parte das doações eram direcionadas à África. Depois da reforma da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), desenhada para expandir a capacidade de coordenação do MRE e para “contribuir para o adensamento das relações do Brasil com os países em desenvolvimento” (ABC, 2014), entre 2005 e 2010, os recursos destinados à África por meio da Agência aumentaram em 105%, sendo que, no fim da década, o continente recebia 59% do fomento da instituição, que nele geria projetos em 30 países (OLIVEIRA, 2014). Segundo a ABC, em 2011, 21,86% dos fundos aplicados no continente africano eram aplicados em projetos agrícolas, 16,28% em saúde e 12,12% em educação. A aplicação desses recursos contava com envolvimento da Embrapa, da Fiocruz e do Senai, respectivamente.

A política linguística do Governo Federal acompanhou esses investimentos. São emblemáticos da nova postura em relação à difusão do idioma a criação, em 2003, pelo MRE, da Divisão de Promoção da Língua Portuguesa (DPLP), bem como o fato de que o Brasil manteve 21 Centros Culturais Brasileiros além das fronteiras (SILVA, 2011) e aumentou, até 2010, em 33% o número de leitorados no exterior, alcançando 36 países<sup>30</sup>. Outra iniciativa relevante foi a instituição, pelo ministério da Educação, então gerido por Fernando Haddad, da Comissão para Definição da Política de Ensino, Pesquisa e Promoção da Língua Portuguesa, que ficou conhecida como Comissão da Língua Portuguesa (Colip), instaurada pelo decreto 4.056/05. A

---

<sup>30</sup> Segundo a CAPES, o programa de leitorado tem como finalidade selecionar “leitores brasileiros para atuar em Instituições de Ensino Superior Estrangeiras (IES) e promover a língua portuguesa e a literatura brasileira” (SEI/CAPES, 2021)

Comissão, que reuniu linguistas importantes do cenário brasileiro, como Ataliba Teixeira de Castilho e José Luiz Fiorin, definiu diretrizes para a política linguística nas esferas doméstica e internacional, entre as quais cabe destacar:

5.1 políticas de leitorado, publicação de periódicos sobre a língua portuguesa do Brasil, tradução de textos literários brasileiros para outras línguas; **5.2 políticas que priorizem o intercâmbio linguístico e cultural com os países da América Latina e com países de África, particularmente com os países lusófonos**; 5.3 produção de ações culturais que promovam e deem visibilidade a identidade e representação do Brasil linguístico (MEC, COLIP, 2005).

Ainda no âmbito da Colip, o MEC sugeriu a criação do Instituto Machado de Assis, que haveria de elaborar e implementar políticas de difusão e ensino do português em quatro esferas: “nos países não lusófonos; em colaboração com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP; por meio de projetos e acordos culturais; e em países estrangeiros onde vivem minorias brasileiras” (MEC, 2010). A proposta, no entanto, entrou em conflito com o MRE, a quem compete a promoção da cultura brasileira no exterior, e acabou engavetada pela Casa Civil.

Todas essas ações, obviamente, foram acompanhadas de interesses estratégicos. Tomando como exemplo o caso de Angola, entre 2009 e 2013, trocas comerciais com o Brasil saltaram de US\$ 1,47 bilhão para US\$ 1,99 bilhão, com balança comercial continuamente favorável ao Brasil, que, em 2013, registrou superávit de US\$ 544 milhões, o que se explica pelo fato de que, enquanto o Brasil exportou, principalmente, açúcar refinado, máquinas, aviões e automóveis, importou, sobretudo, produtos básicos, com destaque para petróleo e gás natural. Também o número de empresas brasileiras no país apresentou aumento exponencial. Em 2000, 7 empresas brasileiras participaram da Feira Internacional de Luanda (Filda), enquanto que, na edição de 2009, já participavam 75 expositores brasileiros (JOSÉ, 2011).

Os investimentos elencados e perdões de dívidas perseguiram interesses não só econômicos, mas também políticos. Além de o Atlântico Sul ter se tornado mais importante, do ponto de vista da Defesa (SOUSA NETO, 2014), a proximidade com países africanos era considerada essencial devido aos votos favoráveis que poderiam representar caso o Brasil fosse indicado em uma eventual reforma do Conselho de Segurança da ONU, discussão então em voga, bem como foram decisivos para que o brasileiro José Graziano da Silva fosse eleito Diretor Geral da Organização das

Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), em janeiro de 2012 (OLIVEIRA, 2014). Como argumento de que estratégia poderia render frutos, pode ser lembrada a Declaração de Apreço assinada pelos países da CPLP na VIII reunião do grupo, ocorrida em Luanda, em 2010, em que expressaram “voto de louvor e apreço a Sua Excelência o Presidente Luís Inácio Lula da Silva, pelo empenho, zelo e determinação colocados ao serviço da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa” (CPLP, 1010).

Voltando, enfim, ao tema desta pesquisa, parece, portanto, claro conceber como continuidade e parte dessa política em relação aos países africanos de língua portuguesa o fato de que, ao adquirir ingerência significativa sobre o programa de bolsas da FBN, em 2015, o Itamaraty tenha imediatamente incluído, no edital do fomento, a possibilidade de que países da CPLP pudessem participar, embora a exportação literária para seus mercados não dependa de tradução. Cabe ressaltar que, no quarto edital, divulgado em 2018, o artigo 30.C especifica que, no caso de editoras proponentes de países da CPLP, o critério de relevância do país e do idioma não serão aplicados. Considerando que esses países tenderiam a ser preteridos quando competindo pela centralidade que ocupam no circuito literário internacional, isentar sua relevância enquanto critério de seleção é, por si só, indicar que, da perspectiva do programa, eles têm relevância específica. Outro artigo sintomático dos interesses políticos do programa define que editoras de países da CPLP “deverão observar o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990 na edição das obras de autores brasileiros contempladas pelo Programa” (BRASIL, TUR, 18), exigência que, considerando que o Brasil foi o primeiro país a ratificar o acordo, em 2004, seguido pelos demais apenas anos depois, pode ser lida como evidência do desejo brasileiro de coordenar a política linguística no mundo lusófono.

Duas outras decisões do governo Lula implementadas no período reforçam essa percepção de busca por centralidade na CPLP: a criação da TV Brasil Internacional e a inauguração da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab).

A TV Brasil Internacional foi lançada em 2010 sob o comando da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC). A inauguração ocorreu no Palácio do Itamaraty, oportunidade na qual a então presidente da EBC, Tereza Cruvinel, declarou que a emissora seria “um canal da nacionalidade brasileira, um instrumento de divulgação do país, do povo brasileiro, da cultura, da riqueza e da diversidade do Brasil” (EBC,



2010, arquivo digital). A afirmação ecoa o histórico de emissoras estatais de alcance internacional. Matellart aborda como, após a Primeira Guerra, países europeus apostaram na transmissão de rádios estatais internacionais para veicular além de suas fronteiras a propaganda governamental (2002), e Napolitano e Silva expõem como, durante a Guerra Fria, sistemas públicos de radiodifusão foram utilizados como instrumento na disputa ideológica em curso (2017). No caso da TV Brasil Internacional, as primeiras transmissões foram direcionadas a 49 países da África, com foco nos PALOP, endossando a estratégia de política externa até aqui comentada (IDEM). É interessante observar que essa foi a segunda experiência brasileira com uma emissora internacional: em 2004, Lula havia criado, mediante decreto presidencial, a TV Brasil Canal Integración, direcionada a países sul-americanos, evidenciando o percurso de uma política Sul-Sul expandida, ao longo dos anos 10, da América Latina para a África. Por fim, é preciso ressaltar que Portugal já operava, desde de 1992, um sistema de comunicação público voltado para as ex-colônias, a Rádio e Televisão de Portugal Internacional, dotado de quatro canais televisivos e quatro de rádio, concebido como instrumento de aproximação junto às ex-colônias e que carrega a pretensão de suscitar o “reconhecimento internacional da comunidade lusófona” (SOUSA, 2006, p.174). O contrato de renovação da concessão da RTP, assinado em 2015, afirma que os programas internacionais devem visar à “abertura dos mercados internacionais aos agentes econômicos e atores culturais portugueses” (PORTUGAL, 2015, p. 19). A criação da TV Brasil Internacional, logo, precisa também ser interpretada à luz da competição com Portugal pela influência cultural sobre os demais países da CPLP.

Também em 2010 — mesmo ano da criação da emissora e do anúncio do programa de bolsas da FBN — o Governo Federal criou, por meio da Lei 12.289, a Unilab, então com uma única unidade, na cidade de Redenção, no Ceará<sup>3132</sup>. A concepção da instituição e de sua vocação é inteiramente voltada para o cooperação no âmbito da CPLP, como define sua Lei Criadora:

“Art. 2º A Unilab terá como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, **tendo como missão institucional específica formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os**

---

<sup>31</sup> A criação da Unilab começou a ser discutida em outubro de 2008, quando se criou-se Comissão de Implantação da Universidade..

<sup>32</sup> Hoje a Unilab também tem campus em Malês, na Bahia

**demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, especialmente os países africanos**, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional.

§ 1º **A Unilab caracterizará sua atuação pela cooperação internacional, pelo intercâmbio acadêmico e solidário com países membros da CPLP, especialmente os países africanos**, pela composição de corpo docente e discente proveniente do Brasil e de outros países, bem como pelo estabelecimento e execução de convênios temporários ou permanentes com outras instituições da CPLP.

§ 2º **Os cursos da Unilab serão ministrados preferencialmente em áreas de interesse mútuo do Brasil e dos demais países membros da CPLP, especialmente dos países africanos, com ênfase em temas envolvendo formação de professores, desenvolvimento agrário, gestão, saúde pública e demais áreas consideradas estratégicas**” (BRASIL, 2010)

Os cursos oferecidos pela Unilab são Administração Pública, Agronomia, Ciências Biológicas, Enfermagem, Engenharia da Computação, Engenharia de Energias, Física, Humanidades, Letras (com habilitações em Inglês e português), Matemática e Química, sendo que, no campus Ceará, Humanidades constitui o primeiro ciclo de uma formação que pode ser especializada em Antropologia, História, Pedagogia ou Sociologia, e, na Bahia, em Relações Internacionais, História, Pedagogia e Ciências Sociais. Com exceção de RI, Antropologia, Agronomia, Enfermagem e Engenharias, as graduações se inserem dentro de um programa de formação de professores. Esse conjunto de disciplinas sintetiza o que o Governo Federal especificou como áreas estratégicas e condiz plenamente com os programas de assistência conduzidos pela ABC por instituições brasileiras nos PALOP, abarcando programas de combate à fome, Saúde e Educação.

Vagas para esses cursos são abertas em igual número para interessados de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste e Portugal, mas já foram admitidos também estudantes da Costa do Marfim e do Gabão. Apesar da distribuição equânime, o preenchimento das vagas é bastante desigual. Até 2017, os três países africanos com mais representatividade no quadro discente da Unilab eram Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, representando, no conjunto acumulado de inscrições da década, 59% das vagas destinadas aos PALOP (Anexo 3). Em 2018, começaram a se inscrever muito mais estudantes de Angola, que ocupa, a partir de então, segunda posição nesse ranking, com 19% das vagas. Essa distribuição é interessante porque indica que, durante boa parte de sua existência, a Unilab atraiu, sobretudo, estudantes dos países lusófonos

mais próximos geograficamente de Portugal, no Atlântico Norte, sendo possível aferir que a instituição conseguiu se posicionar na competição com universidades portuguesas pela atração de estudantes desses países, embora tal afirmação demande estudos mais aprofundados.

Analisar o que aconteceu com essas iniciativas após o governo Dilma também ajuda a compreender o quanto elas estavam atreladas à política externa do Partido dos Trabalhadores. No caso da TV Brasil Internacional, em 2017, com a aprovação da MP 13.417, apresentada por Michel Temer, a EBC deixou de responder à Secom e integrou a Casa Civil, o conselho consultivo da empresa foi extinto e o Executivo Federal adquiriu prerrogativa para nomear e exonerar os dirigentes da companhia, movimento que foi lido como esvaziamento do caráter público da emissora (CARDOSO, 2017). Ao mesmo tempo, o orçamento destinado ao canal foi reduzido à folha de pagamento, a programação própria foi cancelada, os contratos de transmissão com operadoras internacionais foram cancelados e a TV Brasil Internacional, desde então, é transmitida apenas por serviço de streaming (IDEM). Essas decisões indicam, no mínimo, diminuição da relevância da difusão cultural brasileira entre países da CPLP.

Em relação à Unilab, um estudo mais aprofundado poderia analisar a mudança da composição do quadro discente em termos de país de origem, nos últimos anos. Entre 2017 e 2020, os ingressos de Cabo Verde, da Guiné-Bissau e de São Tomé e Príncipe, antes principais locais de origem dos estudantes estrangeiros, caíram, respectivamente, 87%, 27% e 20%. No mesmo período, ingressantes de Angola aumentaram 53%. Diversos fatores podem ter contribuído para essa variação, porém, considerando que a instituição oferece sempre o mesmo número de vagas para os países da CPLP, é possível que esse comportamento reflita mudanças na estratégia de divulgação da Unilab no exterior, em consonância com uma política externa para a qual a Angola tem mais relevância do que a CPLP como bloco — os esforços do Governo Bolsonaro para manutenção da Igreja Universal em Angola talvez sejam outro indicador nessa direção.

À guisa de conclusão, o que esta seção buscou demonstrar foi que a inserção da CPLP no programa de bolsas da FBN no momento em que o Itamaraty integra o programa dialoga com uma estratégia da política externa brasileira desenhada por mais de uma década para o continente africano, coexistindo com outras políticas culturais voltadas para os PALOP, e pode ser entendida como evidência de que o

MRE de fato compreende a iniciativa sob a ótica de soft power. Por outro lado, a experiência também evidenciou que iniciativas como essa são extremamente limitadas se não acompanhadas de planos continuados de aplicação. Na prática, a decisão do Itamaraty não contribuiu para impulsionar a circulação da literatura nacional nos países africanos lusófonos, tendo sido realizada uma única tradução, de Monteiro Lobato, para Cabo Verde. Fábio Lima, coordenador do programa, atribuiu o resultado ao fato de que, apesar do interesse manifesto no edital, não houve contato com intermediadores (tradutores, agentes literários, editores) que pudessem consolidar projetos nesses países, demonstrando como, para além do aspecto regulatório, o desempenho do programa dependeu muito, e sem grande controle, da atuação e dos interesses de agentes do campo literário nacional, tema do próximo capítulo. Nesse contexto, beneficiaram-se editoras portuguesas: foram concedidas bolsas para edição de 36 livros brasileiros em Portugal, ao longo da década. Quatro casas concentraram a maior parte dessas bolsas, Tinta-da-China, Relógio D'Água, Cotovia e Polvo, e, ao todo, obras de 29 escritores foram contempladas, abarcando tanto autores canonizados, como Clarice Lispector e Machado de Assis, quanto contemporâneos, como Marcelo Mirisola e Ignácio de Loyola Brandão.

## **7. Primeiras Conclusões**

Este capítulo buscou demonstrar como o subsídio estatal para a difusão literária brasileira por meio da FBN precisa ser interpretado enquanto resultado de um processo maior e mais longo de projeção da imagem brasileira no cenário internacional, que não apostou exclusivamente na circulação de produtos culturais, mas que nela investiu sensivelmente, a fim de aproveitar o momento de ascensão econômica pela qual vivia o país e a consequente visibilidade alcançada perante outros Estados a fim de converter esses ganhos em influência. Assim, a emergência da multilateralidade no quadro político global na virada do século e a política externa de Cooperação Sul-Sul perseguida pelo governo brasileiro durante uma década e meia se apresentam como categorias necessárias de avaliação das condições que possibilitaram a maior tradução de obras brasileiras, nos últimos anos.

A participação de agentes com objetivos manifestamente políticos na condução do Programa implicou na concorrência de categorias extraliterárias na definição de quais obras receberam o fomento. Conforme se buscou explicitar por meio da

evolução dos editais, da composição das comissões julgadoras e dos pedidos recusados de bolsas, questões como idioma e país de tradução foram frequentemente mais decisivas no deferimento de propostas do que questões literárias, e não em favor de mercados editoriais maiores ou mais tradicionais, conclusão que pareceria óbvia. Ao contrário, em muitas ocasiões, foram preferidas traduções para mercados pequenos, literariamente pouco influentes, o que pode ser interpretado como intenção do governo brasileiro de aumentar, no período, sua presença entre países emergentes.

Constrições próprias do espaço literário se fizeram perceber, principalmente, por meio de características dos pedidos enviados por editoras estrangeiras e pelo comportamento dos avaliadores. Campos literários nacionais considerados mais centrais notadamente demonstraram maior interesse em obras contemporâneas, reforçando a relação entre centralidade e atualidade prevista pelos autores consultados e por meio da qual, entre outros recursos, idiomas de maior capital literário acumulam prestígio. A noção de capital literário trabalhada por Casanova também pareceu explicar bem o tratamento privilegiado que as comissões dispenderam ao francês e ao alemão, independentemente das variáveis de análise mobilizadas, bem como a posição proporcionalmente pouco favorável ao espanhol e ao italiano, sinalizando que decisões foram tomadas antes com a percepção que os avaliadores tinham da relevância desses campos literários do que com base em sua organização empírica. A esse respeito, foi interessante notar como a França não se comportou, de acordo com os dados levantados, como a grande descobridora de novos autores e obras de campos periféricos. No caso brasileiro, ao que tudo indica, o espaço hispanófono cumpre mais esse papel, sendo seguido por Alemanha e Itália, e depois pela França e pelo mundo anglófono. No mesmo sentido, o mapeamento realizado permite problematizar a posição semi-periférica atribuída ao espanhol e ao italiano por Heilbron, uma vez que, no circuito de tradução descrito por livros brasileiros, esses idiomas se comportaram de forma muito mais próximo dos idiomas considerados centrais do que dos outros chamados semi-periféricos.

Por fim, é interessante ressaltar como os resultados também conturbam a alocação do Brasil na periferia desse sistema, não em termos quantitativos — as 932 bolsas não foram capazes de mudar significativamente a distribuição de traduções por idiomas registrada por Heilbron e por Sapiro —, mas em termos qualitativos. Com base nas pesquisas utilizadas como base para esta, a difusão internacional de bens

simbólicos proveniente da periferia deveria mirar o centro e priorizar a exportação do cânone, principalmente quando há forte participação do Estado no processo de circulação. Embora isso tenha, de fato, acontecido, sobretudo no caso de traduções para França e Alemanha, foi perceptível o interesse brasileiro de, ao mesmo tempo, buscar inserção em campos nacionais menores, diversificando sua projeção, sacrificando, inclusive, quando preciso, a tradução de autores canonizados. Uma contribuição que provavelmente foge à observação de pesquisas realizadas em países centrais e que este trabalho talvez possa reclamar, portanto, é a de que países emergentes podem apresentar razões políticas para difundir bens simbólicos não em grandes potências, mas entre outros emergentes, mesmo e ainda mais em países econômica e politicamente menos influentes.

## Capítulo 2: Consequências das Bolsas no Campo Literário Nacional

### 2.1 A Disputa pelos Canais Governamentais de Difusão

A escolha de um país como convidado homenageado em uma feira literária internacional, como apontou Gustavo Sorá (2013, p.104), acirra disputas dentro do campo literário doméstico, e não apenas por reajustar instrumentos e estratégias escassas à disposição de agentes e organizações em diferentes posições do campo, mas também por provocar tensões entre representantes do campo literário e do campo político. Vitrine ao mesmo tempo para uma literatura e para a imagem de uma determinada tradição nacional que países buscam ostentar nesses eventos, o espaço privilegiado das feiras literárias pode ser distribuído pelos organizadores em função de categorias políticas de avaliação, gerando insatisfação entre integrantes do campo literário que se sintam prejudicados. Também o contrário pode acontecer, isto é, a atuação de integrantes do campo literário, seguindo lógicas próprias do campo, pode acabar desagradando ou constringendo representantes políticos.

No caso da homenagem ao Brasil em Frankfurt, em 2013, a tentativa de atender simultaneamente objetivos políticos e comerciais produziu atritos dessa natureza. Desde o começo, autores brasileiros se declararam descontentes com os nomes que representariam presencialmente o país no evento alemão. Foi o caso, por exemplo, do escritor Marcelo Mirisola, que criticou o curador Manuel da Costa Pinto por não tê-lo selecionado para integrar o time que iria à feira, apesar de Costa Pinto ter declarado publicamente “gostar demais” da obra de Mirisola. O curador atribuiu sua decisão à percepção de que Mirisola apresentava “comportamento inadequado para o evento”, para o qual ele, enquanto organizador, “precisava pensar na interação do autor com o público e os outros convidados”. Em outras palavras, Costa Pinto considerava o comportamento de Mirisola incompatível com a imagem de país que a curadoria buscava produzir e preservar. Mirisola, em contrapartida, teria indagado: “como é que o Estado brasileiro custeia essa mauricice tosca?”<sup>33</sup>.

---

<sup>33</sup> Folha de S. Paulo. Autor Marcelo Mirisola chama curador da Feira de Frankfurt de 'bedel'. Ilustrada. São Paulo, 12 de novembro de 2013. Último acesso dem 20/06/21. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2013/11/1369796-autor-marcelo-mirisola-chama-curador-da-feira-de-frankfurt-de-bedel.shtml>

Na direção contrária, também pode ser exposto como exemplo de tensão entre os objetivos políticos e culturais do evento o incômodo que o discurso de Luiz Ruffato produziu entre organizadores e quadros do governo. Membro da comitiva de autores que representava o Brasil *in loco* e escolhido para discursar na cerimônia de abertura do evento, Ruffato chamou, de modo contundente, a atenção da opinião pública internacional para os principais problemas econômicos e sociais do país, com ênfase na desigualdade, na violência e na intolerância sofrida por minorias:

“Nascemos sob a égide do genocídio. Dos quatro milhões de índios que existiam em 1500, restam hoje cerca de 900 mil, parte deles vivendo em condições miseráveis em assentamentos de beira de estrada ou até mesmo em favelas nas grandes cidades. Avoca-se sempre, como signo da tolerância nacional, a chamada democracia racial brasileira, mito corrente de que não teria havido dizimação, mas assimilação dos autóctones [...] Até meados do século XIX, cinco milhões de africanos negros foram aprisionados e levados à força para o Brasil. Quando, em 1888, foi abolida a escravatura, não houve qualquer esforço no sentido de possibilitar condições dignas aos ex-cativos. Assim, até hoje, 125 anos depois, a grande maioria dos afrodescendentes continua confinada à base da pirâmide social [...] Invisível, acuada por baixos salários e destituída das prerrogativas primárias da cidadania — moradia, transporte, lazer, educação e saúde de qualidade —, a maior parte dos brasileiros sempre foi peça descartável na engrenagem que movimenta a economia: 75% de toda a riqueza encontra-se nas mãos de 10% da população branca e apenas 46 mil pessoas possuem metade das terras do país [...] A taxa de homicídios no Brasil chega a 20 assassinatos por grupo de 100 mil habitantes, o que equivale a 37 mil pessoas mortas por ano, número três vezes maior que a média mundial [...] Machistas, ocupamos o vergonhoso sétimo lugar entre os países com maior número de vítimas de violência doméstica, com um saldo, na última década, de 45 mil mulheres assassinadas [...] Hipócritas, os casos de intolerância em relação à orientação sexual revelam, exemplarmente, a nossa natureza”.(RUFFATO,2013)<sup>34</sup>

Contrariada, Marta Suplicy, então ministra da Cultura, declarou a jornalistas que aquele “não era o local para se dar uma aula de Sociologia”<sup>35</sup>, ao que emendou, em tom menos crítico e mais pessoal: “ele apresentou uma visão dura do País, mas

---

<sup>34</sup> O Estado de S. Paulo. Leia a íntegra do discurso de Luiz Ruffato na abertura da Feira do Livro de Frankfurt. Cultura. São Paulo, 8 de outubro de 2013. Último acesso em 20/06/21. Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,leia-a-integra-do-discurso-de-luiz-ruffato-na-abertura-da-feira-do-livro-de-frankfurt,1083463>

<sup>35</sup> BRASIL, Ubiratan. Marta Suplicy critica Luiz Ruffato e elogia Michel Temer. O Estado de São Paulo, São Paulo, 9 de outubro de 2013. Radar Cultural. Último acesso em 20/06/21. Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/blogs/radar-cultural/marta-suplicy-critica-luiz-ruffato-e-elogia-michel-temer/>



senti falta do lado mágico e literário do Brasil”<sup>36</sup>. Na época vice-presidente, Michel Temer, que discursou logo depois de Ruffato, sentiu-se pressionado a mudar sua exposição. Temer havia solicitado à organização do evento para que as 2 mil pessoas no auditório recebessem cópias do texto que pretendia ler, porém deixou o planejamento de lado e argumentou, de improviso, que “a admiração que o mundo hoje tem pelo Brasil”, suposta razão da homenagem em Frankfurt, se daria à “refundação do Estado brasileiro”, enfatizando sua participação no processo de redemocratização<sup>37</sup>. Marta Suplicy elogiou a estratégia de Temer, argumentando que o vice-presidente “se colocou bem” [...] “e completou a reflexão de Ruffato, que não capturou toda a diversidade da realidade brasileira”<sup>38</sup>.

Não só políticos reagiram mal às declarações de Ruffato, embora a recepção tenha sido majoritariamente positiva. Ziraldo, ainda durante os aplausos que se seguiram ao discurso do autor mineiro, teria se levantado e afirmado: “Não tem que aplaudir! Que se mude do Brasil, então”. No dia seguinte, Nélida Piñon, mais sutil, teria comentado: “eu adoto a postura de não criticar o Brasil fora do país, nem meus colegas”<sup>39</sup>. A cerimônia de abertura também gerou polêmica na imprensa brasileira. No jornal Opção, por exemplo, artigo do jornalista José Maria e Silva afirmava que “Luiz Ruffato confunde arte com panfleto e envergonha o Brasil em Frankfurt”<sup>40</sup>, posição ecoada por Rodrigo Constantino na Gazeta do Povo, para quem o discurso foi “sinal dos tempos, quando artistas não falam de arte, mas de política, não tratam

---

<sup>36</sup>SIQUEIRA, Vinícius. Discurso de Luiz Ruffato na Feira do livro de Frankfurt continua atual. Colunas Tortas. 16 de fevereiro de 2017. Último acesso em 20/06/21. Disponível em:

<https://colunastortas.com.br/luiz-ruffato/>

<sup>37</sup> Discurso do Vice-Presidente Michel Temer na abertura da Feira do Livro de Frankfurt em 8 de outubro de 2013. Último acesso em 20/06/21. Disponível em:

<https://soundcloud.com/itamaratygovbr/discurso-do-vice-presidente-3?in=itamaratygovbr/sets/falas-do-vice-presidente>

<sup>38</sup> BRASIL, Ubiratan. Marta Suplicy critica Luiz Ruffato e elogia Michel Temer. O Estado de São Paulo, São Paulo, 9 de outubro de 2013. Radar Cultural. Último acesso em 20/06/21. Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/blogs/radar-cultural/marta-suplicy-critica-luiz-ruffato-e-elogia-michel-temer/>

<sup>39</sup> FREY, Luisa. Polêmico discurso de Luiz Ruffato divide Feira do Livro. DW Brasil. São Paulo, 9 de outubro de 2013. Cultura. último acesso em 20/06/21. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/pol%C3%AAmico-discurso-de-luiz-ruffato-divide-feira-do-livro/a-17148356>

<sup>40</sup> SILVA, José Maria e. Luiz Ruffato confunde arte com panfleto e envergonha o Brasil em Frankfurt. Opção, Goiânia, p. 1-5, 13 out. Último acesso em 20/06/21. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/posts/reportagens/luiz-ruffato-confunde-arte-com-panfleto-e-envergonha-o-brasil-em-frankfurt>

de temas atemporais e universais, apenas aproveitam espaço para fazer proselitismo”<sup>41</sup>.

Também despertou repercussão expressiva a decisão de Paulo Coelho de rejeitar o convite para integrar a comitiva que representou o Brasil. Em entrevista ao jornal alemão Die Welt, o escritor explicou que o retrato da literatura brasileira contemporânea promovido na feira não contemplava os nomes que ele, Coelho, considerava serem os mais relevantes, atribuindo a escolha da comitiva ao que chamou de nepotismo<sup>42</sup> :

“Dos 70 escritores convidados, eu conheço apenas 20, então os outros 50 nunca ouvi falar. Presumo que sejam amigos de amigos de amigos. Nepotismo. O que me incomoda mais: existe uma nova e excitante cena literária brasileira. Mas a maioria desses jovens autores não está nessa lista” [...] “Falei publicamente e conversei com muitos colegas escritores que não foram convidados para Frankfurt como Eduardo Spohr, Carolina Munhóz, Thalita Rebouças, André Vianco, Felipe Neto e Raphael Draccon, só para mencionar alguns nomes. Eu tentei ao máximo levá-los para a feira, mas sem sucesso. Então, por protesto, eu decidi não ir mais para Frankfurt”. (G1, 2013)<sup>43</sup>

Os nomes citados por Paulo Coelho são *best-sellers* da literatura infanto-juvenil ou de ficção fantástica, cujas obras somam — e já somavam, à época<sup>44</sup> — centenas de milhares de cópias vendidas, mas que permaneceram alheios aos principais circuitos consagratórios do campo literário nacional, isto é, obras que, compreendidas como entretenimento comercial, não despertaram atenção de críticos, não receberam resenhas, não figuraram em cadernos e revistas de literatura, não estabeleceram diálogos com autores renomados e nem venceram prêmios literários. A crítica do escritor, logo, precisa ser entendida à luz da disputa entre o campo de produção

---

<sup>41</sup> CONSTANTINO, Rodrigo. O discurso de Luiz Ruffato em Frankfurt. A Gazeta do Povo. Curitiba, 9 de outubro de 2013. Último acesso em 20/06/21. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/rodrigo-constantino/historico-veja/o-discurso-de-luiz-ruffato-em-frankfurt/>

<sup>42</sup> Interessante recordar que Marcelo Mirisola também já havia causado desconforto no campo literário por acusar editoras e autores de clubismo, em 2006, por meio de uma crônica sobre sua primeira passagem pela Flip. “O vaivém de artistas e gente metida a artista para cima e para baixo é uma invenção dessa editora-agência bancária para promover seus autores, e futuros devedores” escrevera em seu blog pessoal, referindo-se à Companhia das Letras. O apoio à tradução da FBN de fato se concentrou nos catálogos de poucas casas editoriais, como este capítulo aponta.

<sup>43</sup> G1. Paulo Coelho cancela participação na Feira de Frankfurt: 'Decepcionado'. Pop & Arte. São Paulo, 4 de outubro de 2013. Último Acesso em 20/06/21. Disponível em: <http://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2013/10/paulo-coelho-cancela-participacao-na-feira-de-frankfurt-decepcionado.html>

<sup>44</sup> A batalha do Apocalipse, de Spohr, contava, em 2011, com 234 mil cópias vendidas (VEJA, 2011) <https://veja.abril.com.br/cultura/um-brasileiro-nos-dominios-da-fantasia/>

restrita e o de grande produção, como testemunho de um artista que, recusado pelas principais instâncias de consagração, fiou-se no sucesso comercial como estratégia de legitimação de sua arte (PINHEIRO, 2014). Por outro lado, seria também possível, e de modo não excludente, compreender a decisão de Paulo Coelho como um gesto de desdém, visto que ele ocupava a posição de autor brasileiro mais traduzido internacionalmente sem ter dependido de programas de tradução. Ou seja, recusar participar da comitiva reafirmava o quanto a recepção de sua obra prescindia de qualquer intervenção governamental.

Insígnia de ressentimento, de descaso ou de ambas as coisas, a justificativa manifesta de Paulo Coelho para rejeitar participar da comitiva brasileira em Frankfurt importa para os fins desta pesquisa na medida em que situa o sucesso comercial de obras e autores enquanto argumento na disputa sobre que tipo de literatura brasileira teria espaço no evento, discussão que irá se repetir na condução do Programa de Apoio à Tradução e Publicação de Autores Brasileiros no Exterior.

Em evento realizado no espaço Unibes Cultural, em junho de 2018, para discutir a promoção de escritores brasileiros em outros mercados, a agente literária Meire Dias, cofundadora da agência Bookcase, e Leonardo Neto, editor chefe do portal Publish News, afirmaram que o Programa da FBN privilegiaria “outro tipo de literatura” ou “alta literatura”, respectivamente, em detrimento de autores novos e não consagrados<sup>45</sup>. A FBN também foi alvo de acusações de nepotismo, semelhantes às de Paulo Coelho, ainda nos primeiros anos de existência do Programa repaginado, quando subvenções concedidas ao livro *Leite Derramado*, de Chico Buarque, foram atribuídas ao fato de a irmã do compositor, Ana Buarque de Hollanda, ser, então, ministra da Cultura. A interpretação de que apenas autores consagrados receberiam o fomento ainda ganha respaldo de publicações de órgãos governamentais, como o Itamaraty, que destacam o papel das bolsas na tradução de obras consagradas, principalmente de Machado de Assis e Clarice Lispector (JUCA, 2018, p.90). Por fim, também a mídia costuma privilegiar a divulgação de bolsas concedidas a autores do cânone nacional, porém esse comportamento da imprensa, como se buscará explorar mais adiante, deve-se ao fato de que, no caso dos subsídios conferidos a escritores contemporâneos, integrantes do campo literário se mostram menos dispostos a expor ou divulgar informações.

---

<sup>45</sup> Palestra “Um Livro com PublishNews”, realizada em 13/06/2018 no espaço Unibes Cultural..

Essa disputa é o ponto de partida deste capítulo. Se nas páginas anteriores se buscou entender que países e idiomas foram mais contemplados pelo Programa de Tradução da FBN, perspectiva que manteve à tona o caráter e as consequências políticas da iniciativa, o objetivo prioritário desta seção e das próximas será analisar as consequências da política de tradução dentro campo literário brasileiro, isto é, compreender que agentes e instituições foram mais beneficiados, quais foram prejudicados, como essa distribuição tomou forma — ou seja, mediante que trajetórias, estratégias e objetivos ela se materializou em escolhas —, e também que incentivos e coações, materiais e simbólicas, possibilitaram a partilha dos subsídios tal qual ela ocorreu. O objetivo desse esforço será o de trazer alguma inteligibilidade para o processo de assimilação do Programa da FBN pelo campo literário brasileiro e para os impactos que resultaram desse movimento dentro do próprio universo literário, sem perder de vista os diferentes interesses e as diferentes relações entre os agentes observados.

Conforme elaborado no capítulo anterior, o fomento da FBN é resultado de dois filtros, um realizado pelas comissões julgadoras, cuja composição apresenta morfologia variável, a depender dos editais que as regem e de cada reunião de avaliação, mas outro, anterior, constituído pelas editoras estrangeiras no momento em que decidem a tradução de quais obras desejam submeter ao exame da FBN. Portanto, se houve realmente um recorte literário que determinou a preferência pela exportação de um tipo de literatura em detrimento de outros, o primeiro passo para identificá-lo e compreendê-lo é averiguar onde ele teria sido desenhado, se domesticamente, no âmbito das comissões, ou se foram editores estrangeiros que priorizaram a tradução de certos escritores e livros brasileiros.

## **2.2 Os Autores mais Traduzidos pelo Programa**

As 1.472 propostas recebidas pela FBN abarcaram obras de 499 escritores, registrando uma média de 2,94 propostas por autor. A média, no entanto, é ilusória, e os projetos se concentraram em um número reduzido de escritores. Considerando somente autoras e autores cujos livros despertaram interesse de editoras estrangeiras ao menos 5 vezes, chega-se a uma lista de 71 nomes (14% do conjunto), elencados na Tabela 14. A princípio, a lista parece sustentar as críticas de representantes do subcampo de grande produção, já elencadas, e justificar o destaque que instituições

governamentais dão à tradução do cânone viabilizada pela FBN, principalmente a julgar pelo trio que lidera o interesse de editores estrangeiros no exterior: Clarice Lispector, Machado de Assis e Jorge Amado (essa observação ignora o fato de que, em terceiro lugar, estão coletâneas, mas, de todo modo, tratam-se, via de regra, de antologias formadas por autores canonizados. Como antecipado no capítulo anterior, porém, integrantes do cânone brasileiro também lideraram a lista de projetos recusados, organizada na Tabela 15. Autores cujas obras efetivamente foram traduzidas mais de 5 vezes com apoio da FBN estão listados na tabela 16, para comparação, e é notável que, nela, tenham ficado de fora nomes como Mário de Andrade, Aluísio Azevedo e Monteiro Lobato.

<b>Tabela 14: Autores Cujas Obras mais Receberam Propostas</b>					
<b>Autor</b>	<b>Pedidos</b>	<b>Autor</b>	<b>Pedidos</b>	<b>Autor</b>	<b>Pedidos</b>
Clarice Lispector	73	Nelson Rodrigues	10	Paulo Leminski	6
Machado de Assis	67	Andréa Del Fuego	9	Reginaldo Prandi	6
Vários Autores	45	Hilda Hilst	9	Sarita Amaro	6
Jorge Amado	38	João do Rio	9	Sérgio Sant'Anna	6
Rubem Fonseca	27	Martha Batalha	9	Beatriz Bracher	5
Adriana Lisboa	21	Paulo Lins	9	Bruna Piantino	5
Luiz Ruffato	21	Vilém Flusser	9	Caio Fernando Abreu	5
Antônio Torres	18	Ana Paula Maia	8	Cristina Von	5
Daniel Galera	18	Cristovão Tezza	8	Viveiros de Castro	5
Ana M. Machado	17	Graciliano Ramos	8	Edney Silvestre	5
Mário de Andrade	17	João Almino	8	Fernanda Torres	5
Alberto Mussa	16	Luis F. Veríssimo	8	Guimarães Rosa	5
Moacyr Scliar	14	Tatiana Salem Levy	8	Hélio Oiticica	5
Lima Barreto	13	Tony Bellotto	8	Julián Fuks	5
Monteiro Lobato	13	Carola Saavedra	7	Marília Garcia	5
Raduan Nassar	13	Ferreira Gullar	7	Marina Colasanti	5
Aluísio Azevedo	12	Marcello Quintanilha	7	Milton Hatoum	5
Patrícia Melo	12	Raimundo Carrero	7	Padre Antônio Vieira	5
João P. Cuenca	11	Antônio Xerxenesky	6	Paulo Coelho	5
Michel Laub	11	Euclides da Cunha	6	Rachel de Queiroz	5
Augusto Boal	6	Flávia Lins e Silva	6	Ronaldo C. de Brito	5
Chico Buarque	6	João Gilberto Noll	6	Ronaldo Wrobel	5
Diogo Mainardi	6	José de Alencar	6	Taylor Diniz	5
Bernardo Kucinski	10	José M. Vasconcelos	6		

Dados recolhidos junto à FBN

<b>Tabela 15: Autores Cujas Propostas Receberam mais Reprovações</b>			
<b>Autor</b>	<b>Reprovações</b>	<b>Autor</b>	<b>Reprovações</b>
Machado de Assis	18	Patrícia Melo	4
Clarice Lispector	16	João do Rio	4
Mário de Andrade	9	Martha Batalha	4
Monteiro Lobato	9	José de Alencar	4
Rubem Fonseca	8	Padre Antônio Vieira	4
Antônio Torres	6	Adriana Lisboa	3
Tony Bellotto	6	Luiz Ruffato	3
Jorge Amado	5	Ana Maria Machado	3
Aluísio Azevedo	5	Raduan Nassar	3
Sarita Amaro	5	Vilém Flusser	3
Bruna Piantino	5	Taylor Diniz	3
Vários Autores	4	Fernando Molica	3
Daniel Galera	4	Bruno Seelig	3
Lima Barreto	4	Jorge Cocicov	3

Dados recolhidos junto à FBN

<b>Tabela 16: Autores Traduzidos mais de Cinco Vezes com apoio da FBN</b>			
<b>Autor</b>	<b>Bolsas</b>	<b>Autor</b>	<b>Bolsas</b>
Clarice Lispector	49	Lima Barreto	7
Vários Autores	38	Luis Fernando Veríssimo	7
Machado de Assis	37	Aluísio Azevedo	6
Jorge Amado	30	Chico Buarque	6
Adriana Lisboa	17	Diogo Mainardi	6
Rubem Fonseca	17	Ferreira Gullar	6
Alberto Mussa	15	João Almino	6
Luiz Ruffato	15	José M. de Vasconcelos	6
Daniel Galera	14	Marcello Quintanilha	6
Moacyr Scliar	14	Raimundo Carrero	6
Michel Laub	11	Vilém Flusser	6
Ana Maria Machado	10	Augusto Boal	5
Antônio Torres	10	Caio Fernando Abreu	5
Bernardo Kucinski	10	Carola Saavedra	5
Andréa Del Fuego	9	Viveiros de Castro	5
Raduan Nassar	9	Edney Silvestre	5
Hilda Hilst	8	Graciliano Ramos	5
João Paulo Cuenca	8	Guimarães Rosa	5
Mário de Andrade	8	João Gilberto Noll	5
Nelson Rodrigues	8	Ronaldo Correia de Brito	5
Patrícia Melo	8	Ronaldo Wrobel	5
Ana Paula Maia	7	Sérgio Sant'Anna	5
Cristovão Tezza	7	Tatiana Salem Levy	5

Dados recolhidos junto à FBN

Que autores prestigiados tenham sido também os mais rejeitados complica consideravelmente a leitura que agentes críticos ao Programa da FBN fazem da iniciativa. Se fosse de interesse da FBN ou das comissões julgadores viabilizar apenas a tradução de autores consagrados, as duas listas, de propostas recebidas e de rejeições, não deveriam se repetir. As tabelas confirmam a primazia do cânone no aproveitamento do fomento, mas indicam que essa primazia foi definida antes pelos interesses das editoras estrangeiras que procuraram o programa do que pelas comissões da FBN, e que os avaliadores, como se buscou argumentar no primeiro capítulo, a depender do país e do idioma de origem das submissões — leia-se: caso não fossem traduções para o francês, para o alemão ou para países periféricos que pouco traduzem obras brasileiras —, reservaram o orçamento para a tradução de autores contemporâneos em detrimento dos clássicos.

Poder-se-ia argumentar que, entre os contemporâneos, houve predileção por autores que transitam atualmente, ou há até pouco, por circuitos reconhecidos de consagração, em detrimento de autores do subcampo de grande produção, porém o mesmo exercício de sobreposição das tabelas pode ser feito: Adriana Lisboa e Daniel Galera, muito premiados na década passada, como se verá adiante, estão em ambas as listas, ou seja, foram também recusados, assim como Rubem Fonseca e Antônio Torres, para citar exemplos da geração anterior, ao passo em que Eduardo Spohr e Raphael Dracoön, elogiados por Paulo Coelho, não tiveram pedidos de tradução mal avaliados<sup>46</sup>. O próprio Paulo Coelho teve obras listadas em cinco pedidos de bolsas, dos quais quatro foram atendidos — o quinto entrou na lista de espera. Em síntese, escritores tidos por comerciais no campo literário não foram barrados nas comissões, foram pouco procurados pelo mercado estrangeiro no âmbito das bolsas.

Todas essas observações, embora pertinentes, são, ainda, superficiais. Uma vez constatado que a distribuição desigual de bolsas entre escritores brasileiros se deveu a um interesse desigual do mercado externo sobre determinados autores e obras, cabe investigar a origem desse interesse, isto é, o que fez com que editores e agentes literários de outros mercados desejassem traduzir um grupo seleto de autores brasileiros. O que, dito de outro modo, implica responder quem são esses autores e como tal interesse foi criado e promovido dentro do campo literário.

---

<sup>46</sup> A *Batalha do Apocalipse*, de Spohr, foi aprovada para ser traduzida na Alemanha, pela Heyne Verlag Random House, em 2011; em 2013, a mexicana Random House Mondadori recebeu bolsas para traduzir três livros de Dracoön, *Caçadores de Bruxas*, *Corações de Neve* e *Círculos de Chuva*.

Para perseguir esse objetivo, a Tabela 16, que concentra autores cujas obras foram traduzidas mais de cinco vezes com bolsas, foi recortada e transformada na Tabela 17, que selecionou, entre os mais agraciados, autores contemporâneos ainda vivos ou que faleceram recentemente, tendo vivenciado a difusão da literatura brasileira nas últimas décadas, caso de João Gilberto Noll, Sérgio Sant’Anna, Moacyr Scliar e Hilda Hilst. Esse recorte foi pensado, em primeiro lugar, porque, no caso de autores canônicos, já existem muitos estudos sobre seus respectivos processos de internacionalização (LOWE 2013; 7; VILLAR, 2019; COSTA e FREITAS, 2017; GRANJA, 2018), mas também para perseguir uma visão sincrônica das condições e constrições que facilitam ou dificultam, atualmente, a promoção de autores brasileiros no exterior.

<b>Autor</b>	<b>Bolsas</b>	<b>Autor</b>	<b>Bolsas</b>
Adriana Lisboa	17	Ana Paula Maia	7
Rubem Fonseca	17	Cristovão Tezza	7
Alberto Mussa	15	Luis Fernando Veríssimo	7
Luiz Ruffato	15	Chico Buarque	6
Daniel Galera	14	Diogo Mainardi	6
Moacyr Scliar	14	Ferreira Gullar	6
Michel Laub	11	João Almino	6
Ana Maria Machado	10	Marcello Quintanilha	6
Antônio Torres	10	Raimundo Carrero	6
Bernardo Kucinski	10	Carola Saavedra	5
Andréa Del Fuego	9	Edney Silvestre	5
Raduan Nassar	9	João Gilberto Noll	5
Hilda Hilst	8	Ronaldo Correia de Brito	5
João Paulo Cuenca	8	Sérgio Sant’Anna	5
Patrícia Melo	8	Tatiana Salem Levy	5

Dados recolhidos junto à FBN

As próximas seções buscarão evidenciar que o sucesso no percurso para a tradução em outros mercados está associado à trajetória desses autores, às insígnias de consagração acumuladas antes da internacionalização, à atuação de agências literárias especializadas na negociação internacional de direitos de publicação e, por fim, à emergência, nos últimos anos, do prestígio associado à imagem de autores cosmopolitas.



## **2.3 Percursos Consagratórios: Trajetórias, Editoras, Prêmios e Agentes**

### **2.3.1 Trajetórias**

O conjunto dos trinta autores contemporâneos mais contemplados pelas bolsas da FBN oferece, à primeira vista, um quadro bastante heterogêneo, mas intersecções em suas trajetórias possibilitam a construção de um primeiro degrau sobre o qual perseguir quais elementos convergiram para que se tornassem os principais alvos dos pedidos de tradução. Reunidas no Anexo 4, devido à extensão do material, estão informações como as datas e o local de nascimento desses autores, a ocupação de seus pais e mães, se suas famílias são estrangeiras ou se moraram no exterior, suas formações acadêmicas, as principais atividades profissionais de cada um, em que ano e em qual editora estrearam na literatura, por qual casa editorial foram publicados durante a execução do programa da FBN, que agências literárias representaram seus direitos, no período, no caso dos autores agenciados, e, claro, quantas bolsas receberam. Esses dados serão relevantes para contextualizar e, em alguns casos, mesmo explicar o percurso que esses escritores descreveram no campo literário.

Entre os trinta, apenas duas autoras não são nascidas no Brasil, Carola Saavedra, chilena, e Tatiana Salem Levy, portuguesa, mas de pais turcos. Alguns autores da lista, embora nascidos no Brasil, têm pais não brasileiros, caso de Moacyr Scliar, Rubem Fonseca, Bernardo Kucinski e Raduan Nassar, mas são minoria. Também são poucos aqueles cuja inclinação literária pode ser diretamente associada a uma família já inserida em circuitos culturais, nacionais ou regionais, caso de Chico Buarque de Hollanda, Luis Fernando Veríssimo, Ana Maria Machado e Hilda Hilst, cujo pai, todavia, morreu muito cedo. Nos demais casos, tratam-se de escritores filhos de profissionais liberais, de comerciantes, dentistas, publicitários, e, em casos mais raros, de trabalhadores informais, como Luiz Ruffato, cujo pai foi pipoqueiro e a mãe, lavadeira. Merece atenção certa recorrência de mães que foram professoras, o que alguns desses autores já mencionaram, em entrevistas, como variável importante de aproximação com o universo literário, como Patrícia Melo, Ana Paula Maia, Cristovão Tezza e Diogo Mainardi. Outra intersecção importante é que, dos trinta, dezenove

moram ou moraram no exterior<sup>47</sup>, informação que será resgatada quando for explorada a expectativa supostamente crescente de que os autores brasileiros contemporâneos sejam mais cosmopolitas.

A concentração geográfica desses autores é evidente. Entre os trinta, dezoito nasceram na região Sudeste, sendo que nenhum no Espírito Santo e apenas dois em Minas Gerais — Ruffato e Fonseca, escritores que, adultos, mudaram-se para São Paulo e para o Rio de Janeiro, respectivamente. Soma-se a esse dado o fato de que Saavedra e Salem Levy, nascidas no exterior, vieram para a cidade do Rio de Janeiro. Cinco escritores são da região Sul, quatro de Porto Alegre — para onde o paulista Daniel Galera se mudou a fim de completar a formação universitária. Os demais autores, cinco, ao todo, se distribuem entre diferentes estados da região Nordeste: Ceará, Bahia, Maranhão, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

A concentração geográfica chama ainda mais atenção se o conjunto for subdividido de acordo com a idade dos autores. Se os quinze mais velhos, nascidos entre 1925 e 1950, forem considerados, de maneira reconhecidamente arbitrária e útil só para essa comparação, membros de uma primeira geração contemporânea, e os quinze mais novos, nascidos entre 1951 e 1979, representantes de uma segunda geração, o que se tem é que os autores provenientes do Nordeste e de Santa Catarina pertencem todos ao primeiro grupo. Entre os mais novos, estão apenas autores de São Paulo, Rio, Minas e Rio Grande do Sul, explicitando como, ao longo do Século XX, o circuito literário nacional se concentrou sobremaneira no eixo Rio-São Paulo, em concordância com pesquisas de Regina Dalcastagnè (2012) e Marcello Stella (2018). Também é digno de nota que, entre os mais novos, é mais comum que já tenham nascido nas capitais de seus respectivos estados.

Pondo de lado as exceções já mencionadas (Chico Buarque e Veríssimo, principalmente), esses escritores compensaram a falta de capital social de suas famílias investindo, às vezes simultaneamente, em duas áreas: a Universidade e a imprensa. A maioria se formou em universidades públicas, e se sobressaem cursos de Letras, Direito e Comunicação ou Jornalismo — cursados por, respectivamente, sete, seis e cinco dos escritores mais traduzidos com auxílio da FBN. De maneira

---

<sup>47</sup> Por morar no exterior, entendeu-se a estadia por mais de um ano e em um mesmo local, com vínculo institucional, de origem profissional ou educacional.

mais difusa, a reunião das trajetórias contém cursos de Medicina, Filosofia, Economia, Física, Música, Publicidade, Ciência da Computação e Arquitetura.

Novamente, existe uma variação geracional: os cursos de Direito, Medicina e a carreira Universitária constituíram, via de regra, o percurso da primeira geração. Além disso, entre os mais velhos, praticamente todos atuaram como jornalistas, editores ou colunistas em veículos importantes da imprensa nacional, como o Grupo Globo, a Folha de São Paulo, o Estado de São Paulo e o Jornal do Brasil. Algumas trajetórias apresentam passagens mais particulares, mas sem fugir da direção geral do quadro analisado, como, por exemplo, a de Raimundo Carrero, que foi próximo de Gilberto Freyre, assessor de imprensa na Fundação Joaquim Nabuco e participou do movimento Armorial com Ariano Suassuna, mas sem abandonar sua carreira no Diário de Pernambuco, onde atuou por vinte e cinco anos; ou de Ferreira Gullar, que integrou o movimento neoconcretista, ao lado de nomes como Hélio Oiticica, passou por um período de exílio, durante a ditadura, e colaborou com programas de televisão, nos anos 90, mas cujo reconhecimento literário, em esfera nacional, ganhou novo fôlego com o espaço conquistado na Folha de S. Paulo. Desse grupo, apenas Cristovão Tezza e João Gilberto Noll decidiram se dedicar exclusivamente à literatura, decisão ainda assim tomada após bastante tempo dividindo a atividade literária com outras ocupações.

Entre a geração mais nova, por outro lado, foram comuns apostas em cursos menos tradicionais e no diálogo da literatura com outras mídias. Daniel Galera, por exemplo, editou blogs e fanzines eletrônicos. Andrea del Fuego respondia dúvidas sexuais de leitores na revista da rádio 89 FM. Marcelo Quintanilha se especializou em quadrinhos, mídia na qual Galera também publicou livros. João Paulo Cuenca e Ana Paula Maia partiram cedo para adaptações audiovisuais para cinema e televisão, com destaque para produções contratadas pelo Grupo Globo — o que abre margem para se destacar que não se trata, absolutamente, de uma geração que prescinde da imprensa. Cuenca escreveu para os veículos Jornal do Brasil, O Globo, Folha de S. Paulo, The Intercept Brasil e DW Brasil; Luiz Ruffato saiu de Cataguases para trabalhar no Estado de São Paulo; o gaúcho Michel Laub escreve para a Carta Capital, para a Bravo! e, já em São Paulo, atua como coordenador de publicações e cursos do Instituto Moreira Salles. A centralidade da mídia na formação desses autores pode ser verificada também no fato de que três deles, já inseridos no mercado de comunicação, não terminaram seus cursos acadêmicos, Patrícia Melo, Diogo Mainardi e Edney

Silvestre, contratados pelo Grupo Globo. E entre esses novos escritores, por fim, encontram-se figuras que desde muito cedo buscaram uma carreira estritamente literária, caso de Adriana Lisboa, Tatiana Salem Levy e Carola Saavedra, grupo que, atualmente, Galera, Ruffato e Laub também integram. A relativa velocidade com que a geração mais nova se lançou à literatura também é constatável no fato de que, entre os quinze mais velhos, a idade média no momento da publicação do primeiro livro foi de 34,9 anos, ao passo em que essa média foi de 29,7 anos, entre os quinze mais novos.

Se, portanto, a reunião dos autores mais traduzidos com apoio da FBN parece constituir um grupo muito heterogêneo, isso ocorre porque o fomento beneficiou, ao mesmo tempo, autores nascidos na primeira metade do Século XX, que não abraçaram a literatura como atividade primária, estreando, em média, mais velhos, e enfrentando os obstáculos tanto da ditadura militar como de um mercado mais incipiente e analógico, e autores nascidos na segunda metade do Século, cuja formação coincidiu com a redemocratização e com o desenvolvimento econômico e tecnológico do mercado editorial, doméstica e internacionalmente, beneficiando-se de condições nas quais puderam se dedicar antes, ou mesmo exclusivamente, à literatura. As mudanças do campo editorial, porém, não foram suficientes para que os autores mais novos do grupo se destacassem inteiramente dos mais velhos, permanecendo algumas restrições materiais, como migrar para o eixo Rio-São Paulo e buscar inserção em grandes veículos de mídia.

### **2.3.2 Editoras**

A concentração de escritores na região Sudeste, sendo o Rio Grande do Sul palco relevante de exceções, está em conformidade com o fato de que não só as maiores e mais prestigiadas casas editoriais do país estão nessa região, mas também de que praticamente todas estão: das 300 editoras vinculadas ao SNEL em março de 2021, 261 eram do Sudeste, sendo 9 mineiras e apenas 3 capixabas, e 10 eram do Rio Grande do Sul<sup>48</sup>. A consolidação desse processo, segundo Muniz Jr., ocorreu na década de 70, quando a cidade de São Paulo adquiriu mais importância no segmento

---

<sup>48</sup> Consulta disponível em <https://snel.org.br/associados/lista-de-associados/>. Último acesso: 05/06/2021

editorial (2016), e pode ser explicada, além de pela atividade econômica mais pujante no eixo Rio-São Paulo — o que influi tanto em maior capacidade aquisitiva da população como, antes, em maiores índices educacionais —, pela reunião de instituições acadêmicas e veículos de imprensa, cujo papel é distintivo na cadeia de produção de valor literário.

Dentro desse eixo, porém, há uma outra concentração, de capital simbólico, que polariza o campo entre um lado com poucas editoras que publicam muitos autores aclamados pela crítica e outro com muitas editoras pequenas que publicam autores, na maioria dos casos, pouco lidos. Ao consultar ficcionistas, críticos e pesquisadores sobre quais seriam as editoras mais importantes para publicação de prosa ficcional no Brasil, Regina Dalcastagnè obteve como resposta, de maneira quase unânime, a Companhia das Letras, a Record e a Rocco (2012). Fazendo o exercício de cruzar os vencedores dos prêmios Jabuti, Oceanos, Saramago e da Biblioteca Nacional anunciados desde 2000 com o catálogo dessas três editoras, verifica-se que, de uma amostra de 148 vencedores<sup>49</sup>, 94 (63,51%) foram publicados por uma das três. Outras obras premiadas se dividiram entre 32 editoras.

Por outro lado, como já apontado por Marcelo Stella (2018), essas editoras menores constituem, via de regra, a porta de entrada, no campo literário, para estreantes desprovidos do capital social necessário para conseguir espaço em editoras de prestígio consolidado, ou de atributos que possam ser entendidos por editores como conversíveis em estratégias comerciais — boa visibilidade na mídia, por exemplo. Da amostra levantada pelo autor, entre as editoras de estreia de 65 escritores contemporâneos, Record e Companhia das Letras representam, respectivamente, 15% e 14%, dividindo espaço com editoras como Patuá (14%), 7 Letras (9%), e Duas Cidades (7%). A partir dessas publicações iniciais em editoras menores, escritores que conseguem chamar a atenção de editores ou de agentes literários — o que pode acontecer através de premiações, críticas positivas, desempenho comercial ou indicações —, logram migrar para casas maiores, caso de Julián Fuks, que da 7 Letras foi para a Record e depois para a Companhia das Letras, e de Daniel Galera, cuja primeira publicação se deu pela Livros do Mal e que também chegou à Companhia das Letras.

---

<sup>49</sup> Foram consideradas obras vencedoras nas categorias romance, conto e melhor tradução no exterior. Em algumas premiações, mais de uma obra foi vencedora, por categoria. Na próxima seção, os critérios de seleção das premiações mencionadas estão mais detalhados.

Voltando à Tabela 17, dos trinta autores mais beneficiados pelas bolsas da FBN, verifica-se movimento similar: apenas seis deles iniciaram a carreira já em uma das três editoras de maior prestígio, adotando a pesquisa de Decastagnè como base<sup>50</sup>, ao passo em que, na última década, dezenove deles foram publicados por essas casas. Considerando também os que mudaram para a recente Todavia, mas que, antes, haviam sido publicados pela Record ou pela Companhia das Letras, o número salta para vinte e um. O recorte dos escritores mais traduzidos com fomento governamental, portanto, coincide, em boa medida, com o de autores que obtiveram êxito em migrar de casas editoriais menores para as maiores. Essa migração, por sua vez, está muitas vezes relacionada com a inserção na imprensa.

Para um autor, o interesse em integrar o catálogo de uma grande editora corresponde a maiores oportunidades de acúmulo de capital econômico e simbólico. Do ponto de vista comercial, como aponta Thompson, editoras maiores não são apenas capazes de pagar maiores adiantamentos, o que é de interesse econômico imediato para os escritores, como contam com maiores canais de distribuição, maior capilaridade entre varejistas e equipes e métodos mais robustos de divulgação, recursos que lhes permitem efetivamente criar mercado para um novo livro ou autor (2013). No que tange ao capital simbólico, de acordo com Bourdieu, editoras e editores renomados, ao publicar uma obra nova, estão, ao mesmo tempo, emprestando-lhe seu próprio prestígio, outorgando-lhe valor dentro do conjunto de agentes para os quais o prestígio desses editores é legítimo (2006). Em suma, é uma pretensão fácil de se compreender.

Do ponto de vista da editora, porém, o processo de acolhimento de novos escritores nacionais inclui diversas barreiras, a começar pelas econômicas. O mercado de literatura adulta no Brasil é relativamente reduzido: o Instituto Pró-Livro, em 2017, apontou que livros didáticos representaram 48,48% do volume de vendas, naquele ano, seguidos por livros religiosos (20,79%), ao passo em que literatura equivaleu a 13,99% das vendas, parcela da qual apenas 7,71% correspondeu à literatura considerada adulta<sup>51</sup>. A isso se deve somar, primeiro, que a literatura

---

<sup>50</sup> Daqui por diante, Companhia das Letras, Record e Rocco serão consideradas as três editoras de maior prestígio, no período, de acordo com o trabalho já citado de Reina Decastagnè. Os números de prêmios e traduções, nas próximas seções, sustentam essa postura. Se o recorte temporal da pesquisa fosse menor e mais recente, seria possível comparar a Todavia a essas três, mas, com uma base que se inicia em 2010 e acaba em 2019, o exercício, em números, não se justifica.

<sup>51</sup> Pesquisa Retratos da Leitura, 4ª Edição, realizada pelo Ibope para o Instituto Pro-Livro, disponível em <https://www.prolivro.org.br/pesquisas-retratos-da-leitura/as-pesquisas-2/>

nacional compete desigualmente com a estrangeira — segundo relatório produzido pela FIPE para a CBL, em 2006, 61,40% dos livros publicados no Brasil foram traduzidos do inglês<sup>52</sup> —; e, em segundo lugar, a crise do mercado editorial na segunda década deste século — de acordo com pesquisa da Nielsen, entre 2006 e 2019, houve retração de quase 20% das vendas para o mercado<sup>53</sup>. Nesse contexto de acirrada competição, editores buscaram e buscam, primordialmente, segurança, investindo em obras e autores para os quais já se espera algum público.

É nesse sentido que a atuação profissional próxima da imprensa, escrita ou audiovisual, constitui fator especialmente relevante na trajetória dos autores que buscam espaço no catálogo de editoras maiores. Esse trajeto profissional permite, além da construção de um cabedal de relações que facilita indicações a editores e agentes literários, a construção de uma carreira que, aos olhos das editoras, se apresenta como mais segura, o que Regina Dascalagnè atribui ao fato de ocuparem “espaços já privilegiados de produção de discurso” (2012, p.14). Não à toa, a autora encontrou, ao mapear 181 escritores contemporâneos publicados pela Companhia das Letras, pela Record e pela Rocco, 60 jornalistas, 16 tradutores e 14 roteiristas, dado que condiz com a tabela 17, cujos autores elencados trabalham ou trabalharam, majoritariamente, como jornalistas, colunistas ou editores para importantes veículos nacionais.

Essa dinâmica talvez seja mais clara evocando-se o que Thompson chama de plataforma, “a posição da qual o autor fala — uma combinação de suas credenciais, sua visibilidade e sua capacidade promocional, principalmente por meio da mídia” (2013, p.98), variável essencial para agências, editoras e vendedores porque permite antever ou mesmo criar um mercado para um autor, com base em seu “público embutido” (IDEM). Além disso, a plataforma também é importante porque constitui a base de sustentação para uma boa campanha publicitária. Ainda segundo Thompson, “qualquer coisa que um autor possa trazer consigo em termos de plataforma ajudará o pessoal de marketing e publicidade a construir uma campanha visando impulsionar as vendas” (IBIDEM, p.222).

Essa percepção é inteiramente contemplada na declaração da agente literária Luciana Villas-Boas, da Villas-Boas & Moss (VBM), segunda maior agência literária

---

<sup>52</sup> Produção e Vendas do Setor Editorial Brasileiro, 2018. Fipe/CBL: <http://cbl.org.br/downloads/fipe>

<sup>53</sup> Pesquisa da Nielsen para o SNEL, disponível em <https://snel.org.br/pesquisas/>

brasileira, quando, durante entrevista à Oasys Cultural<sup>54</sup>, foi questionada sobre o que um editor procura:

“Um editor, principalmente agora, tá preocupado com seu caixa. Fora o aspecto intrínseco da obra, ele [o editor] vai ver se o autor tem alguma notoriedade midiática, como eu disse antes, e se com isso ele vai conseguir carregar o livro dele” (VILLAS-BOAS, 2020).

Essa discussão é importante para compreender os desdobramentos das bolsas de tradução oferecidas pela FBN no campo literário nacional porque, como dito anteriormente, o programa conta com mecanismos frágeis de divulgação, tendo se apoiado, entre 2010 e 2015, com verbas para viagens que foram depois extintas, e apostado, desde então, na aproximação com o MRE, proximidade que foi abalada em 2019. Sob tais condições, propostas que tenham se desenvolvido de forma mais espontânea, isto é, sem alguma intermediação da FBN ou do MRE, dependeram de conhecimento prévio, por parte de integrantes do mercado externo, sobre o mercado brasileiro, isto é, sobre quem são os escritores e as obras de destaque na cena doméstica. E se editoras pequenas encontram dificuldade para se promover mesmo localmente, em comparação com as grandes, torna-se óbvio, pois, que as grandes têm mais sucesso ao atrair a atenção do mercado externo.

A Tabela 18, abaixo, não deixa margem para dúvida: considerando apenas as bolsas aprovadas para submissões de traduções de obras cujos direitos autorais ainda não prescreveram, e desconsiderando antologias que reuniram mais de um autor ou publicações de diferentes editoras nacionais, chega-se a uma amostra de 828 bolsas, cujas obras almejadas se distribuem, no Brasil, entre os catálogos de 132 editoras. Dessas bolsas, 280 (34%) foram concedidas a obras de autores hoje publicados no Brasil pela Companhia das Letras, 125 (15%) para livros publicados pela Record e 67 (8%) pela Rocco. Ou seja, entre as 132 editoras cujos autores foram traduzidos com apoio da FBN, o catálogo de três delas concentrou 57% do fomento. Em quarto lugar aparece a Nova Fronteira (4%) e, depois, os catálogos de cada casa representam, isoladamente, menos de 2% do subsídio distribuído. Editoras cujos catálogos atraíram 4 pedidos aprovados ou menos foram alocadas em subgrupos e equivalem, juntas, a 19% das bolsas concedidas, porém trata-se de um grupo de 107 casas editoriais, cuja participação individual no programa é reduzida a menos de 1%.

---

<sup>54</sup> Entrevista disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EKoxqvvmVFk>, acesso em 04/06/21.



A lista completa de editoras e das bolsas que autores de seus catálogos receberam pode ser analisada no Anexo 5.

<b>Tabela 18: Bolsas Aprovadas por Catálogo das Editoras Nacionais</b>			
<b>Editora</b>	<b>Bolsas</b>	<b>Editora</b>	<b>Bolsas</b>
Cia. das Letras	280	Boitempo	7
Record	125	Editora 34	7
Rocco	67	L&PM	7
Nova Fronteira	30	Melhoramentos	7
7 Letras	15	Moderna	7
Sem Direitos	15	Objetiva	7
Cortez	13	Zahar	6
Cosac Naify	12	Annablume	5
Veneta	12	Ática	5
Iluminuras	10	Azougue	5
Globo	9	Instituto socioambiental	5
Global	8	Paz e Terra	5
Planeta	8		
Editoras cujos autores receberam, somando, 4 bolsas*			16
Editoras cujos autores receberam, somando, 3 bolsas**			24
Editoras cujos autores receberam, somando, de 2 bolsas***			32
Editoras em que 1 autor recebeu 1 bolsa****			79

Dados compilados pelo autor a partir de informações da FBN

Outro dado importante é o de que, enquanto a taxa de reprovação dos pedidos direcionados a obras publicadas no Brasil pela Companhia das Letras foi de 11,66%, para livros publicados pela Record, de 19,41%, e para livros publicados pela Rocco, de 24,50%, a rejeição, nas comissões avaliadoras da FBN, para projetos provenientes das 107 editoras que receberam menos propostas sobe para 37,10%, como indica a Tabela 19.

<b>Tabela 19: Reprovação, pela FBN, de Bolsas para as Maiores e Menores Editoras</b>	
<b>Editora</b>	<b>Reprovação</b>
Cia. das Letras	11,66%
Record	19,41%
Rocco	24,50%
Editoras cujos autores receberam menos de 4 propostas	37,10%

Dados compilados pelo autor a partir de informações da FBN

Anteriormente, buscou-se mostrar como as comissões da FBN não vetaram automaticamente escritores do polo de grande produção, e que escritores mais consagrados, embora tenham recebido muitas bolsas, também tiveram projetos para tradução de suas obras recusados, sendo o interesse das editoras estrangeiras a principal variável na decisão sobre como o fomento se distribuiu entre integrantes do campo literário nacional. É verdade também, porém, que o interesse das editoras estrangeiras se concentrou no catálogo das maiores casas editoriais brasileiras, e que a probabilidade de os avaliadores da FBN aprovarem bolsas para autores de casas menores, nas vezes menos frequentes em que isso ocorreu, foi menor. Nesse sentido, sim, as comissões influenciaram diretamente na distribuição desigual de recursos.

Torna-se possível, enfim, complementar as observações tecidas antes sobre as características do grupo de autores mais traduzidos com auxílio financeiro da FBN. Tanto no caso dos mais velhos, que demoraram relativamente mais para alcançar sucesso literário, como no caso dos mais novos, que obtiveram sucesso relativamente cedo, tratam-se de escritores que conseguiram, no momento da atualização do programa de bolsas para tradução — o que significa também o momento em que foram implementadas iniciativas governamentais de difusão cultural —, estar inseridos em editoras conhecidas no mercado exterior — êxito alcançado, via de regra, mediante trajetórias na mídia e, em menor escala, na Universidade.

### **2.3.3 Prêmios Literários**

Como contra-argumento, seria possível e justo questionar o que explicaria a baixa submissão de propostas de tradução para livros de todos os outros escritores publicados pelas três editoras que mais se beneficiaram indiretamente das bolsas, (Companhia das Letras, Record e Rocco), uma vez que, ao longo de dez anos, esses grupos certamente promoveram muito mais do que trinta autores. Ou, dito de outra forma, indagar o que levou as editoras estrangeiras, ao se debruçar sobre o catálogo dessas três editoras, a submeter majoritariamente propostas de tradução para livros dos mesmos autores. Ainda falta, com efeito, investigar outros elementos que sustentem a unicidade do grupo selecionado e confirmem mais concretude às trajetórias de seus integrantes. Um desses elementos é a distribuição dos principais prêmios literários de língua portuguesa nos últimos anos.

Os autores contemporâneos mais traduzidos com o fomento da FBN são todos vencedores, alguns várias vezes, dos prêmios literários de língua portuguesa mais conhecidos: Jabuti, o prêmio Machado de Assis, da Academia Brasileira de Letras, a premiação da própria FBN, e, no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), os prêmios Oceanos (antigo Portugal Telecom), Camões e Saramago. Para observar de maneira mais ampla a conexão entre o programa de tradução da Biblioteca Nacional, de um lado, e o resultado dessas láureas, cabe levantar o histórico desses prêmios e compará-los integralmente com o subsídio gerenciado pela FBN. O ano de 2000 foi escolhido como ponto inicial da amostra, por permitir a análise de dez anos antes da renovação do programa, isto é, de 2000 até 2009, e de dez anos depois, de 2010 a 2019. No caso dos prêmios que contemplam livros (Jabuti, Oceanos, FBN e Saramago), o levantamento reuniu 148 premiações, contando apenas uma vez livros que venceram mais de uma delas. Adicionando ao conjunto prêmios que reconhecem a obra reunida de um escritor ou de uma escritora (Camões e Machado de Assis), tem-se um grupo de 121 autores. A intersecção entre esses prêmios e as bolsas, separada também por autores e editoras, devido à extensão dos dados, foi inserida no Anexo 6, composto por 5 tabelas.

Partindo para a interpretação dos dados coletados, o que se verifica, em primeiro lugar, reforçando a conclusão da seção anterior, é que o menor interesse de editores estrangeiros por obras de editoras menores ou independentes se mantém mesmo no caso de livros premiados. Prêmios como Jabuti, Oceanos e FBN são citados por integrantes do mercado editorial nacional como oportunidades para que estreantes e editoras independentes consigam abrir espaço no campo literário, e a lista de autores laureados nessas competições contempla, de fato, livros publicados por casas editoriais menores, como Patuá, Reformatório, Confraria do Vento, 7 Letras e Iluminuras, mas essa dinâmica, no âmbito das bolsas, ao contrário do que se viu no caso de publicações vitoriosas da Companhia das Letras, da Record e da Rocco, não se refletiu em muitos pedidos de tradução. Já foi dito que os catálogos dessas três editoras concentraram 63,51% dos vencedores do Jabuti, do Oceanos e dos prêmios FBN e Saramago, no período analisado, mas, se a questão for quantos pedidos de bolsa para tradução de autores premiados foram direcionados aos premiados publicados por essas casas, a taxa sobe para 66%, sendo que os outros pedidos de bolsas para tradução de autores premiados, 34% da amostra, se dividiram entre submissões para tradução de obras publicadas no Brasil por 32 editoras distintas.

Computando não pedidos, mas bolsas efetivamente concedidas, o número salta novamente. Dos 98 livros premiados que receberam bolsas, 75,51% foram publicados no Brasil pela Companhia das Letras, pela Record ou pela Rocco. Dos 50 livros premiados que não receberam bolsa, 60% foram publicados pelas outras 32 editoras. Lembrando que muitos desses livros receberam diversas bolsas, é importante registrar que os premiados publicados pela Companhia das Letras, pela Record e pela Rocco angariaram, em números absolutos, 412 bolsas, enquanto as obras premiadas editadas pelas outras casas somaram 87 bolsas. As Tabelas 20 e 21 compilam essas informações:

**Tabela 20: Distribuição de Bolsas entre Livros Premiados, por Editora**

<b>Resultado</b>	<b>Livros Premiados</b>	<b>Livros Premiados publicados pela Cia. das Letras, Record e Rocco</b>	<b>Livros Premiados Publicados pelas outras 32 Editoras</b>
Receberam Bolsas	98	74	24
Não receberam Bolsas	50	20	30

Dados recolhidos pelo autor

**Tabela 21: Bolsas Acumuladas para Tradução de Livros Premiados, por Editora**

<b>Editores</b>	<b>Bolsas Acumuladas para Tradução de Livros Premiados</b>
<b>Cia. das Letras, Record e Rocco</b>	412
<b>Outras 32 Editoras</b>	87

Dados recolhidos pelo autor

Tomando autores premiados, e não livros premiados, como ponto de partida, dos 121 laureados que tiveram obras elencadas em pedidos de bolsa, 59, quase metade, não tiveram livros traduzidos com apoio da FBN<sup>55</sup>. Dos que receberam, 74% foram publicados no Brasil pela Companhia das Letras, pela Record ou pela Rocco. Dos que não receberam, 62,71% foram publicados por essas casas.

<sup>55</sup> Para este cálculo, no caso dos escritores contemplados com premiações que reconhecem o conjunto da obra e que não ganharam, no período, algum dos demais prêmios, foram consideradas as editoras que publicaram suas obras mais recentes no momento da premiação. Com base nesse critério, apenas dois autores não tiveram casas definidas, Wilson Martins e Vamireh Chacon, porque as obras por eles publicadas antes que ganhassem o prêmio Machado de Assis saíram por diversas editoras. No entanto, foram obras que não saíram nem pela Companhia das Letras, nem pela Record e nem pela Rocco, de modo que não houve comprometimento da comparação pretendida.

**Tabela 22: Autores Premiados Cujos Livros receberam Bolsas, por Editora**

<b>Contemplados ou não pela FBN</b>	<b>Autores Premiados</b>	<b>Autores Premiados publicados pela Cia. das Letras, Record e Rocco</b>	<b>Autores Premiados Publicados pelas outras 32 Editoras</b>
Receberam Bolsas	62	46	16
Não receberam Bolsas	59	22	37

Dados recolhidos pelo autor

Um outro modo de evidenciar como a desigualdade da distribuição de bolsas entre os livros premiados está relacionada com as editoras que os publicaram no mercado doméstico é comparar a taxa de vencedores de cada competição que recebeu o fomento com o percentual desses vencedores publicado pelas maiores editoras, já especificadas. Saramago e Oceanos, que contemplaram menos livros de editoras pequenas, foram os prêmios nos quais relativamente mais premiados foram traduzidos com bolsas. Os prêmios Jabuti e da FBN, que mais laurearam autores de casas menores e independentes, tiveram, relativamente, menos premiados traduzidos com bolsas. É o que está sintetizado na Tabela 23

**Tabela 23: Percentual de Bolsas Concedidas aos Vencedores de cada Prêmio Literário de Língua Portuguesa, por Editora**

<b>Prêmios</b>	<b>Publicados pela Cia. das Letras, Record e Rocco</b>	<b>Receberam Bolsas</b>
Saramago	100%	100%
Oceanos	72,72%	77,28%
Jabuti	67,05%	65,98%
FBN	53,12%	50%

Dados recolhidos pelo autor

Avançando, merece atenção como, nas competições que premiam livros, receberam mais bolsas os autores cujas obras venceram prêmios a partir de 2010, quando o programa de bolsas foi aprimorado e sistematizado. Para realizar esse cálculo, autores que receberam prêmios nas duas décadas, como Bernardo Carvalho, que foi agraciado com o Jabuti em 2004 e depois em 2014, foram considerados premiados da segunda década, por se entender que o prêmio, quando concedido,

chama a atenção para toda a obra do autor. Dito de outra maneira, foram considerados premiados da primeira década aqueles que, depois de 2010, não voltaram a ser premiados. O prêmio Saramago não foi considerado para essa análise por ter premiado apenas três brasileiros, no período, Adriana Lisboa, Andréa del Fuego e Julián Fuks, constituindo amostra insuficiente para comparar a premiação em dois momentos diferentes. O resultado do cálculo está na Tabela 24, abaixo, na qual se vê a importância da recência dos prêmios no processo de concessão de bolsas.

**Tabela 24: Bolsas Acumuladas para Tradução de Livros Premiados, por Editora, Antes e Depois da Reformulação do Programa da FBN**

<b>Obras premiadas que receberam bolsas, antes e depois de 2010</b>		
<b>Prêmios</b>	<b>Antes de 2010</b>	<b>A partir de 2010</b>
Oceanos	61,60%	78,30%
Jabuti	54%	66%
FBN	40%	46%

Dados recolhidos pelo autor

A importância da atualidade do prêmio para que um livro se convertesse em pedidos de bolsas, além da casa editorial responsável pelo livro premiado, fica mais evidente quando se compara a distribuição desses prêmios com a de prêmios voltados ao reconhecimento do conjunto da obra dos laureados. Tomando o prêmio Camões por modelo, Chico Buarque, Raduan Nassar, Ferreira Gullar e Dalton Trevisan, premiados a partir de 2010, tiveram obras traduzidas com apoio da FBN 23 vezes. Rubem Fonseca, laureado pelo Camões em 2003, recebeu 17 bolsas de tradução, mas recebeu prêmios na década seguinte, com destaque para o Machado de Assis, concedido em 2015, o que o coloca também no grupo de autores premiados durante a execução do programa da FBN. Entre os vencedores do Camões antes de 2010 que não venceram prêmios depois, estão Lygia Fagundes Telles, João Ubaldo Ribeiro e Autran Dourado, que, juntos, receberam apenas cinco bolsas de tradução. A exceção é Alberto da Costa e Silva, que levou o Camões em 2014 mas não teve obras publicadas no exterior com apoio da FBN. A análise do prêmio Machado de Assis, da ABL, permite conclusões semelhantes: dos oito vencedores desde 2010, cinco receberam bolsas, enquanto dos dez premiados na década anterior, apenas

três receberam bolsas: Antônio Torres, Ana Maria Machado e Assis Brasil. A única exceção à regra que aqui se pretende demonstrar é Adriana Lisboa, agraciada com o Saramago em 2003, sem nunca mais voltar a vencer um dos prêmios analisados — embora constantemente seja finalista deles —, mas que recebeu 17 bolsas.

Essa sobreposição de prêmios e bolsas, bastante acentuada entre 2010 e 2019, indica que as principais premiações em língua portuguesa influenciaram o processo decisório das editoras estrangeiras no que tangeu à escolha das obras que seriam alvo das submissões de bolsa encaminhadas à FBN, privilegiando um grupo seletivo, precisamente os premiados, dos catálogos das principais editoras brasileiras. Os prêmios não parecem ter sido isoladamente passíveis de se converter em possibilidade de tradução. Como apresentado, editoras pequenas, mesmo vencendo as competições, atraem menos interesse de agentes estrangeiros, sem falar que, como também já exposto, seus autores são mais reprovados nas comissões avaliadoras do programa. No caso de escritores premiados de grandes casas, porém, a concentração de bolsas os distinguiu sobremaneira no campo literário nacional.

Michel Laub sintetizou o efeito dos prêmios do seguinte modo:

“No Brasil, cujo mercado literário acompanha a pouca expressão internacional da economia, do idioma e da presença geopolítica, a tendência é que qualquer distinção minimamente respeitada tenha peso. Os cerca de 400 mil reais que Cristovão Tezza acumulou ganhando Jabuti, Portugal Telecom, São Paulo de Literatura, Zaffari & Bourbon, APCA e Bravo! Prime com *O Filho Eterno* (2007) deram impulso para ele deixar o emprego de professor universitário e viver apenas da escrita. Depois de levar o Saramago, cujo foco são romances de língua portuguesa escritos por autores de até 35 anos, Andréa del Fuego viu seu *Os Malaquias* (2010) ser publicado em nove países” (LAUB, 2018)

Segue na mesma direção — além de reforçar o que foi dito antes sobre a importância da imprensa na trajetória do escritor brasileiro — a declaração da agente literária Luciana Villas-Boas, que, indagada sobre quais diferenciais um autor precisa ter para ser publicado no exterior, respondeu:

"Ele ter popularidade, ele ter reconhecimento. Os livros precisam ter uma narrativa sobre eles que eu possa fazer num *peech* de 15 minutos. 15 minutos nada! 3 minutos, porque eu tenho que falar sobre 20 livros em uma reunião de meia hora com um editor de Frankfurt, por exemplo [...] se eu chego e digo: olha, esse livro, no Brasil, tem 100 mil leitores, ganhou esse prêmio, ganhou aquele prêmio, é claro que eu vou conseguir alguma atenção." (VILLAS-BOAS, 2020)

Também é relevante comentar que essa dinâmica pode ter provocado desequilíbrio entre o acúmulo de prestígio viabilizado pelos prêmios aos vencedores recentes, isto é, mais traduzidos entre e 2010 e 2019, e escritores laureados nas edições passadas, antes do programa de tradução ser aprimorado, na medida em que a mesma instância de consagração, o prêmio em si, possibilitou, para o primeiro grupo, traduções para dezenas de países, o que é, por si só, outra fonte de prestígio. Em outras palavras, quem ganhou esses prêmios nos últimos anos, ganhou, na prática, pelo menos na maioria das vezes, mais prestígio do que quem ganhou os mesmos prêmios nos anos anteriores.

### **2.3.4 Agentes Literários**

Assim como prêmios literários, agentes literários parecem ter desempenhado papel decisivo na distribuição de bolsas de tradução entre escritores brasileiros contemporâneos. Relativamente novas no mercado nacional, executando funções ainda não muito claras para alguns integrantes do campo literário e desconhecidas por boa parte do público leitor, é geralmente uma tarefa difícil provar que as poucas agências literárias brasileiras cumprem função importante no segmento editorial doméstico, ou ainda que agências estrangeiras tenham aqui alguma influência. Intermediárias entre escritores e editoras, sua atuação em geral não deixa rastros na mídia, o que, de certo modo, faz parte do ofício, afinal é preciso proteger, no universo literário, a impressão de que carreiras literárias bem sucedidas são justificadas pelas qualidades literárias de autores e obras. Quantificar a atuação dessas agências, logo, é um desafio. Entretanto, o programa da FBN possibilitou o registro de dados que tornam essa tarefa um pouco menos árdua.

Na ficha de inscrição que as editoras precisam preencher e apresentar à FBN quando submetem uma proposta, existe um campo para que especifiquem como ficaram sabendo do edital — uma tentativa da Fundação de mapear e compreender melhor o fluxo de informação que estimula o interesse de agentes externos pelo Programa. Esse campo da ficha não é obrigatório e os dados disponíveis sobre como editoras estrangeiras ficaram sabendo das bolsas de tradução é consideravelmente menor do que o volume de pedidos apresentados e também do que o número de

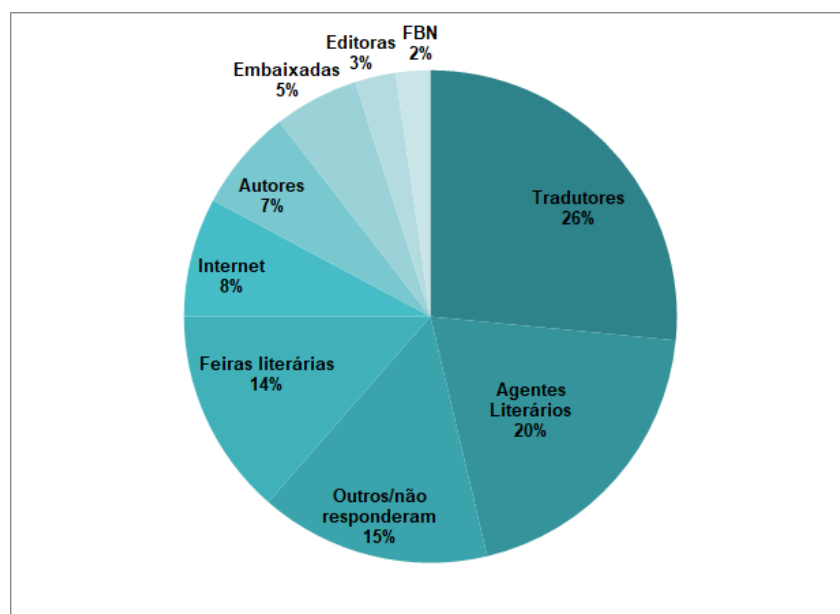


subsídios concedidos: foram coletadas 577 respostas, apenas 39,19% do montante de projetos avaliados. Por outro lado, é preciso considerar que muitas editoras apresentaram várias propostas, e que só precisaram, logicamente, tomar conhecimento do Programa uma única vez. Considerando a quantidade de editoras que apresentaram propostas, 654, ao todo, as respostas coletadas pela FBN representam uma amostra de, aproximadamente, 88,22% do conjunto de editoras em algum momento interessadas na iniciativa, percentual satisfatório do conjunto. O resultado dessa base de dados pode ser avaliado, de forma agregada, no Gráfico 4, e cronologicamente no Gráfico 5.

Antes de mergulhar na interpretação mais imediata dos gráficos, isto é, na prevalência de tradutores, de agentes literários e das feiras literárias na divulgação do Programa, compete apontar os limites do conjunto de informações fornecido pela FBN. O campo da ficha de inscrição que registra a origem do conhecimento sobre o Programa enfrenta, além do caráter facultativo de seu preenchimento, um problema referente às respostas, ou melhor, às categorias oferecidas pelo documento. As opções antecipadas pela FBN às editoras estrangeiras (agentes literários, autores, tradutores, editores, feiras literárias, site da FBN, notícias, embaixadas, internet e a opção outros) compõem um leque impreciso de possíveis respostas na medida em que confunde agentes e canais. Meios de comunicação, eventos e agentes são tratados como iguais e excludentes, bem como canais de comunicação que são, na verdade, complementares ou interdependentes. Um exemplo rápido desse problema é a categoria *internet*: editores no exterior podem conhecer o programa por meio de notícias e do site da FBN, possibilidades que incluem, ambas, o uso de internet. Ou seja, ao responder *internet*, um editor poderia estar se referindo ao site da FBN ou a notícias, assim como essas opções deveriam implicar *internet* como resposta.

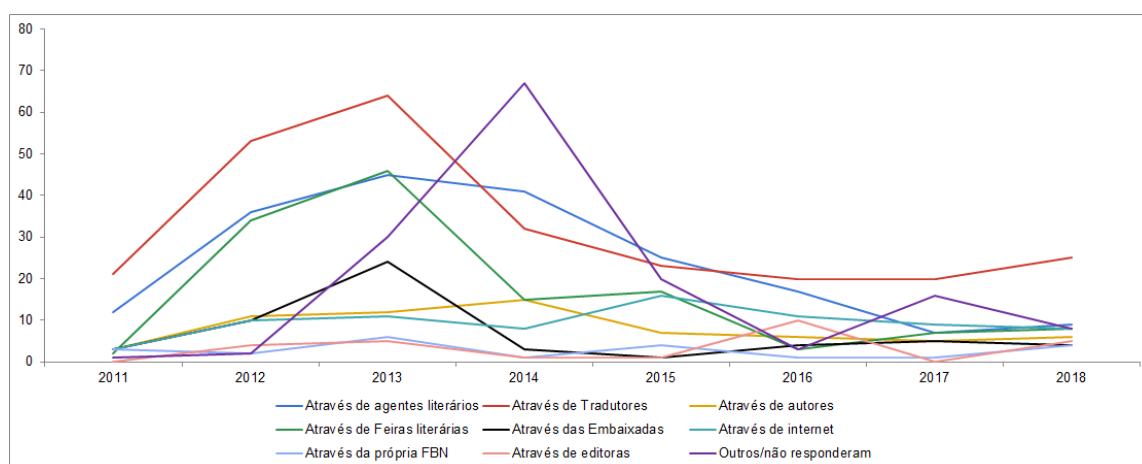
Para o fim desta pesquisa, o principal imbróglio decorrente dessa escolha de categorias é provavelmente a opção *Feiras Literárias*. Como já exploraram muitos autores — poderiam ser citados novamente Gustavo Sorá (2013), Muniz Jr. e Szpilbargs (2014) e Villarino Pardo (2016) —, as feiras literárias são espaços privilegiados para editores, agentes literários e autores (além de intermediários do mercado editorial, como distribuidores e varejistas) trocarem informações, fecharem

**Gráfico 4: Origem do Conhecimento sobre o Programa por parte de Editoras Estrangeiras**



Fonte: autoria própria com dados da pesquisa

**Gráfico 5: Origem do Conhecimento sobre o Programa por Editoras Estrangeiras, por Ano<sup>56</sup>**



Fonte: autoria própria com dados da pesquisa

negócios, aventarem novas parcerias, especulem opções de contratos, etc. Esses profissionais se preparam para as feiras por meses, e as interações que elas criam, principalmente no caso dos maiores encontros, como os de Frankfurt, Londres e Paris, possibilitam e exigem de seus participantes lógicas e estratégias específicas, geralmente dominadas por profissionais mais experientes e que tendem a excluir

<sup>56</sup> A queda acentuada na segunda metade da década se deve ao fato de editoras recorrentes não voltarem a preencher o campo. Respostas de 2019 não foram compiladas porque, antes que pudessem concluir o levantamento dos dados, funcionários da FBN iniciaram trabalho remoto, devido à pandemia de coronavírus, perdendo contato com a base de dados material do órgão.

estreadantes — tais quais rodadas múltiplas de conversas que funcionam como leilões e que podem, em poucos minutos, definir as vendas de direitos autorais para uma editora em detrimento de outras. Sendo assim, nas vezes em que editoras preencheram a opção *Feiras Literárias* na ficha de inscrição da FBN, é bastante provável que os verdadeiros responsáveis pelo fluxo de informação tenham sido tradutores, agentes literários, editores, autores ou mesmo funcionários da Fundação, quando o governo brasileiro ainda dispensava ao órgão verba suficiente para custear as viagens. Essa consideração é importante porque, fazendo provisoriamente o exercício de diluir proporcionalmente entre as outras categorias as respostas que foram alocadas na opção *Feiras Literárias*, agentes literários e tradutores se destacariam ainda mais. Mas se optou, aqui, por trabalhar os dados como foram registrados pela FBN, cujas interpretações dispensam estimativas.

A preeminência de tradutores pode ser considerada óbvia e esperada. Esses profissionais extraem sua renda do fluxo de traduções do mercado nacional em que estão inseridos, e buscar oferecer às editoras locais possibilidades de tradução com custos reduzidos é uma maneira de manter constante esse fluxo. Em resumo, tradutores acompanham editais de tradução como o sustentado pela FBN e os utilizam como argumento na hora de oferecer sua mão de obra ou defender a tradução de determinados livros junto a editores locais, obtendo vantagens claras em relação a tradutores que eventualmente tenham sugerido projetos não subsidiados. É o caso de tradutores como Michael Kegler (Alemanha), Daniel Hahn, (EUA), Paula Salnot (França), Dominique Nédellec (Suíça), Bertran Romero Sala (Espanha), Harrie Lemmens (Holanda) e Vincenzo Barca (Itália), tradutores que, juntos, traduziram 61 obras com bolsas.

Que agentes literários apareçam em segundo lugar, muito à frente de autores, editores, da FBN e de representantes do MRE, apesar do interesse crescente do Itamaraty no Programa, debatido no capítulo anterior, é, no entanto, uma informação que pode surpreender aqueles menos familiarizados com o papel que esses profissionais vêm ganhando no campo literário brasileiro. A surpresa se justifica. Ao analisar o mercado editorial anglófono na primeira década do Século XXI, Thompson estimou que havia, nos Estados Unidos, no Reino Unido e no Canadá, em 2008, 569 agências literárias empregando 1.018 agentes (2013, p. 82). No Brasil de 2021, pesquisas no Google pelo termo “agência literária” retornam, nas primeiras dez

páginas do mecanismo de busca, ou seja, entre 100 possíveis resultados, apenas doze escritórios<sup>57</sup>.

Dessas doze agências, apenas quatro (Riff, VBM, MTS e Oasys) dedicam ao menos parte de seu catálogo à representação de ficção adulta tida por não comercial, abarcando os autores premiados e traduzidos que formam o objeto deste capítulo. O caráter exclusivo dos catálogos dessas quatro agências é reforçado pelo fato de que elas não aceitam recebimento de propostas de representação<sup>58</sup>, quer dizer, são elas quem procuram ativamente os autores nos quais têm interesse — a VBM, das quatro, é a única que mantém, em seu sítio eletrônico, um espaço para submissão de pedidos de agenciamento por novos autores, mas a ficha de inscrição envolve perguntas como se o interessado já ganhou prêmios e se foi indicado por alguém, indício claro da posição que a agência busca ocupar no campo literários. As outras oito agências representam autores infanto-juvenis, de literatura fantástica, autoajuda e finanças, estão abertas a pedidos de representação, investem em anúncios para prospectar clientes e autores de seus catálogos não receberam bolsas. Nesse cenário, antes de cruzar os catálogos de representação de agências e as bolsas concedidas pela FBN, é preciso explicar, então, como tão poucos profissionais viabilizaram parcela tão expressiva das traduções subsidiadas.

Em primeiro lugar, cabe ressaltar que autores brasileiros podem ser representados por agentes estrangeiros. A Mertin Litag, agência literária alemã especializada na negociação internacional dos direitos autorais de escritores de língua espanhola e portuguesa, que tem em seu catálogo nomes como José Saramago, Pepetela, Mia Couto e José Eduardo Agualusa, representava, em 2020, 24 autores brasileiros, entre eles autores contemporâneos, como Adriana Lisboa e Paulo Scott, e direitos de autores modernos já falecidos, como Graciliano Ramos e Guimarães Rosa. Os direitos de Jorge Amado são negociados no exterior pela Wylie Agency, que Thompson enumera como uma das agências literárias que revolucionaram o mercado de representação nos anos 80. E as obras de Clarice Lispector são gerenciadas pela agência Carmen Barcells, maior agência do mercado literário hispanófono, em cuja carteira estão os direitos de publicação de Gabriel

---

<sup>57</sup> São as agências Riff, VBM, MTS, Authoria, Página 7, O Agente, Increasy, Oasys Cultural, Página da Cultura, Virgil, Aspas e Vírgulas.

<sup>58</sup> Foram enviadas, às quatro, mensagens demonstrando interesse na contratação do serviço de representação.

García Márquez, Jorge Luis Borges e Mario Vargas Llosa, entre outros nomes importantes. Também aproveitaram as bolsas da FBN a estadunidense Rogers, Coleridge and White (RCW), que representa Daniel Galera, Bernardo Carvalho, Milton Hatoum, Michel Laub e Julián Fuks, e as agências Anje Saile e Vikings dividiram o agenciamento de Luiz Ruffato, Ana Paula Maia e Paulo Correia de Britto no mercado europeu, ficando a Vikings com países escandinavos e Saile, com países da Europa Ocidental. Ao todo, das 333 propostas encaminhadas por editoras que afirmaram ter conhecido o Programa por meio de agências literárias, 175 delas, 52,60% da amostra, referiam-se a agências estrangeiras.

Que pouco mais da metade da influência exercida por agentes literários tenha sido realizada por agentes estrangeiros, de países nos quais o agenciamento desempenha função fundamental dentro do universo editorial, pode satisfazer algumas pessoas. No entanto, para outras, o dado pode não ser suficiente, afinal, ainda assim, a influência exercida por agências brasileiras na divulgação do Programa da FBN continua superando a de autores, de editores e de embaixadas. Mais algumas razões, não excludentes, podem ser apontadas para justificar a predominância desses profissionais na promoção do fomento brasileiro.

Uma possível explicação pode residir no fato de que o Programa é desenhado para atrair editoras de outros mercados, mais habituadas ao papel do agente literário na cadeia editorial do que as editoras brasileiras supostamente estão, de forma que agentes literários brasileiros teriam, em princípio, papel mais claro na internacionalização dos autores que representam do que na negociação de direitos autorais no mercado nacional. Thompson argumenta que, pelo menos nos mercados de língua inglesa, editores preferem negociar diretamente com agentes literários (2013). Entre os motivos que levariam a esse comportamento, o autor aponta que agentes estão mais habituados aos aspectos comerciais envolvidos em uma negociação, como cláusulas de contratos, valores de adiantamento e prazos para publicação, poupando tempo de editores; também economiza o tempo dos editores o fato de que os agentes realizam uma primeira triagem do material apresentado, tanto em termos de qualidade literária quanto de afinidade entre originais e catálogos, diminuindo os riscos de as editoras se debruçarem sobre projetos que não levarão adiante; e, por fim, os agentes literários costumam, eles próprios, orientar e auxiliar seus escritores a refinar originais concluídos ou próximos da conclusão, o que torna as propostas encaminhadas por agentes normalmente mais próximas do texto final.

Em resumo, o agente literário adquiriu, em mercados editoriais maiores e mais pujantes, tarefas que antes eram conduzidas por editores, fixando-se como elo necessário na cadeia de produção do livro. Por essas razões, mesmo supondo que agências brasileiras não sejam tão fundamentais no contexto doméstico, elas têm influência significativa quando se trata de levar um autor brasileiro para um país no qual editores esperam e preferem negociar com agentes.

Poder-se-ia observar, contra esse argumento, o fato de que nem todos os países para os quais a FBN custeou traduções apresentam mercados editoriais maiores do que o brasileiro. Em verdade, desconsiderando o volume de pedidos apresentados por cada país, o cenário que se verifica é exatamente o contrário: a maioria dos mercados editoriais nacionais é menor do que o brasileiro. Que ainda assim agentes literários tenham levado traduções para mercados menores poderia ser explicado pela existência de zonas linguísticas transnacionais, isto é, a possibilidade de um agente inglês influir em publicações na Nova Zelândia ou na Irlanda, ou de uma agência espanhola definir traduções no Chile ou no Peru, mas existe uma explicação bem mais simples, que é, ao mesmo tempo, outra justificativa para a influência de agências literárias na divulgação das bolsas: agentes, de modo análogo aos tradutores, precisam firmar contratos para lucrar, o que os impulsiona a procurar continuamente novos mercados.

Embora concentrem muito mais esforço na divulgação de seus escritores em mercados maiores, preferencialmente para editoras de renome — visto que também as agências literárias precisam acumular capital simbólico —, se elas puderem, enquanto isso, fechar contratos em mercados menores, tanto melhor: conseguem não apenas mais fluxo de caixa, como a tradução para um novo idioma que promoverão como argumento de venda de seus autores. Entre as muitas traduções para mercados menores citadas no capítulo anterior, podem ser resgatadas como exemplo as traduções de *A Vida Invisível de Eurídice Gusmão*, de Martha Batalha, para o Líbano, a tradução de *A Resistência*, de Julián Fuks, para o Egito, ou de *A Chave de Casa*, de Tatiana Salem Levy, para a Albânia — são autores representados, respectivamente, pela VBM, pela RCW e pela Riff.

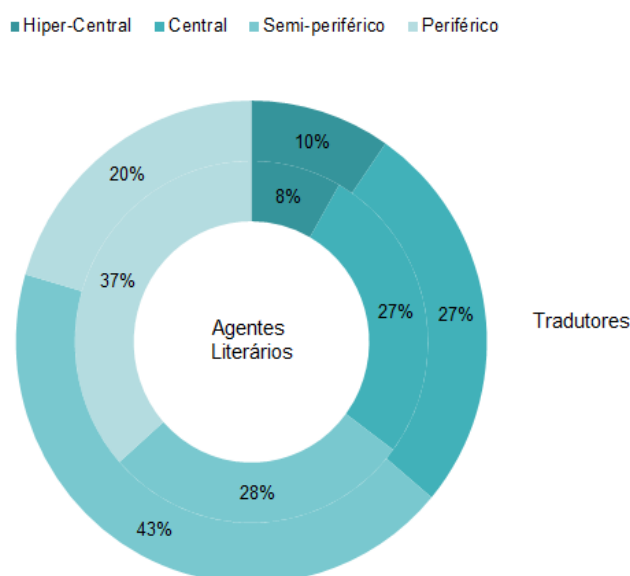
Resgatando a classificação de idiomas utilizada anteriormente, os projetos de bolsas apresentados por editoras que ficaram sabendo do Programa por agentes literários se divide em 8% para países de língua hiper-central, 27% para países de língua central, 28% para países de língua semi-periférica e 37% para países de língua

periférica, conforme indica o Gráfico 6. No caso dos tradutores, os percentuais são, respectivamente, 10%, 27%, 43% e 20%. Essa comparação aponta, de modo geral, que tradutores e agentes literários apresentaram capacidade semelhante de viabilizar traduções para o inglês, para o francês e para o alemão; que tradutores foram mais atuantes em levar obras brasileiras para países de línguas consideradas semi-periféricas (espanhol, italiano, polonês, holandês, tcheco e sueco); e que agentes literários foram, por outro lado, os principais responsáveis por traduzir livros brasileiros nos demais idiomas contemplados, fortalecendo a avaliação de que a participação das agências na promoção das bolsas da FBN está diretamente relacionada à necessidade dessas empresas de selar mais contratos.

A esse respeito, compete ressaltar que agências literárias brasileiras e estrangeiras procuram igualmente promover seus autores em novos mercados, mesmo que pequenos. Em outras palavras, ao contrário do que se poderia conjecturar, agentes brasileiros não são empurrados para mercados menores pela concorrência com agências do exterior, pelo menos no que diz respeito à representação de autores brasileiros. Agentes estrangeiros, inclusive, conduziram, no contexto das bolsas da FBN, mais traduções para idiomas considerados periféricos do que agentes brasileiros. Esse dado, sintetizado no Gráfico 7, pode significar, por outro lado, que agências literárias estrangeiras têm maior capacidade de inserir autores em mercados menores, outro tipo de desvantagem para os agentes brasileiros. O Gráfico 7 também aponta que agências estrangeiras tem quase o dobro de chance de levar escritores brasileiros para o mercado anglófono.

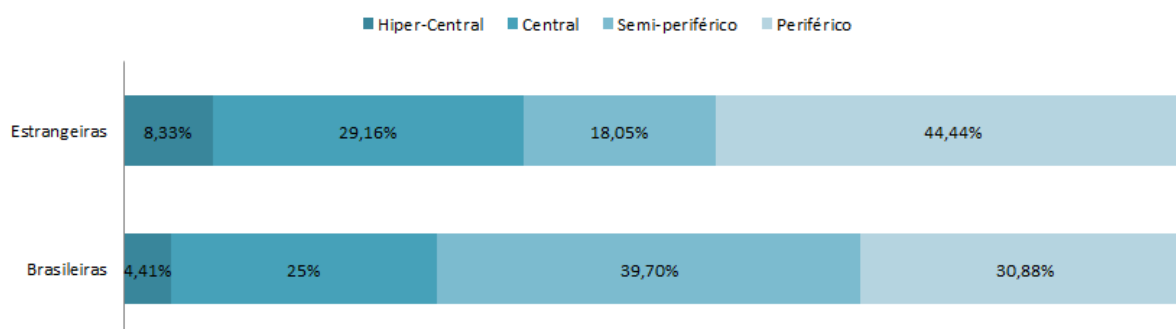
Por fim, para explicar, em linhas gerais, a predominância de agentes literários na viabilização de traduções, apesar da base ainda relativamente insólita que os sustenta no campo literário doméstico, é preciso levar em consideração que a existência de poucas agências literárias no mercado editorial nacional implica na concentração de muitos autores que buscam representação na carteira de poucos escritórios. Como antecipado, quatro agências brasileiras se dedicam à representação de ficção adulta tida como não comercial, e se uma dessas agências lograr utilizar as bolsas fornecidas pela FBN como instrumento para alavancar seus agenciados no mercado internacional, dominará os procedimentos para repetir a estratégia com muitos autores de uma só vez. O mesmo vale para as agências estrangeiras, uma vez que, apesar de os maiores mercados contarem com muitos agentes, poucas são as agências que representam autores brasileiros.

**Gráfico 6: Centralidade dos Idiomas de Destino das Traduções Influenciadas por Agências Literárias e por Tradutores**



Fonte: autoria própria com dados da pesquisa

**Gráfico 7: Centralidade dos Idiomas de Destino das Traduções Influenciadas por Agências Literárias, Brasileiras e Estrangeiras**



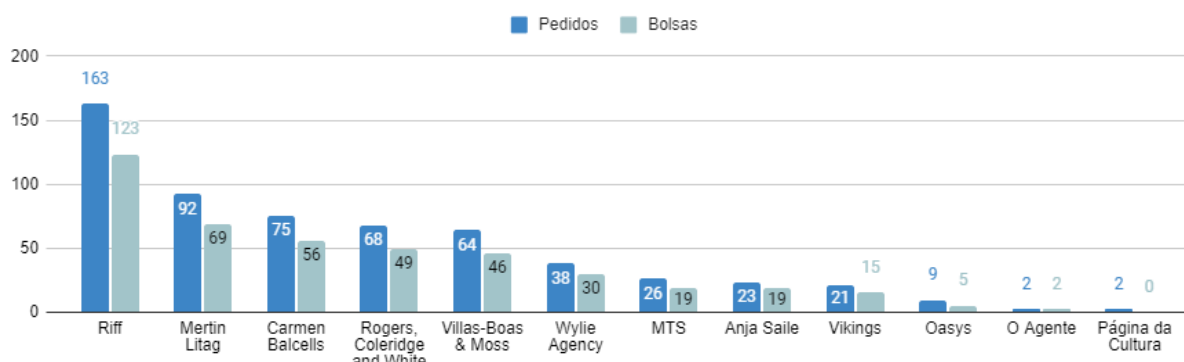
Fonte: autoria própria com dados da pesquisa

Essa concentração é quantificável. Das 1.282 propostas de tradução direcionadas a obras cujos direitos autorais ainda são protegidos, 830 se concretizaram em traduções. Desse montante, 433 traduções (52,16%) foram de autores representados por agências. Essas 433 bolsas para tradução de autores agenciados se distribuíram desigualmente entre o catálogo de onze agências, cinco brasileiras (Riff, VBN, MTS, Oasys, O Agente), e seis estrangeiras (Mertin Litag, Carmen Balcells, RCW, Wylie Agency, Anja Saile e Vikings). O Gráfico 8, a seguir,



indica quantos pedidos de tradução e quantas bolsas autores representados por essas agências receberam.

**Gráfico 8: Pedidos e Bolsas que Abarcaram Autores Agenciados, por Agência**



Fonte: autoria própria com dados da pesquisa

Uma vez delineados fatores que podem ter concorrido para que agências literárias tenham se mostrado intermediadores importantes no aproveitamento do fomento da FBN, é possível retornar ao grupo de autores cujos livros foram contemplados pelo menos cinco vezes com bolsas de tradução. A Tabela 25 indica quais deles são clientes de quais das agências literárias mencionadas<sup>59</sup>. Não surpreendentemente, apenas oito dos trinta autores mais traduzidos não são agenciados. Entre estes, apenas um, Marcelo Quintanilha, nasceu na segunda metade do século passado, indicando que a representação por meio de uma agência é mais comum entre escritores mais novos.

Há algumas páginas, foi observado que tradutores e agentes literários, conquanto tenham desempenhado papel semelhante na divulgação das bolsas para editoras de países de idiomas hiper-central e centrais, isto é, inglês, alemão e francês, dividiram-se mais claramente na promoção do fomento nas demais línguas: tradutores influenciaram mais pedidos de tradução para o espanhol, o italiano, o holandês, o

<sup>59</sup> Alguns desses autores foram associados a mais de um escritório porque: 1) mudaram de agentes, ao longo da última década; 2) porque têm, simultaneamente, contratos com agências nacionais e estrangeiras, para a venda de direitos no mercado doméstico e no exterior, respectivamente; ou 3) porque diferentes agências estrangeiras dividem a representação desses autores em mercados distintos. Para os cálculos anteriores, foram consideradas as agências que representavam o autor no momento da submissão do pedido de bolsa, ou o país da editora solicitante.

polonês, ao passo que coube destacadamente aos agentes literários a promoção do fomento em campos literários mais periféricos. A esse quadro, pode-se acrescentar uma nova informação: tradutores foram relativamente mais decisivos na promoção de autores clássicos e modernos do que de autores contemporâneos, ao passo em que a atuação dos agentes literários obedeceu à lógica inversa<sup>60</sup>. Em resumo: tradutores difundiram relativamente mais autores consagrados e agentes literários difundiram relativamente mais autores novos. O cruzamento das formas de divulgação compiladas pela FBN e os períodos aos quais pertencem as obras almejadas pelos pedidos está no Gráfico 9.

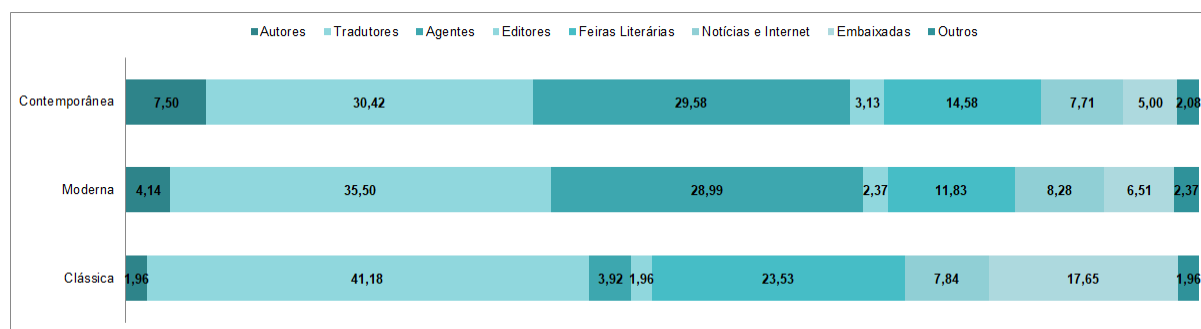
**Tabela 25: Autores Brasileiros Contemporâneos cujos Livros mais receberam Bolsas da FBN, por Agência Literária**

<b>Autor</b>	<b>Bolsas</b>	<b>Agência</b>	<b>Autor</b>	<b>Bolsas</b>	<b>Agência</b>
Adriana Lisboa	17	Riff e Mertin Litag	Cristovão Tezza	7	Riff e Anja Saile
Rubem Fonseca	17	Riff	Ana Paula Maia	7	Anja Saile
Alberto Mussa	15	VBM	Luis F. Veríssimo	7	Riff
Luiz Ruffato	15	Vikings e Anja Saile	Chico Buarque	6	RCW
Daniel Galera	14	RCW	Diogo Mainardi	6	-
Moacyr Scliar	14	Riff	Ferreira Gullar	6	-
Michel Laub	11	RCW	João Almino	6	VBM
Ana Maria Machado	10	-	Marcello Quintanilha	6	-
Antônio Torres	10	-	Raimundo Carrero	6	-
Bernardo Kucinski	10	-	Carola Saavedra	5	Mertin Litag
Andréa Del Fuego	9	Mertin Litag	Edney Silvestre	5	VBM
Raduan Nassar	9	RCW	João Gilberto Noll	5	Oasys
Hilda Hilst	8	MTS	Ronaldo C. de Brito	5	Anja Saile
João P. Cuenca	8	Mertin Litag e Intent	Sérgio Sant'Anna	5	-
Patrícia Melo	8	Mertin Litag	Tatiana Salem Levy	5	Mertin Litag

Dados recolhidos pelo autor a partir de informações da FBN

<sup>60</sup> Como no primeiro capítulo, literatura clássica aqui foi compreendida como anterior à 1920, moderna compreende o período entre 1920 e 1990, sendo a literatura produzida desde então tomada por contemporânea.

**Gráfico 9: Origem do Conhecimento sobre o Programa por parte de Editoras Estrangeiras, por Período de Publicação no Brasil**



Fonte: autoria própria com dados da pesquisa

Que tradutores tenham se interessado mais por obras clássicas e modernas é esperado e fácil de explicar. Em primeiro lugar, tratam-se de obras que esses tradutores já conhecem, uma vez que integram as grades dos cursos de formação em Literatura Brasileira, cujos autores já foram traduzidos, ao longo do século passado, e que usufruem, enfim, de prestígio já consolidado. Em segundo lugar, traduzir autores já considerados clássicos em seus respectivos campos nacionais permite aos tradutores maior acúmulo de capital simbólico, na medida em que é o fruto do trabalho de tradução o que permite contato, no campo importador, com símbolos consagrados de outros campos nacionais, isso quando não desempenham o papel de descobridores, no caso de autores clássicos que estão sendo traduzidos pela primeira vez para um país.

A interpretação mais interessante que o Gráfico 9 permite extrair é outra: a hipótese de que, resgatadas as conclusões do primeiro capítulo desta pesquisa, as propostas viabilizadas com ajuda de agentes literários encontraram, nas comissões julgadoras da FBN, circunstâncias mais favoráveis a uma resposta positiva do que no caso das propostas influenciadas por tradutores. Argumentou-se que, por motivos políticos, foram priorizados pedidos de campos literários menores, situados em países historicamente menos abertos a produtos culturais brasileiros, sobre os quais, em geral, o Brasil, em um momento de maior visibilidade internacional, poderia exercer maior influência; e, ao mesmo tempo, por motivos inerentes ao programa, foram priorizados pedidos para tradução de autores contemporâneos. Pois foi exatamente esse tipo de operação que agentes literários mais executaram. Por outro lado, demonstrou-se que, conforme foram repassados gradativamente menos recursos à

FBN, pedidos de tradução de obras de autores consagrados para idiomas semi-periféricos, em especial espanhol e italiano, foram mais recusadas. E foi esse o tipo de operação que mais teve influência de tradutores.

Não bastassem ser profissionais bem localizados, informados e relacionados no mercado editorial internacional, ponto focal preferencial de editoras estrangeiras e dispostos, pela própria ocupação, com a internacionalização dos autores que representam, parece plausível concluir que agentes literários se beneficiaram das bolsas da FBN por representarem justamente o tipo de literatura que o programa priorizou difundir, especialmente depois de 2015. Em números, a taxa de rejeição para pedidos de bolsas de tradução não agenciados foi de 31,04%, enquanto a taxa de rejeição das submissões de tradução de autores agenciados foi 16,46%. Tem-se, enfim, outra característica frequente entre autores contemporâneos muito traduzidos pelo Programa: seus direitos são, via de regra, representados por agências.

#### **2.3.4.1 A Comitativa Oficial em Frankfurt**

Um outro elemento que poderia explicar o motivo pelo qual editoras estrangeiras concentraram seus pedidos de bolsas para tradução em alguns escritores brasileiros seria a comitativa que representou o Brasil em Frankfurt — a mesma que, conforme exposto no começo deste capítulo, Paulo Coelho se recusou a integrar. Sendo a Feira de Frankfurt o maior evento editorial do mundo, e considerando, igualmente, que o evento de 2013 deu destaque ao Brasil, a presença de autores no espaço privilegiado do estande brasileiro poderia atrair sobremaneira a atenção de editores e agentes literários.

De fato, entre os 30 autores cujos livros mais foram alvo de propostas, grupo observado neste capítulo, 15 estiveram na comitativa de Frankfurt a convite do governo brasileiro, como a Tabela 26, abaixo, indica. Porém, o cruzamento da lista dos autores convidados para a comitativa oficial e a dos autores cujos livros mais atraíram pedidos de bolsa apresenta, para além desses 15 nomes, intersecção relativamente baixa. Entre os 69 autores que participaram do evento a convite do governo brasileiro, 32 não atraíram qualquer pedido de tradução com bolsa, ao longo da década, e 22 atraíram entre um e quatro pedidos. A presença na comitativa, logo, não foi variável determinante ou suficiente na atração de proposições de editoras estrangeiras.

É preciso considerar que a comitiva não foi composta unicamente por ficcionistas. Também foram para Frankfurt poetas, como Chacal, Ferréz e Adélia Prado, autores de literatura infantil e quadrinistas, como Eva Funari e Maurício de Souza, e autores de não ficção, como Lília Schwarcz e José Murilo de Carvalho, o que explica, em parte, essa assimetria, visto que editoras estrangeiras procuraram bolsas da FBN principalmente para viabilizar traduções de prosa ficcional. Ainda assim, o número de ficcionistas que participaram do evento e que despertaram interesse nulo ou quase nulo pela submissão de propostas de tradução com bolsas supera o número de autores que foram a Frankfurt e que, nos anos seguintes, foram alvo de volume relevante de propostas. A diferença entre esses dois grupos remete à seção anterior, conforme a Tabela 26 também mostra: os autores que foram à Feira Internacional de Frankfurt e cujos livros receberam muitas inscrições para tradução com bolsa, nos anos seguintes, foram, com raras exceções, precisamente os representados por agências literárias.

Partindo desses dados, pode-se complementar o entendimento de que a participação em feiras internacionais, por si só, não garante a difusão internacional da literatura de países menos influentes literariamente — motivo pelo qual a Feira de Frankfurt passou a cobrar, dos homenageados, programas de incentivo à tradução — com a afirmação de que, para concretizar a circulação pretendida, faz-se necessária a participação de intermediadores que conheçam o processo de internacionalização. Pelo menos no caso brasileiro, a atuação desses profissionais se mostrou fundamental para o aproveitamento do caminho aberto por meio das bolsas, havendo baixos resultados na projeção da literatura nacional em mercados nos quais esses agentes não estavam interessados, como no caso já citado de traduções para a CPLP, que eram caras ao Itamaraty, mas que não encontraram por meio de quem se tornar tangíveis.

**Tabela 26: Pedidos e Bolsas direcionados a obras de autores que integraram a Comitiva Brasileira em Frankfurt, em 2013**

Autor	Pedidos	Bolsas	Autor	Pedidos	Bolsas	Autor	Pedidos	Bolsas
Adriana Lisboa	22	17	André Sant'Anna	4	4	Age de Carvalho	0	0
Luiz Ruffato	21	15	Bernardo Carvalho	4	4	Alice Ruiz	0	0
Daniel Galera	18	14	João Ubaldo Ribeiro	4	4	Ana Miranda	0	0
Ana Maria Machado	17	10	Eva Funari	3	3	Angela Lago	0	0
Patrícia Melo	12	8	Adélia Prado	3	3	Antonio Carlos Viana	0	0
Michel Laub	11	11	José Miguel Wisnik	3	3	Bernardo Aizenberg	0	0
Andrea del Fuego	9	9	Marçal Aquino	3	2	Carlos Heitor Cony	0	0
Paulo Lins	9	4	Daniel Munduruku	2	1	Chacal	0	0
Cristovão Tezza	8	7	Lourenço Mutarelli	2	2	Cintia Moscovich	0	0
João Almino	8	6	Marcelino Freire	2	2	Fábio Moon	0	0
Carola Saavedra	7	5	Maria Rita Kehl	2	1	Fernando Gonsales	0	0
Sérgio Sant'Anna	6	5	Nélida Piñón	2	0	Fernando Vilela	0	0
Beatris Bracher	5	4	Nicolas Behr	2	1	Flora Süssekind	0	0
Marina Colasanti	5	3	Roger Mello	2	2	Francisco Alvim	0	0
Ronaldo Correia de Brito	5	5	Veronica Stigger	2	1	Gabriel Bá	0	0
			Afonso Romano de Sant'Anna	1	1	Heitor Ferraz	0	0
			Fernando Ferréz	1	1	José Murilo de Carvalho	0	0
			Fernando Morais	1	1	Lelis	0	0
			Ignácio de Loyola Brandão	1	1	Luiz Bras	0	0
			Lilia Moritz Schwarcz	1	1	Luiz Costa Lima	0	0
			Nuno Ramos	1	1	Manuela Carneiro da Cunha	0	0
			Ruy Castro	1	1	Maria Esther Maciel	0	0
						Mary Del Priori	0	0
						Mauricio de Sousa	0	0
						Miguel Nicolelis	0	0
						Paulo Henriques Britto	0	0
						Pedro Bandeira	0	0
						Rosiska Darcy de Oliveira	0	0
						Ruth Rocha	0	0
						Teixeira Coelho	0	0
						Walnice Nogueira Galvão	0	0
						Ziraldo	0	0

Agência	Pedidos
Riff	45
VBM	8
Mertin Letag	46
RCW	35
Anja Saile/Vikings	26

Dados recolhidos pelo autor

## 2.4 Escritores Cosmopolitas

A reestruturação do Programa de Apoio à Tradução e à Publicação de Autores Brasileiros no Exterior, considerada dentro do movimento mais amplo de esforço governamental para a difusão da cultura nacional, quadro em que se destacam os eventos culturais nos quais o Brasil foi homenageado e também os que sediou, na segunda década do Século XXI, caminhou junto com um fenômeno correlato e intrínseco ao campo literário doméstico, que ajudou, e ainda ajuda, a sustentar: a criação da imagem do autor brasileiro cosmopolita.

O discurso sobre o cosmopolitismo do autor brasileiro contemporâneo remete aos anos 2000 — uma evidência é a elaboração do programa Amores Expressos pela Companhia das Letras, abordado nas próximas páginas —, mas o exemplo máximo de seu alcance e de sua profundidade pode ser identificado na descrição dos autores brasileiros homenageados pela Granta, em 2012, quando, faltando um ano para a então já anunciada participação do Brasil como homenageado em Frankfurt, a revista

britânica, em sua edição 121, dedicou um volume inteiro à atual literatura brasileira. A publicação levou o nome de “20 melhores jovens escritores brasileiros”<sup>61</sup>. Antes de iniciar a análise das razões que fariam desses autores cosmopolitas e que agentes reforçaram essa percepção, vale a pena apresentar quem foram os escolhidos e os pontos em que eles convergem com os autores mais traduzidos com apoio da FBN.

Entre os vinte selecionados, seis estão entre os mais traduzidos com bolsas: Carola Saavedra, Tatiana Salem Levy, João Paulo Cuenca, Julián Fuks, Daniel Galera e Michel Laub — a revista selecionou autores com menos de quarenta anos, sem o que a equivalência de nomes poderia ser maior. Os outros catorze selecionados foram Cristhiano Aguiar, Javier Arancibia Contreras, Vanessa Barbara, Carol Bensimon, Miguel Del Castillo, Laura Erber, Emilio Fraia, Luisa Geisler, Vinicius Jatobá, Ricardo Lísias, Chico Mattoso, Antonio Prata, Leandro Sarmatz e Antônio Xerxenesky. Esse grupo apresenta características semelhantes às dos autores mais traduzidos: dos catorze, três nasceram no Rio de Janeiro, três em Porto Alegre e quatro em São Paulo, para onde Chico Mattoso, nascido em Paris, mudou-se cedo — as exceções são Cristhiano Aguiar, Javier Arancibia Contreras e Luisa Geisler, que nasceram, respectivamente, em Campina Grande (PB), Salvador e Canoas (RS). Sete são formados em Letras e cinco, em Jornalismo. Dos catorze, nove foram ou são publicados pela Companhia das Letras, pela Record ou pela Rocco. O que os distingue dos mais traduzidos, com base nos elementos até aqui mobilizados, é que ganharam menos prêmios literários. Dos vinte, Galera, Laub e Saavedra, mais premiados, estariam na comitiva brasileira oficial em Frankfurt.

Sobre esses escritores, Granta sublinhou que:

“This is a generation with less interest than those that have preceded it in the question of a Brazilian identity. For many years this identity was often defined through a return to the land or to the ‘authentic’ Brazil, where the search for cultural origins could be made outside the corrupting influences of the world at large. Young Brazilian writers are not especially concerned with parsing what derives from within and what comes from outside. Sons and daughters of a nation that is more prosperous and open, they are citizens of the world, as well as Brazilians.” (GRANTA, 2012, p. 7).

Chama a atenção que o parágrafo descreva os autores selecionados por aquilo que eles supostamente não são: brasileiros interessados na identidade brasileira.

---

<sup>61</sup> Os vinte autores divulgados pela Granta foram escolhidos por Beatriz Bracher, Benjamin Moser, Cristovão Tezza, Ítalo Moriconi, Manuel da Costa Pinto, Marcelo Ferroni e Samuel Titan Jr.

Desapego às fronteiras e indiferença pela herança cultural enquanto elemento constituinte de enredos e de personagens aparecem explicitamente como critérios legítimos de reconhecimento da qualidade literária. Contudo, a última oração confere a essa dinâmica um *status* evolutivo: os autores selecionados seriam “cidadãos do mundo” porque seriam “filhos e filhas de um país mais aberto e próspero”. A lógica, em essência, remete aos parâmetros utilizados por Casanova para descrever como o centro busca se distinguir da periferia no mundo literário: de um país que buscava maior proeminência internacional, o Brasil dos anos 2000, esperava-se mais universalismo e menos regionalismo.

Essa inclinação para uma cidadania mundial, identificada, via de regra, na construção de personagens e cenários não brasileiros, foi associada à trajetória familiar desses escritores. Cimara Valim de Melo, por exemplo, observou que nas obras de Michel Laub e Tatiana Salem Levy se encontram elementos de suas ascendências judia e turca, respectivamente, e que “raízes latino-americanas” seriam um ponto comum entre Julián Fuks, Javier Arancibia Contreras e Miguel Del Castillo, de famílias argentina, chilena e uruguaia, nessa ordem (2016). O esforço para ressaltar traslados geográficos como componente central da literatura dessa geração leva a autora a afirmar que, na trajetória desses autores, “we can highlight a variety of places of origin throughout the country (involving three different regions in Brazil)” (IDEM, p. 592), o que não condiz absolutamente com a concentração geográfica já destacada neste capítulo. Mas o esforço não é vão. Como se buscará apontar, a ideia de deslocamento está no cerne da noção de cosmopolitismo perseguida no período.

A figura do autor cosmopolita foi rapidamente incorporada ao repertório interpretativo de agentes do campo literário nacional. Em artigo de 2013, a tradutora Julia Tomasini afirmava que:

“A primeira impressão ao abordar a literatura contemporânea é a de uma literatura que não se define nem quer se definir através de estereótipos brasileiros [...] Podemos ler uma vontade muito própria de achar temáticas pessoais, interesses além do que deveria ser uma literatura nacional, e experimentar com as formas de narrar. Se alguma coisa podemos dizer da produtividade da nova literatura é que ela veio a dizer que não existe um tema brasileiro, que não só está contra esse tipo de estereótipos senão que quer estar além deles” (TOMASINI, 2013, p. 15).

O artigo, que recebeu apoio do Programa Nacional de Apoio à Pesquisa, foi publicado pela própria Fundação Biblioteca Nacional, evidenciando interesse do



órgão em fomentar a imagem do escritor contemporâneo mais universalista que ajudava a criar mediante a distribuição de bolsas para tradução.

Entre agentes literários, figuras que, como já exposto, desempenharam papel fulcral na conversão do fomento governamental na difusão cultural efetivamente alcançada, o cosmopolitismo também foi assimilado como critério de qualidade literária, revestido, sobretudo, pela insígnia da atualidade. O desapego pela representação de temas nacionais é mobilizado, nesse sentido, como prova da distinção em relação a obras de gerações anteriores, constituindo produtos culturais que as agências literárias defendem, no exterior, como especialmente merecedores de atenção. Essa percepção é captável quando agentes literários são questionados sobre o que o mercado estrangeiro esperaria do autor brasileiro, momento em que as respostas buscam formular o que seria um grau mínimo de representação da nacionalidade, uma “cor local”, que passaria pelo crivo universalista do centro. As declarações de Luciana Villas-Boas, da VBN, e Nicole Witt, da Mertin Litag, exemplificam esse cuidado:

"O que normalmente funciona melhor é um livro que tenha elementos universais, pra que a história possa chegar a um público internacional, pra que um leitor por exemplo europeu, mas pode ser chinês, mas pode ser sul-africano, tenha alguma possibilidade, algum sinal de identificação [...] de encontrar algo que possa ser relevante na sua própria vida. Por outro lado também é muito bom que o livro tenha algo de cor local, algo que justifique o esforço de traduzir do português" (WITT, 2021)

"Não precisa ser *Gabriela*, ninguém está mais esperando *Gabriela, Cravo e Canela*... não, mas quer uma literatura que tenha uma marca nacional mínima" (VILLAS-BOAS, 2015)

Essa postura se insere e complementa o percurso já comentado de consagração de autores brasileiros por meio da tradução. Debruçados sobre a busca de obras que contenham elementos passíveis de serem interpretados como uma fuga do “retorno à terra” ou, melhor ainda, como enquadramento na condição de “cidadãos do mundo”, para usar os termos da Granta, agentes literários priorizam a representação de escritores com aspirações cosmopolitas, e, sendo eles próprios, os agentes, viabilizadores importantes da internacionalização da literatura brasileira, facilitam a exportação justamente de autores que buscaram e buscam, em seus livros, dialogar com públicos e discursos que ultrapassam as fronteiras nacionais. Não seria

demasiado, portanto, afirmar que o Programa de Tradução da FBN facilitou e ao mesmo tempo ratificou carreiras literárias já minimamente voltadas para a exportação.

Antes de ilustrar carreiras que se encaixariam nessas descrições, cabe comentar como também casas editoriais participaram da construção da imagem do autor cosmopolita. Pelos mesmos motivos dos agentes literários, editoras buscaram, nos últimos anos, apostar em autores e obras que mais facilmente pudessem alcançar e ser bem recebidos por outros mercados, usufruindo, conseqüentemente, no mercado interno, do capital simbólico acumulado via tradução. Vale lembrar que uma publicação no exterior é um elemento sempre conversível como argumento de venda e como prova de qualidade, no âmbito doméstico.

Uma iniciativa emblemática que pode ser resgatada para evidenciar esse interesse do segmento editorial, no começo do século, foi o programa *Amores Expressos*, idealizado pela Companhia das Letras, em 2007, em parceria com a produtora audiovisual RT Features. O projeto levou dezessete escritores brasileiros para passar um mês no exterior, cada um em uma cidade diferente, com o objetivo de, na volta, apresentarem obras cujo enredo se desenvolvesse em seus respectivos locais de estadia. O projeto rendeu 12 romances, 10 deles publicados pela editora entre 2010 e 2013 — momento em que FBN já conduzia a versão atualizada do programa de traduções. Os destinos escolhidos foram grandes metrópoles, quase todas capitais, majoritariamente europeias, o que se pode ver na Tabela 27, mais abaixo.

Novamente, há intersecções importantes para se observar. Dos dezessete escolhidos, quatro, precisamente os quatro mais jovens, teriam textos selecionados para a edição 121 da Revista Granta — Chico Mattoso, Daniel Galera, Antônio Prata e João Paulo Cuenca —, e seis foram à Frankfurt na delegação oficial brasileira, um ano depois — Adriana Lisboa, Lourenço Mutarelli, Daniel Galera, Bernardo Carvalho, Luiz Ruffato e Sérgio Sant'Anna. Cinco deles ficariam entre os trinta mais traduzidos com bolsas da FBN — Lisboa, Ruffato, Cuenca, Galera e Sant'Anna.

**Tabela 27: Resultados do Programa Amores Expressos e Bolsas da FBN posteriormente concedidas às obras participantes**

Resultado do Programa Amores Expressos				Bolsas da FBN	
Autor	Livro	Editora	Cidade Visitada	Livro	Outros Livros
Amílcar Bettega Barbosa	Barreira	Cia. Das Letras	Istanbul	0	1
Daniel Pellizzari	Digam a Satan que o Recado foi Dado	Cia. Das Letras	Dublin	0	0
Paulo Scott	Ithaca road	Cia. Das Letras	Sydney	0	3
Sérgio Sant'Anna	O Livro de Praga: Narrativas de Amor e Arte	Cia. Das Letras	Praga	0	3
Chico Mattoso	Nunca vai Embora	Cia. Das Letras	Havana	0	0
João Paulo Cuenca	O Único Final Feliz para uma História de Amor é um Acidente	Cia. Das Letras	Tóquio	6	2
Joca Reiners Terron	Do Fundo do Poço se vê a Lua	Cia. Das Letras	Cairo	1	2
Luiz Ruffatto	Estive em Lisboa e lembrei de Você	Cia. Das Letras	Lisboa	2	11
Bernardo Carvalho	O Filho da Mãe	Cia. Das Letras	São Petersburgo	1	2
Daniel Galera	Cordilheira	Cia. Das Letras	Buenos Aires	0	13
André de Leones	Como Desaparecer Completamente	Rocco	São Paulo	0	0
Cecília Gianetti	Desde que te amo Tanto	—	Berlim	0	0
Lourenço Mutarelli	—	—	Nova York	0	2
Antônio Prata	—	—	Xangai	0	0
Adriana Lisboa	—	—	Paris	0	15
Reinaldo Moraes	—	—	Cidade do México	0	0
Antônia Pellegrino	—	—	Bombai	0	0

Fonte: Dados recolhidos pelo autor

A esse respeito, a Tabela 27 também sintetiza como o fomento estatal, que acabara de ganhar novo formato, custeou parcialmente a inserção internacional de alguns dos títulos derivados da iniciativa *Amores Expressos*, sendo em grande medida responsável pela circulação do romance escrito por João Paulo Cuenca. Mais relevante, contudo, é notar que a carreira internacional dos escritores beneficiados pelo programa da Companhia das Letras esteve, nos anos seguintes, bastante atrelada às bolsas estatais. Ou seja, mesmo nos casos em que os livros escritos no exterior sob encomenda da editora não foram traduzidos com subsídio governamental, a continuidade de seus autores em prateleiras estrangeiras contou com o aporte para a difusão dos livros que vieram a escrever em seguida, com destaque para o volume de bolsas concedidas a Luiz Ruffatto e a Adriana Lisboa. Dessa forma, conclui-se que a editora logrou, de fato, alçar alguns nomes brasileiros aos principais mercados, mas somente é possível compreender como essas obras e autores continuaram integrados à cena literária internacional ao longo da década uma vez analisada a participação do Estado na divisão dos custos, seja na participação em Frankfurt, seja na concessão de subsídios para tradução.

Os romances produzidos sob as condições do programa *Amores Expressos* são exemplares das características que Granta destacaria na literatura brasileira contemporânea e justificam sobremaneira o prisma que agentes do campo literário

nacional utilizaram para interpretar essa literatura, em busca, principalmente, de sinais universalistas. Os romances retratam, grosso modo, cenários estrangeiros e personagens errantes, exiladas ou perdidas, às vezes de origem brasileira e às vezes não, possibilitando relações imediatas com a noção de cosmopolitismo reivindicada por alguns desses autores e esperada por editoras e agências. Alguns exemplos rápidos — análises mais extensas serão trabalhadas logo a seguir — podem ser apontados nos romances *Barreira* (2013), de Amílcar Bettega, em que um imigrante turco volta para Istambul para procurar a filha brasileira que desapareceu durante uma viagem de peregrinação para reencontrar suas origens; em *Ithaca Road* (2013), de Paulo Scott, em que uma jovem skatista maori encarna uma Penélope moderna ao lidar com o paradeiro do irmão, com quem gerencia um restaurante em Sydney; e em *Do Fundo do Poço se vê a Lua* (2010), de Joca Reiners Terron, em que um ator paulistano procura a irmã gêmea transexual pela cidade do Cairo. São enredos que apostam em desaparecimentos, buscas, viagens e problemas de identidade, acionando o conceito de deslocamento que a crítica, à época, como se verá adiante, instrumentalizou amiúde. Tanto o Programa quanto as obras produzidas sob seu apoio evidenciam, portanto, esforços de escritores e de editores para construir e legitimar, através de recursos literários e extraliterários, o reconhecimento de “cidadão do mundo” que serviria de passaporte para os mais importantes mercados.

Para tangibilizar o que seria, exatamente, um autor cosmopolita, duas trajetórias se apresentam como pontos privilegiados de partida: as de Bernardo Carvalho e Adriana Lisboa, reiteradamente resgatados como modelos de escritores brasileiros que tratam de temas universais ou como exemplo do sucesso da internacionalização da literatura brasileira atual (MELLO, 2015; BRUNO, 2019). Tratam-se de dois autores cujas obras se passam majoritariamente em outros países — no caso de Lisboa, os romances *Rakushisha* (2007), *Azul Corvo* (2014), *Hanói* (2013) e *Todos os Santos* (2019) se passam, além de no Brasil, no Japão, nos Estados Unidos e na Nova Zelândia, respectivamente; no caso de Carvalho, *Mongólia* (2003), *O Sol se Põe em São Paulo* (2007) e *o Filho da Mãe* (2009) se passam na China, no Japão e na Tchetchênia, para citar alguns exemplos —, e mais do que isso, que escrevem fora do território nacional — Adriana Lisboa morou na França e na Nova Zelândia, além de ter sido pesquisadora visitante na Universidade de Nichibunken, em Kyoto, e na Universidade do Novo México, e vive atualmente em Austin, nos

Estados Unidos, ao passo em que Carvalho foi correspondente da Folha de S. Paulo na França e nos Estados Unidos.

Jefferson Mello se refere a Bernardo Carvalho como “provavelmente o mais cosmopolita dos escritores brasileiros contemporâneos”, o que atribui, na obra do autor, à “crítica das identidades fixas e estáveis, como, por exemplo, o nacionalismo e o compromisso da literatura com a realidade brasileira” (2015, p. 120). Mello sustenta parte de seus argumentos na obra *O Mundo Fora dos Eixos* (2005), conjunto de ensaios no qual Carvalho defenderia que “a literatura que resiste, isto é, que se mantém pura, afastada do cotidiano, consegue revelar o que a linguagem corrente ou o discurso não conseguem” (MELLO, 2015, p. 196). Nas palavras de Carvalho, durante entrevista à Rádio França Internacional, sua literatura contestaria o fato de que “o brasileiro está condenado a escrever sobre o que o estrangeiro quer que o Brasil seja” (CARVALHO, 2018). Recorrendo ao conceito de estratégia de autor de Gisele Sapiro, Mello sustenta, a partir de declarações como essas, que a recusa de uma literatura compromissada com o contexto nacional e o afastamento do presente imediato descortinam instrumentos por meio dos quais Carvalho busca ser recebido como um escritor cosmopolita — empreitada que, Mello argumenta, encontra sucesso em Paris (IDEM, p.122).

Esse mesmo distanciamento em relação ao nacional pode ser encontrado em um romance mais recente de Carvalho, *Simpatia pelo Demônio*, de 2017, cujo protagonista, diretor de uma agência humanitária internacional, viaja ao Oriente Médio para negociar o resgate de um refém sequestrado por um grupo terrorista. Os trechos a seguir, difusos ao longo da obra, constituem a construção histórica desse personagem:

“Logo depois de se formar em direito, o Rato resolveu sair do país. Não sabia o que fazer da vida, precisava de um tempo. Viajou por dois anos, pelos lugares mais improváveis, quase sempre sozinho. Quando encontrava alguém com quem podia passar dias ou mesmo semanas, quase nunca falava do que tinha feito nos meses anteriores [...] quando voltou ao Brasil, já decidido a enveredar pela carreira humanitária, tampouco contou aos amigos como tinha chegado àquela decisão.” (p.70).

“O Rato estava com cinquenta e cinco anos. A mulher o deixara dois anos antes, levando a filha de sete anos para Berlim. Desde então, ele envelheceu proporcionalmente mais do que nos vinte e sete anos em que trabalhou para a agência humanitária, vinte e sete deles em Nova York, dez no comando da seção que cuidava das zonas de conflito étnico e religioso (p. 25) [...] Sua tese sobre a violência era leitura obrigatória nos cursos de sociologia e de relações internacionais nas melhores universidades (p.28) [...] A tese do Rato defendia que as guerras pontuavam ciclos paradoxais de depuração civilizatória e esgotamento econômico, no final dos quais picos de crise funcionavam para acirrar, por meio do medo do imprevisível e da intoxicação

da lógica, preconceitos e imposturas que que já estavam em germe dentro das próprias sociedades [...] A onda de refugiados do Oriente Médio e da África em direção à Europa, por exemplo, que era em última instância resultado da imposição, por potências europeias no final de um período de guerra, de fronteiras nacionais artificiais". (CARVALHO, 2017, p.31)

Trata-se, pois, de um personagem constituído em movimento, nascido no Rio, mas que trabalhou em Nova York, que morou em Berlim, onde conheceu a ex-esposa, que está, no presente, deslocando-se para o Oriente Médio, e que, além disso, ao longo da vida, viajou “pelos lugares mais improváveis”. E viajou “quase sempre sozinho”, primeiro indício de uma personalidade deslocada e avessa à noção de coletividade, o que no romance se soma às crises identitárias provocadas pelo fim do matrimônio e pela desilusão amorosa vivida com um artista mexicano, com quem, já adulto, o protagonista teve a primeira relação homossexual. Esse personagem não só está em constante migração, como é, ele próprio, um especialista em migração, cuja tese de doutorado é “leitura obrigatória nos cursos de Sociologia e de Relações Internacionais nas melhores universidades”, e que decide dedicar a vida a uma problemática notadamente universal, a violência, que no começo do Século XXI tem como uma das faces mais reconhecidas o terrorismo. Esse personagem, pois, parece incorporar toda a discussão desta seção.

Cabe ressaltar um momento no qual o protagonista de *Simpatia pelo Demônio* é interpelado, em uma palestra no Rio de Janeiro, por um personagem que o questiona sobre por que se preocupar com a violência no exterior, quando o Brasil já é tão violento:

“No final da conferência no campus dentro da favela, um rapaz levantou o braço e perguntou por que, sendo brasileiro, ele se preocupava tanto com guerras distantes quando em seu próprio país a violência crônica matava mais do que em qualquer outro lugar, sem que nenhuma guerra precisasse ser declarada. O rapaz falava em números. Os dados eram recentes e impressionantes e pegaram o Rato desprevenido. Só naquela semana, duas chacinas lideradas por policiais à paisana e ex-policiais, contra supostos bandidos, tinham deixado mais de vinte inocentes mortos na periferia de São Paulo (p. 70).”

Essa passagem, que pode, a princípio, parecer não merecer destaque, ganha nova luz quando contrastada com uma entrevista que Bernardo Carvalho concedeu, anos antes, a um jornal estadunidense:

“In Brazil, the old hegemonic cliché of the tropical country, of the beaches, soccer, samba, and mulattas is being substituted by a new hegemonic cliché:

that of the drug trade and police corruption. The malandro, who until recent decades was considered a mythical hero according to the Brazilian self-image, has been substituted by the drug dealer and the cop. All of these things exist, they are at the center of Brazilian society, but literature should not be reduced to a univocal representation. If in the past I didn't write about soccer, samba and mulattas, why must I write now about drug wars, cops and gangsters?" (CARVALHO, 2008)<sup>62</sup>

A situação pela qual passa o protagonista do romance aqui analisado surge, considerando a entrevista citada, como analogia de uma situação vivenciada pelo próprio autor. Assim como a personagem é questionada sobre por que se preocupar com a violência internacional, em vez da nacional, o autor é questionado sobre por que escrever sobre a primeira em detrimento da segunda. Durante a entrevista, Carvalho é direto: escrever sobre traficantes e policiais é um clichê nacional do qual quer se distanciar, o que reforça a observação de Mello de que o escritor é crítico ao “compromisso da literatura com a realidade brasileira”. Por meio do romance, porém, a estratégia do autor de se reafirmar como cosmopolita é mais sutil. Existe o reconhecimento, deflagrado no constrangimento do personagem, de que o enredo se concentrou em um problema internacional em detrimento de um problema doméstico, como se antecipasse questionamentos previstos; ao mesmo tempo, o enredo reforça que ambas as questões não apenas podem ser consideradas igualmente importantes (dentro e fora do romance), como que é possível preferir não se dedicar ao problema nacional. No contexto do livro, claro, essa é a postura da personagem. Mas, considerando as opiniões de Carvalho mencionadas, parece plausível, a menos para quem exija que uma obra seja analisada isoladamente pelos seus próprios elementos, imaginar que o autor marcou, nesse trecho, implícita e ironicamente, seu posicionamento sobre a discussão.

A ironia de colocar um personagem sob críticas que ele mesmo, Carvalho, recebe — e críticas, cabe lembrar, de cujas premissas o autor discorda, por supostamente remeterem a um posicionamento nacionalista — também é, por si, um artifício para a estratégia do autor. Ao explicar como escritores podem buscar a imagem de universalistas por meio da despolitização de suas obras, Sapiro argumenta que as estratégias de universalização variam “do apagamento das referências de tempo e espaço a sua acentuação de uma maneira distanciada, irônica,

---

<sup>62</sup> Em entrevista com a crítica Natalia Brizuela para o público norte-americano (BRIZUELA, Natalia. Bomb 102, Winter 2008. Bombsite)

estetizante ou exótica, com piscadas de olhos aos símbolos de uma cultura mundial em formação” (SAPIRO, 2008, p. 205). O segundo procedimento se adequa bastante bem ao trecho analisado.

Por essas características, literárias e extraliterárias, Bernardo Carvalho, como antecipado, representa um modelo de autor cosmopolita. Tendo por base seus romances (incluindo enredos, personagens, estratégias narrativas polifônicas) e sua postura enquanto autor (abarcando entrevistas, ensaios e viagens constantes), é possível dar mais concretude às declarações de agentes literários, elencadas no início desta seção, sobre que tipo de autor seria melhor recebido no mercado externo. Mas Carvalho não é o único.

Referências ao Brasil de forma “distanciada” ou “irônica”, como definiu Sapiro, também podem ser encontradas nos autores mais traduzidos com apoio da FBN, como no seguinte trecho de *Com Armas Sonolentas* (2019), de Carola Saavedra, quando uma jovem alemã, uma das protagonistas, resolve, por impulso, se matricular no curso de Língua Portuguesa, em vez de em Direito, como queriam os pais:

“Na primeira aula a professora perguntou a cada um o que havia levado àquela decisão, o estudo da língua portuguesa. As respostas, com algumas exceções referentes a Moçambique ou Angola, resumiam-se em: o aluno era filho de portugueses ou brasileiros, o aluno estava em um relacionamento amoroso com um português ou um brasileiro, ou o aluno havia morado uma temporada em algum desses países. Quando chegou a minha vez, não soube o que responder, gaguejei um pouco, a professora insistiu, acabei confessando que não sabia, que decidira aquela manhã mesmo. [...] A professora enrugou a testa e meneou a cabeça em movimentos horizontais” (SAAVEDRA, 2019, p. 67)

No mesmo dia, a personagem trava um diálogo que alude a *A Hora da Estrela*, sem citações diretas:

“Lupe me examinou com curiosidade. Deu um sorriso.  
— Eu li uma tradução para o espanhol, é lindo.  
— É sobre o quê?  
— É sobre uma moça pobre, muito pobre mesmo, ela vai para a cidade grande, **se não me engano para o Rio de Janeiro**. Lá, uma cartomante prevê um futuro incrível, que, claro, não acontece. Mas é também sobre muitas outras coisas.  
— Interessante...” (IDEM, p. 69)

A opção pelo curso de português abre, no enredo, possibilidades para relações com outras personagens brasileiras, não sendo fortuito, apesar do processo decisório intempestivo, mas, mesmo que esse ímpeto não pudesse ser considerado um recurso



de distanciamento, que o nome de Clarice Lispector não seja citado, nem o da obra em questão, e que mesmo a recordação do Rio de Janeiro seja marcada pela incerteza são elementos sintomáticos do objetivo, ou da necessidade, de se criar distâncias.

Já menções “estetizantes” podem ser encontradas em *Azul Corvo*, de Adriana Lisboa. No romance, uma garota de treze anos deixa Copacabana para morar com o padrasto no Colorado, e o Rio de Janeiro é com frequência evocado para para descrever por oposição a região central dos Estados Unidos:

“Sozinha em casa, nas primeiras tardes, eu olhava pela janela e via a imensidão do céu cutucado pelas montanhas a oeste. Havia algum verde, sim, mas era tão pouco que para mim não contava. No meu entender, verde ou era exuberante e denso ou não era verde [...]. Antes era um exagero dos trópicos, alguma coisa na casa dos oitenta por cento de umidade relativa do ar [...]. Eu podia, por exemplo, deixar a toalha emolada de qualquer jeito depois do banho, e aquilo que no Rio de Janeiro continuaria por algum tempo sendo umidade inflexível e logo em seguida evoluiria para mau cheiro e por fim o mofo, **naquele compromisso lascivo com a vida, naquela constrangedora explosão de fecundidade e virilidade dos trópicos (e do que a terra mais garrida nossos risonhos, lindos campos têm mais flores, nossos bosques têm mais vida e nossa vida mais amores)**, ali no Colorado rapidamente subia aos céus” (LISBOA, 2014, p. 26).

“Talvez tudo tivesse começado treze milênios antes. Ou somente treze anos. Como eu poderia saber? [...] Quem sabe lendo a mensagem num punhado de areia mágica no santuário de Chimayo, um estado ao sul, enquanto a mulher chorava *me puedes ayudar, un dólar por favor* (era o seu negócio, como aquele homem que tirava a camisa e deslocava o braço e ia pedir dinheiro em pleno centro nervoso do Rio de Janeiro, na esquina da Evaristo da Veiga com a Rio Branco: as pessoas faziam uma careta involuntária diante do aleijão. Davam um trocado. Depois o homem ia para trás do Teatro Municipal e colocava o braço no lugar.” (IDEM, 2014, p. 34).

A figura do malandro resgatada para ilustrar a mendicância de uma mulher em Chimayo e a descrição do Rio de Janeiro como um lugar de “constrangedora explosão de fecundidade e virilidade dos trópicos”, afinal, ecoam a afirmação de Sapiro de que o espaço nacional, como parte de uma estratégia de universalização, pode ser marcado com acentos deliberadamente exóticos na comparação com elementos universais. Esse tipo de estratégia também pode ser interpretada, nas palavras da agente Nicole Witt, como a cor local que destacaria positivamente obras brasileiras de temática universal.

*Azul Corvo* também apresenta trechos de encanto com o cosmopolitismo ou que apontam para uma suposta irrelevância das nacionalidades:

“Isabel nos acompanhava quando voltamos à casa de June, depois daquela noite na Vista del Mundo, em Albuquerque. Eu comemoraria pela primeira vez na vida o dia de ação de Graças, sem saber muito bem o que é que estava comemorando, junto com meu amigo salvadorenho, o ex-marido brasileiro da minha mãe, a antiga amiga *made in UK* da minha mãe, a ex-aluna porto-riquenha da minha mãe e os dois mastiffs velhos. E no dia seguinte, já aclimatados, nós pareceríamos a reedição uma comunidade hippie.” (LISBOA, p. 283)

“Num belo dia eu me dei conta de que não tinha importância o país onde eu estava. A cidade onde eu estava. Outras coisas tinham importância. Não essas”. (IDEM, p. 288)

Em *A Chave de Casa*, de Tatiana Salem Levy, também é flagrante a impossibilidade do reconhecimento de uma nacionalidade, embora de modo menos celebrativo:

“Nasci no exílio: em Portugal, de onde séculos antes a minha família havia sido expulsa por ser judia. Em Portugal, que acolheu meus pais, expulsos do Brasil por serem comunistas. Demos a volta, fechamos o ciclo: de Portugal para a Turquia, da Turquia para o Brasil, do Brasil novamente para Portugal [...] Nasci no exílio: e por isso sou assim: sem pátria, sem nome. Por isso sou sólida, áspera, bruta. Nasci longe de mim, fora da minha terra, mas, afinal, quem sou eu? Que terra é a minha?” (LEVY, 2007, posição 292 de 1728)

Finalmente, depois de expor a expectativa de agentes do mercado editorial em relação à promoção de escritores cosmopolitas e apresentar qual seria, mais especificamente, o perfil desses escritores, bem como características de suas obras, é possível explorar a primazia que parte da crítica conferiu, no período, à noção de deslocamento, várias vezes mencionada nas páginas anteriores.

Na Academia, ao se debruçar sobre os novos escritores que se mostram menos interessados no debate sobre a identidade nacional e na atualização dos tópicos explorados pela literatura brasileira de décadas anteriores, pesquisadores de departamentos de Literatura Brasileira, com o intuito de abarcar enredos que englobam traslados geográficos ou árvores genealógicas culturalmente diversas, tanto de personagens quanto dos próprios autores, passaram a mobilizar obras originariamente inseridas na discussão pós-colonialista, como as de Homi Bhabha e de Stuart Hall. Partindo dessas fontes, certas análises da literatura contemporânea, priorizando ferramentas interpretativas colaterais à observação de deslocamentos, mobilizam um campo semântico bastante próprio, trabalhando conceitos como: desenraizamento, desterritorialização, hibridez, fluidez, exílio, diáspora, migração, transterritorialidade, pluralidade, polifonia, heterogeneidade. Também não são raras,

entre esses pesquisadores, menções a Bauman, tido como um autor que compreende as consequências que o avanço tecnológico provoca sobre as noções individuais de tempo e distância.

Seguem, abaixo, exemplos de algumas análises da atual literatura brasileira tecidas sob essas chaves:

“A literatura brasileira das últimas décadas, influenciada em grande parte pelos reflexos da globalização em nível cultural, tem representado em seus textos a pluralidade de elementos que constituem o sujeito contemporâneo” [...] É nos meandros de seres *on the move*, pertencentes a um mundo em constante transformação, que o processo de globalização toma forma, expondo como parte de si a ‘segregação’, a ‘separação’ e a ‘exclusão’” [...] “A produção literária atual busca, com isso, representar identidades diversas, pautadas pela hibridez de povos e culturas, o que acaba por trazer à tona ‘cidadãos do mundo’, sempre em movimento, que buscam construir o seu ‘eu’ a partir dos subsídios fornecidos pelo espaço ao qual estão alocados” (SANTANA, MELO, 2020, p.4).

“O terreno movediço da crítica literária acadêmica defende que o atual cenário da ficção se assemelha a um rico manancial, repleto de vertentes e horizontes variados propostos pelos ficcionistas. Diferentemente das escolas literárias, como Barroco ou Realismo, nas quais existia um estilo de época ou ideais em comum, agora vivemos um período sem um caráter definidor. Ou melhor, o traço comum seria precisamente a pluralidade que é a heterogeneidade em convívio, não excludente. [...] São muitos os tons e temas e, sobretudo, múltiplas as convicções sobre o que é literatura” (RESENDE, 2008, p. 18).”

“Não obstante, sob esse prisma da diversidade é possível vislumbrar algumas constantes, dentre as quais se destaca a representação de personagens com identidades estilhaçadas, desenraizados ou sem nenhum ponto de referência, carentes de certezas e destituídos de qualquer meta precisa. Consequentemente, as narrativas, através do desenrolar de seus enredos, convertem-se em trajetórias errantes, pelas quais os protagonistas, desprovidos de bússolas, tentam se deslocar com alguma (des)esperança de se (re)encontrar” (TEIXEIRA, 2019, p.69)

“O sistema literário brasileiro vive, no século XXI, um tempo de rompimento de fronteiras nacionais e de inserção no cenário global. Em um mundo onde o “real” tornou-se um espaço continuamente atravessado pelo “digital” – e ambos, grandezas em choque constante devido à “acessibilidade virtual das distâncias” – o movimento transnacional assumiu caráter inegável em termos culturais, pelo qual “o movimento pelo mundo” e “o mundo em movimento” (BAUMAN, 2012, p. 88-89) constituem-se como faces da mesma moeda, na roda-viva da globalização”. (MELO, 2019a, p.203)

“A contemporaneidade trouxe às artes brasileiras profundas transformações no modo como elas representam identidades para além das fronteiras que as conectam ao seu país de origem. O nacional, perseguido e problematizado ao longo do século XX, cedeu espaço a produções crossculturais, pelas quais se tornam cada vez mais difusas as relações eu/outro. Identidades cada vez mais intrincadas a tempo-espacos em constante movimento dão vazão, assim, ao transnacional. Transcender as relações subjacentes às dicotomias dentro/fora, origem/destino, identidade/alteridade pelo universo cultural do Brasil hodierno tornou-se imperativo para compreendermos não somente o status quo da literatura brasileira do século XXI, mas para incursionarmos

pelas complexas relações entre arte e globalização no prelúdio do novo milênio.” (MELO, 2019b, p.7)

“Não há mais espaço para o coletivo, uma vez que não se pode mais considerar que os sujeitos dessas narrativas sejam uma massa única e condensada” [...] “O sujeito, a partir de agora, além de individualista, fará parte de uma esfera de isolamento” (MÜLLER, 2011, p.1)

Essas percepções apontam, explícita ou indiretamente, para a adoção de deslocamentos geográficos como ponto central para se compreender a literatura contemporânea. A literatura brasileira do século XX, “por reflexos da globalização em nível cultural”, direcionando-se “para além das fronteiras”, evidenciaria processos de “segregação, separação e exclusão”, destacaria “identidades estilhaçadas, desenraizados ou sem nenhum ponto de referência”, transcenderia “dicotomias dentro/fora, origem/destino, identidade/alteridade”, etc. Embora permita desdobramentos e consequências teoricamente profícuos, tal postura incorre em uma simplificação do objeto inicial de análise. Basta o retrato de um deslocamento geográfico para que uma obra se inscreva, sob esse prisma, no complexo universo de representações da modernidade. É, por exemplo, o pressuposto do programa *Amores Expressos*, já comentado: bancar a estadia escritores em outros países para que escrevam romances situados em cenários estrangeiros surge como condição suficiente para as obras resultantes sejam consideradas universais.<sup>63</sup>

Seria o caso de se testar, em outras oportunidades, se a literatura pós-colonialista seria efetivamente um bom instrumento para a análise de obras de escritores brasileiros contemporâneos. Apenas para aludir ao problema, cumpre ressaltar que são teorias formuladas para se compreender, entre outras questões, os desafios impostos à formação de uma identidade nacional em países que se emanciparam recentemente e a necessidade de superação da dicotomia entre categorias do centro e da periferia, uma vez que essas sociedades não se enquadram em padrões (políticos, econômicos, culturais, comportamentais) de colonizadores nem de seus antepassados, constituindo um conjunto de práticas e ações que é

---

<sup>63</sup> Importante ressaltar que os trechos destacados não esgotam, absolutamente, a produção crítica sobre a literatura brasileira contemporânea, e que seus autores estão associados, em grande parte, a Âmbitos específicos de pesquisa, com destaque para os cursos de Pós-Graduação da UFRGS e da UFRJ. Alguns departamentos e núcleos de estudo, portanto, estão mais diretamente ligados à definição de elementos como deslocamento e hibridez enquanto traços de uma literatura brasileira supostamente mais universal, e o estudo das trajetórias desses grupos pode, no futuro, auxiliar na compreensão da relativa consolidação dessas propostas de leitura.

resultante da própria experiência colonial<sup>64</sup>. Na literatura de língua portuguesa de países africanos, essas problemáticas podem ser identificadas em obras de autores como o angolano Ondjaki e o moçambicano Mia Couto, cujos personagens, não faz mal observar, não precisam dar a volta no globo<sup>65</sup>. No caso da literatura brasileira atual, por outro lado, as viagens constantes e os choques culturais que permeiam enredos não parecem operar na chave da superação de fronteiras, mas, sim, reforçar fronteiras: a noção de cosmopolitismo exposta aqui se faz por meio da busca e do reconhecimento da diferença, não através de sua transcendência. Talvez fosse mais proveitoso observar esses escritores com olhar semelhante ao que Thiesse lança sobre a formação das identidades nacionais europeias, ou seja, identificando agentes que, por meio justamente de trocas internacionais, determinam um “modelo comum de produção de diferenças” (2001).

Outra provocação interessante seria questionar por que essa crítica ignora Paulo Coelho. De acordo com Renata Wasserman, *O Alquimista* (1988) não difere “from any global commodity globally used, and likely to be produced anywhere” (2014, p. 90), enquanto segundo Bailey-Pinto “a maioria do público estadunidense desconhece que Paulo Coelho é brasileiro” (2019, p.19). Se um dos elementos mais positivos da nova geração literária brasileira é sua capacidade de recusar questões nacionais, preferindo o diálogo com o processo de globalização, e se traduções são evidência do quanto essa proposta é bem recebida pelo mercado externo, o fato de que o autor brasileiro mais traduzido no mundo aposta justamente em obras que se pretendem universais não deveria ser mínima ou eventualmente resgatado como argumento? Ou não deveria haver, no mínimo, esforço para delimitar uma espécie de universalismo que não seria “literariamente boa”? Ao contrário, o cosmopolitismo atualmente festejado parece excluir, pelo silêncio, a obra de Paulo Coelho, como se o autor, e seu sucesso, não se enquadrassem nos elementos celebrados.

Para os fins desta pesquisa, porém, é suficiente apontar como alguns pesquisadores e críticos assimilaram o deslocamento como categoria de percepção e análise da nova geração brasileira de ficcionistas, endossando a importância crescente e continuamente conferida a esse elemento e às suas consequências por editoras e agentes literários — e também pela imprensa, considerando que agentes

---

<sup>64</sup> HALL, Stuart (1992, 1996, 2002); BHABHA, Homi K. (2013); SAID, Edward (1995).

<sup>65</sup> Exemplos de estudos sobre o deslocamento da literatura africana podem ser SECCO (2003, 2013); MEDEIROS (2005); MASCENA (2011).

e editores estão entre os principais formadores de opinião ouvidos pela mídia, no que diz respeito ao mercado editorial. Parece possível defender que essa parcela da crítica, pois, reforçou, em torno do conceito de cosmopolitismo, o que Thompson chama de rede de crença coletiva, isto é, o esforço de persuasão empreendido junto a editoras com o objetivo de convencê-las sobre os retornos financeiros de certos empreendimentos num cenário no qual não é possível prever, efetivamente, o resultado econômico das publicações (2013). Em outras palavras, na falta de indicadores concretos com os quais definir as apostas de edição, as casas editoriais tendem a investir naquilo que outros integrantes do campo editorial estão recebendo melhor, e se pesquisadores, críticos, mídia e agências estão recebendo melhor obras com aspirações cosmopolitas, então as editoras apostarão em mais obras com esses traços.

A sinopse de *Hanói*, de Adriana Lisboa, disponível no site da Companhia das Letras, comprova como editoras investiram na mesma mensagem, inclusive mobilizando o mesmo campo semântico, das análises acadêmicas destacadas:

“Hanói é um romance sobre deslocamentos, sobre detalhes que mudam um destino, e sobre a transitoriedade da vida. É também uma história contemporânea sobre o encontro de culturas distintas e miscigenação. David é brasileiro, filho de mãe mexicana e de pai brasileiro. Alex é uma garota que vem de uma linhagem de mulheres vietnamitas que se envolveram com americanos; primeiro na Guerra do Vietnã, agora em Chicago, onde tanto ela quanto David tentam sobreviver, contornando as adversidades. São filhos de imigrantes, vivendo numa mescla de hábitos e culturas, num mosaico de identidades que tantas vezes perpassa o mundo contemporâneo. Alex é mãe solteira, e procura conciliar os estudos ao trabalho no mercado asiático. David está na casa dos 30 anos, é apaixonado por jazz, toca trompete e teria o futuro à sua frente, se não fosse por uma notícia inesperada: foi diagnosticado com uma doença terminal. Ao entrelaçar essas vidas tão díspares, Adriana Lisboa cria uma história de amor e determinação, mas também de aceitação e renúncia, em que as escolhas de uma pessoa podem mudar o destino dos que estão ao seu redor.” (COMPANHIA DAS LETRAS)

Também parece haver pouco espaço para se duvidar que posturas e pretensões cosmopolitas tenham composto a já mencionada plataforma a partir da qual autores e obras são comercialmente lançados. Resgatando afirmações, ações e estratégias de integrantes do mercado editorial expostas nesta seção, observa-se a percepção gradativa de que existe uma parcela significativa do público leitor, bem como de instâncias de legitimação, disposta a receber bem escritores e livros com

propostas mais universais, de forma que lançamentos com essas características prescindiriam do esforço de identificação de novos públicos e representariam apostas menos arriscadas.

Feitas essas considerações, parece correto admitir que parte do conjunto de autores brasileiros mais contemplados pelas bolsas da FBN se beneficiou com o fomento por apresentar atributos e aspectos de cunho cosmopolita em um momento no qual parte do mercado editorial doméstico estava voltado à promoção de obras menos preocupadas com questões nacionais, visando, até certo ponto, justamente a exportação. Essa orientação geral, como se buscou apontar no primeiro capítulo, esteve relacionada com as expectativas criadas pela maior difusão da cultura brasileira em outros mercados mediante esforços governamentais — a visibilidade alcançada em feiras literárias internacionais —, mas se explica também, dentro do segmento editorial, pelo peso que as principais editoras e agências literárias do país deram a autores cosmopolitas na seleção de seus catálogos, uma vez que as agências foram, no período, uma das principais vozes ouvidas pelas editoras estrangeiras, constituindo fonte importante de influência no processo de submissão de propostas de tradução para a FBN.

## **2.5 Cosmopolitismo com Apoio Estatal**

A seção anterior ressaltou pesquisas favoráveis ao universalismo buscado por parte considerável da nova geração de escritores brasileiros, mas a orientação ao cosmopolitismo no universo literário gera interpretações divergentes entre críticos e pesquisadores. Enquanto alguns veem na perseguição de elementos universalistas a viabilização de um estreitamento dos vínculos com editores estrangeiros e a abertura de um canal de promoção da literatura nacional no exterior mais eficiente do que os disponíveis no passado, outros enxergam na verticalização das cadeias de produção do livro um processo que submete a circulação internacional da literatura à uma inevitável estandardização estética e narrativa, visto que a competição mais violenta do mercado global forçaria as editoras, em sua busca por sobrevivência financeira, a publicar títulos mais seguros, ou seja, que atendam a expectativas já existentes de uma parcela do público.

Mais próxima do primeiro grupo, Cimara Valim de Melo argumenta que obras literárias concebidas “além das fronteiras nacionais”, por serem capazes de redefinir a “dicotomia local versus global” (2016, p. 593), estariam alinhadas com a eclosão de uma cultura mundial que produz alterações nas noções de pertencimento e de localização. Nesse sentido, partindo da perspectiva de Renato Ortiz segundo a qual o inglês rege e define o mercado global de bens linguísticos (2006), Melo sugere que o esforço para ser lida em inglês e compreendida como cosmopolita renderia vantagens para as quais a literatura nacional “precisa estar atenta” (2017, p. 27). Encaixa-se bem nessa perspectiva a concepção do programa *Amores Expressos*, já comentado, e também sob essa ótica podem ser compreendidos os deslocamentos internacionais de escritores brasileiros contemporâneos, quer empreendam longas e constantes viagens ao exterior, como Bernardo Carvalho e Tatiana Salem Levy, quer se mudem definitivamente para outros países, como Adriana Lisboa e Patrícia Melo. Também cabe nessa estratégia a preferência que alguns autores demonstram, recentemente, por publicar primeiro livros em Portugal, como Gustavo Pacheco e Tatiana Salem Levy<sup>66</sup>.

De outro lado, Liliana Weinberg defende que esse ímpeto cosmopolita dissimula constrangimentos comerciais de um mercado editorial transnacional, cuja força conduziria escritores a uma posição diaspórica e a promover rupturas com suas tradições. A variável do deslocamento, cuja centralidade para alguns estudos da literatura contemporânea foi debatida na seção anterior, não seria apenas uma marca da cena literária internacional, mas uma demanda dela. No caso de autores da América Latina, segundo Weinberg, a imposição do universalismo como condição para a difusão internacional os obrigaria a recusar o período do boom latinoamericano, bem como a ignorar e até mesmo desprezar pautas que, no passado, foram os diferenciais de suas respectivas literaturas nacionais no exterior:

“Today, many voices declare themselves to be fed up with the boom and announce the death of Macondo, not in a critical sense but in a sinister agreement with market demands [...]. Many writers are mostly concerned with what the market expects of them. Furthermore, many writers also declare that they are tired of the cult of memory or the relation between literature, history, and politics. Some of them are tired of nationalism and latinoamericanismo, or of concepts like “underdevelopment” and “peripheral capitalism.” (WEINBERG, 2016, 72)

---

<sup>66</sup> *Alguns Humanos*, de 2018, e *Vista Chinesa*, de 2021, foram publicados, respectivamente, pelas editoras portuguesas Tinta da China e Elsinore.



A crítica ecoa os elogios feitos pela Granta à nova geração de escritores brasileiros em trechos como “This is a generation less interest than those that have preceded it in the question of a Brazilian identity” ou “Young Brazilian writers are not especially concerned with parsing what derives from within and what comes from outside” (2012). E dialoga também com a análise de Moretti de que Literatura Mundial seria uma rede de interferências assimétricas, no qual a periferia recebe, e depende de, interferências de um centro que a ignora, limitada a seguir o estreito caminho dos sucessos que importa (2013).

Partindo da concepção bourdieusiana de que, no processo de tradução, são as categorias de apreciação do campo de chegada, e não do campo de produção, as que determinam o processo de recepção de um texto, e que a elasticidade dos autores estrangeiros, ou seja, aquilo que “podemos fazê-los dizer”, é o que amiúde explica sua circulação (BOURDIEU, 2002, p.6), Weinberg concebe a constituição do perfil de escritores cosmopolitas como resultado de duas etapas: na primeira, identificável no contexto de criação e concomitante à própria atividade literária, ocorreria a descontextualização e a desparticularização das obras com vistas à exportação — uma espécie de fabricação de elasticidade, portanto; na segunda etapa, conduzida pelas editoras importadoras, em conformidade com que Bourdieu entende como marcação, os livros seriam, por meio de prefácios, comentários e resenhas, artificialmente individualizados sob a marca de sua origem geográfica “to create a fake sensation of difference” (2016, p. 74). Essa avaliação encontra consonância no esforço que agentes literários empreendem ao priorizar obras universalistas ao mesmo tempo em que ressaltam nelas uma “uma cor local”.

Para os fins desta pesquisa, cabe menos perseguir o mérito da literatura produzida em um contexto mais globalizado do que observar que esse debate existe. Conceber o surgimento de autores que se pretendam cosmopolitas enquanto resultado da estratégia de agentes competindo por melhores posições no campo literário ou como consequência da pressão comercial acelerada do neoliberalismo são perspectivas que, no fundo, não se excluem, afinal a autonomia relativa de um campo pode ser compreendida como sua capacidade de retraduzir para uma lógica interna constrições de natureza econômica (BOURDIEU, 2004). Nas seções anteriores, algumas dessas constrições foram abordadas: o interesse de editoras na publicação

de obras com aspectos ou pretensões cosmopolitas; a preferência de agências literárias pela representação de autores passíveis de serem divulgados como locutores de problemas universais; uma crítica literária predisposta a compreender problemáticas transnacionais como prismas de representação mais completos para a realidade do século XXI. No caso brasileiro, porém, há um outro vetor, diacrônico, que justificaria essa postura por parte de autores contemporâneos: a necessidade de se diferenciar das gerações anteriores de escritores.

A começar pelo caso brasileiro, Sérgio Miceli (2001) descreve como o governo Vargas, na década de 30, interessado em afastar as velhas oligarquias do gerenciamento da máquina pública, preencheu os postos de trabalho abertos ao longo do processo de expansão e centralização do Estado com representantes menores da classe dirigente, provenientes de famílias em declínio e preferencialmente afastadas de São Paulo. Nesse processo, o Estado se tornou “instância suprema de legitimação das competências ligadas ao trabalho cultural, técnico e científico” (p. 198) dinâmica que, do ponto de vista da literatura e da cultura em geral, culminou em duas rupturas decisivas. Em primeiro lugar, os novos intelectuais, diferentemente das gerações anteriores, uma vez inseridos na atividade pública, dependiam menos de influências políticas locais e também da imprensa, fosse para acessar canais de promoção de suas produções, fosse para alcançar estabilidade financeira. Em segundo lugar, na busca por uma autonomia que não os privasse da posição privilegiada dentro de grupos burocráticos, esses intelectuais ensejaram, de dentro do Estado, uma nova concepção de cultura nacional:

“Na condição de presas da máquina do Estado e, ao mesmo tempo, desejosos de se livrarem dos cerceamentos que costumam tolher os praticantes de uma arte e uma literatura oficiais, eles resolveram esse dilema cedendo ao encanto de justificações idealistas” [...] “esquivaram-se de lidar com as questões das condições institucionais de que eram beneficiários. Com vistas a compatibilizar as demandas oficiais com aquelas derivadas do processo de autonomização da produção intelectual, levaram às últimas consequências as fórmulas de auto-indulgência.” [...] “buscaram minimizar os favores da cooptação lhes contrapondo uma produção intelectual fundada em álibis nacionalistas.” [...] “Dando sequência à postura inaugurada pelos modernistas, esses intelectuais cooptados se autodefinem como porta-vozes do conjunto da sociedade” [...] Vendo a si próprios como responsáveis pela gestão do espólio cultural da nação, dispõem-se a assumir o trabalho de conservação, difusão e manipulação dessa herança, aferrando-se à celebração de autores e obras que possam ser de alguma utilidade para o êxito dessa empreitada”. (MICELI, 2001, p. 216)

Dessa maneira, ao mesmo tempo em que emerge uma noção de brasilidade instituída a partir de instâncias oficiais de produção e circulação de bens culturais, e uma vez que as obras imbuídas dessa noção alcançaram, não sem apoio estatal, os mais altos parâmetros de consagração, “o poder público impôs-se não obstante como concessionário-mor dos padrões da legitimidade intelectual” (p. 217). A análise de Miceli é corroborada pela observação de Gustavo Sorá sobre os escritores regionalistas terem sido os principais traduzidos para a Argentina quando os países se reaproximaram entre as décadas de 30 e 40, conforme exposto no primeiro capítulo. Sorá explica que, do ponto de vista argentino, tal interesse se deu porque a literatura brasileira havia se “nacionalizado” (2003, p.103). Essa nacionalização é justamente resultado de um processo de arregimentação e treinamento de intelectuais pelo poder público que acabou por promover uma nova forma de representação da cultura brasileira.

Liliana Weinberg, referindo-se a toda a América Latina, chama atenção para como essa dinâmica de dependência com o Estado foi intempestivamente substituída por restrições econômicas mais fortes do que as que até então vigoravam nos respectivos campos nacionais. A autora argumenta que o Estado foi, no século XX, o principal artífice das literaturas nacionais no continente<sup>67</sup>, mas que o relativo equilíbrio entre forças políticas, econômicas e literárias existente na região foi destruído pela eclosão dos regimes ditatoriais, que dividiram o campo intelectual, expulsaram grandes de seus representantes, aniquilaram outros, silenciaram muitos, fragmentando a relativa coesão da elite e solapando a memória intelectual e cultural que servia de amálgama para os antigos projetos nacionais. E logo em seguida, após a redemocratização, continua Weinberg, os diferentes campos nacionais, inclusive literários, foram imediatamente inseridos em outro processo bastante drástico, marcado pela abertura comercial para um sistema econômico globalizado — ou em vias de se globalizar —, pelo surgimento de grandes conglomerados transnacionais e pela ingerência crescente do capital especulativo nos mais diversos mercados.

Como Gisèle Sapiro ressalta, a autonomia relativa dos diferentes campos nacionais só pode ser compreendida se inserida na disputada pelos anseios monopolizadores do Estado e do mercado (2016). No caso da literatura na América

---

<sup>67</sup> Com exceção, talvez, da autonomia precoce do campo literário argentino, emblemática nas trajetórias de Borges e de Afonsina Storni, entre outros, e nos esforços da revista *Sur* para se manter distante dos debates políticos que marcaram o início do século passado (Miceli, 2018).

Latina, com base nos trabalhos mencionados, o que se verifica é que forças econômicas têm ganhado o cabo de guerra, nas últimas décadas. Essa realocação de forças altera estratégias dentro do campo literário e incorre em mudanças no perfil de seus agentes.

Voltando ao cenário doméstico, o perfil médio do escritor brasileiro, hoje, não é mais o do funcionário público do Século XX. Após a redemocratização, nota-se aumento substancial do número de escritores que, para sustentar sua produção literária, buscaram estabilidade financeira na imprensa, em órgãos culturais ou na carreira acadêmica (DALCASTAGNÈ, 2012). Atualmente, porém, a crescente instabilidade, financeira e institucional, observada em oportunidades profissionais nas áreas da Cultura e da Educação, engendrada por menores retornos, pela fragilidade das relações empregatícias e pela competição crescente de mão de obra especializada, fez com que mais autores se dedicassem a tarefas conexas à literatura, como participação em palestras, debates, cursos de escrita criativa e oficinas literárias, operacionalizando a legitimação da ocupação desses espaços em oposição à concepção meramente econômica da qual antes dispunham no campo literário (STELLA, 2018).

Com base nessas observações, pode-se antecipar a tensão provocada, de um lado, pela globalização do mercado, e, de outro, pela dependência que agentes de países dominados têm em relação ao Estado para tentar, de algum modo, participar do comércio global. Anteriormente, já foi explorado que bens simbólicos de países periféricos tendem a circular enquanto representantes de suas culturas nacionais, concepção mais reconhecida no subcampo de produção restrita, mais aberto à diversidade, e ainda mais forte quando possibilitada por meio de apoio estatal. Assim sendo, em um campo que vinha se tornando relativamente mais autônomo em relação a forças políticas e que vem buscando maior participação no cenário internacional, caso do campo literário brasileiro no início do século XXI, o uso imprescindível de recursos estatais justamente para garantir a possibilidade de internacionalização não tem como deixar de produzir atritos e resistências. Entre sujeitos mais próximos da produção editorial, considerando assim autores, agentes e editoras, é sintomática dessa tensão a discricção em relação às bolsas de tradução da FBN. Já se abordou aqui, com base nas pesquisas de Gustavo Sorá, como integrantes do campo literário brasileiro, no século XX, promoveram silenciamento em relação às traduções para a Argentina, por considerarem-nas traduções menos prestigiosas do que as

direcionadas a outros países, principalmente europeus, e fenômeno semelhante, embora promovido por outros motivos, pode ser identificado na repercussão em torno do fomento concedido pela FBN.

Com auxílio do software Meltwater, que monitora publicações no ambiente digital, foram identificadas, entre 2010 e 2019, 1.003 publicações sobre as bolsas da FBN em portais e blogs, tanto em veículos de alcance nacional quanto de baixa audiência, destinados à cobertura exclusiva da cena literária<sup>68</sup>. Desses textos, apenas 27 se dedicaram a obras contemporâneas traduzidas com o fomento da FBN. Em comparação, 371 textos abordaram traduções de Machado de Assis, Clarice Lispector, Jorge Amado, Guimarães Rosa, Aluísio Azevedo ou Lima Barreto, como o Gráfico 10 demonstra. As demais publicações divulgaram o programa, suas etapas, seus resultados agregados, ou comentaram sua relação com o mercado editorial internacional, principalmente com Frankfurt. No que concerne aos autores beneficiados, portanto, o retrato que a imprensa faz das bolsas sugere um mecanismo de exportação dos cânones, o que, como já exposto, não reflete o principal resultado da iniciativa, além de sustentar, ao mesmo tempo, entre integrantes do subcampo heterônimo, a narrativa de que a FBN apenas beneficiaria “alta literatura”, dinâmica que, como se buscou demonstrar, está antes nas mãos de editores estrangeiros do que das comissões avaliadoras.

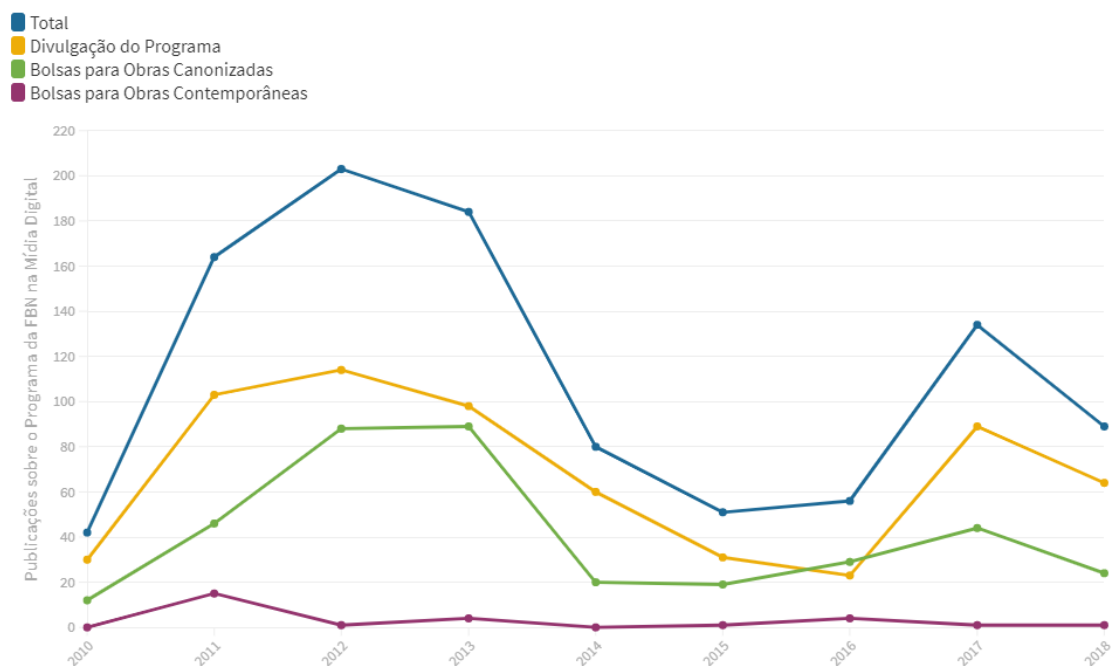
Que apenas 27 (2,69%) das publicações na mídia tenham atentado para a promoção de autores contemporâneos é ainda mais discrepante se considerado que 17 das 27 publicações sobre obras contemporâneas contempladas se justificam por razões políticas, não literárias, envolvendo dois casos específicos. O primeiro, em 2011, quando a tradução de *Leite Derramado*, de Chico Buarque, levantou críticas de nepotismo, dado que, à época, Ana Buarque de Hollanda, sua irmã, estava à frente da pasta de Cultura. E depois, em 2013, quando a editora alemã Königshausen & Neumann desistiu de publicar o já traduzido *Saraminda*, de José Sarney, alegando que o consulado brasileiro em Frankfurt havia voltado atrás no acordo de comprar 500 volumes da obra. Os textos restantes comentam, de modo pontual, traduções de Milton Hatoum, Cristóvão Tezza, Angélica Freitas, Marcelo Mirisola, João Gilberto

---

<sup>68</sup> As buscas do programa retornam pesquisas escritas em linguagem booleana. Foi utilizada a query: (FBN OR "Biblioteca Nacional") AND (Apoio OR Bolsa OR Bolsas OR Fomento OR Subsídio OR Subsídios) AND (Tradução OR Traduzir OR Traduzido OR Traduzida)

Noll, Joca Reiners Terron, Daniel Galera e Ronaldo Correia de Brito. Uma única reportagem, publicada pelo O Globo, em 2015, expôs mais profundamente a importância das bolsas para a internacionalização da nova geração de escritores<sup>69</sup>.

**Gráfico 10: Exposição do Programa de Bolsas da FBN na Mídia ao Longo da Década**



Fonte: autoria própria com dados da pesquisa

Dois hipóteses, não excludentes, podem justificar a percepção, proeminente na mídia, de que o programa da FBN seria sobretudo um vetor de difusão da literatura canonizada. A primeira, mais óbvia, relaciona essa percepção ao fato de que Machado de Assis, Clarice Lispector e Jorge Amado são, efetivamente, os autores mais traduzidos. Escritores como Guimarães Rosa, Lima Barreto e Aluísio Azevedo foram menos traduzidos do que muitos autores contemporâneos, mas entrariam nessas reportagens pela fresta aberta pelos três líderes de pedidos e bolsas.

Uma outra hipótese, menos evidente, e que justamente por isso precisa ser explorada, é a de que os agentes envolvidos ou beneficiados pela tradução de obras contemporâneas preferem não se referir às bolsas. O Itamaraty publica, todos os anos, informações de traduções de autores canônicos viabilizadas pela FBN, promovidas

<sup>69</sup> CAZES, Leonardo. Programa de tradução promove nova geração de escritores. O Globo. 17 de outubro de 2015, Livros. Rio de Janeiro. Último acesso em 16/06/21. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/livros/programa-de-traducao-promove-nova-geracao-de-escritores-17796694>

como exemplo de ações de soft power, o que torna simples a tarefa de conseguir informações sobre a tríade mais traduzida (JUCA,2018), mas o mesmo não se aplica no caso das traduções de contemporâneos. A FBN não dispõe de uma base organizada por escritores, editoras, agentes ou período de publicação das obras, mantendo em seu endereço digital apenas os resultados de cada reunião, de modo que jornalistas interessados na mensuração dessas bolsas teriam de organizar antes toda a base de dados. Restam, como fontes, os próprios agentes do campo literário, que poderiam comentar as bolsas conquistadas em entrevistas ou espontaneamente em seus canais pessoais de comunicação, hoje majoritariamente digitais. Mas será que isso ocorre?

Os pesquisadores e pesquisadoras citados nesta pesquisa concordam na avaliação de que a tradução de obras e autores, principalmente para idiomas de elevado capital literário, mas não apenas nesses casos, converte-se, em seus respectivos campos de produção, em uma insígnia praticamente incontestável de consagração, o que explica que as traduções possibilitadas pelo apoio da FBN tenham sido largamente divulgadas no Brasil. As reedições após as traduções, bem como os livros posteriores dos autores contemplados pelas bolsas, geralmente ostentam, na contracapa, que se trata da obra de um autor lido no exterior. Nas páginas eletrônicas das maiores editoras nacionais, nas sessões reservadas à apresentação de seus autores, os idiomas para os quais eles ou elas foram traduzidos ganha a mesma ênfase, quando não maior, do que os prêmios literários que eventualmente receberam. O mesmo ocorre nos catálogos analógicos ou digitais das agências literárias que representam os direitos autorais desses escritores, e nas páginas que os próprios artistas alimentam para divulgar seu trabalho e sua imagem nas redes sociais. Inclusive nos *marketplaces* que mais canalizam o comércio de livros, como a *Amazon*, é possível identificar, na descrição dos produtos, ao lado ou abaixo das sinopses das obras, uma biografia rápida dos autores que saliente quantas vezes foram traduzidos, e para onde. Parece relevante questionar, portanto: nessas circunstâncias, quantas vezes as bolsas da FBN foram mencionadas? Como se buscará apontar, muito poucas.

Com o intuito sistematizar a inexistência de informações sobre as bolsas entre aqueles que usufruíram de seus resultados, buscou-se exaurir todo o conteúdo digital disponível ao público já produzido pelas editoras, pelas agências literárias e pelos autores e autoras cujas propostas recebidas para tradução foram mais aprovadas.

Novamente com auxílio do Software *Meltwater*, foram escaneados domínios digitais de 22 editoras, bem como suas páginas e perfis no *Facebook*, no *Twitter* e no *Instagram*, desde 2011. O procedimento foi repetido com oito agências literárias e com sites, páginas e perfis de trinta escritoras e escritores.

Entre as editoras, foram analisados os conteúdos públicos das seguintes casas e respectivos selos: Companhia das Letras, Record, Rocco, LPM, Iluminuras, Objetiva, Nova Fronteira, Bagaço, Annablume, É Realizações, Ática Scipione, Língua Geral, Melhoramentos, DSOP, Ulisseia, Moderna, Garamond, Veneta, Eduerj, Oito e Meio e Planeta. Nenhuma delas cita, através de seus canais institucionais e de divulgação, as bolsas da FBN, embora as premiações e as exposições da Biblioteca sejam frequentemente mencionadas.

Entre agências literárias, foram escaneados domínios, páginas e perfis da Wylie Agency, da Agência Riff, da Villas-Boas & Moss, da Carmen Balcells, da Rogers, Coleridge and White, da Vikings do Brasil, da Anja Saile, da Mertin Litag e da MTS. Foi identificada uma única publicação, de 2012, da Agência Riff, referente à tradução da obra *Três Mulheres de Três PPPês*, de Paulo Emílio de Salles Gomes, para os Estados Unidos. Merece atenção, em primeiro lugar, que não se trata de uma obra contemporânea, mas publicada inicialmente em 1977. Em segundo lugar, 38 autores e autoras agenciados pela Riff tiveram traduções aprovadas pela FBN, incluindo nomes muito traduzidos pelo programa, como Rubem Fonseca, Adriana Lisboa e Moacyr Scliar, que somam 48 obras traduzidas, o que torna essa única menção às bolsas bastante excêntrica. Luciana Villas Boas, da Villa-Boas & Moss, foi muito questionada, em 2015, sobre os impactos positivos do programa para o mercado editorial brasileiro, e a agência compartilhou essas entrevistas em suas páginas nas redes sociais, mas sem menções aos agenciados beneficiados pelo fomento. A alemã Mertin Litag elenca a iniciativa da FBN em uma página que compila programas nacionais de fomento de todo o mundo, sem menções aos artistas beneficiados.

Por fim, considerando os trinta autores contemporâneos mais traduzidos, entre os vinte e cinco vivos, apenas um divulgou traduções possibilitadas pela FBN, Luiz Ruffato, em uma publicação de 2015, ao compartilhar justamente a já referida reportagem produzida pelo jornal O Globo a respeito da relevância das bolsas para a difusão da literatura contemporânea. A reportagem também destacou a importância do fomento para a internacionalização de Alberto Mussa, Adriana Lisboa, Daniel Galera e Michel Laub, mas o material não foi divulgado por esses autores, nem por



seus agentes ou editores. No caso de autores já falecidos, porém, cujas páginas são administradas por instituições culturais, revistas ou familiares, menções são mais frequentes, como no caso de publicações do Instituto Hilda Hilst e do site oficial de Moacyr Scliar. Exemplos das publicações estão reunidos no Anexo 7.

Em *A Produção da Crença*, Bourdieu argumenta que o mercado de arte “não consegue fazer o que faz a não ser procedendo como se não o fizesse” (2018, p.19). Embora a afirmação se aplique aos interesses econômicos que permeiam a produção, a divulgação e a distribuição de bens simbólicos, etapas mais diretamente ligadas ao retorno financeiro do comércio cultural, o subsídio estatal para exportação, no caso brasileiro, parece sujeito à mesma operação de dissimulação. Ainda segundo Bourdieu, comerciantes de arte não são representantes ou empresários, “mas aqueles capazes de outorgar valor às obras” de acordo com o crédito do qual eles próprios dispõem (IDEM, p.21). No caso das traduções, pode-se argumentar que a competição entre editoras e agências toma forma na inserção que seus respectivos créditos são capazes de garantir no exterior, processo no qual o apoio estatal, elemento externo ao prestígio em jogo e que ressalta, ainda por cima, os constrangimentos econômicos que condicionam a superação das fronteiras nacionais, precisa ser encoberto para não contaminar o capital simbólico mobilizado ou até mesmo profanar o potencial consagratório da tradução. As bolsas são desejadas, mas os agentes que as buscam precisam agir como se elas não desempenhassem, absolutamente, papel decisivo na produção de valor, ou, dito de outro modo, como se as possibilidades de tradução estivessem igualmente disponíveis em sua ausência.

A dinâmica é análoga entre autores. Competidores em uma disputa que atualmente recompensa cosmopolitas, a estratégia de muitos deles envolve rejeitar, pelo menos na aparência, vínculos regionais, do mesmo modo como as línguas de maior capital literário, de acordo com Casanova, para proteger sua legitimidade universal, precisam recusar os elementos nacionais que as compõem. Cidadãos do mundo, eles devem ostentar a capacidade de se deslocar sem fricção entre diferentes regiões e idiomas — em conformidade com a noção de Literatura Mundial que enxerga na globalização a criação de canais, mas não de barreiras —, perseguindo uma sensibilidade provocada pela inconstância, supostamente inacessível dentro dos limites geográficos domésticos. Nesse contexto de disputa pelo universal, a exposição da dependência de fomentos estatais vira um peso, justamente por evidenciar a limitação do livre deslocamento. E se tais forças agem sobre escritores de todos os

países que ocupam posição dominada no espaço internacional, no Brasil existe o agravante de que, dentro do próprio campo nacional, a autonomia em relação ao Estado constitui marcador importante de distinção em relação aos autores canonizados e das gerações anteriores das quais os novos competidores precisam se distinguir. Se o Estado foi a instância hegemônica de consagração no último século, e se os agentes atuais se orgulham da emancipação relativa da qual usufruem em relação a seus antecessores, a dependência de instrumentos nacionais para garantir presença em outros mercados não tem como surgir sem levantar questões sobre os limites da relativa autonomização do campo literário nacional.

Mesmo competindo, portanto, ou melhor, justamente ao competir, escritores e comerciantes compactuam para diminuir a participação do Estado entre as condições materiais que possibilitam a circulação internacional da literatura brasileira contemporânea.

## 2.6 O Outro Lado da Balança

Apesar do burburinho em torno de uma geração de escritores que busca mais espaço em mercados estrangeiros apostando em personagens e enredos transnacionais, ou que não dependam absolutamente de vínculos nacionais, seria equivocado afirmar que todos os integrantes do campo literário brasileiro atual investem nessa estratégia de projeção, ou que apenas essas características chamam efetivamente a atenção de editores estrangeiros, apesar do que afirmam as agências literárias. Para defender esse ponto pode ser resgatada a onda de traduções de *Lavoura Arcaica* e um *Copo de Cólera*, de Raduan Nassar, nos últimos anos, depois que o autor ganhou o prêmio Camões, em 2016 — no âmbito da FBN, foram 13 pedidos de bolsas, 9 concedidas<sup>70</sup>. Se as paisagens rurais ou de pequenas cidades, palco de preocupações diversas do cidadão cosmopolita, escapassem ao interesse de leitores não brasileiros, editoras estrangeiras dificilmente arriscariam essas traduções e a recepção de Nassar, além disso, encontraria mais resistência nesses mercados.

---

<sup>70</sup> Livros de Nassar foram traduzidos com bolsas da FBN para Hungria, México, Suécia, Itália, Holanda, Espanha e Dinamarca.

Durante a elaboração desta pesquisa, o campo literário brasileiro enfrentou, e enfrenta, o desafio de explicar a recepção do romance *Torto Arado*, estreia de Itamar Vieira Júnior publicada pela Todavia que venceu o Jabuti e o Oceanos e acumulava, em abril de 2021, 130 mil exemplares vendidos<sup>71</sup>. Na última reunião realizada pela FBN para avaliar pedidos de bolsas, o romance recebeu fomento para ser traduzido para a Itália. Desde então, a FBN adia uma nova reunião, mas, entre os pedidos recebidos na quarta lista do quarto edital, encontram-se outros dois pedidos de bolsas de tradução para *Torto Arado*, um para o croata e outro para eslovaco, e o livro, além disso, já foi traduzido sem bolsa para o búlgaro e tem traduções encaminhadas para o francês e para o inglês<sup>72</sup>.

A história de duas irmãs cuja família vive em regime de escravidão no sertão nordestino, na segunda metade do Século XX, atravessada por conflitos gerados pela disputa territorial, pelo garimpo, abarcando discussões sobre a exclusão da população negra na formação social brasileira e o preconceito com religiões de matizes africanas, “não parecia predestinada à lista de mais vendidos”, segundo o jornalista Bolívar Torres, em reportagem d’O Globo. Entrevistados por Torres, um executivo do departamento comercial da livraria Saraiva apontou que “*Torto Arado* não tem as características de um livro que se torna um fenômeno”, mas outros representantes do mercado editorial o compararam a Jorge Amado.

“Em troca, poderia se construir uma tapera de barro e taboa, que se desfizesse com o tempo, com a chuva e com o sol forte. Que essa morada nunca fosse um bem durável que atraísse a cobiça dos herdeiros. Que essa casa fosse desfeita de forma fácil se necessário [...] Os donos da terra eram conhecidos desde a lei de terras do Império, não havia o que contestar. Quem chegasse era forasteiro [...] poderia comer e viver da terra, mas devia obediência e gratidão aos senhores” (VIEIRA JUNIOR, 2019, p. 183)

“Um dia, meu irmão Zezé perguntou ao nosso pai o que era viver de morada. Por que não éramos também donos daquela terra, se lá havíamos morado e trabalhado desde sempre. Por que a família Peixoto, que não morava na fazenda, era dita dona [...] Meu pai retirou o chapéu, o calor fazia minar de seu corpo um suor grosso que lhe lavava o rosto, escorrendo pela frente e pelas têmporas. Escorria pelo lado anterior de seus braços, formando grandes manchas em sua camisa surrada. O barro cobria sua calça, sua

---

<sup>71</sup> CARNEIRO, Raquel. Com ‘*Torto Arado*’, autor une prestígio literário e sucesso comercial. Veja, Cultura. 16 de abril de 2021. Último Acesso em 05.07.21. Disponível em:

<https://veja.abril.com.br/cultura/com-torto-arado-autor-une-prestigio-literario-e-sucesso-comercial/>

<sup>72</sup> Lista de espera para a sexta reunião do terceiro edital do Programa de Apoio à Tradução e à Publicação de Autores Brasileiros da FBN:

[https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/editais/2018/programa-apoio-traducao-publicacao-autores-brasileiros/resultado-programa-apoio-traducao-publicacao-autores\\_16.pdf](https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/editais/2018/programa-apoio-traducao-publicacao-autores-brasileiros/resultado-programa-apoio-traducao-publicacao-autores_16.pdf)

enxada, seus braços, o chapéu largo em suas mãos [...]. Se pronto seu olho se ergueu para meu irmão: “trabalhe mais e pense menos. Seu olho não deve crescer para o que não é seu” (IDEM, p. 185)

Comparações com Jorge Amado na mídia vão além das semelhanças figurativas das obras. Em diversas oportunidades, para jornais e programas televisivos, Itamar Vieira Júnior narrou o episódio em que bateu à porta de Jorge Amado para pedir um autógrafo na edição recém adquirida de *Capitães de Areia*, sendo bem recebido por Zélia Gattai e o esposo, e chegou a comentar, em entrevista com Pedro Bial, na Rede Globo, que a visita “foi uma espécie de batismo. Eu fui lá na casa do Jorge para ele me batizar, dizer que eu podia ser escritor, sim”<sup>73</sup>. Diversos veículos da imprensa frisaram a influência de Jorge Amado sobre Itamar Vieira Junior, que confere ao conterrâneo pioneirismo na atribuição de “protagonismo às personagens invisibilizadas de nossa sociedade”<sup>74</sup>.

A associação, para além das semelhanças verificáveis nas obras, elucida uma estratégia que busca situar o autor de *Torto Arado* como herdeiro de uma tradição literária não apenas interessada em retratar o Brasil, mas um Brasil especialmente distante dos problemas dos quais têm conhecimento os leitores estrangeiros, de modo que o sucesso do romance, por si só, parece refutar a declaração da agente Luciana Villas-Boas, proferida na Flip de 2015, de que, no exterior, “ninguém espera mais *Gabriela, Cravo e Canela*”. No mesmo sentido, merece bastante atenção que a edição de *Torto Arado* da Todavia seja aberta com uma citação de *Lavoura Arcaica*, de Nassar — “A terra, o trigo, o pão, a mesa, a família (a terra); existe neste ciclo, dizia o pai nos seus sermões, amor, trabalho, tempo” —, reforçando a produção do alinhamento da obra e do autor com uma literatura comprometida com questões nacionais.

Resguardadas as diferenças, é possível identificar preocupações, objetivos e estratégias semelhantes entre os autores mais traduzidos com apoio da FBN. É o caso de Luiz Ruffato, cujo romance polifônico *Eles Eram Muitos Cavalos*, traduzido

---

<sup>73</sup> No 'Conversa', autor do fenômeno 'Torto Arado' fala sobre seu encontro com Jorge Amado: 'Batismo para me tornar escritor'. GShow, Conversa com Bial, em 1º de abril de 2021. Último acesso em 05.07.21. Disponível em:

<https://gshow.globo.com/programas/conversa-com-bial/noticia/no-conversa-autor-do-phenomeno-torto-arado-fala-sobre-seu-encontro-com-jorge-amado-batismo-para-me-tornar-escritor.ghtml>

<sup>74</sup> MATEUS, Bruno. Itamar Vieira Júnior analisa a obra do imortal Jorge Amado em evento online. O Tempo, Literatura, 15 de junho de 2021. Último acesso em 05.07.21. Disponível em:

<https://www.otempo.com.br/diversao/itamar-vieira-junior-analisa-a-obra-do-imortal-jorge-amado-em-evento-online-1.2499116>

com bolsas para a Alemanha, a Finlândia e a Macedônia, retrata um dia na cidade de São Paulo, mapeando com precisão cartográfica os trajetos das personagens e descrevendo cruamente problemas da periferia paulistana, como os trechos abaixo indicam:

“Quando crescer, ser médica, ajudar os semelhantes, anotava nas redações da escola. À chave, mantinha um diário, livreto de capa preta, uma vez, consentida, Idalina espiou, bobas aflições, alegriazinhas, bestas tristezas, miúdas ocorrências de gentes emboloradas do Jardim D’Abril, no batente o pai ao longe, a mãe próxima entretida na criação, seis irmãos mais, se estranhava com a mais-velha, também, todos nascidos antes, não lhe davam pelota, acercou-lhe Idalina, os quitutes desculpa para estar juntas. Nem a diáspora da oitava série: mantiveram-se confidentes no cursinho de maquiagem do Senac. Idalina encarapitou-se num salão de beleza do Center Norte, arrumou-se pelos lados do Jardim Brasil. A amiga conheceu um rapaz no Sandália de Prata da rua dos Pinheiros — “Gostou dele? Não é um gato? Heim? ” —, submergiu numa das milhares de lajes sobre paredes sem reboco, zona Leste. Idalina arranhou-se no Soho da Vila Madalena, bom salário, gorda gorjeta, tempos em tempos captava novidades da amiga, a gravidez, o bebê dois-quilos-e-seiscentos-gramas-quarenta-centímetros o marido canalha mulherengo gastador queimava na cocaína o que ela ganhava de manicure pedicure cabeleireira nos fundos do barraco no Parque São Lucas, o que ela ganhava de lavadeira e tomadeira de conta de criança, o que ela ganhava vendendo chupe-chupe no cingapura de Sapopemba.” (RUFFATO p.66)

“quando almoçou num barzinho da rua Sete de Abril, e o estômago e as pernas agora o lembravam, a cabeça oca, os braços náufragos, sim, não viera do Rio de Janeiro para ganhar a luta, o acerto, desafiar e perder, garantir o cinturão de campeão brasileiro de peso médio desfraldado no peitoral do adversário, embolsaria algum, qualquer modo, dois meses de compra de supermercado, desempregado, a família de-favor entocada na casa de um cunhado em Campo Grande, na hora agá o telefonema do seu Antenor, à janela do ônibus da Itapemirim estrelinhas alinhavadas no teto da caverna noturna, café-da-manhã — pão-na-chapa e pingado — na rodoviária do Tietê, almoço — bife rolê, arroz e purê de batatas, no centro, na líquida tarde azul zanzou, sem lugar, desguiando-se, trombadinhas, camelôs, policiais, engravatados, miseráveis, arrastando-se pelas ruas fedendo a mijo sua ansiedade, já mortificado pela saudade da patroa” (RUFFATO, p. 106).

Ruffato é justamente o único escritor do grupo selecionado neste capítulo que mencionou espontaneamente o papel das bolsas da FBN na tradução de seus livros. A postura mais transparente em relação às lógicas do campo literário pode ser entendida como parte da estratégia do autor, que busca ativamente se posicionar como um outsider que dá voz a personagens do subúrbio (ALVES, 2016). Vale a pena lembrar que, após seu discurso crítico na abertura da Feira de Frankfurt da qual o Brasil foi país homenageado, Ruffato teria escutado de outro escritor, nunca nomeado pelo autor mineiro, que “é isso que dá deixar o filho de um pipoqueiro e de uma lavadeira falar em nome do Brasil” (THOMAZ, 2015, p.2), insulto que Ruffato passou a carregar como insígnia de uma proposta literária que dialogaria com um público

supostamente inacessível aos escritores cujas obras se concentram em grandes centros urbanos.

Menos politizado, o livro *Barba Ensopada de Sangue*, de Daniel Galera, que recebeu catorze pedidos de bolsas, das quais dez foram aprovadas, aposta também na representação do interior, transcorrendo quase inteiramente em Garopaba, uma cidade de 23 mil habitantes<sup>75</sup> no litoral de Santa Catarina na qual um jovem se refugia após o suicídio do pai. O município é reiteradamente descrito como um lugar de marasmo, um destino puramente turístico mantido por uma comunidade com forte carisma de grupo, e são recorrentes os avisos que o protagonista recebe de que os forasteiros que ficam ali por muito tempo acabam entrando em depressão ou enlouquecendo. Nesse cenário, a vida econômica e social da cidade emerge somente em datas importantes, quase todas festivas, que mobilizam religiosamente os habitantes. Esses eventos, que não são poucos, encerram uma ideia de totalidade sempre marcada em expressões como “todo mundo”, “toda a cidade”, “todas as pessoas”. A seguir estão destacados três trechos que reforçam o caráter interiorano do romance:

“Entre goles direto no gargalo da garrafa Smirnoff Vanilla eles explicam que Altair arrendou um terreno na metade do ano passado para abrir um negócio durante a temporada. Construiu o quiosque com um pequeno empréstimo no banco e a venda de uma moto. Usou os amigos como mão de obra. A construção atrasou e só ficou pronta depois do Natal, quando os turistas já tinham chegado, e de repente ele tinha uma dívida e um quiosque vazio numa das esquinas mais nobres de Garopaba no ápice do movimento. Conseguiu agendar às pressas uma visita de um representante dos sorvetes Kibon e em poucos dias recebeu o freezer da marca em regime de comodato. Às vésperas do Ano-Novo, tinha em exposição uma dúzia de pranchas de surfe fabricadas por um *shaper* amigo seu que morava na Ferrugem. Na segunda semana de janeiro o quiosque já possuía também um estande de enfeites e bijuterias feitos por um conhecido casal itinerante de hippies que se instala na cidade todos os verões, três mesinhas de metal e uma geladeira da Skol repleta de cervejas da Ambev e uma cama de massagem onde Lisandra, uma voluptuosa jovem goiana que morava em Garopaba havia três anos, aplicava massoterapia, quiropraxia, drenagem linfática e reiki a qualquer hora. À Noite o quiosque recebia bandinhas de samba, pagode, reggae e MPB. [...] Antes do fim de janeiro já tinha levantado grana suficiente para pagar o arrendamento do terreno. Antes da metade de fevereiro já tinha pagado também o empréstimo. Não quis dizer quanto teve de lucro mas deu a entender que não precisaria trabalhar até o próximo verão e que compraria uma moto bem melhor que a anterior. Agora no fim de abril precisava

---

<sup>75</sup> Estimativa do IBGE em 2020.

devolver o terreno no mesmo estado em que o arrendara. O dono não queria saber do quiosque.” (GALERA, p.104)

“Milhares de pessoas se juntam na praça central na segunda quarta-feira de junho, numa noite fria de rachar, para a inauguração da XI Quermesse de Garopaba com o show de Gian e Giovani. As músicas da dupla sertaneja vinham tocando sem parar nas rádios locais e uma dessas músicas é cantada agora de cabo a rabo por uma menina de uns cinco anos balançando na garupa dançante do pai. A praça em si desapareceu debaixo da multidão, do palco secundário, do palco principal com seus canhões de luz verde, vermelha e azul e das dezenas de barraquinhas de artesanato, bebidas, pinhão, quentão, lanches, guloseimas e acepipes sem fim. O ar cheira a caramelo, vinho quente, tainha assada, fritura, cigarros, terra molhada, colônias mentoladas e grama pisoteada. A cidade inteira veio [...]” Ele caminha sozinho com um copo de quentão na mão. Bebe em goles curtos e rápidos, em parte por causa da ansiedade de estar no meio de um monte de gente conhecida e que não poderá reconhecer pelo rosto e em parte porque o ar gelado da noite resfria em questão de minutos a mistura fumegante de vinho doce, açúcar, cachaça e cravo-da-índia. Um dos cantores, não sabe dizer se é o Gian ou o Giovani, pede que os apaixonados levantem as mãos e gritem entre uma música e outra. **Todo mundo** está apaixonado” (GALERA, p. 185)

“Na manhã de sábado em que encerra sua breve carreira de professor de natação na Academia Swell há uma agitação anormal na cidade. uma grande quantidade moradores circula nas ruas apesar da chuva fina e no caminho para casa percebe que muitos carregam pequenas bandeiras azuis ou vermelhas e escutam rádios no som dos carros, em fones de ouvido ou em radinhos de pilha. Um taxista explica que está acontecendo um debate eleitoral na Rádio Garopaba entre os dois candidatos à prefeitura, o concorrente à reeleição pelo Partido Progressista e seu opositor do Partido dos Trabalhadores [...] Um carro de som retransmite o debate em volume estratosférico e a cada resposta boa de seu candidato o povo aplaude e comemora com gritos de apoio e palavras de ordem. **É gente de toda idade**, com famílias de respeito e gangues de adolescentes escoando como cardumes pelo meio da multidão e correligionários tensos de óculos escuros coordenando a coisa toda [...]. Há um certo clima de ameaça no ar. Militantes do Partido dos Trabalhadores circulam no perímetro da praça com bandeiras vermelhas e a troca de ameaças e xingamentos é franca e sem indícios de bom humor [...]. Algumas moças desfilam maquiadas e produzidas com lábios cintilantes, cabelos escorridos, saltos plataforma e suas melhores e mais justas calças jeans. Um pescador esfarrapado não cansa de incitar os outros a gritar O povo unido jamais será vencido, obtendo pouca adesão [...]. Não demora muito para que dezenas de carros e centenas de motos e bicicletas formem uma longa serpente se arrastando das ruas estreitas da vila até a avenida principal [...]. Algumas pessoas vão sentadas nos capôs ou trepadas nas traseiras dos veículos. A carreata se transforma num desfile escatológico que é apreciado com espanto pelos moradores não envolvidos que assistem ao reboliço nas calçadas ou nos jardins das casas. Os homens assobiam para as gostosas encharcadas de chuva que se inclinam para fora dos carros oferecendo o decote das blusinhas e os mais velhos tomam chimarrão e fumam observando tudo com uma expressão meio entediada.

**Todo mundo** parece prestes a bater o carro, cair da moto ou começar uma briga” [GALERA, p. 334].

Não há nada nessas passagens que aluda ao cosmopolitismo que editores, agentes literários e críticos enalteceram ao longo da última década. Pelo contrário, a trama se desdobra em um ambiente estranho até mesmo para moradores de grandes cidades, quanto mais para leitores estrangeiros. E ainda assim, como no caso de Ruffato, e mais recente e radicalmente no de Vieira Junior, trata-se de uma obra traduzida e que obteve boa recepção no exterior, colocando em cheque a necessidade do universalismo como condição para a tradução.

O objetivo de trazer esses contrapontos não é o de refutar a existência, no período, de uma rede de crença coletiva em torno do cosmopolitismo, sustentada sobretudo por editoras e agentes literários brasileiros, mas de evidenciar a disputa que essa perspectiva suscitou entre autores que abraçaram o ideal de retratar uma realidade transnacional e aqueles que apostaram mais incisivamente na observação de um Brasil pouco retratado. E, ironicamente, ambas as estratégias resultaram em traduções e em conversão de prestígio no campo doméstico, o que deveria ser suficiente para indicar que nenhuma dessas posturas é a explicação, isolada, para a internacionalização desses autores. Mas, talvez pelo entusiasmo com a difusão crescente da literatura brasileira no exterior, no começo da década passada, e embalado também por uma Copa do Mundo e pelas Olimpíadas de 2016, eventos mobilizados como evidência da centralidade que o país galgava no cenário internacional, o discurso cosmopolita prevaleceu.

Finalmente, embora não haja espaço, aqui, para abordá-la em profundidade, cabe aventar a hipótese de que esse quadro esteja mudando. Parece plausível supor que o Bolsonarismo, acompanhado da guerra simbólica com ele acionada no debate público, provocou mudanças na maneira como o campo literário lidava com o campo político e sua força heterônoma, seja pela cobrança que escritores começaram a receber de leitores por posicionamentos mais claros, seja pelo conseqüente arrefecimento do questionamento da qualidade literária de obras com traços políticos, dinâmica reforçada pela eclosão da pandemia de coronavírus, em 2020. O sucesso recente de *Torto Arado* não é um exemplo isolado. Julián Fuks situa em 2015, quando teve início a pressão política pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff, o início das cobranças que passou a receber por uma postura política mais nítida e frequente,



“inclusive em palestras, nas ruas, em redes sociais”. O romance *A Resistência*, publicado pelo autor em 2017, narra experiências vividas por seus pais durante a ditadura argentina, e sua recepção no Brasil, segundo pares de Fuks, deveu-se à consonância da narrativa com a polarização política doméstica. O romance mais recente de Fuks, *A Ocupação*, lançado em 2019, aborda a ocupação do antigo edifício do INSS na Avenida 9 de Julho, em São Paulo, pelo MSTC, e traz reflexões políticas ainda mais enfáticas sobre a realidade brasileira.

Mas os exemplos mais enfáticos dessa mudança talvez sejam Michel Laub e Bernardo Carvalho. *Diário da Queda*, publicado por Laub em 2011, configurou um dos expoentes da autoficção e levou o prêmio Brasília de 2012 e o Bradesco/Prime, no mesmo ano, além de ficar entre os finalistas do Portugal-Telecom (hoje Oceanos) e do prêmio São Paulo de Literatura. A obra, traduzida onze vezes com apoio da FBN, entrecruza a vida de um avô que sobreviveu a Auschwitz e se mudou para Porto Alegre, um pai traumatizado com a experiência do antecessor e um protagonista que analisa a própria trajetória à luz da história familiar e da vivência em um colégio para garotos judeus da capital gaúcha, nos anos noventa, exercício cujo gatilho é a violência praticada por esses jovens contra o único aluno não judeu e bolsista, chamado João. A narrativa tem caráter profundamente subjetivo e autorreferente, como os trechos a seguir buscam mostrar:

“João nunca me contou em detalhes como foram os meses seguintes à queda. Ele me perdoou tão facilmente, se tornou meu amigo tão facilmente, aceitou que eu o acompanhasse na mudança da escola, um santo de treze anos que não manifestou estranheza alguma pelo que eu havia feito e nunca contou de verdade o que sentiu naquele período: se tinha sonhos também [...], se no sonho dele as pessoas estavam na festa de *talid* e quipá, uma formação de exército ao lado de um trono de Davi, e em cima do trono eu estava segurando uma Torá aberta” (LAUB, 2011, p. 17)

“Se na época me perguntassem o que me afetava mais, ver o colega daquele jeito ou o fato de meu avô ter passado por Auschwitz, e por afetar quero dizer sentir profundamente, como algo palpável e presente, uma lembrança que não precisa ser evocada para aparecer, eu não hesitaria em dar a resposta” (IDEM, p. 13)

“É mais fácil culpar Auschwitz do que aceitar o que aconteceu com o meu avô. É mais fácil culpar Auschwitz do que se entregar a um exercício penoso, que qualquer qualquer criança na situação do meu pai faria: [...] enxergar meu avô não como vítima, mas como homem e marido e pai, que deve ser julgado como qualquer outro homem e marido e pai” (IBIDEM, p. 81)

“Eu sou o que sou desde muito cedo, e me pergunto se faz sentido continuar citando Auschwitz nesta história. Se talvez não faça sentido culpar Auschwitz

pelo que aconteceu com o meu avô, e conseqüentemente pelo que aconteceu com o meu pai, como fazer uma ligação entre isso tudo e o fato de que eu nunca mais falei com João?” (IBIDEM, p. 121)

Quase dez anos depois, o novo romance de Michel Laub, *Solução de Dois Estados* (2020), anunciado finalista do prêmio Oceanos durante a condução desta pesquisa, tem caráter completamente diferente. O livro simula a gravação de um documentário sobre a polarização política no Brasil em 2018. Os capítulos são entrevistas com dois personagens, um irmão e uma irmã. O irmão, Alexandre, de posicionamento nitidamente conservador e avesso à “política tradicional”, é pastor e empresário, dono de uma rede de academias de ginásticas e acusado de gerenciar um esquema de pirâmide associado à milícia. A irmã, Raquel, é artista performática, progressista, feminista e obesa, e faz filmes pornográficos em que é espancada para, depois, montar exposições com os comentários anonimamente postados nos filmes. A dupla é selecionada pela cineasta, Brenda, depois que Raquel é agredida por um dos seguidores do irmão. Trechos das entrevistas dos três personagens se relacionam diretamente com a realidade política brasileira:

“Raquel: o meu irmão comanda a milícia que ameaça as pessoas na porta do museu, que queima livros nas escolas, que é contra a ciência, a arte, a liberdade, e se eu falar do que ele fez a vida inteira eu não estou falando também disso? [...] Eu não vou subir num palco de hotel e dar um discurso político sobre isso [...] A plateia vê os milicianos em todo lugar, não precisam ser só os milicianos do Império, o país virou uma federação de milicianos que ameaçam as pessoas, o futuro dos filhos dessas pessoas, e como resposta essa gente quer poesia num seminário de hotel de luxo? (LAUB, 2020, p. 239)

“Brenda: Em outro vídeo, você convoca os seguidores a ir a um museu protestar contra uma exposição. Em outro, a ir a um colégio protestar contra um professor por um livro que ele recomendou. Em outro, você aparece queimando esse livro. Em outro, queimando uma foto desse professor. Esse professor foi hostilizado pela internet, pelos alunos, ele teve uma crise nervosa e pediu demissão do colégio. Você fez isso mais vezes, com a foto de outras pessoas, jornalistas, artistas [...] Você virou o líder disso, não tem como separar isso dos atos concretos” (IDEM, p. 220)

“Alexandre: “O mundo não é isso, desculpa. Felizmente, tem muita gente que quer enxergar. E para essa gente não é vergonha nenhuma eu estar aqui, vocês duas tentando me fazer o palhaço do filme. Por mim, continuem. Porque uma hora a armação aparece. O que mudou no mundo foi que hoje é possível combater essa armação. Tem tecnologia pra isso, eu tenho condições de interferir nisso [...] Olha os números do nosso canal.” (IBIDEM, p. 228)

O romance acaba sem que o documentário tenha sido concluído. A esse respeito, o livro traz as seguintes notas:

“Em 2019, porém, um dos entrevistados de Brenda, o agora deputado federal Alexandre Nunes Tommazzi, entrou com uma ação na Justiça de São Paulo para impedir o uso de sua imagem [...] Em meio aos problemas financeiros e jurídicos do filme, Brenda teve o que chamou de ‘crise pessoal aguda’. Isso a fez desistir de ir ao Brasil para uma segunda rodada de entrevistas [...] Brenda pretende finalizar a edição do filme até o fim de junho para estreia no segundo semestre — ou, no máximo, em 2021, sem acréscimo de entrevistas. ‘O que eu precisa ser dito já está no que eu ouvi em 2018’, ela afirma. ‘Nada do que acontecer no Brasil e no mundo daqui pra frente invalida esse material. Pelo contrário, me parece que o que vemos e veremos nos próximos tempos em boa parte pode ser explicado a partir dele’” (IBIDEM, p. 199)

Perseguições de artistas e professores, queima de livros, linchamentos virtuais conduzidos por líderes religiosos, personalidade influentes alçadas a cargos políticos com auxílio de redes digitais e acusações de relação entre figuras públicas e milícia, muito mais do que o confronto entre um personagem conservador e uma progressista, fazem do livro uma resposta direta ao cenário doméstico brasileiro. O que, por sua vez, constitui ponto de inflexão importante na trajetória de um autor cuja obra, até então, perseguia mais questões universais do que problemas nacionais, reforçando o relato de Julián Fuks de que, na última década, aumentou a pressão, por parte de leitores, para que escritores se posicionassem politicamente.

Nesse sentido, cabe ressaltar também a eclosão da pandemia de coronavírus. A quarentena é pano de fundo de *O Último Gozo do Mundo* (2021), romance mais recente do cosmopolita Bernardo Carvalho, que, ao contrário dos livros anteriores, se passa exclusivamente em solo brasileiro. Embora o autor não nomeie lugares ou figuras políticas, é evidente a denúncia à condução da política sanitária de combate à pandemia, por parte do governo brasileiro, e às elites que subestimaram ou mesmo ignoraram as recomendações de segurança:

“Enquanto em outros países governo e população trabalhavam mais ou menos juntos pelo bem comum, por uma saída ponderada da crise sanitária e econômica, ali as autoridades visavam precisamente a morte. É sabido que a morte como condição estruturante da política resulta de falta de legitimidade ou competência. Mas essa era apenas uma aparente disfunção. O país conspirava contra si mesmo. É possível que tivesse conspirado contra si mesmo desde sempre e que a doença fosse seu coração. O que o governo afinal representava às claras era uma sociedade consagrada a espoliar-se até a morte (CARVALHO, 2021, p. 25)”

“Na falta de imunidade ao vírus, mais de um terço da população tornou-se imune à realidade. Isso ficou claro quando também começaram a morrer. Era gente que saía da quarentena de cabeça erguida, decidida a não voltar atrás. Gritavam: “quero minha vida de volta!”, enquanto caíam, febris [...] Havia variações em relação ao que reivindicavam. Eram os mesmos que antes da quarentena gritavam: “quero meu país de volta!” [...] Não se identificavam com mortais, é claro. Sempre viveram num mundo à parte, protegido, murado, antes mesmo de serem confinados pela doença, mas bastou se verem forçados ao confinamento para atirarem-se às ruas, sôfregos [...] O aumento das mortes entre os nostálgicos, entretanto, indicava que o vírus estava de volta às chamadas elites econômicas e que novos confinamentos eram necessários para protegê-las de si mesmas. (IDEM, 2021, p. 30)”

Em síntese, menos de dez anos depois de Granta elogiar as preocupações universalistas e o olhar cosmopolita dos novos escritores brasileiros, integrantes dessa geração precisaram, ao que tudo indica, voltar suas atenções ao cenário político doméstico. O que, colocado sob outro ângulo, significa que outro fator pode ser considerado na análise da literatura brasileira que logrou se internacionalizar na última década: além de todas as variáveis e condicionantes já comentadas nesta pesquisa, é plausível considerar que tenha corroborado, no começo do século, um quadro econômico e social relativamente estável que permitiu a parte desses escritores a realização de obras sem grandes preocupações políticas, ou mesmo despolitizadas. Dessa perspectiva, parece enfim lógica, ainda que por outro ângulo, a afirmação da revista Granta de que os novos autores brasileiros seriam “cidadãos do mundo” porque seriam “filhos e filhas de um país mais próspero”. E quando o centro literário cobrar a periferia pela criação de obras universais, talvez também crises políticas precisem ser elencadas entre as assimetrias que essas cobranças ignoram.

## Conclusões

A experiência brasileira de concessão de subsídios para difusão da literatura nacional no exterior confirma observações tecidas por outros estudos que se debruçaram sobre a circulação internacional de obras literárias, em especial a de que o traslado de autores e obras entre fronteiras não é regido, como por vezes se defende, pela qualidade literária dos textos, estando sujeito a ingerências políticas, culturais e econômicas, bem como pela atuação de intermediadores. Mas a pesquisa permitiu também a constatação de nuances que o arcabouço teórico mobilizado, de origem majoritariamente europeia ou estadunidense, ao operar com critérios centro-periféricos de análise, acaba deixando de focar, por alocar realidades, estratégias e efeitos de diferentes campos nacionais na categoria muito elástica de periferia.

Foi uma surpresa, por exemplo, a constatação de que os países dos quais mais editoras solicitaram bolsas à FBN tenham sido Espanha e Itália. Esse dado contesta a posição de guardiões e descobridores que a literatura sobre tradução frequentemente delega aos mercados francês e alemão, e mais recentemente ao anglófono, destacando como não necessariamente, e, no caso brasileiro, nem frequentemente, uma obra precisa ser traduzida para esses campos para que depois desperte o interesse de agentes de outras regiões. Antes, o que se percebeu foi que o mercado espanhol se comportou como principal porta de entrada para a literatura brasileira no exterior, e que o italiano, por sua vez, não perdeu para outros espaços amiúde considerados mais importantes, como o francês. Essa constatação sustenta a hipótese de que espaços literários considerados semiperiféricos, como o espanhol, o italiano e o holandês, entre outros, desempenham, na realidade, papel mais central do que muitas vezes lhes foi atribuído, operando como arenas em que editores, agentes e tradutores franceses, alemães e ingleses, mas não só, vão buscar suas “descobertas”. Em outras palavras, a noção de semi-periferia esconde uma rede de mobilidade, visibilidade e troca que é fulcral para mercados mais pujantes e prestigiados. O trabalho, assim, não contesta que a perspectiva centro-periférica seja útil para compreender a circulação de bens simbólicos pelo globo, mas reforça como, quanto mais longe daquilo que se pode chamar de centro, mais camadas e ramificações devem ser observadas.

Por outro lado, a distribuição desigual de prestígio que hierarquiza diferentes línguas e campos literários nacionais, sintetizada pela noção de capital literário do qual cada idioma dispõe, de acordo com Pascale Casanova, se mostrou condizente com o comportamento das comissões julgadoras do programa da FBN. Propostas provenientes da França e da Alemanha, e em menor escala dos EUA, foram muito mais aprovadas pelos avaliadores, de forma que, no fim, editoras francesas e alemãs conseguiram mais bolsas do que espanholas ou italianas. Em outras palavras, o capital literário francês e alemão se mostrou decisivo entre os critérios da comissão. Interessante notar que essa preferência predominou nos cinco primeiros anos do projeto, quando diplomatas ainda não integravam as bancas, então formadas principalmente por consultores do mercado editorial, quadros da FBN e pesquisadores da UFRJ, da UERJ e da PUC-Rio. É possível sustentar, portanto, que a força desse capital literário foi maior entre agentes que integram o campo literário brasileiro, cujas trajetórias envolvem instituições que provavelmente reforçaram, ao longo de anos de formação, tais categorias de percepção do espaço literário internacional. Quando a proporção de figuras com esse perfil diminuiu na composição das comissões, e diplomatas passaram a ter mais voz, bolsas para mais idiomas foram aprovadas.

Não se pode deixar de apontar os interesses políticos envolvidos no projeto. A pesquisa buscou evidenciar o quanto as bolsas da FBN precisam ser compreendidas dentro de um quadro mais amplo de esforços do governo brasileiro para aumentar sua influência no âmbito internacional, entre 2003 e 2015, apostando, para tanto, entre outras frentes, em um forte investimento em bens e eventos culturais, aposta cujos maiores expoentes foram provavelmente a realização, em solo nacional, da Copa de Futebol de 2014 e das Olimpíadas de 2016, mas que abarcou também homenagens ao Brasil no circuito das principais feiras literárias do mundo, do qual o maior exemplo foi Frankfurt. Cada um desses eventos contou com atuação conjunta de diferentes ministérios e agências nacionais, incluindo o Itamaraty, de forma que a participação do MRE nas comissões da FBN e no orçamento das bolsas de tradução precisa ser lido como extensão da execução de uma estratégia de política externa, e a ampliação dos destinos das bolsas, a partir de 2015, como reflexo do desejo de posicionar o país como porta-voz de países emergentes, o que fica claro no empenho para incluir no programa os países da CPLP, embora sejam mercados para os quais obras brasileiras não precisam de tradução.

No plano nacional, as bolsas intensificaram a concentração de capital simbólico em um grupo seletivo e relativamente coeso de autores, o que significou também, conseqüentemente, uma intensificação dessa concentração em um grupo ainda mais restrito de casas editoriais. No que tange à morfologia desse grupo de escritores, observou-se que, apesar das diferenças, suas trajetórias apresentam similaridades marcantes: são, via de regra, figuras de São Paulo ou do Rio de Janeiro que iniciaram as carreiras em veículos de imprensa, escrita ou audiovisual. Os que não nasceram nessas regiões, número menor de indivíduos, são principalmente gaúchos, mineiros ou nasceram na Europa, e para elas se mudaram depois. Em menor escala, há autores que buscaram na Academia compensar a falta de capital social que os pudesse distinguir no meio literário e a plataforma de promoção mais rápida que a inserção na mídia pode oferecer. Nesses casos, destacam-se apostas em cursos de Letras e Comunicação.

A diferença mais sistemática que cinge o grupo é geracional. Entre os contemporâneos que mais foram alvo de bolsas de tradução, há um subgrupo mais velho, que se destacou no cenário doméstico nas últimas décadas do século XX, e outro mais novo, que ganhou proeminência — com grande auxílio das traduções — no começo do século XXI. Ambos participaram do mesmo processo de internacionalização, mas há marcas distintivas que merecem atenção. Em primeiro lugar, os mais velhos chegam mais tarde à atividade literária. Atuam como médicos e advogados, além de colunistas ou jornalistas, e depois de alcançar certa estabilidade é que se dedicam com mais empenho à literatura, a maioria nunca vindo a depender apenas dela financeiramente. Entre os mais novos, são mais comuns exemplos de autores que muito cedo apostam todas as fichas na carreira de escritor, para o que corroborou o crescimento do mercado editorial, mas também a possibilidade de difusão da literatura via canais digitais, o que rompeu o monopólio da mídia tradicional de lançar autores. Em segundo lugar, é notável como a maioria dos autores mais novos desse grupo buscam trabalhar temas e formas tidas como universais, movimento atrelado ao interesse pela distinção em relação a gerações anteriores e também a maiores chances de exportação. Essas diferenças, porém, não comprometem a coesão provida pelos espaços e instituições pelos quais os integrantes desse grupo circulam ou circularam.

Com algumas exceções, são autores publicados por três casas editoriais, Companhia das Letras, Record e Rocco. Em alguns casos, foram publicados por editoras menores, no momento de estreia, mas já haviam galgado a trilha até editores maiores, quando o programa da FBN foi reformulado. São também autores representados pelas mesmas agências literárias, Riff, VBM e MTS, entre as brasileiras, Mertin Litag e RCW, entre as estrangeiras. A análise dos dados da FBN sobre como o programa despertou o interesse de editoras em outros mercados apontou esses escritórios como principais divulgadores e viabilizadores das traduções, posicionando-os como intermediadores mais influentes do que editores, autores ou tradutores no que tange à difusão internacional, justamente porque seu trabalho envolve, por definição, estabelecer conexões entre esses outros atores em diferentes campos nacionais. Além disso, sendo figuras mais consolidadas em mercados maiores, como o de língua inglesa, é comum que editoras estrangeiras, ao buscar novos autores, esperem negociar diretamente com agentes literários. Estar ou não agenciado, portanto, mostrou-se uma variável bastante relevante para entender como um grupo pequeno de autores recebeu tantas bolsas de tradução.

Outro fator muito importante nesse circuito consagratório que culmina na exportação foram prêmios literários, em especial Jabuti, Oceanos, Saramago e Camões, mas também os prêmios da FBN e da ABL. Ao comparar autores publicados pelas editoras já citadas e representados pelas agências literárias destacadas acima, mas dividindo-os entre autores que receberam ou não essas láureas, a pesquisa apontou como foi a primeira parcela a que concentrou pedidos de bolsas para tradução. Ou seja, os prêmios foram os principais argumentos de venda com que editoras e agentes levaram seus catálogos ao exterior, ou a categoria de escolha através da qual editoras estrangeiras buscaram ativamente obras brasileiras. Essas premiações, porém, não representaram, sozinhas, qualquer garantia de tradução. O percentual de obras ganhadoras de editoras pequenas ou de autores não agenciados que recebeu bolsas para tradução foi consideravelmente menor do que no caso de obras que envolveram as empresas já listadas. Isso significa que o perfil das obras mais beneficiadas pelo fomento foi composto por três características: foram livros publicados pelas maiores casas, negociados pelas agências mais influentes e que venceram os prêmios de maior prestígio no campo literário de língua portuguesa.



Esse percurso ideal que contribuiu para a tradução de muitos autores contemporâneos no exterior foi acompanhado de outra tendência identificável entre jovens autores, embora não adotada por todos os escritores analisados neste trabalho: o interesse pelo reconhecimento de uma postura e de uma obra cosmopolitas. Foram comuns, no período, tomando por amostra as publicações das casas editoriais e os catálogos das agências já referidas, livros cujos enredos se desenvolvessem em outros países, às vezes em vários, e cujos personagens tivessem outras nacionalidades. A migração também foi um tema constante, tanto ao abordar brasileiros que deixaram o país quanto estrangeiros que vieram para o Brasil, isso quando alguma relação com o Brasil foi de fato estabelecida. Viagens e choques culturais permeiam essas obras, e crises identitárias definem as protagonistas. No caso de autores que não apostaram em escolhas temáticas ou figurativas para construir um imaginário cosmopolita, percebeu-se, ainda assim, desapego por questões que em gerações anteriores marcaram o cenário literário doméstico, como o desenvolvimento econômico e industrial, a identidade brasileira e a solidariedade latino-americana. Agentes do campo literário responsáveis pela difusão desses autores mobilizaram, diversas vezes, o argumento de que a nova geração literária se mostrava livre de ideologias e categorias de percepção datadas do século anterior, mostrando-se pronta para ofertar, em harmonia com a imagem ascendente que o Brasil galgava no exterior, uma literatura de cunho universalista. Pesquisadores e críticos literários participaram dessa onda, defendendo que tais obras, ao focar deslocamentos geográficos, hibridismos culturais e identidades fraturadas, demonstrariam consonância com os problemas de um mundo globalizado. Este trabalho apontou, porém, que livros e autores que priorizaram retratos e leituras do cenário brasileiro foram igualmente traduzidos, desde que atrelados aos mesmos intermediadores com acesso ao mercado internacional, sustentando a hipótese de que a insígnia de artista universal foi um diferencial relevante sobretudo no campo doméstico.

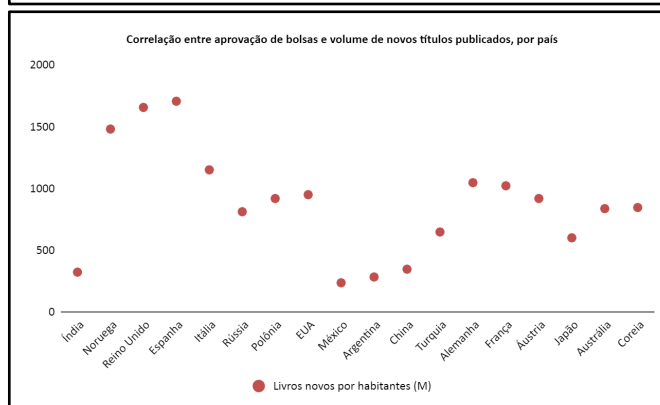
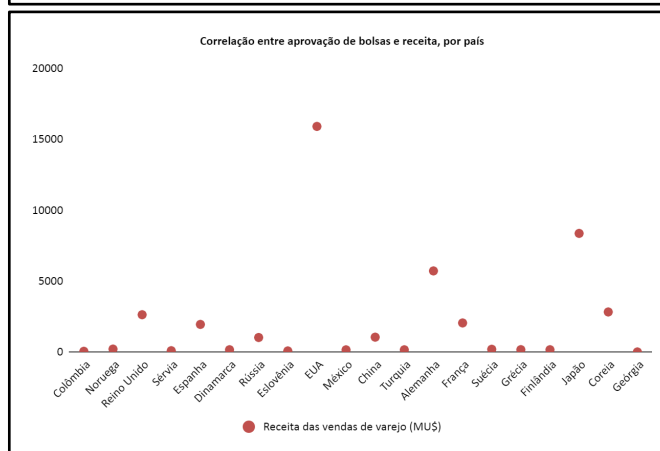
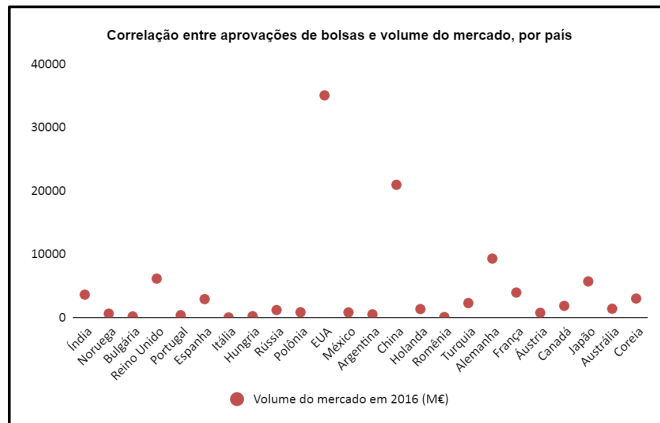
Considerando todas essas observações, a pesquisa buscou demonstrar como interesses e esforços do governo brasileiro e do mercado editorial nacional, embora não previamente acordados, foram capazes de encontrar harmonia na difusão da literatura brasileira no exterior mediante a concessão de bolsas de tradução, ao mesmo tempo em que procurou evidenciar como a conjuntura política e econômica

brasileira, na primeira década dos anos 2000, alinhada a interesses próprios do campo literário, propiciou a produção e o reconhecimento de autores empenhados em um maior diálogo com outros campos nacionais, objetivo que produziu reflexos inclusive em seus livros, inspirando escolhas de temas, figuras e formas. Dessa forma, a decisão governamental de subsidiar a tradução de obras brasileiras mundo afora sedimentou caminhos sobretudo para autores preocupados, entre outras questões, com a inserção no cenário literário internacional e com a sustentação de uma postura cosmopolita, ajudando a criar, nacionalmente, a imagem de uma geração literária menos regionalista e mais universalista, tendência que começaria a ser contestada apenas no fim dos anos 10, já em um contexto de crise política e econômica. Esperou-se contribuir, assim, sem recorrer a explicações deterministas, para a compreensão de como, no interior de uma rede em que vibravam aspirações do Governo Federal, de escritores e de integrantes do mercado editorial, uma orquestração de estratégias políticas, interesses comerciais e anseio por prestígio influenciaram a internacionalização da literatura brasileira e a própria literatura brasileira internacionalizada nas primeiras décadas do século XXI.

## Anexo 1: Trajetórias Acadêmicas e Profissionais dos Avaliadores da FBN

	Integrantes	Participou dos Editais	Nº de Participações	Formação	Área	Atuação	Trajetória Profissional
Consultor Externo	Heloísa Buarque de Holanda	1º	4	PUC-RJ, EFRJ, Columbia University	Letras e Sociologia	Pesquisa e Docência	UFRJ, MIS, Columbia U, Stanford, California, Brown, NY University
	Berilo Vilaça Vargas	1º	4	—	Jornalismo e Tradução	Jornalismo e Tradução	MP-RJ, O Globo, Folha da Tarde e Jornal do Brasil
	Leonardo Fróes da Silva	1º, 2º, 3º	16	—	Jornalismo	Crítica Literária, Tradução e Jornalismo	O Globo, Folha da Tarde, Jornal do Brasil, Revista Piracema e Fundação Nacional da Arte
	Júlio César Valladolid Diniz	1º	7	UFRJ, PUC-RJ, Universidade de Salamanca	Letras	Pesquisa e Docência	Instituto Confucius, Anpoll, Nelim, Conselho Estadual de Cultura do Rio de Janeiro
	Paula Glenadel Leal	1º	3	UFRJ, Paris VIII	Letras	Pesquisa e Docência	UFF
	Marcelo Jacques de Moraes	3º	5	UERJ	Letras	Pesquisa e Docência	UERJ
Integrante da FBN	Anibal Bragança	1º	6	UFF e USP	História e Comunicação	Funcionalismo Público	FBN, EDUFF, Secretaria de Cultura de Niterói
	Moema Salgado	1º, 2º, 3º	8	—	—	Funcionalismo Público	FBN
	Mônica Rizzo Soares Pinto	1º, 2º	4	Unirio	Biblioteconomia e Memória Social	Funcionalismo Público	FBN, Biblioteca do Senado Federal
	Ana Crisitna Sá (FBN)	1º, 2º	8	—	História e Direito	Funcionalismo Público	Centro de Memória e Eletricidade, Enciclopédia Britânica e FBN
	Rosane Santos	1º	4	UFF	Biblioteconomia e Ciência da Informação	Funcionalismo Público	FBN
	Anna Naldi	1º, 2º	2	—	Letras	Funcionalismo Público	FBN
	Rutonio Sant'anna	1º, 2º	9	UFF e UFRJ	Biblioteconomia e Comunicação	Funcionalismo Público	FBN
	Marcus Venicio Toledo	2º, 3º	9	UFF	Sociologia	Funcionalismo Público	—
	Maria Eduarda Marques	3º	4	PUC-RJ	História	Funcionalismo Público	FBN
Representante do MinC	Eliane Vasconcelos	1º, 2º	8	PUC-RJ, UFF, UFRJ, Sorbonne Nouvelle	Letras	Funcionalismo Público	Fundação Casa Rui Barbosa
	Gustavo Pacheco	3º	3	PUC-RJ	Antropologia e Direito	Funcionalismo Público	Itamaraty
	Adam Muniz	3º	3	UnB	Relações Internacionais	Funcionalismo Público	Itamaraty
	Raihana Torres Falleiros	3º	1	UnB	Ciência Política	Funcionalismo Público	—
	José Almino	1º, 2º	5	Université de Paris	Economia e Sociologia	Funcionalismo Público	Fundação Casa Rui Barbosa
	José Eisenberg	2º	3	City University of New York	Sociologia	Funcionalismo Público	FBN
Representantes do MIRE	André Maciel	3º	2	—	—	Funcionalismo Público	Itamaraty
	Lucas Leitão	3º	1	UFSC	Direito	Funcionalismo Público	Itamaraty
	Fabio Pinto Cunha Coelho	3º	1	UFF	Comunicação	Funcionalismo Público	Itamaraty
	Gustavo de Sá Duarte Barboza	3º	3	PUC-RJ	Música	Funcionalismo Público	Itamaraty

## Anexo 2: Tentativas de Correlação entre Bolsas aprovadas e dados Macroeconômicos, por País



**Fonte:** International Publishers Association. The Global Publishing Industry in 2016.

Disponível em:

[https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/en/wipo\\_ipa\\_pilotsurvey\\_2016.pdf](https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/en/wipo_ipa_pilotsurvey_2016.pdf)

Último acesso em 17 de julho de 2020.

### Anexo 3: Alunos Matriculados na Unilab, por País de Origem

Ano	Brasil	Cabo Verde	Guiné	Costa do Marfim	São Tomé e Príncipe	Gabão	Angola	Moçambique	Timor Leste	Portugal	Itália	Total
2020	990	2	169	0	6	0	128	16	0	0	0	1311
2019	967	2	174	0	5	0	113	11	1	0	1	1274
2018	1267	8	202	0	8	0	114	9	0	0	0	1608
2017	1576	15	232	1	8	0	84	9	0	0	0	1925
2016	1030	14	179	0	16	0	60	9	0	0	0	1308
2015	1171	18	134	0	24	0	30	7	0	0	0	1384
2014	866	27	189	1	23	0	17	7	0	2	0	1132
2013	809	27	152	0	14	0	17	9	0	0	0	1028
2012	502	19	44	0	19	1	8	2	69	0	0	664
2011	295	3	18	0	1	0	12	1	3	0	0	333
<b>Total</b>	<b>9473</b>	<b>135</b>	<b>1493</b>	<b>2</b>	<b>124</b>	<b>1</b>	<b>583</b>	<b>80</b>	<b>73</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>11967</b>

**Anexo 4: Trajetórias dos Trinta Autores Contemporâneos Cujos Livros foram mais contemplados com Bolsas de Tradução da FBN**

<b>Autor</b>	<b>Idade ao lançar primeiro livro</b>	<b>Agência Literária</b>	<b>Bolsas</b>	<b>Ano de Nascimento</b>	<b>Nascimento</b>	<b>Família Estrangeira</b>
Adriana Lisboa	29	Riff	17	1970	Rio de Janeiro	Não
Rubem Fonseca	38	Riff	18	1925	Juiz de Fora (MG)	Sim, portuguesa
Alberto Mussa	36	VBM	15	1961	Rio de Janeiro	Não
Luiz Ruffato	37	Vikings e Anja Saile	15	1961	Cataguazes (MG)	Não
Daniel Galera	24	RCW	14	1979	São Paulo	Não
Moacyr Scliar	35	Riff	14	1937	Porto Alegre	Sim, de Bessarábia
Michel Laub	25	RCW	11	1973	Porto Alegre	Não
Ana Maria Machado	38		10	1941	Rio de Janeiro	Não
Antônio Torres	32		10	1940	Sátiro Dias (BA)	Não
Bernardo Kucinski	40		10	1937	São Paulo	Sim, polonesa
Andréa Del Fuego	29	Mertin Litag	9	1975	São Paulo	Não
Raduan Nassar	40	RCW	9	1925	Pindorama (SP)	Sim, libanesa
Hilda Hilst	20	MTS	8	1930	Jaú (SP)	Não
João Paulo Cuenca	25	Mertin Litag e Indent	8	1978	Rio de Janeiro	Sim, pai argentino
Patrícia Melo	32	Mertin Litag	8	1962	Assis (SP)	Não
Ana Paula Maia	26	Anja Saile	7	1977	Nova Iguaçu (RJ)	Não
Cristovão Tezza	36	Riff e Anja Saile	7	1952	Lages (SC)	Não
Luis Fernando Veríssimo	37	Riff	7	1936	Porto Alegre	Não
Chico Buarque	22	RCW	6	1944	Rio de Janeiro	Não
Diogo Mainardi	27		6	1962	Rio de Janeiro	Não
Ferreira Gullar	19		6	1930	São Luís	-
João Almino	44	VBM	6	1950	Mossoró (RN)	Não
Marcello Quintanilha	28		6	1971	Niterói (RJ)	Não
Raimundo Carrero	28		6	1947	Salgueiro (PE)	Não
Carola Saavedra	32	Mertin Litag	5	1973	Santiago	Sim, chilena
Edney Silvestre	59	VBM	5	1950	Valença (RJ)	Não
João Gilberto Noll	34	Oasys	5	1946	Porto Alegre	Não
Ronaldo Correia de Brito	38	Anja Saile	5	1951	Saboeiro (CE)	Não
Sérgio Sant'Anna	28		5	1971	Rio de Janeiro	Não
Tatiana Salem Levy	32	Mertin Litag	5	1979	Lisboa	Sim, turca

<b>Autor</b>	<b>Formação</b>	<b>Instituição</b>	<b>Outras Ocupações</b>	<b>Morou Fora</b>	<b>Profissão do Pai</b>	<b>Profissão da Mãe</b>	<b>1ª Editora</b>	<b>Editora Atual</b>
Adriana Lisboa	Música e Letras	Unirio e URFJ	Cantora e Tradutora	Sim	-	-	Rocco	Cia. das Letras
Rubem Fonseca	Direito	UFRJ	Comissário, professor, gestor(Light)	Não	-	-	Artenova	Nova Fronteira
Alberto Mussa	Letras	UFRJ	Tradutor	-	-	-	Revan	Record
Luiz Ruffato	Comunicação	UFJF	Jornalista	Não	Pipoqueiro	Lavadeira	Boitempo	Cia. das Letras
Daniel Galera	Publicidade	UFRGS	Tradutor	-	-	-	Livros do Mal	Cia. das Letras
Moacyr Scliar	Medicina	UFRGS	Médico e Professor	Sim	-	-	Movimento	Cia. das Letras
Michel Laub	Direito e Jornalismo*	UFRGR e PUC-RS	Editor e Jornalista	-	-	-	Cia. das Letras	Cia. das Letras
Ana Maria Machado	Letras	Universidad e do Brasil	Jornalista e Professora	Sim	jornalista e político	-	Abril	Moderna
Antônio Torres	-	-	Jornalista e Publicitário	Sim, Portugal	-	-	Gernasa	Record
Bernardo Kucinski	Física, Comunicação	USP	Jornalista, Professor e Assessor da Secom	Sim	-	-	Expressão Popular	Alameda
Andréa Del Fuego	Filosofia	USP	Colunista	-	-	-	Fina Flor	Cia. das Letras
Raduan Nassar	Filosofia e Direito*	USP	Jornalista e Agricultor	Sim	Vendedor	-	José Olympio	Cia. das Letras
Hilda Hilst	Direito	USP	-	Não	Jornalista, Poeta e Ensaísta	-	Revista dos Tribunais (Poesia); Perspectiva (Prosa)	Cia. das Letras
João Paulo Cuenca	Economia	UFRJ	Colunista, Roteirista e Cineasta	-	-	-	Planeta	Planeta
Patrícia Melo	Letras*	PUC-RJ	Roteirista, Dramaturga e artista plástica	Sim, Suíça	Dentista	Professora de História	Cia. das Letras	Leya
Ana Paula Maia	Ciência da Computação e Comunicação Social		Ciência da Computação e Comunicação Social	-	Vendedor	Professora de Língua Portuguesa	7 Letras	Cia. das Letras
Cristovão Tezza	Letras	UFSC	Professor	Sim	-	-	Brasiliense	Atualmente
Luis Fernando Veríssimo	-	-	Músico e Tradutor	Sim	Escritor	-	José Olympio	Objetiva
Chico Buarque	Arquitetura*	USP	Músico	Sim	Historiador e	Pianista e Pintora	Civilização Brasileira	Cia. das Letras

					Jornalista			
Diogo Mainardi	Economia*	LSOE	Jornalista	Sim, Israel, Itália, Inglaterra	Jornalista, escritor e publicitário	Publicitári a e escritora	Record	Record
Ferreira Gullar	-	-	Crítico e Roteirista	Sim, União Soviética, Argentina e Chile	-		MCMXLIX	Globo, Cia. das Letras
João Almino	Direito	UERJ	Diplomata	Sim, França, México, Estados Unidos	-		Brasiliense	Record
Marcello Quintanilha	-	-	-	Sim, Espanha	-	-	Conrad	Veneta
Raimundo Carrero	-	-	jornalista, editor e crítico	Não	-	-	Artenova	Iluminuras
Carola Saavedra	Jornalismo	PUC-Rio	Jornalista e Tradutora	Sim, Espanha, França e Alemanha	-	-	7 Letras	Cia. das Letras
Edney Silvestre	-	-	Jornalista	Sim, Estados Unidos	Vendedor	Tecelã	Record	Record
João Gilberto Noll	-	UFRGS	Professor	Sim, Estados Unidos e Inglaterra	Vendedor	-	Civilização Brasileira	Record
Ronaldo Correia de Brito	Medicina	UFPE	Médico	-	-	-	Cepe	Cia. das Letras
Sérgio Sant'Anna	Direito	UFMG	Professor e Colunista	Sim, França	-	-	Edições Estória	Cia. das Letras
Tatiana Salem Levy	Letras	UFRJ	-	Sim, Portugal, França e Estados Unidos			Record	Atualmente



**Anexo 5: Editoras Brasileiras cujos catálogos foram alvo de propostas de Tradução dentro do Programa da FBN menos de 5 vezes**

1) Editoras cujos catálogos foram alvo de quatro propostas cada:

Ática, Casa Lygia Bojunga, Grua, Instituto Socioambiental, Revan;

2) Editoras cujos catálogos foram alvo de três propostas cada:

Bagaço, Civilização Brasileira, Dublinense, Edusp, Francis, Leya, Martin Claret, Valer, Zarabatana;

3) Editoras cujos catálogos foram alvo de duas propostas cada:

Amazon, Arquipélogo, Ateliê, Callis, É realizações, Lamparina, Lumme Editor, Oito e Meio, Panda Books, Tordesilhas, Ubu, Unicamp;

4) Editoras cujos catálogos foram alvo de três propostas cada:

Acd Editores, Anadarco, Armazem da Cultura, Arx, Autoral, Baleia, Benvirá, Best Bolso, Bestbolso, Booklink, Brinque book, Caliban, Casa da palavra, Cepe, Chave, Cintra, CIP, Codecri, Conrad, Corregidor, Cousa, Crítica Marxista, Cultrix, DCL, Demônio Negro, Devir, Difusão, Edições, SM, EDIPUCRS, Educ, EGBA, Expressão Popular, Farol Literário, FGV, Fiocruz, Fondo de Cultura , Garnier, Horizonte, Ibis Libris, IMS, Independente, Itatiaia, Jovens Escribas, Lazuli, Leitura, Língua, Geral, Litro, LIVROS D'HOJE, LPM , Martins Fontes, Memoria do Brasil, Momento, Nova Alexandria, Nova Leitura, Pallas, Perseu, Perspectiva, Polvo, Prestel, Publifolha, Publisher, Relogio D'Água, Relume, Scipione, Scriptum, Selo Negro, Senado Federal, Sesi, Siciliano, Terracota, Todavia, Topbooks, UFRJ, Ulisseia, Unesp, Vê, Via Litterarum, Vozes

**Anexo 6: Relação dos vencedores dos prêmios Jabuti, Oceanos, FBN, Machado de Assis e Camões, desde 2020, com bolsas da FBN para tradução dos Autores premiados**

As tabelas de número BLAU a BLIU, a seguir, enumeram, desde o ano 2000, os vencedores dos prêmios Jabuti, Oceanos, o prêmio da Biblioteca Nacional, o prêmio Machado de Assis, promovido pela Academia Brasileira de Letras, e, no âmbito da Comunidade de Língua Portuguesa, os prêmios Camões e Saramago. A lista de premiados é acompanhada pela quantidade de bolsas que cada autor recebeu da FBN, entre 2010 e 2019, bem como das editoras pelas quais publicaram os livros laureados, no caso das competições que reconhecem livros. Em algumas premiações, são concedidos prêmios distintos a livros de contos e romances, sendo ambos considerados vencedores; no prêmio Oceanos, edições distintas podem laurear um ou mais escritores por ano. Aqui foram considerados premiados autores e obras tidos por vencedores pelos editais e promovidos como tais. Optou-se por fazer uma tabela para cada premiação, e não uma única, que tivesse os escritores como elemento fixo, o que seria mais econômico, para que não fossem perdidas observações pertinentes que se sobressaem quando os prêmios são comparados separadamente. No exercício de analisar os prêmios e as bolsas da FBN, essa diferença ocorre principalmente, como se verá, entre premiações que contemplam livros e premiações que reconhecem o conjunto da obra dos premia.

<b>Vencedores dos Prêmios Jabuti de Melhor Romance, Melhor Livro de Contos e Melhor Publicação no Exterior, desde 2000</b>					
<b>Romance</b>	<b>Categoria</b>	<b>Autor</b>	<b>Romance</b>	<b>Bolsas FBN</b>	<b>Editora</b>
2020	Romance	Itamar Vieira Junior	Torto Arado	1	Todavia
2020	Conto	Carla Bessa	Urubus	1	Confraria do Vento
2020	Tradução	Lorde	João Gilberto Noll	5	Record
2019	Romance	Tiago Ferro	O Pai da Menina Morta	0	Todavia
2019	Conto	Vilma Arêas	Um Beijo por Mês	0	Luna Parque
2019	Tradução	Julián Fuks	A Resistência	4	Cia. das Letras
2018	Romance	Carol Bensimon	O Clube dos Jardineiros de Fumaça	3	Cia. das Letras

2018	Conto	Maria Fernanda dos Santos Elias Maglio	Enfim, Imperatriz	0	Patuá
2018	Tradução	Fernanda Torres	Fim	4	Cia. das Letras
2017	Romance	Silviano Santiago	Machado	2	Cia. das Letras
2017	Romance	Cristovão Tezza	A Tradutora	7	Record
2017	Romance	Maria Valéria Rezende	Outros Cantos	1	Cia. das Letras
2017	Conto	Verônica Stigger	Sul	1	Editora 34
2017	Tradução	Raduam Nassar	Um Copo de Cólera	9	Cia. das Letras
2017	Tradução	João Almino	Enigmas de Primavera	6	Record
2017	Tradução	Chico Buarque	O Irmão Alemão	6	Cia. das Letras
2016	Romance	Julián Fuks	A Resistência	4	Cia. das Letras
2016	Romance	Luis S. Krausz	Bazar Paraná	3	Benvirá
2016	Romance	Sheila Smanioto	Desesterro	0	Record
2016	Conto	Natália Borges Polesso	Amora	0	Dublinense
2015	Romance	Maria Valéria Rezende	Quarenta Dias	1	Cia. das Letras
2015	Romance	João Anzanello Carrascoza	Caderno de um Ausente	4	Cosac Naify
2015	Romance	Evandro Affonso Ferreira	Os Piores Dias de Minha Vida Foram Todos	0	Record
2015	Conto	Carol Rodrigues	Sem Vista para o Mar	0	Edith
2014	Romance	Bernardo Carvalho	Reprodução	4	Cia. das Letras
2014	Romance	Michel Laub	A Maçã Envenenada	11	Cia. das Letras
2014	Romance	Verônica Stigger	Opisanie Świata	1	Cosac Naify
2014	Conto	Rubem Fonseca	Amálgama	17	Nova Fronteira
2013	Romance	Evandro Affonso Ferreira	O Mendigo que Sabia de Cor os Adágios de Erasmo de Rotterdam	0	Record
2013	Romance	Victor Heringer	Glória	0	7Letras
2013	Romance	Daniel Galera	Barba Ensopada de Sangue	14	Cia. das Letras
2013	Conto	Luís Fernando Veríssimo	Diálogos Impossíveis	7	Objetiva
2012	Romance	Oscar Nakasato	Nihonjin	0	Benvirá
2012	Romance	Edival Lourenço	Naqueles morros, depois da chuva	0	Hedra

2012	Romance	Chico Lopes	O estranho no corredor	0	Editora 34
2012	Conto	Sidney Rocha	O Destino das Metáforas	0	Iluminuras
2011	Romance	José Castello	Ribamar	1	Record
2011	Romance	Rubens Figueiredo	Passageiro do Fim do Dia	3	Cia. das Letras
2011	Romance	José Roberto Torero	O Evangelho de Barrabás	0	Objetiva
2011	Conto	Dalton Trevisan	Desgracida	2	Record
2010	Romance	Edney Silvestre	Se Eu Fechar Os Olhos Agora	5	Record
2010	Romance	Chico Buarque	Leite Derramado	6	Cia. das Letras
2010	Romance	Luis Fernando Veríssimo	Os Espiões	7	Cia. das Letras
2010	Conto	José Rezende Jr.	Eu Perguntei Pro Velho Se Ele Queria Morrer (E Outras Estórias De Amor)	0	7Letras
2009	Romance	Moacyr Scliar	Manual da Paixão Solitária	14	Cia. das Letras
2009	Romance	Milton Hatoum	Órfãos do Eldorado	3	Cia. das Letras
2009	Romance	Daniel Galera	Cordilheira	14	Cia. das Letras
2009	Conto	Fabrizio Carpinejar	Canalha!	0	Record
2008	Romance	Cristovão Tezza	O Filho Eterno	7	Record
2008	Romance	Bernardo Carvalho	O Sol se Põe em São Paulo	4	Cia. das Letras
2008	Romance	Beatriz Bracher	Antonio	4	Editora 34
2008	Conto	Vera do Val	Histórias do Rio Negro	0	Martins Fontes
2007	Romance	Carlos Nascimento Silva	Desengano	0	Agir
2007	Romance	Luiz Ruffato	Vista Parcial da Noite	15	Record
2007	Romance	Antônio Torres	Pelo Fundo da Agulha	10	Record
2007	Conto	Ferreira Gullar	Resmungos	6	Imprensa Oficial
2006	Romance	Milton Hatoum	Cinzas do Norte	3	Cia. das Letras
2006	Romance	Godofredo de Oliveira Neto	Menino Oculito	1	Record
2006	Romance	Domingos Pellegrini	Meninos no Poder	0	Record
2006	Romance	Edgard Telles Ribeiro	Olho de Rei	1	Record
2006	Conto	Marcelino Freire	Contos Negreiros	2	Record
2005	Romance	Nélida Piñon	Vozes do Deserto	0	Record
2005	Romance	João Gilberto Noll	Lorde	5	Record

2005	Romance	Cristovão Tezza	O Fotógrafo	7	Record
2005	Conto	Alcione Araújo	Urgente é a Vida	0	Record
2004	Romance	Bernardo Carvalho	Mongólia	4	Cia. das Letras
2004	Romance	Assis Brasil	A Margem Imóvel do Rio	1	L&PM
2004	Romance	Chico Buarque	Budapeste	6	Cia. das Letras
2004	Conto	Sérgio Sant'Anna	O Vôo da Madrugada	5	Cia. das Letras
2003	Romance	Ana Miranda	Dias e Dias	0	Cia. das Letras
2003	Romance	Domingos Pellegrini	No Coração das Perobas	0	Record
2003	Romance	Bernardo Carvalho	Nove Noites	4	Cia. das Letras
2003	Conto	Rubem Fonseca	Pequenas Criaturas	17	Cia. das Letras
2002	Romance	Rubens Figueiredo	Barco a Seco	3	Cia. das Letras
2002	Romance	Dionisio Jacob	A Utopia Burocrática de Máximo Modesto	0	Cia. das Letras
2002	Romance	Luís Giffoni	Adágio para o Silêncio	0	Pulsar
2002	Conto	Fernando Sabino	Livro Aberto	0	Record
2001	Romance	Milton Hatoum	Dois Irmãos	3	Cia. das Letras
2001	Romance	Patrícia Melo	Inferno	8	Cia. das Letras
2001	Romance	Domingos Pellegrini	O Caso da Chácara Chão	0	Record
2001	Conto	Lygia Fagundes Telles	Invenção e Memória	1	Rocco
2000	Romance	Moacyr Scliar	A Mulher que escreveu a Bíblia	14	Cia. das Letras
2000	Romance	Flávio Aguiar	Anita	0	Boitempo
2000	Romance	Carlos Heitor Cony	Romance sem Palavras	0	Cia. das Letras
2000	Conto	Raimundo Carrero	As Sombrias Ruínas da Alma	6	Iluminuras

Dados recolhidos pelo autor

<b>Vencedores do Prêmio Oceanos de Melhor Romance e Melhor Livro de Contos desde 2003</b>				
<b>Romance</b>	<b>Autor</b>	<b>Romance</b>	<b>Bolsas</b>	<b>Editora</b>
2020	Itamar Vieira Júnior	Torto Arado	1	Todavia
2020	Maria Valéria Rezende	Carta à Rainha Louca	1	Cia. das Letras
2019	Nara Vidal	Sorte	0	Moinhos
2018	Marília Garcia	Câmera Lenta	4	Cia. das Letras
2017	Silviano Santiago	Machado	2	Cia. das Letras

2017	Bernardo Carvalho	Simpatia pelo Demônio	4	Cia. das Letras
2016	Julián Fuks	A Resistência	4	Cia. das Letras
2016	Ana Martins Marques	O Livro das Semelhanças	2	Cia. das Letras
2016	Arthur Dapieve	Maracanazo e outras histórias	1	Cia. das Letras
2015	Silviano Santiago	Mil Rosas Roubadas	2	Cia. das Letras
2015	Elvira Vigna	Por Escrito	2	Cia. das Letras
2015	Alberto Mussa	A Primeira História do Mundo	15	Record
2014	Sérgio Rodrigues	O Drible	2	Cia. das Letras
2014	Everaldo Norões	Entre Moscas	0	Confraria do Vento
2013	José Luiz Passos	O Sonâmbulo Amador	1	Cia. das Letras
2013	Eucanaã Ferraz	Sentimental	0	Cia. das Letras
2013	Cíntia Moscovich	Essa Coisa Brilhante que É a Chuva	0	Record
2012	Dalton Trevisan	O Anão e a Ninfeta	2	Record
2012	Nuno Ramos	Junco	1	Iluminuras
2011	Rubens Figueiredo	Passageiro do Fim do Dia	3	Cia. das Letras
2011	Marina Colasanti	Minha Guerra Alheia	3	Record
2010	Chico Buarque	Leite Derramado	6	Cia. das Letras
2010	Rodrigo Lacerda	Outra Vida	2	Cia. das Letras
2010	Armando Freitas Filho	Lar	0	Cia. das Letras
2009	Nuno Ramos	Ó	1	Iluminuras
2009	João Gilberto Noll	Acenos e Afagos	5	Record
2008	Lourenço Mutarelli	A arte de produzir efeito sem causa	2	Cia. das Letras
2008	Cristóvão Tezza	O Filho Eterno	7	Record
2008	Beatriz Bracher	Antonio	4	Editora 34
2007	Dalton Trevisan	Macho não ganha flor	2	Record
2007	Teixeira Coelho	História natural da ditadura	0	Iluminuras
2006	Milton Hatoum	Cinzas do norte	3	Cia. das Letras
2006	Alberto Martins	História dos ossos	0	Editora 34
2006	Ricardo Lísias	Duas praças	1	Globo
2005	Amílcar Bettega Barbosa	Os lados do círculo	1	Cia. das Letras
2005	Silviano Santiago	O falso mentiroso	2	Rocco
2005	Edgard Telles Ribeiro	Histórias mirabolantes de amores clandestinos	1	Record

2004	Paulo Henriques Britto	Macau	0	Cia. das Letras
2004	Sérgio Sant'Anna	O vôo da madrugada	5	Cia. das Letras
2004	Assis Brasil	A margem imóvel do rio	1	L&PM
2003	Bernardo Carvalho	Nove Noites	4	Cia. das Letras
2003	Dalton Trevisan	Pico na veia	2	Record
2003	Sebastião Uchoa Leite	A regra secreta	0	Landy
2003	Mário Chamie	Horizonte de esgrimas	0	Funpec

Dados recolhidos pelo autor

<b>Vencedores dos Prêmios da FBN de Melhor Romance e Melhor Livro de Contos desde 2005</b>					
<b>Ano</b>	<b>Categoria</b>	<b>Autor</b>	<b>Romance</b>	<b>Bolsas FBN</b>	<b>Editoras</b>
2020	Romance	Menalton Braff	Além do Rio dos Sinos	0	Reformatório
2020	Conto	Jarid Arraes	Redemoinho em Dia Quente	0	Cia. das Letras
2019	Romance	Luís Bueno	Paradeiro	0	Ateliê
2019	Conto	Elvira Vigna	Kafkanianas	2	Todavia
2018	Romance	Evandro Affonso Ferreira	Nunca Houve Tanto Fim como Agora	0	Record
2018	Conto	Gustavo Pacheco	Alguns Humanos	0	Tinta da China
2017	Romance	João Paulo Cuenca	Descobri que Estava Morto	8	Planeta
2017	Conto	Marcelo Moutinho	Ferrugem	0	Record
2016	Romance	Sheyla Smanioto	Desterro	0	Record
2016	Conto	Marta Barcellos	Antes que Seque	0	Record
2015	Romance	Tércia Montenegro	Turismo para Cegos	0	Cia. das Letras
2015	Conto	Carol Rodrigues	Sem Vista para o Mar	0	Edith
2014	Romance	Marcelino Freire	Nossos Ossos	2	Record
2014	Conto	Bernardo Kucinski	Você Vai Voltar Para Mim	10	Cosac Naify
2013	Romance	Veronica Stigger	Opsianie Swiata	1	Cosac Naify
2013	Conto	Cintia Moscovich	Essa Coisa Brilhante que é a Chuva	0	Record
2012	Romance	Paulo Scott	Habitante Irreal	3	Cia. das Letras
2012	Conto	Marcílio França Castro	Breve Cartografia de Lugares Sem Nenhum Interesse	0	7 Letras
2011	Romance	Alberto Mussa	O senhor do lado esquerdo	15	Record
2011	Conto	Sérgio Sant'Anna	O livro de Praga – Narrativas de amor e arte	5	Cia. das Letras
2010	Romance	Joca Reiners Terron	Do Fundo do Poço se Vê a Lua	3	Cia. das Letras

2010	Conto	Carlos Henrique Schroeder	As Certezas e as Palavras	1	Design
2009	Romance	Raimundo Carrero	A minha alma é irmã de Deus	6	Record
2009	Conto	Beatriz Bracher	Meu Amor	4	Editora 34
2008	Romance	Daniel Galera	Cordilheira	14	Cia. das Letras
2008	Conto	Dalton Trevisan	O Maníaco de Olho Verde	2	Record
2007	Romance	Idalina Azevedo da Silva	O Tempo Físico	0	Scortecci
2007	Conto	Nelson de Oliveira	Ódio sustentado	0	Língua Geral
2006	Romance	Silvio Fiorani	Investigação sobre Ariel	0	A Girafa
2006	Conto	Mario Sabino	O Antinarciso	2	Record
2005	Romance	Alberto Mussa	O Movimento Pensular	15	Record
2005	Conto	Sônia Coutinho	Ovelha Negra e Amiga Loura	0	7 Letras

Dados recolhidos pelo autor

<b>Vencedores do Prêmio Machado de Assis desde 2000</b>		
<b>Romance</b>	<b>Autor</b>	<b>Bolsas da FBN Recebidas pelo Autor</b>
2020	Prêmio Suspenso	-
2019	Prêmio Suspenso	-
2018	Prêmio Suspenso	-
2017	João José Reis	2
2016	Ignácio de Loyola Brandão	1
2015	Rubem Fonseca	17
2014	Vamireh Chacon	0
2013	Silviano Santiago	2
2012	Dalton Trevisan	2
2011	Carlos Guilherme Mota	0
2010	Benedito Nunes	0
2009	Salim Miguel	0
2008	Autran Dourado	0
2007	Roberto Cavalcanti de Albuquerque	0
2006	César Leal	0
2005	Ferreira Gullar	6
2004	Francisco de Assis Brasil	1
2003	Antonio Carlos Villaça	0



2002	Wilson Martins	0
2001	Ana Maria Machado	10
2000	Antônio Torres	10

Dados recolhidos pelo autor

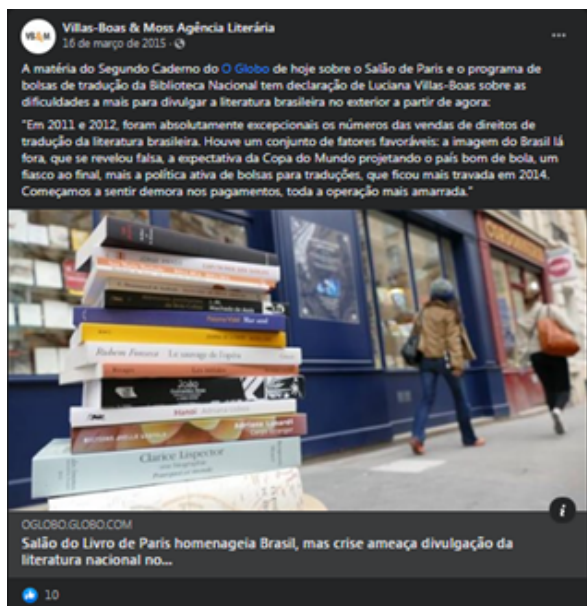
<b>Vencedores do Prêmio Camões desde 2000</b>		
<b>Romance</b>	<b>Autor</b>	<b>Bolsas da FBN Recebidas pelo Autor</b>
2019	Chico Buarque	6
2016	Raduan Nassar	9
2014	Alberto da Costa e Silva	0
2012	Dalton Trevisan	2
2010	Ferreira Gullar	6
2008	João Ubaldo Ribeiro	4
2005	Lygia Fagundes Telles	1
2003	Rubem Fonseca	17
2000	Autran Dourado	0

Dados recolhidos pelo autor

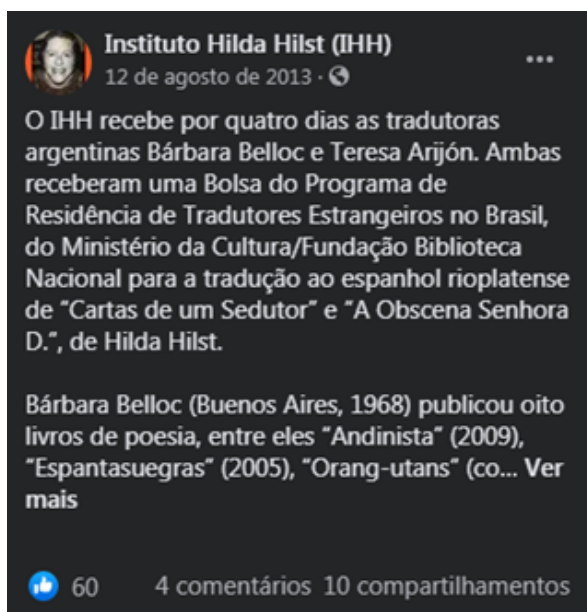
## Anexo 7: Publicações de Agentes do Campo Editorial Brasileiro que Mencionaram o Programa de Bolsas da FBN



Disponível em: <https://www.facebook.com/agenciariff/posts/333595280060495>  
Último Acesso: 14/10/2020



Disponível em: <https://www.facebook.com/vbmliteraryagency/posts/533678906771538>  
Último Acesso: 14/10/2020



Disponível em:

<https://www.facebook.com/InstitutoHildaHilst/photos/a.282992115126858/485816838177717>

Último Acesso: 14/10/2020



Disponível em: <https://www.facebook.com/luizruffato/posts/905637546188004>

Último Acesso: 14/10/2020

## Bibliografia

ALVARO, Nuno. Mensagem da Embaixada Brasileira em Praia. BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Brasemb Praia [MSG OF nº 00414A]**, 04/09/1993. EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 05 p. 1993

ALVES, W. S. **O discurso de Luiz Ruffato em Frankfurt: polêmica, recepção inicial e paradigmas em disputa**. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2316-4018488>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/elbc/a/jSZzZLqwcD6tjsDfqGwCNdc/?lang=pt&format=pdf>  
Acesso em 13, fev. 2021.

AMORIM, C. Hardening Brazil 's Soft Power. **Project Syndicate**, 2013, Nova York Commentary, 16 de junho. Disponível em: <https://www.project-syndicate.org/commentary/a-more-robust-defense-policy-for-brazil-by-celso-amorim>  
Último acesso em 6 de outubro de 2020.

\_\_\_\_\_. **“Brasil não pode desperdiçar seu 'soft power'”**, diz Celso Amorim. BBC Brasil, Rio de Janeiro, 10, mar. 2015. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/03/150310\\_entrevista\\_celso\\_amorim\\_jc\\_rb](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/03/150310_entrevista_celso_amorim_jc_rb). Acesso em 21, mar. 2020.

APTER, Emily. Untranslatables: A World System. **New Literary History**, Johns Hopkins University Press, v. 39, n. 3, Literary History in the Global Age (Summer, 2008), pp. 581-598.

\_\_\_\_\_. **Against World Literature: On the politics of untranslatability**. 1 ed. Londres: Verso, 2013.

BARÃO, G. **A diplomacia cultural na política externa do governo Lula : um novo projeto de desenvolvimento nacional (2003-2010)**. 2012, Faculdade de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012, disponível em <http://hdl.handle.net/10183/71685>, acesso em 17, out. 2020.

BAILEY-PINTO, C. F. **A Internacionalização da Literatura Brasileira. Tradução, Política e Percepção Cultural**. Revista Brasileira de Literatura Comparada, v. 21, n. 37, 2019. Disponível: <https://revista.abralic.org.br/index.php/revista/issue/view/37>, acesso em 29, abr. 2021.

BOKOVA, I. The Power of Culture for Development. **Economic Cooperation and Development Review**, UNESCO, v. 6, n. 1, abr. 2013. Disponível em <https://www.sesric.org/files/article/463.pdf>, acesso em 10, set. 2020.

BOES, P. Brazilianische Literatur in deutscher Sprache. **Literaturübersetzung aus der Sicht der Translationswissenschaft**. Berlin: Trafo, 2013.

BOURDIEU, P. Du champ national au champ international. **Les Structures sociales de l'économie**. Paris: Seuil, coll. Liber, p. 273-280, 2000.

\_\_\_\_\_. As Condições Sociais da Circulação Internacional de Ideias. **Revista Enfoques**, v. 1, n. 1, Rio de Janeiro, IV-2017-XIII-2017, 2002

\_\_\_\_\_. **O Poder Simbólico**. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

\_\_\_\_\_. **As Regras da Arte**. 7 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

\_\_\_\_\_. **Sobre o Estado**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

\_\_\_\_\_. **A Produção da Crença**, 3. ed. Porto Alegre: Zouk, 2018.

BRASIL. Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei 12.289, de 20 de julho de 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12289.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12289.htm). Acesso em 18, mai. 2020.

\_\_\_\_\_. Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei 11.652, de 07 de abril de 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11652.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11652.htm). Acesso em: 10, mai. 2020.

\_\_\_\_\_. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei 13.417, de 1º de março de 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13417.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13417.htm). Acesso em: 26, mai. 2020.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. LIMA, M. A. R. V; MARQUES, R. N.; PINTO, L. S.; PAES, M. S. O. **Migração e cidadania cultural: A experiência do Instituto Brasil Itália de Milão**. Milão, 2008. Disponível em: <https://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/BRMundo/pt-br/file/IMIGRA%C3%87%C3%83O%20E%20CIDADANIA%20CULTURAL1.pdf> Acesso em 14/04/2021.

\_\_\_\_\_. [OF C nº 00122], 09/04/1990, Praia [para] EXTERIORES/ DAF-II, Brasília. 01 p. Relações Cabo Verde-Portugal. Brasemb Praia. 1990.

\_\_\_\_\_. Decisão Executiva nº 210 de 7 de novembro de 2011. Homologa decisão do Conselho de Jurados e aprova bolsas de tradução instituídas pelo Programa de Apoio à Tradução de Autores Brasileiros 2011 desta Fundação, de acordo com Edital de 06 de julho de 2011. Brasília: Ministério da Cultura. DOU. Diário Oficial da União Nº 215, quarta-feira, 9 de novembro de 2011, seção 1, p. 5, ISSN 1677-7042.

\_\_\_\_\_. Decisão Executiva nº 261 de 13 de dezembro de 2011. Homologa decisão do Conselho de Jurados e aprova bolsas de tradução instituídas pelo Programa de Apoio à Tradução de Autores Brasileiros 2011 desta Fundação, de acordo com Edital de 06 de julho de 2011. Brasília: Ministério da Cultura. DOU. Diário Oficial da União, Nº 241, sexta-feira, 16 de dezembro de 2011, seção 1, p. 29, ISSN 1677-7042.

\_\_\_\_\_. Decisão Executiva nº 36 de 19 de maio de 2012. Homologa decisão do Conselho de Jurados e aprova bolsas de tradução instituídas pelo Programa de Apoio à Tradução de Autores Brasileiros 2011 desta Fundação, de acordo com Edital de 06

de julho de 2011. Brasília: Ministério da Cultura. DOU. Diário Oficial da União, Nº 91, sexta-feira, 11 de maio de 2012, seção 1, p. 8, ISSN 1677-7042.

\_\_\_\_\_. Decisão Executiva nº 49 de 27 de julho de 2012. Homologa decisão do Conselho de Jurados e aprova bolsas de tradução instituídas pelo Programa de Apoio à Tradução de Autores Brasileiros 2011 desta Fundação, de acordo com Edital de 06 de julho de 2011. Brasília: Ministério da Cultura. DOU. Diário Oficial da União, Nº 146, segunda-feira, 30 de julho de 2012, seção 1, p.17, ISSN 1677-7042.

\_\_\_\_\_. Decisão Executiva nº 110 de 2 de outubro de 2012. Homologa decisão do Conselho de Jurados e aprova bolsas de tradução instituídas pelo Programa de Apoio à Tradução de Autores Brasileiros 2011 desta Fundação, de acordo com Edital de 06 de julho de 2011. Brasília: Ministério da Cultura. DOU. Diário Oficial da União, Nº 194, sexta-feira, 5 de outubro de 2012, seção 1, p. 30, ISSN 1677-7042.

\_\_\_\_\_. Decisão Executiva nº 117 de 22 de outubro de 2012. Homologa decisão do Conselho de Jurados e aprova bolsas de tradução instituídas pelo Programa de Apoio à Tradução de Autores Brasileiros 2011 desta Fundação, de acordo com Edital de 06 de julho de 2011. Brasília: Ministério da Cultura. DOU. Diário Oficial da União, Nº 208, sexta-feira, 26 de outubro de 2012, seção 1, p. 5, ISSN 1677-7042.

\_\_\_\_\_. Decisão Executiva nº 128 de 26 de novembro de 2012. Homologa decisão do Conselho de Jurados e aprova bolsas de tradução instituídas pelo Programa de Apoio à Tradução de Autores Brasileiros 2011 desta Fundação, de acordo com Edital de 06 de julho de 2011. Brasília: Ministério da Cultura. DOU. Diário Oficial da União, Nº 229, quarta-feira, 28 de novembro de 2012, seção 1, p. 5, ISSN 1677-7042.

\_\_\_\_\_. Decisão Executiva nº 29 de 14 de fevereiro de 2013. Homologa decisão do Conselho de Jurados e aprova bolsas de tradução instituídas pelo Programa de Apoio à Tradução de Autores Brasileiros 2011 desta Fundação, de acordo com Edital de 06 de julho de 2011. Brasília: Ministério da Cultura. DOU. Diário Oficial da União, Nº 31, sexta-feira, 15 de fevereiro de 2013, seção 1, p. 5, ISSN 1677-7042.

\_\_\_\_\_. Decisão Executiva nº 58 de 30 de julho de 2013. Homologa decisão do Conselho de Jurados e aprova bolsas de tradução instituídas pelo Programa de Apoio à Tradução de Autores Brasileiros 2011 desta Fundação, de acordo com Edital de 06 de julho de 2011. Brasília: Ministério da Cultura. DOU. Diário Oficial da União, Nº 148, sexta-feira, 2 de agosto de 2013, seção, p.12, ISSN 1677-7042.

\_\_\_\_\_. Decisão Executiva nº 65 de 23 de julho de 2013. Homologa decisão do Conselho de Jurados e aprova bolsas de tradução instituídas pelo Programa de Apoio à Tradução de Autores Brasileiros 2011 desta Fundação, de acordo com Edital de 06 de julho de 2011. Brasília: Ministério da Cultura. DOU. Diário Oficial da União, Nº 164, segunda-feira, 26 de agosto de 2013, seção, p.3, ISSN 1677-7042.

\_\_\_\_\_. Decisão Executiva nº 77 de 8 de outubro de 2013. Homologa decisão da Comissão Julgadora instituída conforme os Editais da Fundação Biblioteca Nacional publicados no DOU de 04 de junho de 2013 seção 3 fl. 15 e 07 de agosto de 2013 e aprova bolsas de tradução e intercâmbio, instituídas pelo Programa de Apoio à Tradução e à Publicação de Autores Brasileiros 2013 e pelo Programa de Intercâmbio

de Autores Brasileiros no Exterior 2013 desta Fundação. DOU. Diário Oficial da União, Nº 196, quarta-feira, 9 de outubro de 2013, seção 1, p.5, ISSN 1677-7042.

\_\_\_\_\_. Decisão Executiva nº 86 de 14 de novembro de 2013. Homologa decisão da Comissão Julgadora instituída conforme os Editais da Fundação Biblioteca Nacional publicados no DOU de 04 de junho de 2013 seção 3 fl. 15 e 07 de agosto de 2013 e aprova bolsas de tradução e intercâmbio, instituídas pelo Programa de Apoio à Tradução e à Publicação de Autores Brasileiros 2013 e pelo Programa de Intercâmbio de Autores Brasileiros no Exterior 2013 desta Fundação. DOU. Diário Oficial da União, Nº 224, terça-feira, 19 de novembro de 2013, seção 1, p. 4, ISSN 1677-7042.

\_\_\_\_\_. Decisão Executiva nº 31 de 26 de março 2014. Homologa decisão da Comissão Julgadora instituída conforme os Editais da Fundação Biblioteca Nacional publicados no DOU de 04 de junho de 2013 seção 3 fl. 15 e 07 de agosto de 2013 e aprova bolsas de tradução e intercâmbio, instituídas pelo Programa de Apoio à Tradução e à Publicação de Autores Brasileiros 2013 e pelo Programa de Intercâmbio de Autores Brasileiros no Exterior 2013 desta Fundação. DOU. Diário Oficial da União, Nº 61, segunda-feira, 31 de março de 2014, seção 1, p. 12, ISSN 1677-7042.

\_\_\_\_\_. Decisão Executiva nº 47 de 30 de julho de 2014. Homologa decisão da Comissão Julgadora instituída conforme os Editais da Fundação Biblioteca Nacional publicados no DOU de 04 de junho de 2013 seção 3 fl. 15 e 07 de agosto de 2013 e aprova bolsas de tradução e intercâmbio, instituídas pelo Programa de Apoio à Tradução e à Publicação de Autores Brasileiros 2013 e pelo Programa de Intercâmbio de Autores Brasileiros no Exterior 2013 desta Fundação. DOU. Diário Oficial da União, Nº 145, quinta-feira, 31 de julho de 2014, seção 1, p. 8, ISSN 1677-7042.

\_\_\_\_\_. Decisão Executiva nº 75 de 29 de outubro de 2014. Homologa decisão da Comissão Julgadora instituída conforme os Editais da Fundação Biblioteca Nacional publicados no DOU de 04 de junho de 2013 seção 3 fl. 15 e 07 de agosto de 2013 e aprova bolsas de tradução e intercâmbio, instituídas pelo Programa de Apoio à Tradução e à Publicação de Autores Brasileiros 2013 e pelo Programa de Intercâmbio de Autores Brasileiros no Exterior 2013 desta Fundação. DOU. Diário Oficial da União, Nº 210, quinta-feira, 30 de outubro de 2014, seção 1, p. 25, ISSN 1677-7042.

\_\_\_\_\_. Decisão Executiva nº 32 de 20 de abril de 2015. Homologa decisão da Comissão Julgadora instituída conforme os Editais da Fundação Biblioteca Nacional publicados no DOU de 04 de junho de 2013 seção 3 fl. 15 e 07 de agosto de 2013 e aprova bolsas de tradução e intercâmbio, instituídas pelo Programa de Apoio à Tradução e à Publicação de Autores Brasileiros 2013 e pelo Programa de Intercâmbio de Autores Brasileiros no Exterior 2013 desta Fundação. DOU. Diário Oficial da União, Nº 75, quarta-feira, 22 de abril de 2015, seção 1, p. 35, ISSN 1677-7042.

\_\_\_\_\_. Decisão Executiva nº 64 de 20 de agosto de 2015. Homologa a decisão da Comissão Avaliadora instituída conforme o Edital do Programa de Apoio à Tradução e à Publicação de Autores Brasileiros no Exterior - 2015-2017, desta Fundação, e aprova bolsas de tradução. Brasília: Ministério da Cultura. DOU. Diário Oficial da União, Nº 161, segunda-feira, 24 de agosto de 2015, seção, p. 14, ISSN 1677-7042.

\_\_\_\_\_. Decisão Executiva nº 85 de 6 de novembro de 2015. Homologa a decisão da Comissão Avaliadora instituída conforme o Edital do Programa de Apoio à Tradução e à Publicação de Autores Brasileiros no Exterior - 2015-2017, desta Fundação, e aprova bolsas de tradução. Brasília: Ministério da Cultura. DOU. Diário Oficial da União, Nº 213, segunda-feira, 9 de novembro de 2015, seção 1, p. 8, ISSN 1677-7042.

\_\_\_\_\_. Decisão Executiva nº 11 de 29 de abril de 2016. Homologa a decisão da Comissão Avaliadora instituída conforme o Edital do Programa de Apoio à Tradução e à Publicação de Autores Brasileiros no Exterior - 2015-2017, desta Fundação, e aprova bolsas de tradução. Brasília: Ministério da Cultura. DOU. Diário Oficial da União, Nº 83, terça-feira, 3 de maio de 2016, seção 1, p. 11, ISSN 1677-7042.

\_\_\_\_\_. Decisão Executiva nº 37 de 4 de outubro de 2016. Homologa a decisão da Comissão Avaliadora instituída conforme o Edital do Programa de Apoio à Tradução e à Publicação de Autores Brasileiros no Exterior - 2015-2017, desta Fundação, e aprova bolsas de tradução. Brasília: Ministério da Cultura. DOU. Diário Oficial da União, Nº 192, quarta-feira, 5 de outubro de 2016, seção 1, p. 10, ISSN 1677-7042.

\_\_\_\_\_. Decisão Executiva nº 22 de 29 de maio de 2017. Homologa a decisão da Comissão Avaliadora instituída conforme o Edital do Programa de Apoio à Tradução e à Publicação de Autores Brasileiros no Exterior - 2015-2017, desta Fundação, e aprova bolsas de tradução. Brasília: Ministério da Cultura. DOU. Diário Oficial da União, Nº 104, quinta-feira, 1 de junho de 2017, seção 1, p. 10, ISSN 1677-7042.

\_\_\_\_\_. Decisão Executiva nº 36 de 11 de outubro de 2017. Homologa a decisão da Comissão Avaliadora instituída conforme o Edital do Programa de Apoio à Tradução e à Publicação de Autores Brasileiros no Exterior - 2015-2017, desta Fundação, e aprova bolsas de tradução. Brasília: Ministério da Cultura. DOU. Diário Oficial da União, Nº 198, segunda-feira, 16 de outubro de 2017, seção 1, p. 12, ISSN 1677-7042.

\_\_\_\_\_. Decisão Executiva nº 20 de 25 de abril de 2018. Homologa a decisão da Comissão Avaliadora instituída conforme o Edital do Programa de Apoio à Tradução e à Publicação de Autores Brasileiros no Exterior - 2015-2017, desta Fundação, e aprova bolsas de tradução. Brasília: Ministério da Cultura. DOU. Diário Oficial da União, Nº 80, quinta-feira, 26 de abril de 2018, seção 1, p. 24, ISSN 1677-7042.

\_\_\_\_\_. Decisão Executiva nº 31 de 18 de outubro de 2018. Homologa decisão da Comissão Avaliadora que aprovou inscrições em conformidade com o Edital do Programa de Apoio à Tradução e à Publicação de Autores Brasileiros no Exterior 2018-2020. Brasília: Ministério da Cultura. DOU. Diário Oficial da União, Nº 202, sexta-feira, 19 de outubro de 2018, seção 1, p. 8, ISSN 1677-7042.

\_\_\_\_\_. Decisão Executiva nº 13 de 16 de maio de 2019. Homologa decisão da Comissão Avaliadora que aprovou inscrições em conformidade com o Edital do Programa de Apoio à Tradução e à Publicação de Autores Brasileiros no Exterior 2018-2020. Brasília: Ministério da Cidadania. DOU. Diário Oficial da União, Nº 94, sexta-feira, 17 de maio de 2019, seção 1, p. 10, ISSN 1677-7042.



\_\_\_\_\_. Decisão Executiva nº 42 de 25 de outubro de 2019. Homologa decisão da Comissão Avaliadora que aprovou inscrições em conformidade com o Edital do Programa de Apoio à Tradução e à Publicação de Autores Brasileiros no Exterior 2018-2020. Brasília: Ministério da Cidadania. DOU. Diário Oficial da União, Nº 212, sexta-feira, 1 de novembro de 2019, seção 2, p. 6, seção 2 ISSN 1677-7050.

BROUILLETTE, S. World Literature and Market Dynamics. **Institutions of World Literature: Writing, Translation, Markets**. Edit: HELGESSON. S; VERMEULEN, P. 1. ed. Londres: Routledge, p. 93-106, 2016

CARDOSO, P. Questões sobre a TV Brasil Internacional. Brasília, Arquivo de áudio. Entrevista concedida a um dos autores. In: NAPOLITANO, C. J.; SANTOS, A. J. S.. TV pública de âmbito internacional: uma análise comparativa entre o Brasil e Portugal. **Revista Eptic**, v.19, n. 3, set-dez, 2017.

CASANOVA, P. **A República Mundial das Letras**. 1. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

CARDOSO, F. H. O Brasil e a lusofonia. **Jornal do Brasil, Resenha de Política Exterior do Brasil**, n. 72, p.220, 1º semestre, 1993.

CHANGHE, S. Soft Power. COOPER, A. F.; HEINE, J; THAKER, R. **The Oxford handbook of modern diplomacy**. Oxford: Oxford University Press, 544–558, 2013.

CHATIN, M. Brazil: analysis of a rising soft power, **Journal of Political Power**, 1, set. 2016. DOI: 10.1080/2158379X.2016.1232286.

CONGJUN, L. BRICS Nations must Demonstrate their Soft Power through their Media. **The Economic Times**, Politics and Nation, Nova Dehli, 2014. Disponível em: <http://economictimes.indiatimes.com/news/politics-and-nation/brics-nations-must-demonstrate-their-soft-powerthrough-their-media/articleshow/38407520>. Acesso em 28, set. 2020

CPLP. **Declaração Constitutiva**. I Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP, 1996

DAMROSCH, D. **What Is World Literature?** 1 ed. Princeton: Princeton University Press, 2003.

\_\_\_\_\_. Where Is World Literature? **Studying Transcultural Literary History**. LINDENBERG-WADA, G. Berlin, Boston: De Gruyter, pp. 211-220, 2012. <https://doi.org/10.1515/9783110920550.211>

DALCASTAGNÈ, R. **Literatura brasileira contemporânea: um território contestado**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2012.

DUMONT, J; FLÉCHET, A. Pelo que é Nosso! A Diplomacia Cultural Brasileira no Século XX. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 34, n. 67, p. 203-221, 2014.

EBC. TV **Brasil inaugura Canal Internacional que inicia transmissões para África**. Portal EBC, 24, mai. 2010. Disponível em: <http://bit.ly/2r6LvzM>. Acesso em: 26, mai. 2017.

FILHO, F. A. P. O rei do outro polo: Paulo Coelho na literatura brasileira. **Cultura e sociedade: Brasil e Argentina** [S.l: s.n.], 2014.

FREIXO, A. **Minha Pátria é a língua portuguesa: A construção da lusofonia em Portugal**. 1 ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA, 542. 6/995. 16141, **Informação: From Ribeiro Couto to the General Secretary of the Ministry of Foreign Relations**, 1 Mar. 1934. Arquivo Ribeiro Couto.

GALA, I. V. Perspectivas das relações do Brasil com o mundo lusófono. In: REBELO, A.; FERNANDES, L.; CARDIM, C. H. **Seminário Política Externa do Brasil para o século XXI**. Brasília: Câmara dos Deputados, p .357-370, 2003

GALLAROTTI, G. Soft Power: What it Is, Why it's Important, and the Conditions for its Effective Use. **Journal of Political Power**, v. 4, n. 1, 25–47, 2011, <https://doi.org/10.1080/2158379X.2011.557886>

GIL, G. Abertura da 1ª Conferência Nacional de Cultura. Brasília, 12 dez. 2005. ALMEIDA, A; ALBERNAZ, M; SIQUEIRA. **Cultura pela palavra: coletâneas de artigos, entrevistas e discursos dos ministros da Cultura 2003-2010**. 1. ed. Rio de Janeiro: Versal, 2013.

GONZALBO, F. **A la Sombra de los Libros: Lectura, Mercado y Vida Pública**. 1 ed. Alicante: El Colegio de México, 2007.

HALL, T. An Unclear Attraction: A Critical Examination of Soft Power as an Analytical Category. **The Chinese Journal of International Politics**, v. 3, n. 2, p.189-211, 2010.

HIRSH, M. **The Clinton legacy: How Will History Judge the Soft-Power Secretary of State?** Foreign Affairs, May/Jun. 2013. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2013-05-01/clinton-legacy> Último acesso em 26/09/2020.

HELGESSION, S; VERMEULEN; P. World Literature in the Making. **Institutions of World Literature: Writing, Translation, Markets**.HELGESSION, S; VERMEULEN; 1. ed. Londres: Routledge, p. 1-20. 2016.

HEILBRON, J. Towards a sociology of translation. Translation as a Cultural Worldsystem. **European Journal of Social Theory**, v. 4, n. 2, p. 429-444, 1999.

World Intellectual Property Organization. **The Global Publishing Industry in 2016**. International Publishers Association: Geneva, 2016. Disponível em: [https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/en/wipo\\_ipa\\_pilotsurvey\\_2016.pdf](https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/en/wipo_ipa_pilotsurvey_2016.pdf)

Acesso em 17, jul. 2020.

KEARN, D. The Hard Truths About Soft Power. **Journal of Political Power**, v. 4, n. 1, p. 65–85, 2011.

KEGLER, M. Ein Flirrendes Kaleidoskop ohne Palmen. **Literatur Nachrichten**, n. 118, p. 4-7, 2013.

KÜPPER, S. M. Políticas para la Traducción de Textos Literarios. **La Traducción Literaria**. 1 ed. Granada: Comares, p. 53-70, 2016.

LAFER, Celso. **Reflexões sobre a CPLP: Lusofonia - sonhos e realidade**. Apresentação no painel da Conferência Expresso 40 anos, em comemoração ao aniversário do jornal Expresso Lisboa, 7 de janeiro de 2013

LAMBERT, J; SOUSA, O. O Brasil Literário na França (1950-2000): Internacionalização e Estudos da Recepção. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 37, n.3, 2017.

LAUB, M. **Diário da Queda**. São Paulo: Companhia das Letras. 1 ed. 2011.

\_\_\_\_\_. **Notas sobre o fígado, as engrenagens dos concursos literários no Brasil**. São Paulo: Piauí, v. 138, mar. 2018. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/notas-sobre-o-figado/>. Acesso 8, dez. 2020.

\_\_\_\_\_. **Solução de Dois Estados**. São Paulo: Companhia das Letras. 1 ed. 2020.

LECHINI, G. O Brasil na África ou a África no Brasil? A construção da política africana pelo Itamaraty. **Nueva Sociedad**, out. 2008, ISSN: 0251-3552 Disponível em: Acesso em 17 mar. 2011.

LESSA, R., 2014. **Discurso de Abertura da 30ª Feira do Livro de Gotemburgo**, Gotemburgo, 25, set. 2014, Disponível em: <http://renatolessa-nonada.blogspot.com/2014/>. Acesso em 17, jul. 2020.

MATTELART, A. (2002). **História da sociedade da informação**. São Paulo: Loyola. 1. ed. 2002.

MEARSHEIMER, J. The False Promise of International Institutions. **International Security**, v. 19, n. 3, p. 5-49. 1994.

MEIRA, M. Desafios para a cultura no Brasil. MINISTÉRIO DA CULTURA. **1ª Conferência Nacional de Cultura 2005 – 2006: Estado e Sociedade construindo Políticas Públicas de Cultura**. Brasília: Governo Federal, p. 13-14, 2006.

MELO, C. V. Border Crossing in Contemporary Brazilian Culture: Global Perspectives from the Twenty-First Century Literary Scene. **Brasiliana - Journal for Brazilian Studies**, v. 4, n. 2, p. 579-605, jun. 2016.

\_\_\_\_\_. Mapping Brazilian Literature Translated into English. **Modern Languages Open**, Liverpool, 23, fev. 2017, DOI [10.3828/mlo.v0i0.124](https://doi.org/10.3828/mlo.v0i0.124)

MESQUITA, R. V. **Literatura Brasileira for Export**. Revista Planeta, n. 478, 1, jul. 2012, Disponível em: <https://www.revistaplaneta.com.br/literatura-brasileira-for-export-2/> Acesso em 17, jul. 2020.

MICELI, S. **Intelectuais à Brasileira**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

\_\_\_\_\_. **Sonhos da Periferia**. 1 ed. São Paulo: Todavia 2018.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Relatório de Gestão do Exercício de 2011 da Biblioteca Nacional**. Brasília: Governo Federal, mar. 2012. Disponível em: [https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/institucionais/relatorio\\_de\\_gestao/ano\\_2011//relatoriogestao2011\\_0.pdf](https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/institucionais/relatorio_de_gestao/ano_2011//relatoriogestao2011_0.pdf) Acesso em 22, ago. 2020.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Gestão do Exercício de 2012 da Biblioteca Nacional**. Brasília: Governo Federal, mar. 2013. Disponível em [br/sites/default/files/documentos/relatorio-gestao/ano-2012/ano-2012-582.pdf](https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/relatorio-gestao/ano-2012/ano-2012-582.pdf) Acesso em 22, ago. 2020.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Gestão do Exercício de 2015 da Biblioteca Nacional**. Brasília: Governo Federal, mar. 2016. Disponível em <https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/institucionais/relatorio-gestao/ano-2015-3130.pdf> Acesso em 22, ago. 2020.

MIRANDA, A. **Encontro de editores de vários países na Flip quer fortalecer presença de livros brasileiros no exterior**. O Globo, Cultura, 6, jul. 2011. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/encontro-de-editores-de-varios-paises-na-flip-quer-fortalecer-presenca-de-livros-brasileiros-no-externo-2872370> Acesso em 28/08/2020.

MOLLIER, J. **Edition, presse et pouvoir en France au XXe siècle**. 1. ed. Paris: Fayard, 2008.

MORETTI, F. **Conjectures on World Literature**. News Left Review, jan-feb, p. 54-68, 2000.

\_\_\_\_\_. **Atlas do Romance Europeu 1800-1900**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2003.

MOSS, T. **Soft Power? China has Plenty**. The Diplomat. 4, Jun. 2013 Disponível em: <http://thediplomat.com/2013/06/soft-power-china-has-plenty/?allpages=yes>. Acesso em 15/09.20.

MÜLLER, N, G. **A importância da narrativa na estruturação temática do conto**. Simpósio Internacional de Literatura, Crítica, Cultura V: Literatura e Política, 2011. Juiz de Fora. Anais [...]. Juiz de Fora (MG): Darandina Revista eletrônica, 2011. Disponível em: [http://www.ufjf.br/darandina/files/2011/09/A\\_import%C3%A2ncia\\_da\\_narrativa\\_na\\_e](http://www.ufjf.br/darandina/files/2011/09/A_import%C3%A2ncia_da_narrativa_na_e)

[estrutura%C3%A7%C3%A3o tem%C3%A1tica do conto.pdf](#). Acesso em: 30 abr. 2020.

MUNIZ, J. S. J; SZPILBARG, D. **Regimes de Visibilidade no Mercado Editorial Globalizado: Brasil e Argentina como convidados de honra na Feira do Livro de Frankfurt**. Revista Sociedade e Estado, v. 31, n. 3, p. 671-692, 2016.

NAPOLITANO, C. J.; SANTOS, A. J. S.. TV pública de âmbito internacional: uma análise comparativa entre o Brasil e Portugal. **Revista Eptic**, v.19, n. 3, set-dez, 2017.

NOVAIS, B. **Caminhos Trilhados, Horizontes Possíveis. Um Olhar sobre a Diplomacia Cultural do Estado Brasileiro no Período de 2003 a 2010**. Dissertação (Mestrado no Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade ), Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, UFBA, Salvador, 2013. disponível em <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/14952>

NYE, Joseph. **O Futuro do Poder**. São Paulo: Benvirá. 2012

ORTIZ, R. **Mundialização e Cultura**. 1 ed. São Paulo: Brasiliense. 2006.

PARDO, M. C. V. Estrategias y procesos de internacionalización. Vender(se) y mostrar(se) en ferias internacionales del libro. SANTOS, I. G. **La traducción literaria**. Granada: Comares, v. 1, p. 73- 92, 2016.

\_\_\_\_\_. Mercados para a literatura brasileira. PETROV, P. **Lugares da Lusofonia**. Lisboa: Colibri, p. 113-124. 2010.

\_\_\_\_\_. Imagem e(m) exportação: exibição e negócio nas feiras internacionais do livro. O caso do Brasil. BARBERENA, R; CARNEIRO, V. **Das luzes às soleiras: 19 perspectivas críticas na literatura brasileira contemporânea**. 1. ed. Porto Alegre: Luminaria Editorial, v. 1, p. 57-84. 2014

PORTUGAL. **Contrato de concessão do serviço público de rádio e de televisão**, 2015. Disponível em <http://bit.ly/1O9Gk9q>. Acesso em: 14, abr. 2021.

RISSARDO, A; MAGRI, I. **A Literatura Brasileira no Exterior: Moema Salgado e Fábio Lima**. Z Cultural, ano X, v 2. n.1, 2015, disponível em: <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/a-literatura-brasileira-no-externo-moema-salgado-e-fabio-lima-fbn/> Acesso em 4, jul. 2020.

ROUET, F.. **Le Livre. Mutations d'une industrie culturelle**. 1 ed. Paris: La Documentation française, 2007.

SANTANA, F. MELO, C. V. **Movimentos transnacionais e construções identitárias: analisando a impermanência e a fluidez na narrativa de Adriana Lisboa**. Revista A Margem, v. 17 n. 1 (2020): v.17, n.1, jan-jun, 2020, <https://doi.org/10.14393/AM-v17n1-2020-56344>.

SAPIRO, Gisèle. Translation and the field of publishing. **Translation Studies**, Informa UK Limited, v.1, n. 2, p.154-166, 2008.

\_\_\_\_\_. Globalization and cultural diversity in the book market: The case of literary translations in the US and in France. **Poetics**. Elsevier BV. v. 38, n. 4, p.419-439, 2010, [10.1016/j.poetic.2010.05.001](https://doi.org/10.1016/j.poetic.2010.05.001).

\_\_\_\_\_. Comparativism, Transfers, Entangled History: Sociological Perspectives on Literature. BEHDAD, A.; THOMAS, D. **A Companion To Comparative Literature**, Blackwell Publishing Ltd, p.225- 236, 2011. DOI:10.1002/9781444342789.

\_\_\_\_\_. Le champ est-il national? La théorie de la différenciation sociale au prisme de l'histoire globale. **Actes de la recherche en sciences sociales**. v. 5, n. 200, p. 70-85, 2013.

\_\_\_\_\_. The Sociology of Translation, a new research Domain. BERMANN, S; PORTER, C. **A companion to translation studies**. John Wiley & Sons, p. 82-91. 2014.

\_\_\_\_\_. L'amour de la littérature: le festival, nouvelle instance de production de la croyance. **Actes de La Recherche En Sciences Sociales**, v. 206, n. 1, p.108-137, 2015.

\_\_\_\_\_. Translation and Symbolic Capital in the Era of Globalization: French Literature in the United States. **SAGE Publications**, Cultural Sociology, v. 9, n. 3, p. 320-346, 2015.

\_\_\_\_\_. How Do Literary Works Cross Borders (or Not)? **Journal Of World Literature**, Brill Academic Publishers, v. 1, n. 1, p.81-96, jan. 2016.

\_\_\_\_\_. Strategies of Importation of Foreign Literature in France in the Twentieth Century. The Case of Gallimard, or the Making of an International Publisher. HELGESSON, S; VERMEULEN, P. **Institutions of World Literature: Writing, Translation, Markets**. 1. ed. Londres: Routledge, p. 143-159. 2016.

SARAIVA, J. F. S. CPLP: plataforma para uma frutífera concertação político-diplomática. SARAIVA, J. F. S. **CPLP: Comunidades dos Países de Língua Portuguesa**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais-UnB, 2001.

SHAMBAUGH, D. **China goes global: the partial power**. New York: Oxford University Press. 2014.

SILVA, D. B. **De Flor do Lácio a Língua Global: uma análise discursiva das relações de poder nas políticas linguísticas para a promoção, a difusão e a projeção do português da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)**. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Educação e Humanidades Instituto de Letras, Rio de Janeiro, 2011.

SKIDMORE, T. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

SOBRINHO, P. S. F. **Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Institucionalização e relações culturais, político-diplomáticas e econômicas**. Rio de Janeiro, Revan, 1997.

SORÁ, G. **Traducir el Brasil. Una Antropología de la circulación Internacional de Ideas**. Libros de Zorzal. 2003.

\_\_\_\_\_. El Mundo como Feria. In(ter)dependencias editoriales en la Feria de Frankfurt. **Comunicación y Medios**, n. 27, p. 102-128. 2013.

SOUSA, H. A mobilização do conceito de Lusofonia: o caso dos canais internacionais da RTP. MARTINS, M.; SOUSA, H.; CABECINHAS, R. **Comunicação e Lusofonia: para uma abordagem crítica da cultura e dos media**. Porto: Campo das Letras, p.165-182, 2006.

STELLA, M. G. P. **Literatura como vocação: escritores brasileiros contemporâneos no pós-redemocratização**. 2018. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. doi:10.11606/D.8.2019.tde-29032019-134526.

STUENKEL, O. Do the BRICS Possess Soft Power? **Journal of Political Power**, p. 353-367, 2016.

SCHWARZ, R. **As Ideias Fora do Lugar**. 1 ed. São Paulo: Penguin, 2014.

THIESSE, A. **La Création des identités nationales: Europe XVIIe siècle–XXe siècle**. 1 ed. Paris: Seuil.1998.

THOMAZ, D. M. **Luiz Ruffato: literatura é compromisso**. São Paulo: Carta Maior, Cultura, p. 1-3, 15 mar. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Cultura/Luiz-Ruffato-Literatura-e-compromisso-/39/33164>. Acesso em 1º, abr. 2020.

THOMPSON, J. B. **Merchants of Culture: The Publishing Business of the Twenty-First Century**. Cambridge: Polity Press, 2010.

TORRES, M. C. Le marché du livre en France: Émergence de la littérature brésilienne. **Cadernos de Tradução**. v. 2, n. 6, 2000, DOI <https://doi.org/10.5007/%25x>

UNIÃO EUROPEIA, Proposal for a European Parliament and Council Decision establishing a programme to support artistic and cultural activities having a European dimension. KALEIDOSCOPE 2000. 1994

\_\_\_\_\_. Culture Programme (2007-2013). **Official Journal of the European Union**. 2007.

VERMEULEN, P. On World Literary Reading Literature, the Market, and the Antinomies of Mobility. HELGESSON, S; VERMEULEN, P. **Institutions of World Literature: Writing, Translation, Markets**. 1. ed. Londres: Routledge, p.79-92. 2016.

WALLERSTEIN, I. Societal development, or development of the World- System?. In WALLERSTEIN, I. **International Sociology**, v.1, n.1, p. 3-17, 1986.

WALTZ, K. **The Anarchic Structure of World Politics**. International Politics: Enduring Concepts and Contemporary issues. Pearson Longman, New York, 2007.

WASSERMAN, R. R. M. **Brasil in translation or, who reads a Brazilian book?** Brasil/Brazil: Revista de Literatura Brasileira. Edição especial: A internacionalização da literatura brasileira. Porto Alegre/Providence, v.27, n. 50, 2014.

WEINBERG, L. The Oblivion We Will Be, The Latin American Literary Field after Autonomy. HELGESSON, S; VERMEULEN, P. **Institutions of World Literature: Writing, Translation, Markets**. 1. ed. Londres: Routledge, p. 67-78. 2016.

WISCHENBART, R. **Global E-book Report**. Rüdiger Wischenbart, Spring, 2014. Disponível em:  
[https://www.wischenbart.com/upload/1234000000358\\_04042014\\_final.pdf](https://www.wischenbart.com/upload/1234000000358_04042014_final.pdf) Acesso em 14, jul. 2020.